



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

José Douglas dos Santos Silva

A Força do Bem:

expansão do dispositivo militar e bélico a partir da Região Metropolitana de São Paulo - Brasil

CAMPINAS

2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH

José Douglas dos Santos Silva

A Força do Bem:

expansão do dispositivo militar e bélico a partir da Região Metropolitana de São Paulo - Brasil

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO JOSÉ DOUGLAS DOS SANTOS SILVA, E ORIENTADO PELO PROFESSOR DOUTOR GABRIEL DE SANTIS FELTRAN.

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Si38f Silva, José Douglas Dos Santos, 1980-
A força do bem : expansão do dispositivo militar e bélico a partir da Região Metropolitana de São Paulo - Brasil / José Douglas Dos Santos Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Gabriel de Santis Feltran.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Segurança pública. 2. Violência - São Paulo, Região Metropolitana de (SP). 3. Guerra. 4. Sociologia urbana. I. Feltran, Gabriel de Santis. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: *The force of good* : expansion of the military and war device from the Matropolitan Region of São Paulo - Brazil

Palavras-chave em inglês:

Public safety

Violence - São Paulo, Metropolitan Region of (SP)

War

Urban sociology

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Gabriel de Santis Feltran [Orientador]

Adriana de Resende Barreto Vianna

Taniele Cristina Rui

Natália Corazza Padovani

Daniel Veloso Hirata

Data de defesa: 25-11-2021

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-0366-6636>
- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/7461973217681699>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

A Comissão Julgadora do trabalho de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos (as) Professores (as) Doutores (as) a seguir descritos, em sessão pública realizada aos vinte cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, considerou o candidato José Douglas dos Santos Silva aprovado.

Professor Doutor Gabriel de Santis Feltran (Presidente da Comissão Examinadora)

Professora Doutora Adriana de Resende Barreto Vianna

Professora Doutora Taniele Cristina Rui

Professora Doutora Natália Corazza Padovani

Professor Doutor Daniel Veloso Hirata

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/ Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e a todos que lutaram e lutam pelas ações afirmativas e que diretamente contribuíram para que eu usufrísse pela primeira vez de uma bolsa de estudos da CNPQ. Muito obrigado! Não posso deixar de agradecer no ano do centenário ao “grande patrono da educação”, Paulo Freire. Sua metodologia e luta política me ajudaram a pensar a minha condição, a refletir a respeito dos meus pares e na forma como desejo atuar no mundo. Muito obrigado, professor Paulo Freire!

Agradeço ao Sebastian Sclofsky, Adalton Marques, Andrés Góngora, Carla Mattos, Natália Negretti, pelas leituras ou mesmo ideias que desenvolvo na tese. Quando não via mais trilhas possíveis, vocês indicaram novos percursos. Agradeço também as observações apresentadas por Fábio Malart e Rafael Godoi no “Seminário GT cidades e prisão” e a professora Vera Telles, como sempre, de uma humildade e generosidade como poucos. Muito obrigado, professora!

Agradeço imensamente a Unicamp por toda estrutura fornecida e, sobretudo, aos funcionários da instituição. Vocês são parte importante das conquistas de muitos! Aos meus professores e professoras do PPGCS – Unicamp, em especial ao professor José Mauricio Arruti pela generosidade nas aulas e livros emprestados e a professora Suzana Durão que em um momento difícil da minha vida foi atenciosa e compreensiva. Meus agradecimentos aos amigos ingressantes no doutorado PPGS Unicamp 2016, em especial Domila Pazzini, Josuel Stenio da Paixão Ribeiro e Jefferson Dantas Santos.

Meu muito obrigado ao professor Gabriel de Santis Feltran pela força, paciência e orientação ao longo desses anos. Esse percurso somente foi possível quando você abriu as portas da sua sala para conversar com um estranho cheio de vontade, mas repleto de ideias soltas.

Agradeço aos meus irmãos e irmãs de caminhada, Renato, Aldo, Alex Vargem, Alex Augusto, Tiago Ramos, Marcelo Garcia, Cesar, Jeferson, Rafael, Douglas, Fabrício, Wil, Ana Paula, Henrique, Sheila, Laura e José Antônio.

Agradeço aos meus irmãos Daiane e Luciano, meus sobrinhos Bianca, Kauan, Gabriel e Victor, minha mãe (*in memorian*) e pai. Dona Luzia e Seu Vicente, retirantes

nordestinos na cidade grande que sempre me inspiraram nos momentos difíceis! Quando acho tudo terrível e difícil, lembro-me das conversas a respeito dos meus avós, da vinda para São Paulo.

E por fim, um agradecimento especial à pessoa mais importante na minha vida, minha companheira de luta, Miriam Vidal de Negreiros. Alguém que leu, sugeriu, apontou diversos processos dessa tese e, sobretudo, foi à pessoa que me ajudou nos momentos mais difíceis dessa caminhada. Esse texto só existe em decorrência de sua insistência!

Em memória de pessoas queridas que perdi recentemente, pessoas que sempre me apoiaram nessa caminhada, a senhora Norma, Edgard e Macalé. Tempos difíceis!

Primeiro foram meus dois primos. Eu ainda era criança para entender tudo isso. Depois foram meus dois amigos de videogame e de futebol de rua. Todos assassinados! Eu era adolescente e já entendia um pouco. Depois outros tantos, alunos, conhecidos e uma fala que não esqueço: *Quando a água baixar, boto vocês para fritar!* Já era adulto, entendi um pouco do meu mundo. **Reflexões pessoais.**

Em um “Seminário de Patrulhamento Tático” organizado pela Guarda Civil Municipal de Luzia, o principal palestrante do dia [deputado estadual e policial militar aposentado da Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar (ROTA) da Polícia Militar do Estado de São Paulo] foi questionado a respeito da falta de um sistema integrado entre a Polícia Militar de São Paulo e as Guardas Municipais, especificamente no que se refere ao acesso à informação de suspeitos e registros criminais. O deputado então responde de forma enfática: *Isso é uma besteira. Isso é passado! Cada vez mais eu vejo uma união, somos todos policiais e precisamos nos ajudar. Somos a Força do Bem e precisamos é de união, porque do outro lado, pode ter certeza que eles se ajudam.* **Diário de Campo, Janeiro de 2018.**

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. **Foucault, Michel. Microfísica do Poder (2010).**

RESUMO

A tese analisa a expansão de um dispositivo militar e bélico no Brasil contemporâneo. A noção foucaultiana de “dispositivo” organiza os achados de pesquisa de campo realizada entre os anos de 2017 e 2019 numa cidade da Região Metropolitana de São Paulo. Trata-se de uma pesquisa etnográfica multissituada (Marcus, 1995) que transita entre documentos a respeito de “Segurança Pública” (leis, decretos, normas, portarias), situações etnográficas nas periferias da cidade e seus modos de “governo” do cotidiano, tomados como pontos de apoio ao militarismo e suas *guerras*; o acompanhamento de uma série de capacitações das equipes de Ronda Ostensiva Municipal completa o *corpus* empírico do trabalho, centrado no hipermilitarismo crescente no Brasil contemporâneo. Com foco nas transformações na Guarda Civil Municipal, apresento a combinação de uma série de vetores sociais, políticos, morais e econômicos que fortalecem esse dispositivo militar, em estado de permanente *guerra* no Brasil contemporâneo. Essa é a *força do bem*.

Palavras-chave: RMSP (Região Metropolitana de São Paulo); Segurança Pública; Violência; Guerra; Política.

Abstract

This thesis analyzes the expansion of a military and war apparatus in contemporary Brazil. The Foucauldian notion of apparatus organizes the findings of field research conducted between the years 2017 and 2019 in a city in the Metropolitan Region of São Paulo. This is a multisited ethnographic research (Marcus, 1995) that transits between documents regarding “Public Security” (laws, decrees, norms, ordinances), ethnographic situations in the city peripheries and their everyday modes of order “government”, taken as points of support for militarism and its wars. The monitoring of a series of trainings of the Municipal Ostensive Patrol teams completes the empirical corpus of the work, centered on the growing hypermilitarism in contemporary Brazil. Focusing on the transformations in the Municipal Civil Guard, I present the combination of a series of social, political, moral, and economic vectors that strengthen this military apparatus, in a state of permanent war in contemporary Brazil. This is the “force of good”.

LISTA DE SIGLAS

- BAEP = Batalhão de Ações Especiais (Policia Militar do Estado de São Paulo)
- CAEP = Companhia de Ações Especiais (Polícia Militar do Estado de São Paulo)
- CIR = Célula de Intervenção Rápida (Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo).
- CONSEG = Conselho Comunitário de Segurança.
- GIR = Grupo de Intervenções Rápidas (Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo).
- PATAMO = Patrulhamento Tático Motorizado.
- PCC = Primeiro Comando da Capital.
- PMSP = Policia Militar de São Paulo.
- RMSP = Região Metropolitana de São Paulo.
- ROMU = Rondas Ostensivas Municipais.
- ROMO = Ronda Ostensiva Motorizada.
- ROTA = Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Policia Militar de São Paulo) .
- SAP = Secretaria da Administração Penitenciária.
- SSP = Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.
- TJMSP = Tribunal de Justiça Militar de São Paulo.
- TJSP= Tribunal de Justiça de São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. CORRENTE DE ORAÇÃO	24
FIGURA 2. PAZ NA VIELA.....	34
FIGURA 3. PARABÉNS AO HERÓI	34
FIGURA 4. BRINDES NA PALESTRA “SEGURANÇA PÚBLICA”	39
FIGURA 5. REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	40
FIGURA 6. CAVEIRAS E MUROS.....	41
FIGURA 7. SIMULACRO DE FAVELA	42
FIGURA 8. TREINAMENTOS E MATERIAIS	229

SUMÁRIO

Introdução, categorias e metodologia	20
1. 1 A força.....	22
1. 2. A força do bem.....	26
1. 3. As Guerras	29
1. 4. A cidade e as guerras.....	33
1. 5. O efeito “crime organizado”	38
1. 6. Acessos, narrativas e características da pesquisa	43
A letra da Lei	52
2.1 A Guerra por outros meios.....	54
2.2 O saldo da batalha	68
2.3. O “fato consumado”.....	72
A disputa da “Segurança Pública”	80
3.1. Germinar	83
3.1. Germinar	83
3.2. Enraizar.....	94
3.2.1 O prestígio e a reestruturação	100
3.2.2 O primeiro grande impacto do enraizamento militar	104
3.3. Ramificar.....	109
3.3.1 A ramificação profunda	114
3.3.2 A política da guerra.....	120
O MUNDO CITADINO E SEUS GOVERNOS	128
4. 1. A Casa.....	130
4.2 Contrastos e labirintos.....	133
4.3 A Rua	136
4.4. As quebras da quebrada	145

4.4.1 <i>Fechar os olhos</i>	146
4.4.2 <i>Agora paga de arrogante!</i>	152
O nó militar e bélico	156
5.1 A batalha da <i>palavra</i>	159
5.2 O bom munícipe.....	170
5.3 Pela manhã destruirei todos os ímpios da terra.....	175
5.4 O trabalho social e comunitário	182
5.5 A <i>Guerra invisível</i>	186
5.6 A guerra visível.....	195
A maquinaria híbrida.....	203
6.1 Faz tudo!.....	205
6.2 <i>Respeite quem pode chegar onde a gente chegou</i>	207
6.3 Da covardia à guerra.....	213
6.4 <i>Na teoria e na prática</i>	218
6.5 Espelhamos nos melhores!	221
6.6 Nossa história	222
6.7 Os Saberes e interesses	230
Conclusão Prelúdio: Um machucado aberto	238
Prelúdio: Um machucado aberto	239
Bibliografia.....	246
ANEXOS	262

Todos os nomes mencionados, inclusive o da cidade de Luzia são ficcionais. Somente localidades e personagens públicas tiveram seus verdadeiros nomes mantidos.

PRÓLOGO CENA 1

[...] São majoritariamente homens, negros de pele clara, acima dos 40 anos, cabelos raspados e corpos hipertrofiados. Todos acima de 1,70m. Quase todos usam camiseta social por baixo de uma camisa branca que contém dizeres em apoio a um dos réus, um guarda municipal acusado de participação em uma chacina da região junto a mais dois PM's. A minoria feminina veste roupas em tons mais escuros e longos e algumas usam calça jeans. Cabelos alisados e loiros, peles brancas e os rostos estão repletos de olheiras. Já são 11 horas e com certeza faz uns 30 graus! A árvore à minha direita oferece uma sombra e serve como base para uma senhora que organiza uma mesa com duas garrafas térmicas de café, um galão de cinco litros de água e duas sacolas de copos descartáveis. Abaixo da mesa, há cinco caixas de papelão timbradas com o nome da Prefeitura do Município de B. e a informação em tinta de caneta azul: camiseta tamanho G. Uma senhora branca e abatida se aproxima, está com olheira, cabelo despenteado e magérrima. Usa uma saia preta e camiseta branca com a foto de um dos réus, na qual está escrito: Liberdade para C (o rosto de um homem negro). Ela pergunta se esta fila é *para o júri*, informo que sim. Então realiza o mesmo procedimento que todos por ali. Segue em direção a um dos rapazes que *organiza a fila*, passa seu nome e ganha uma numeração. Um senhor se aproxima dessa senhora e de forma calma e voz baixa diz: *paz do Senhor, irmã!* A senhora responde: *paz do Senhor!* O diálogo prossegue: *Deus vai fazer um livramento, irmã.* A resposta vem em voz baixa, quase um sussurro: *sim, sim!* O senhor prossegue: *Irmã, às vezes, a gente não entende o que Deus planejou.* E a senhora: *tá difícil, estou tentando me segurar. Comida de panela, só comi no domingo, depois não consegui comer mais nada.* Nesse momento, chega sorridente a dona Silvia, uma mulher de cerca de 50 anos, branca, uma amizade construída na fila. Ela argumenta: *hoje conversei com Deus, pedi para que fizesse justiça! Se fosse para libertar, liberte!* Dona Silvia conhece quase todos ali e vai até o início da fila, cumprimenta um dos *organizadores* (GCM's) e de forma jocosa: *Vai lá pra trás. Isso aqui não é o seu lugar!* O rapaz responde: *desse lado pode brincar, mas, se fosse na outra fila, pode ter certeza que a senhora já era.* O rapaz se refere à fila do outro lado do portão, local destinado aos familiares das vítimas da chacina. [Diário de campo, 19 de setembro de 2017]

CENA 2

[...] À minha frente, há uma mesa central e, acima, Jesus Cristo crucificado. Ao lado direito, há um escrivão e uma assistente que, a qualquer movimento da juíza, se prontificam a atendê-la. À minha direita, há sete jurados (duas mulheres, uma delas negra), todos exaustos. Ainda na mesa central, ao lado direito da juíza, estão o promotor e a assistente de acusação (defensora pública) – todos brancos. Na ponta esquerda da mesa, há seis advogados de defesa, um negro. Três usufruem dos assentos, os demais transitam ao lado direito da mesa. Os três réus estão em frente à mesa central (dois brancos e um negro), de costas para a plateia e acompanhados de perto por policiais militares (negros). Estou do lado esquerdo, onde as cadeiras disponíveis são tomadas por *apoiadores* e familiares dos réus, em um local para cem pessoas. O tribunal de júri está no seu segundo dia. Na primeira fileira, estão a secretária de segurança da cidade B e mais dois assessores (brancos). Ontem, nesse mesmo lado, estavam sentados à minha frente um juiz militar e seu assessor (todos brancos). Nas considerações iniciais, todos os defensores dos réus, inclusive o promotor de justiça, saudavam a presença desse homem. Um dos advogados destacava: *agradeço a presença, mas informo que não estou confortável, pois estou diante de um dos maiores conhecedores de direito penal militar do Brasil. Vocês que são policiais talvez não conheçam, mas todos deveriam conhecer. Está presente na plateia, simplesmente, o excelentíssimo juiz A. O juiz militar que já foi oficial da ativa da nossa gloriosa PM.* Hoje, os debates prosseguem no mesmo tom: os advogados esbravejam, batem na mesa e destacam que todos os réus compõem a *elite* na carreira profissional em seus respectivos espaços institucionais e não merecem *passar por isso*. Um dos advogados do guarda municipal destaca: *Olha essa postura* (aponta para o guarda municipal), *essa é a postura de um comandante, um líder que tem orgulho do que faz e não tem nada a temer. Cabeça erguida!* Já o promotor brinca com a plateia, acusa-o de ter uma torcida institucional em seu apoio: *espero que a cidade esteja protegida, já que vejo um monte de guarda aqui.* E prossegue: *Vieram organizados. Fizeram até campanha com a contratação de um publicitário.* Ao longo daquela manhã, a acusação enfatizou que um dos réus trabalhava em uma instituição que é um *“paralelismo da PM”* e destacou: *a guarda faz inveja a muitos batalhões por aí. Tem muito recurso, viatura, armamento potente. Tenta ser polícia, mas não pode, não pode!* [Diário de campo, 20 de setembro de 2017]

CENA 3

[...] Diz o promotor (branco): *O que importa é que, em todas as oportunidades, ele (testemunha de acusação) reconheceu E. (PM acusado de participar da chacina). Desculpe a expressão, mas aqui vocês viram, ele mijou nas calças quando teve que reconhecer mais uma vez o E.* O promotor e sua assistente de acusação tentam convencer os jurados da responsabilidade dos réus pelas dezessete mortes em duas cidades da RMSP. Em um momento do julgamento, o promotor destaca a insinuação de um dos advogados, ao mencionar que a testemunha de acusação teria interesse em uma indenização do Estado. A seguir, ele sorri, olha para juíza, anda calmamente para perto dos jurados e fala para a assistente de acusação: *doutora, por gentileza, explica aqui para os nossos jurados o que a testemunha falou para nós.* A assistente de acusação responde: *a testemunha de acusação não quer nenhuma indenização do Estado, mesmo que ele tenha direito por tudo que passou na noite da chacina e por tudo que vem passando, sua vida foi destruída. Ele não quer, porque a indenização transita na vara civil e tem medo que seu nome seja divulgado. Ele tem medo de ser morto como as pessoas que ele viu serem assassinadas.* Confesso que nesse momento, me perco. Meu corpo está presente, mas penso na conversa de ontem. Tive um rápido almoço numa lanchonete em frente ao Fórum com a irmã de um dos garotos assassinados. Camila (branca), rosto abatido, voz trêmula, estava desconfiada de tudo e de todos. Acredito que a nossa conversa só prosseguiu quando lhe perguntei de onde era sua família. Ela era alagoana, e eu, de família pernambucana. Falamos da feira de Sulanca, dos ônibus fretados, roupas baratas, etc. Acho que foi o único momento em que vi seu rosto esboçar um sorriso. Camila trabalhava como costureira até o dia da morte do seu irmão. Mas, agora, relata que não *consegue sair de casa, somente chora e morre de medo.* Enfatiza: *faz dois anos esse pesadelo. Não consigo entender.* Descreve que sua mãe está em Alagoas e desde que recebeu a notícia da morte de seu filho: *está morrendo, virou um palito!* Ela me apresenta uma reflexão: *é difícil, acho que ela tem que vir para São Paulo.* Nossa conversa foi interrompida quando Camila olha ao seu lado esquerdo e se assusta. Dá um tchau repentino e entra na lanchonete. Três PM's que fazem a segurança da rua, do Fórum e de todo o aparato midiático presente no julgamento se aproximam da porta da lanchonete. [Diário de campo, 21 de setembro de 2017]

CENA 4

[...] Avisto meu amigo R [branco, militante e advogado de diversos grupos sociais] no último dia do julgamento. Nossa conversa se inicia do outro lado do portão do Fórum, na área destinada aos familiares das vítimas. Aqui são poucas pessoas. Não tem café, água, camiseta, não é visível qualquer apoio estatal. Somente duas faixas trazem imagens dos jovens assassinados e clamam por justiça. Meu amigo está acompanhado por dois rapazes negros que fazem uma espécie de solidariedade aos familiares das vítimas juntos a mais algumas mulheres de movimentos sociais. Logo nos entrosamos na conversa que se inicia depois do almoço e adentra a noite. Falamos da *quebrada*, rap, do livro do Eduardo Facção, das palestras do Ferréz e de como somos *meia dúzia* naquele mar de apoiadores dos réus. Nesse momento, tento ser esperançoso: *lá* (referindo a outra fila) *tem gente que só quer assistir o julgamento*. Pedro enfatiza: *Cadê os manos que gostam de falar? Cadê esse povo que gosta de palanque? Na hora de ficar debaixo do sol, cadê?* José destaca: *É, mano, agora que era hora de somar, chamar um ato na porta do Fórum, mostrar força*. Pedro finaliza: *Meia dúzia e os caras na maior banca. É foda!* Ficamos ali aguardando a saída dos poucos parentes que subiram para o julgamento com algumas mulheres de apoio. Acompanhamos de longe, do outro lado, uma corrente de oração tomar a rua. São pelo menos cinquenta pessoas de camiseta branca que clamam por um *livramento para os réus!* Já é início da noite. Acho que todos pensam em possíveis desfechos e consequências. Pedro rompe o silêncio: *olha, a gente tem que proteger as mães. Pode dar merda aqui*. Adentra a noite e somos informados que as falas já foram concluídas. Agora é ouvir a sentença! Os repórteres começam a preparar para as transmissões ao vivo. Uma correria toma conta da entrada do Fórum, familiares dos réus gritando. Não entendo nada! Uma mãe (negra) das vítimas cai em prantos em frente ao portão do Fórum. Sem entender, simplesmente corremos em direção à mãe, socorrida por outras mulheres que saem do júri. No meio daquela confusão, esbarro no meu amigo R e pergunto: *o que deu? Foram condenados!* Mais mães saem do Fórum, uma delas, corre em direção à calçada. Ajoelha-se, beija a faixa com o rosto de um garoto negro. Ela bate desesperadamente na imagem e, posteriormente, acaricia-a, dizendo: *meu filho, meu filho. Eu queria você aqui. Fiz o que pude para ter justiça, meu filho*. Do outro lado do portão, alguns xingamentos e ameaças. [Diário de campo, 22 de setembro de 2017].

1.

Introdução, categorias e metodologia

Materiais individuais do curso de Patrulhamento Tático/GCM



Fonte: Acervo pessoal, 2018

1. 1 A força.

A tese analisa a expansão de um “dispositivo” (Foucault, 2010; Deleuze, 1990; Agamben, 2005) militar e bélico no Brasil contemporâneo. A pesquisa apresenta dois grandes movimentos: i) uma discussão a respeito das distintas interpretações ao longo dos anos sobre “Segurança Pública”, assim observo a movimentação de conceitos e interpretações de saberes e poderes a respeito do tema e ii) acompanho localmente as interpretações, tensões e as apostas a respeito de “Segurança Pública” Municipal, em um trânsito que ocorre desde as reclamações locais, os nós militares bélicos em espaços institucionais e seus empreendedores morais até a “formação” de uma maquinaria híbrida dentro da Guarda Civil Municipal da cidade de Luzia. Portanto, trata-se de um trabalho que mapeia e analisa as “narrativas”¹ (Jimeno, 2010, 2011; Forero, 2017) acerca da composição social, política, moral e diversos interesses a respeito da “Segurança Pública” da cidade de Luzia, nome fictício de um dos 39 municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo, locais ainda pouco descritos e debatidos dentro da bibliografia urbana paulista. As “histórias” narradas e a “descrição densa” (Geertz, 2008) se passam durante o período de trabalho de campo, entre 2017 e 2019, concomitantemente a uma pesquisa bibliográfica e documental do processo de “redemocratização” e “Segurança Pública” Municipal. Desse modo, tento mapear o hiper militarismo contemporâneo, onde diferentes instituições “militares” (Castro, 2004; Leiner, 2009) e de “segurança” (Machado da Silva, 2010; Neocleous, 2016; Foucault, 2008; Hardt e Negri, 2014) se oxigenam, interlaçam, ganham velhas e novas funções. Este militarismo e *guerra* se acentuam, sobremaneira, na cidade de Luzia ao longo dos anos 2000 no período em que se “comemoram” as articulações no âmbito federal das políticas de “Segurança Pública” vinculadas aos “direitos humanos” e interessadas na participação municipal, mas também é período do efeito “crime organizado” que desde a década de 1990, mas, sobretudo nos anos 2000 vão reconfigurando instituições, legislações, mentalidades desse grande aparato de “Segurança Pública” paulista e nacional. Assim, militarismos e suas *guerras* são observados a partir de uma cidade, como uma janela de visualização de um “dispositivo” amplo de hiper militarismo

¹ Narrativa é um modo que interlocutores delimitam temporalidades, seleção de temas centrais, (Angel, 2002); Uma forma de “conhecimento”, de “representação” de um determinado grupo. Uma forma de acessar suas elaborações a respeito de si e outros grupos. (Jimeno, 2007).

contemporâneo brasileiro. Uma pesquisa balizada nas considerações de Deleuze e Guattari de que “em suma, tudo é político, mas toda a política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 83)

Desde as minhas primeiras incursões de pesquisa, em um “júri de leigos”² cujo julgamento resultou nas condenações de um guarda municipal³ e três policiais militares⁴, saltava aos olhos um fenômeno social, político, moral e até econômico com raízes sólidas e em expansão. Desde os primeiros trajetos exploratórios até a imersão no campo de pesquisa era visível uma conexão heterogênea de diferentes processos em um mesmo diagrama de militarização e *guerra*, algo muito além de uma mão opressora de cima para baixo sob a batuta de alguns, algo restrito a uma instituição ou um fenômeno que apareceu repentinamente no cenário nacional. Através da provocação de interlocutores, era necessário não somente olhar a expansão de coletivos militarizados dentro da Secretaria de Segurança de Luzia e suas *guerras*, um fenômeno urbano não exclusivo da cidade⁵, com seus diálogos e mediações com outras instituições de

² O trabalho de (Schritzmeyer, 2001) demonstra como o Tribunal de Júri está intrinsecamente formado por “um jogo” complexo. Já minha ida ao julgamento teve somente a finalidade de estabelecer uma aproximação com o universo pesquisado, sentir os problemas de pesquisa. Mesmo que não foi na cidade e grupo que me aproximei, via como uma oportunidade inicial de adentrar no universo “*dos caveiras*” (coletivos militarizados e em guerra dentro das Guardas Municipais) e sobretudo seus apoios, bases políticas e morais.

³ Guarda municipal em minúsculo (indivíduo guarda). Guarda Municipal maiúsculo (instituição). Esse julgamento foi parcialmente anulado anos depois. O Tribunal de Justiça de São Paulo tem um histórico de anulações de condenações de agentes de “segurança pública” envolvidos em casos de grande repercussão pública. Observa-se que as duas maiores chacinas do estado de São Paulo foram objeto de refutação na segunda instância de São Paulo. Anteriormente, o assassinato de 111 pessoas na penitenciária do Carandiru em 2 de Outubro de 1992 que gerou mesmo que tardiamente uma condenação em 2013 para parte dos policiais militares envolvidos foi anulada no Tribunal de Justiça de São Paulo pela “4 ° Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo”. < <https://www.conjur.com.br/dl/voto-relator-sartori.pdf>> acesso dia 24 de Junho de 2020.

⁵ Da redação. **GCM atira e mata adolescente de 15 anos no bairro Reforma Agrária. 05 de abril de 2020.** Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1498327,gm+atira+e+mata+adolescente+de+13+anos+no+bairro+reforma+agraria.aspx>> Acesso dia 29 de Junho de 2020. **Campinas.**

Da redação. **Policia afirma que GM matou jovem encontrado na Norte-Sul. 3 de Fevereiro de 2020.** Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1483235,polici+a+afirma+que+gm+matou+jovem+encontrado+na+norte+sul.aspx>> Acesso dia 29 de Junho de 2020. **Campinas.**

Da redação. **Quatro GCMs são presos por suspeita de participação em mortes de jovens em Guarulhos.** 16 de Novembro de 2019. <<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/11/quatro-gcms-sao-presos-por-suspeita-de-participacao-em-morte-de-jovem-em-guarulhos.shtml>> acesso dia 27 de Novembro de 2019. **Guarulhos.**

Do R7. **Guardas civis envolvidos na morte de dois ambulantes são afastados.** 17 de Novembro de 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/guardas-civis-envolvidos-na-morte-de-dois-ambulantes-sao-afastados-17102019>> Acesso em 29 de Junho de 2020. **Itapeverica da Serra.**

“segurança”⁶, com o universo militar amplo⁷ e até com o mercado de materiais e treinamentos da “segurança pública” e privado. Assim, a pesquisa exigia um olhar para as conexões, a positividade que o militarismo e a *guerra* geravam para alguns em detrimento da derrota de outros. Era necessário olhar para o que se produz, com quem dialoga, quais são seus apoios e discursos. Um fenômeno contemporâneo que talvez a imagem adiante expresse a sua relevância e complexidade, quando um grupo de pessoas *clama por um livramento* aos réus de uma das maiores chacinas do Estado de São Paulo:

Luiz Adorno e André Caramante. Ponte. **GCM preso por Chacina de 5 jovens integra grupo chamado “caveira”**. 11 de Novembro de 2016. Disponível em: <<https://ponte.org/gcm-presos-por-chacina-de-5-jovens-integra-grupo-chamado-caveiras/>>. Acesso dia 29 de Junho de 2020. **Santo André**.

Do G1. **Estudante leva tiro em abordagem da Guarda Civil e morre na Grande SP. 06 de Janeiro de 2013**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/01/estudante-leva-tiro-em-abordagem-da-guarda-civil-e-morre-na-grande-sp.html>>. Acesso em 29 de Junho de 2020. **Itapeverica da Serra**.

JornalNaNet. **Assaltante morre após tentativa de roubo na Padaria Varanda em Taboão da Serra. Guarda civil de Taboão da Serra. 16 de dezembro de 2014**. <https://www.jornalnanet.com.br/noticias/10257/assaltante-morre-apos-tentativa-de-roubo-na-padaria-varandas-em-taboao-da-serra#.VJgS7sDPo>> Acesso em 20 de dezembro de 2018. **Taboão da Serra**.

⁶ André Caramante. **PMs e GCMs são investigados por matar jovens e distribuir fotos dos corpos nas redes sociais**. 2 de Junho de 2017. Disponível em: <<https://ponte.org/pms-e-gcms-sao-investigados-por-matar-jovens-e-distribuir-fotos-dos-corpos-em-redes-sociais/>> Acesso em 27 de Junho de 2020. **Cotia**.

Agência Estado. **Adolescente é morto por policial da GCM em Diadema. 21 de Agosto de 2010**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/08/adolescente-e-morto-por-policial-da-gcm-em-diadema.html>> Acesso em 21 de Junho de 2020. **Diadema**

Arthur Stabile. **O caminho das balas que liga a morte de Marielle à maior chacina de SP**. 16 de Março de 2018. Disponível em: <<https://ponte.org/o-caminho-das-balas-que-liga-a-morte-de-marielle-a-maior-chacina-de-sp/>> Acesso dia 29 de Junho de 2020.

⁷ Assessoria de Comunicação e Imprensa. **Guarda Municipal participa de treinamento para controle de distúrbio**. 18 de Maio de 2020. Disponível em: <<https://www.aparecida.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/1374/guarda-municipal-participa-de-treinamento-para-controle-de-disturbios>>. Acesso dia 06 de Julho de 2020. **Aparecida**.

Prefeitura de Belo Horizonte. **Guarda Municipal realiza treinamento com Exército Brasileiro**. 26 de Setembro de 2017. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/guarda-municipal-realiza-treinamento-com-exercito-brasileiro>> Acesso em: 06 de Junho de 2020. **Belo Horizonte**.

Prefeitura de Itu. **Guarda Municipal faz treinamento de tiro e manuseio de arma**. 01 de Março de 2013. Disponível em: <<https://itu.sp.gov.br/guarda-municipal-faz-treinamento-de-tiro-e-manuseio-de-arma/>> . Acesso 06 de Julho de 2020. **Itu**.

Prefeitura de Campinas. **Exército participa de treinamento no estante virtual da guarda municipal**. 08 de Outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/comunicado.html?id=28366>> Acesso em: 20 de Junho de 2020. **Campinas**.

Prefeitura Municipal de Curitiba. **Guarda Municipal ministra curso de pilotagem para soldados**. 17 de Junho de 2016. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/guarda-municipal-ministra-curso-de-pilotagem-para-soldados/39999>>. Acesso em: 06 de Julho de 2020. **Curitiba**.

Dante Quadra. Radio cultura foz. **Exército realiza treinamento de armeiro para a Guarda Municipal**. 08 de Agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.radioculturafoz.com.br/2018/08/08/exercito-realiza-treinamento-de-armeiro-para-a-guarda-municipal/>>. Acesso em: 06 de Julho de 2020. **Foz do Iguaçu**.

Prefeitura de Marabá. **Segurança: Guarda Municipal realiza treinamento de operações com cães**. 22 de Fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://maraba.pa.gov.br/guarda-municipal-orgaos-participam-de-treinamento-de-operacoes-com-caes/>>. Acesso em: 06 de Julho de 2020. **Marabá**.

FIGURA 1 - Corrente de Oração. Uma corrente de oração em apoio ao guarda municipal e os policiais militares acusados de participarem de uma chacina no Estado de São Paulo.



Fonte: Acervo Pessoal

Portanto, trata-se de uma pesquisa que olha a *força do bem* (militarismo e guerra), como rearranjos amplos para além de uma instituição. Interessa as reflexões de moradores a respeito dos assaltos na *quebrada*, nos próprios medos difundidos por aplicativos de mensagens, redes sociais ou mesmo nos grandes meios de comunicação, as articulações dentro dos Conselhos de “Segurança Pública” (CONSEG) ou mesmo os projetos moralizantes da *Casa Legislativa Municipal*, todo um cenário urbano que oxigena a Secretaria de Segurança Pública de Luzia a produzir sua própria proposta militar e em *guerra*, as maquinarias híbridas de ROMU (Ronda Ostensiva Municipal). É uma maquinaria que se sustenta em uma fundamentação legal/normativa civil, mas que se azeita internamente por todo um universo militar dos discursos, saberes, técnicas e tecnologias. Para tal movimento analítico, foi necessário adentrar no cotidiano citadino e institucional da cidade, bem como acompanhar as formações de uma equipe militarizada dentro da Secretaria de Segurança Pública de Luzia, sem não antes apresentar um levantamento bibliográfico e documental a respeito dos poderes e saberes

que disputam a agenda de “Segurança Pública”⁸. Entretanto, antes de qualquer mapeamento e análise, apresento algumas ponderações.

1. 2. A força do bem

A *força do bem* é a composição de diferentes sujeitos, movimentos e instituições postas em um mesmo efeito, transitando sob uma mesma órbita. Algo como as contribuições de Michel Foucault, elaboradas ao longo da década de 1970, podem ajudar a pensar materialidades ou imaterialidades em uma mesma funcionalidade. Conforme descreve Giorgio Agamben, o “dispositivo” é um “termo técnico” central para os trabalhos de Foucault e que surge em sua obra a partir da metade da década de 1970, quando o filósofo se atenta para o que identifica como “governabilidade”. (Agamben, 2005, p. 9). Desse movimento, observa-se uma grade de heterogeneidades do “dito e não dito” que atravessam categorias gerais como o Estado e a Sociedade, uma rede comum (dispositivo) que se oxigena em um jogo de relações em determinado momento histórico. Dessa forma, é possível visualizar conexões como “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” em um funcionamento comum (Foucault, 2010, p, 244-245). Essa compreensão ajuda-nos a entender as heterogeneidades do militarismo e *guerra* local que se acoplam às diferentes mobilizações e interesses, como descrevo ao longo da tese. Conforme alerta o autor, o “dispositivo” tem a sua vivacidade de se estabelecer por duplo processo de “sobredeterminação funcional” onde cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece um movimento de ressonância ou contradição dentro do “dispositivo”. E também se processa por um efeito de “preenchimento estratégico”, algo não previsto, movimento involuntário que mesmo pela sua não intenção, a priori, retroalimenta o “dispositivo”. (Foucault, 2010, p.244). Deleuze também discorre a respeito e descreve o “dispositivo” foucaultiano, por meio de uma analogia com um “novo ou meada” repleta de “linhas de natureza diferente” (Deleuze, 1990, p.155) que se aproximam e se afastam. Agamben, a partir das leituras de Foucault, também entende o dispositivo

⁸ Apresento ao longo da tese as diferentes visões e disputa do termo “Segurança Pública”.

como um “conjunto heterogêneo”, uma “rede que se estabelece entre elementos” viáveis em decorrência de uma relação de poder, como afirma o autor:

[...] uma série de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com objetivo de fazer frente a uma urgência e obter um efeito (Agamben, 2005, p.11).

Portanto, a noção de “dispositivo” pode nos ajudar a entender a *força do bem* como uma composição heterogênea de bases capilarizadas e em conexão. Movimentos que operam nas diversas reclamações de populares a respeito de roubos, furtos, disputas morais ou mesmo nas reflexões a respeito da melhor forma de “governo” local, nas pautas bélicas e dos empreendedores morais das reuniões do CONSEG, nos projetos moralizantes na Câmara dos Vereadores ou propriamente nos interesses e interpretações do coletivo de guardas militarizados. Esse modo de articulação analítica que desenvolvo, reconhece segregações, racializações, exclusões e violência dentro do contexto periférico paulista, mas também concentra-se em mapear e analisar as positivities, articulações, ressignificações, mediações e vivacidade desse militarismo e *guerra*. Observa-se que o interesse dessa pesquisa é a respeito do que autoriza, fomenta, justifica, comemora essa grade de inteligibilidade de relações ⁹. Desse modo, alinho-me às percepções a respeito do desenho político periférico que Feltran, há pelo menos uma década, descreve com uma série de pesquisadores urbanos. O autor identifica a existência de “partilhas” em contextos periféricos e o centro do seu debate consiste nas mediações do que nomeia de “fronteira”, no sentido de estabelecer uma dupla função (restringir e também de regular acesso). Nessa análise é possível visualizar “circuitos e mercados” como o consumo, do entretenimento, terceiro setor, mercado informais, narcotráfico entre outros que estão presentes e pungentes, sobretudo ao longo dos anos 2000 nas periferias paulistas. Algo que conecta, estabelece “mediações entre as periferias e outras dimensões da cidade” (Feltran, 2008, p. 26-27). Acredito que são pistas pertinentes que se entrecruzam com o universo citadino em que transito de longa data, pois apresento conexões, articulações de poder, saber, moralidades e interesses econômicos dentro de um diagrama militar e de *guerra*.

⁹ Deleuze entende poder como “operatório”, “sem homogeneidade”, “onde passa”. Nítido diálogo com a percepção de Foucault, das “relações de poder”. (Deleuze, 2005,p.35-36).

Configuram-se nas periferias paulistas determinadas forças que mesmo provisórias, de diferentes escalas hierárquicas do campo social e institucional operam em um diagrama comum, reconhecendo singularidades e resistências. Conforme observam Telles e Hirata (2010) a lógica de vingança nas periferias da cidade de São Paulo, com suas redes de matadores e “guerras”, fora “temporariamente” interrompida nos anos 2000, com a eclosão dos enunciados do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas periferias de São Paulo. Mas os próprios pesquisadores urbanos sinalizam que os “circuitos de acertos, extorsão e violência policial” sempre seguiram com suas sofisticções e tensões, pois não se trata de uma ordem instituída de modo absoluto, mas feita nas articulações entre forças em constante busca por legitimação. Portanto, o ponto de observação da pesquisa é a rede que configura o mundo social, político, moral e econômico do militarismo e da *guerra*. Uma composição que ecoa expressões e análises dos interlocutores do cotidiano periférico com seus *problemas de roubo na quebrada*, na *indisciplina da molecada*, *chateação com as pequenas cracolândias*, na luta contra o *baile funk*, na *guerra moral contra a desordem e indisciplina*, ou seja, nos inúmeros *buchichos de quebrada* em diálogo com um universo político institucional de *guerra* contra o “crime organizado”. Cabe lembrar que não se trata de nenhuma uma novidade, a *guerra* sempre fez parte da organização do mundo periférico de longa data. A “paz nas quebradas”, no início dos anos 2000, com as articulações de resolução de conflito entre periféricos, se encontram dentro de uma história social ampla de permanente *guerra nas quebradas*. As guerras das décadas de urbanização paulista que se intensificaram ao longo dos anos em disputas por mercado da droga ilícita, nas resoluções de desavenças, estão na memória urbana de diversos interlocutores de pesquisa e são comuns em outras tantas *quebradas* de São Paulo. Uma guerra que sempre produziu ordem, moral, mercado e política, composta com seus “pés de pato” (justiceiros), brigas de grupos rivais, dos grupos de extermínio, dos policiais famosos como Cabo Bruno, Conte Lopes, e que renderam fortunas para jornais de grande repercussão periférica¹⁰, além de projeções políticas para alguns, como o radialista e posteriormente deputado Afanázio

¹⁰ “Notícias Populares” foi o jornal de maior circulação nas periferias de São Paulo. Trazia notícias e histórias criadas pelos próprios editores ou reportagens de violências que levavam aos moradores periféricos comentarem: “se torcer o jornal sai sangue”.

Zajadi¹¹, entre outros. Portanto, a *força do bem* potencializa um determinado arranjo social, político, moral e mercado e que tem uma história urbana.

1. 3. As Guerras

Atenho-me ao movimento analítico que entende a *guerra* como um termo do uso de interlocutores e que se refere a uma ordem social e política (Foucault, 2005; Neocleous, 2016; Hardt e Negri, 2014; Graham, 2016), portanto, não estaria no lugar das excepcionalidades ou de ações da irracionalidade, mas sim como dimensão de técnicas sociais, políticas, morais e interesses econômicos que se alimentam da construção permanente de um “outro” racializado e que cada vez mais se difunde na vida contemporânea. Para tanto, a seguir, apresento dois movimentos analíticos de *guerra* e suas racionalidades como formas de compreender os mecanismos de conflito e eliminação na contemporaneidade. Tanto a “colonização” e a “guerra” na “biopolítica” fomentam, em comum, a construção do “outro” e, sobretudo, se ancoram em técnicas de dominação racional que positiva, no caso da colonização, a usurpação de territórios, populações e produção de mortes e no modo de “biopolítica” contemporâneo de dividir populações (fracionar) e efetivar a morte física e política (Foucault, 2005, p.309-310).

A “guerra” como estratégia de governança conforme observa Pacheco (2014) vem pelo menos desde os primeiros procedimentos coloniais. A colônia estabelecia a fortificação da capital (Salvador) e dos núcleos coloniais em “guerras” contra os “Tupinambás e outros índios dito rebelados”, algo que se expressa como uma “guerra justa”, uma fórmula utilizada pela colonização desde o século “XIII na península ibérica contra os mouros” que consistia em “guerras” de posse de territórios, subjugação da população nativa e construção de plantações, engenhos e cidades. Uma tecnologia de governo que operava por um “paradoxo” sofisticado de “tutela”, com ações da ordem contraditória de “repressão e proteção” (Pacheco de Oliveira, 2014, p. 130). O autor

¹¹ Conforme aponta (Manso, 2012, p. 21-168) diversos programas de rádio faziam defesa de policiais e justiceiros. Para dimensionar o sucesso desses programas, o autor cita o trabalho de (Silva, 2004, p. 117-118) que entrevistou o radialista e político Afanázio Zajadi. Uma figura de grande sucesso que chegou a ter na década de 1980 “um recorde nacional”, 1,2 milhão de ouvintes. O autor traz a história divulgada por Afanázio Zajadi de “Chico Pé de Pato”. Uma reportagem que deu uma repercussão imensa nas periferias de São Paulo - Pé de Pato tornou-se um sinônimo de Justiceiro nas periferias paulistas.

apresenta que o regime colonial agia em uma articulação de guerra que “recomendava” aos “índios aliados” um bom “tratamento”, uma forma de relação de poder para evitar riscos de “levantes e revoltas” ou alianças dos indígenas com o “lado dos franceses”, mas para os “índios revoltosos” era a destruição de suas aldeias, matanças e “cativando aquela parte deles que vos parecer que basta para seu castigo e exemplo” (Pacheco de Oliveira, 2008, p.20). Portanto, a “guerra” da colonização aos povos e territórios se caracterizava por uma profícua elaboração de decretos, técnicas, disposições institucionais que efetivavam a expansão de territórios, mercados e subjugação de populações. O movimento de genocídio de populações indígenas nas Américas, no Continente Asiático, no Continente Africano e o próprio processo de escravidão transatlântica são faces de uma gestão racional com suas minúcias e sofisticações. Neocleous identificou que os poderes coloniais imprimiam uma espécie de “pacificação como uma guerra”, uma forma de imposição que tentava imprimir um modelo civilizatório aos colonos com um ordenamento social e expansão de mercados. A “guerra” de colonização servia tanto para “construir como destruir”, algo que adaptava as complexidades das populações coloniais e seus territórios e, sobretudo, lidava com os seus enfrentamentos, cruzando táticas de violência e um “trato justo”¹² aos colonizados. (Neocleous, 2016, p. 16-17). Tratava-se de uma “guerra” que operava por uma racionalidade, minúcia e que o próprio “holocausto”¹³ dentro do contexto europeu seria uma forma de “guerra” que “até então só se tinha aplicado a povos não europeus”, uma espécie de “cotidianidade das barbáries” (Césaire, 2010, p.18) e conforme alerta Mbembe, uma dimensão que era banalizada aos colonos: “o que se testemunhou na Segunda Guerra Mundial é a extensão dos métodos anteriormente reservados aos selvagens pelos povos civilizados da Europa” (Mbembe, 2016, p.132).

Entretanto, essa “guerra” colonial de subjugação de nações estrangeiras e racialização de suas populações, prática utilizada como forma de expansão dos territórios e mercados, é algo que coexiste com outra forma de guerra, o que Foucault nomeou inicialmente, em uma de suas aulas de 1973 de “guerra civil” - uma

¹² Como apresenta Neocleous o processo de guerra colonial exigia uma técnica adaptável. Determinados métodos para específicas populações nativas. (Neocleous, 2016, p. 17)

¹³ Um relato apurado desse processo está presente na obra de um sobrevivente do campo de concentração de Auschwitz, Primo Levi (1988). “Pensem que isto aconteceu: eu lhes mando estas palavras. Gravem-na em seus corações, estando em casa, andando na rua, ao deitar, ao levantar; repitam-nas a seus filhos” (Primo Levi, 1988, p.9)

compreensão de guerra no próprio corpo social e político por meio de diferentes composições: “parentes, clientes, religiões, etnias, comunidades linguísticas, classes, entre outros tantos grupos”. Nessa leitura, a “guerra” ganha uma dimensão capilarizada e corriqueira, pois conforme ensina o autor, o próprio exercício do poder é um modo de “guerra civil”. (Foucault, 2018, p.31). Já na aula de 1976, o autor avança na descrição analítica da “guerra” em uma sociedade biopolítica¹⁴ e, desse modo, identifica que a morte só é viável em um Estado que tem como eixo potencializar a vida por meio de um “Racismo de Estado”, uma “guerra” de eliminação política e física, um modo de governança que precisa da construção de um “outro” a partir de categorias criadas e difundidas no campo social (Foucault, 2005). Então o “Racismo de Estado” opera em dupla funcionalidade, capaz de instituir um fracionamento populacional, constrói cisões na população, entre os que “devem viver e os que devem morrer”, uma forma de instaurar uma “mistura de raças”, com subdivisões e espécies. Segundo Foucault, o “Racismo de Estado” também introduz um corte populacional de quanto mais “outros” morrerem, mais forte minha “raça” prolifera - “função guerreira” (idem, 2005, p.304 - 305). Um aparato da função assassina do Estado, como forma de potencializar a morte direta ou a exposição à morte, de colocar alguns ao risco maior – compreendendo não somente a morte física, mas também a morte política, como a expulsão e a rejeição. Como observa Mbembe, o “racismo” tem centralidade em um governo de biopoder, pois foi de longa data a política de “desumanidade de povos estrangeiros” (Mbembe, 2016, p.128) e é até hoje, pois é a chave que produz a “destruição material de corpos humanos e populações” (idem 2005, p.125) ou conforme afirma Gilroy, a permanência do racismo apresenta a “relação do terror e subordinação racial com a própria natureza interna da modernidade” (Gilroy, 2001, p.154). Cabe destacar que Abdias Nascimento, em pleno ano de 1979, ainda sob os ordenamentos do regime civil-militar brasileiro, destacava a perpetuação de um modo orquestrado de eliminação física, um “genocídio” contra a população negra, algo que opera de forma sistêmica e abrange o extermínio

¹⁴ Para Foucault a biopolítica é uma sociedade de “normalização” que consegue atingir tanto o corpo que fora objeto de intervenção do poder disciplinar, como a “população” com objetivo de regulamentação. Trabalho conjunto das tecnologias disciplinares e regulamentadoras (Foucault, 2005, p. 302)

físico de indivíduos e de suas constituições políticas, sociais e culturais ¹⁵. (Nascimento, 2016).

Portanto, a “guerra” opera de diferentes maneiras e dimensões com suas possibilidades que perpassam conflitos entre nações e adentram no próprio corpo nacional e, conforme afirmações de Hardt e Negri (2014), é a própria estratégia central da modernidade. Desse modo, os autores divergem dos “teóricos realistas” da modernidade que colocam a “guerra” no plano da excepcionalidade, fora do âmbito interno da nação, regido pelo parâmetro da política. Observa-se que Clausewitz identifica a “guerra” como “a continuação da política por outros meios”, portanto, política e “guerra” estariam como “princípios separados e diferentes” e que, eventualmente, poderiam operar em conjunto - a “guerra” no diagrama da excepcionalidade e no âmbito majoritário entre as nações ¹⁶. Entretanto, para Hardt e Negri a “guerra” está longe de ser banida do universo interno de uma nação ou mesmo de se distinguir da política, “a guerra vai se tornando princípio básico de organização da sociedade” (Hardt e Negri, 2014, p.33). Nota-se que Foucault já alertava para essa questão quando inverte a premissa de Clausewitz e apresenta que a “política é a guerra continuada por outros meios”, uma forma de porosidade e capilaridade da “guerra” como “dispostos nas relações de poder”, motriz das “instituições e da ordem” (Foucault, 2005, p.59). Desse modo, a “guerra” entra na chave do cotidiano, das diferentes estratégias, no campo da plausibilidade social e política e, para o universo da pesquisa, é um termo de interlocutores e, sobretudo, um diagrama de compreensão e ação no mundo contemporâneo. Contudo, antes de adentrar no universo do militarismo e *guerra* pensando “Segurança Pública” municipal, é necessário minimamente apresentar algumas configurações do mundo urbano.

¹⁵ Como observa o prefácio realizado por Florestan Fernandes “o genocídio ocorreu e está ocorrendo; e é um grande mérito de Abdias do Nascimento suscitá-lo como tema concreto (Nascimento, 1979, p.21). Para Abdias o “genocídio” se trata de um processo e amplo em pleno andamento e por diferentes frentes (Nascimento, 2016)

¹⁶ Nessa linha argumentativa (Clausewitz, 2014, p.75) descreve: “A guerra nada mais é do que um duelo em grande escala”.

1. 4. A cidade e as guerras

O historiador inglês Erick Hobsbawm que nascera na segunda década do século XX, teve a oportunidade de acompanhar e descrever boa parte desse período. Em sua sequência de livros a respeito das “Éras”, reforço a atenção aos títulos “das Revoluções”, “do Capital”, “dos Impérios” e “dos Extremos”. Talvez se estivesse vivo, poderia incluir a Era das Cidades como título de um dos seus livros. Não que o urbano não estivesse presente em sua obra, pois foram nas descrições históricas do autor que aprendemos a respeito da “acumulação primitiva do capital”, fator responsável por conduzir uma massa populacional para os grandes centros urbanos ao longo dos últimos séculos, ao observar as grandes cidades inglesas que apresentavam condições degradantes para os novos trabalhadores, ou nas destruições de cidades coloniais pelos impérios. Mas, hoje, talvez Hobsbawm olhasse para a cidade como uma unidade analítica plausível de um livro título, constitutivo de elementos de uma aquecida reconfiguração da ordem política e social. São as cidades e suas populações que estão no centro das preocupações globais, entendidas como palco de conflitos de diferentes esferas e escalas, mas em um contexto cada vez mais interligado e repleto de “guerras”. Esse olhar para as minúcias locais dentro de um cenário global, nos ajuda a mapear e a entender a “guerra” urbana periférica, a partir da cidade de Luzia dentro de uma grande teia de conflitos contemporâneos.

Nota-se que o mundo citadino convive com um aumento acentuado do fluxo rural para os grandes centros em diferentes partes do planeta, um movimento que deflagra eventuais problemas, estratégias e conflitos. Conforme Graham, em “2025 estimativas apontam que haverá 5 bilhões” de pessoas residindo nos centros urbanos do mundo e, dessa quantia populacional, provavelmente “dois terços” vivam nas nações intituladas “em desenvolvimento”. Novos rearranjos de tensões urbanas transitam para o que outrora nomearam de “colônias”, com previsões para que em “2050 algumas das trinta megacidades” estarão localizadas nas antigas “nações desenvolvidas” (Graham, 2016, p.50-51), com populações condensadas dentro de grandes cidades, majoritariamente fora do “velho mundo” e com acentuadas clivagens econômicas, dificuldades de acesso à moradia, saúde, educação e outros tantos imbróglios. São Paulo

não difere desse cenário das rápidas transformações urbanas que, ao longo do século XX¹⁷, foram bases para diversos estudos e que ainda se estendem ao longo do século XXI. As etnografias urbanas de quase uma década acusam esses pontos de “tensões” nas periferias de São Paulo, onde se observam perdas de direitos trabalhistas¹⁸, sociais com impactos diretos na qualidade de vida urbana. O cenário paulista, como em boa parte de algumas capitais do globo, se apresenta como local onde populações periféricas criam estratégias de sobrevivência. Conforme a pesquisa de Telles e Hirata, parte crescente da população periférica tenta “sobreviver”, equilibra-se em um fio tenso entre o legal e o ilegal¹⁹, formal e informal²⁰, arrisca-se em um mar de incertezas no mundo urbano. Essa tensão entre o legal e o ilegal opera um campo repleto de uma “série de violências” que se consolidam nas últimas décadas em São Paulo (Telles e Hirata, 2007, p. 179). Desse modo, a cidade do século XXI longe de se afirmar como um simples espaço de imbróglis de outrora, o urbano apresenta velhas e novas tensões, novos arranjos sociais, políticos, morais, a “guerra” e as composições militares como forma de governabilidade que disputa espaço. São as *guerras* pequenas, grandes, camufladas, reconfiguradas, “de baixa intensidade” em referência à expressão militar cada vez mais em uso entre agentes de “segurança pública” municipal. A própria “paz” que ecoa em diversas expressões artísticas periféricas (**Figura 2**), como nas músicas de Hip Hop paulista desde a década de 1990²¹ com seus apelos, denúncias ou lutas, cada vez mais

¹⁷ Na segunda parte da tese descrevo a partir de pesquisa em campo como as transformações sociais, políticas e econômicas ao longo do século XX e XXI que tencionam o mundo citadino de Luzia.

¹⁸ A lei a respeito dos direitos trabalhistas foi radicalmente modificada recentemente. Lei 13.467/ 2017 alterou substancialmente uma Lei criada ainda em 1943, a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

¹⁹ Os autores usam a percepção de Foucault a respeito dos ilegalismo para situar a questão urbana “da política dos ilegalismos urbanos” (Telles e Hirata, 2010, p. 41) onde a lei tem efeito não de impedimento, mas sim de “diferenciar as maneiras de contornar a própria lei”.

²⁰ O agravamento dessa situação pode ser visualizado por meio do cotidiano de trabalho dos entregadores ciclistas de São Paulo. Para trabalhar em determinadas regiões “vantajosas” os entregadores devem se submeter a uma pontuação e uma série de interditos de aplicativos. Chegam a pagar a mochila térmica de trabalho entre outras diversas precariedades como a falta de um local para alimentação ou mesmo uso de banheiro. Em uma pesquisa com 270 entregadores em junho de 2019 aponta que 75 % dos entrevistados trabalham até 12 horas. A média dos entregadores entrevistados foi de ganho mensal de R\$ 936,00. <https://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/04/relatorio_s2.pdf>. Acesso: 5 de Agosto de 2020.

²¹ Como destaca Bertelli quando olhamos a “positividade de alguns traços de politicidade próprios à sua dinâmica sociocultural” das periferias, o rap (Rhythm and poetry), contribui como vetor de força com outras ferramentas e trajetórias. (Bertelli, 2017, p. 21). É comum ouvir a expressão de interlocutores da faixa etária dos 40 anos que o *rap ensina*, ecoando musicalidade e uma determinada existência política:

[...] “Se o mundo inteiro pudesse me ouvir. Eu falaria, gritaria, para todo mundo refletir [...] Ia pedir pra nunca mais haver a guerra. E que as armas, sim, é que fossem pra debaixo da terra”. **Filosofia de Rua**. Música: Se o mundo inteiro pudesse me ouvir.

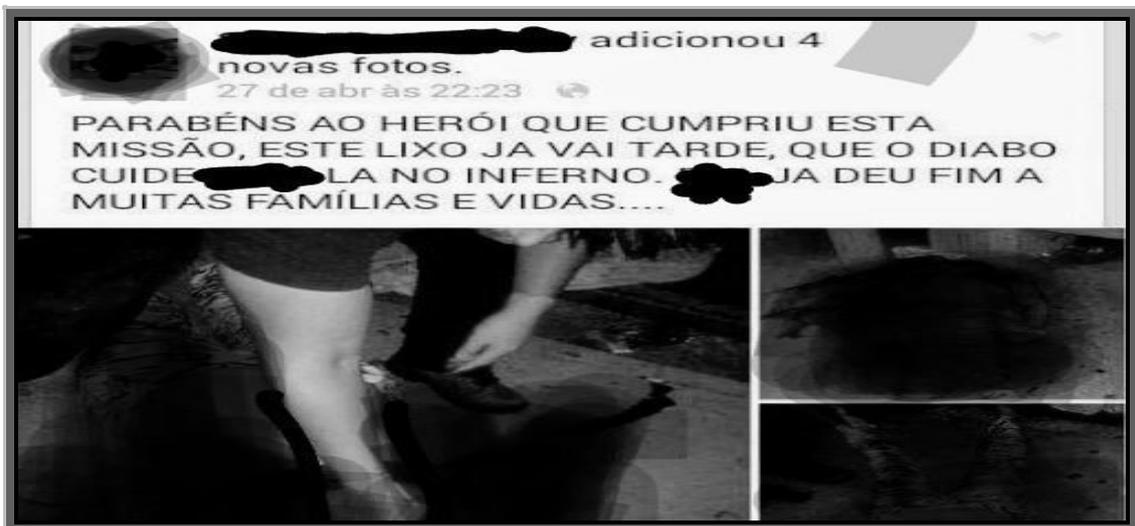
disputa legitimidade com forças desejosas de “guerra” na qual o militarismo ganha protagonismo.

FIGURA 2 – Paz na Viela



Fonte: Foto de Acervo Pessoal, 2017

FIGURA 3 – “Parabéns ao herói”



Fonte: **Imagens divulgadas no Facebook.** Moradores da cidade de Luzia. 2017

[...] “A paz tá morta, desfigurada no IML. Sangue no chão, revólver na mão. A marcha fúnebre aqui prossegue”. **Facção Central.** Música: A Paz está morta.

[...] “Eu prego a paz e mais penso no amanhã. Se for preciso pá um dia sei lá. Questão de sobrevivência o mundo é tão complicado. Por enquanto eu só garanto não sou santo nem diabo”. **Expressão Ativa.** Música: Falando de Paz.

[...] “Um brinde no olhar surgiu. A alegria refletiu. Que bom viver sem treta tio. Um brinde a vida”. **Função RHK.** Música: Um brinde a vida.

A “paz” como reivindicação social e política, norte de um modo de “governo” capilarizado, se digladiava com a força da *guerra*. As próprias imagens retratadas ilustram uma disputa, é verdade que aqui em campos distintos, mas conectados ao universo periférico local que aponta para a exigência de um estudo situado. A figura 2 é o pedido de paz em uma viela onde um jovem, negro, *trabalhador*, de família de migração nordestina (como a maioria por aqui) foi assassinado. Sua morte foi motivo de lamentos e da reafirmação local por uma luta pela *paz*. A figura 3, do campo das redes sociais, é de um grupo de moradores da mesma cidade e de diversos integrantes do mesmo bairro onde o *trabalhador* foi assassinado. Uma imagem com mais de 300 curtidas no momento do registro se refere a um suposto *traficante* morto em uma favela da cidade, uma morte legitimada e comemorada conforme o título da imagem e nos diversos comentários. Portanto, os anos 2000 apresentam uma série de técnicas avançadas de resolução de conflitos locais e novas formas de governar localmente descritas por diversos estudos, mas também ecoam formas locais de resolução de conflitos que passam pela *guerra*, pelas adesões aos projetos militarizados. Essas disputas do ordenamento local refutam uma leitura que enxerga as periferias como um lugar “controlado” ou atravessado unilateralmente pelos enunciados do “crime”. Cada vez mais é necessário olhar o mundo urbano paulista sob a ótica de um caleidoscópio social e político em que a cada movimento se deflagra um determinado desenho e arranjo de forças. A própria “paz nas quebradas” ao longo dos anos 2000 nas periferias de São Paulo é posta constantemente em tensão por outros atores, outros ordenamentos e “governos”. Como desenvolvo ao longo da tese, as reclamações e reflexões locais ganham cada vez mais entonação. Para alguns interlocutores a “paz”, o interdito da morte local ou a dificuldade em resolver desavenças com mortes trouxera um ambiente de *injustiça na quebrada* ou como refletia um morador de longa data, um cenário em que se passa *a mão na cabeça de pilantra*.

Até a própria “doutrina militar”²² vem recentemente debatendo a respeito da “guerra” dentro de um cenário cotidiano e urbano. Nos últimos anos, se deflagra uma

²² Para (Leiner, 2020, p. 26) doutrina militar refere-se a um “conjunto de valores, conceitos, concepções, normas, métodos e processos” que tem como propósito “orientar a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, trata-se de um “estado da arte” de como “vai atuar em resposta a uma determinada

série de reflexões a respeito das “guerras assimétricas”, “baixa intensidade” ou de “quarta geração”²³ onde as cidades são os pontos de batalhas e locais que exigem uma atenção militar. Essa lógica militar e bélica identifica o mundo urbano como um centro de tensões, onde desigualdades econômicas, complexidades “culturais” e “religiosas”, um acentuado processo de imigração e a proliferação do “narcotráfico” exigem velhas e novas formas de guerrear e militarismo. Conforme o autor militar brasileiro Visacro ²⁴, alinhado à uma vasta bibliografia militar contemporânea, projeta-se um tipo de “guerra” que “predominará sobre os tradicionais métodos”, em que diversos grupos como “facções armadas rompem o pretensão monopólio estatal”. Para o autor, a preocupação com os grupos de “narcotraficantes” e outras questões urbanas sinalizam uma “guerra que se desenvolve sem que seja declarada” ou também como colocado pelo autor “enfocando a guerra como fenômeno social, ajuda a romper o rígido estereótipo, ainda tão arraigado na opinião pública, da confrontação militar formal” (Visacro, 2009, p. 9). Para esse campo de saber militar é necessária uma ação mais enérgica, pois “tímidas ações dos grupos armados na década de 1960 e 1970 não podem ser comparadas às atuais investidas do crime organizado” (Visacro, 2009, p. 322). Para o contexto urbano paulista, o autor direciona sua preocupação para o fenômeno do Primeiro Comando da Capital (PCC)²⁵ - o “inimigo” com sua capilaridade social e capacidade de guerrear e capaz de estabelecer uma “onda de atentados terroristas em São Paulo” (Visacro, 2009, p. 326). Desse modo, certa bibliografia militar sinaliza que as forças armadas e as forças

situação”. Já para (Castro, 2009, p. 25) uma série de procedimentos capazes de produzir uma identidade social militar.

²³ Atualmente diversos autores militares debatem a respeito de uma nova “geração de guerra” em que um dos possíveis palcos de conflito sejam nas cidades. (Pinheiro, 2007); (Leal, 2016); (Pinho, 2016) entre outros.

²⁴ Alessandro Visacro é oficial das Forças Especiais do Exército Brasileiro e foi oficial de operações do 2º Batalhão de Força de Paz do 17º contingente brasileiro no Haiti (Porto Príncipe). Graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras. (Visacro, 2009). Fui apresentado à obra desse autor por uma indicação do comandante da guarda civil municipal de Luzia O comandante fazia uso desse material como uma referência para *pensar segurança pública nos dias de hoje*.

²⁵ Existem relatos divergentes a respeito da origem do PCC. Segundo Biondi (2010) dificilmente pode-se afirmar, com precisão, data e circunstâncias sobre seu surgimento. Para a autora, a história que conquistou maior notoriedade dentro e fora da prisão remonta ao ano de 1993 no Anexo de Custódia e Tratamento de Taubaté. Biondi indica que o PCC conquistou adesão em torno de 90% dos estabelecimentos prisionais do estado de São Paulo e, em geral, ganhou uma conotação equivocada de “facção criminosa”, supostamente organizada com um quadro hierarquizado e com pessoas capazes de executar tarefas sem questioná-las. Porém, essa afirmação não é consensual no campo de pesquisa - outras vozes como Dias (2009, 2011) problematiza o PCC em “última instância” como um quadro hierarquizado. Outras referências ao PCC: Família, 1533, Quinze

de “segurança pública” devem ir além, devem exercer outro modelo de atividade para enfrentar a “guerrilha urbana”, para combater um inimigo que transita do “crime organizado” até o “terrorismo”. Para esse saber militar, as políticas de “segurança pública” estaduais somente operam em “reduzir os índices de violência urbana a níveis aceitáveis” e como argumenta o autor: “tentar reduzir um problema tão complexo a uma mera questão de segurança pública é um grande equívoco ou uma conveniente forma de omissão” (Visacro, 2009, p. 327-328). A exclusão de uma suposta ameaça interna ou mesmo a eliminação de inimigos já vem sendo descrita por Neocleous (2016) e outros autores que identificam que o globo cada vez mais adentra em um campo de simbiose entre “segurança” e “guerra”, pois operam em um ambiente de indeterminação do trabalho “militar” e o “policial”. Desse modo, o universo institucional paulista que esteve de longa data em intersecção entre militarismo e trabalho policlesco²⁶ se alinha a um cenário internacional de expansiva belicosidade para o universo urbano, um campo de indeterminação “guerra e paz, policiamento e militarismo” (Graham, 2016, p.28) em que a agenda de “segurança pública” municipal também é atravessada. São essas balizas que expandem tecnologias e técnicas em intersecção militarismo/policlesco no mundo urbano como monitoramentos por câmeras, a expansiva suspeita de populações e territórios, humilhações, interrogatórios, coletivos militarizados, etc. Em nome da emergência de combater o “crime organizado”, um “inimigo” cada vez mais demonizado, se delega uma série de ações militarizadas e se consolida esse estado de *guerra* que, mais adiante, apresento a partir de uma guarda civil municipal de uma cidade da Região Metropolitana de São Paulo.

1. 5. O efeito “crime organizado”

Uma série de leis, decretos, coletivos militarizados, tecnologias e técnicas se deflagram nas últimas décadas para atender a uma preocupação estatal com o “crime organizado”, um “inimigo” cada vez mais desumanizado que alimenta medidas mais repressivas e a expansão de diversas formas de “guerrear”. Esse ambiente propaga a expansão de diferentes maquinarias estatais. Observa-se, por exemplo, no campo

²⁶ Para (NUNES, 2018, p. 21) os “mitos institucionais” da PMSP foram lapidados “antes e durante” o regime militar civil (1964-1985) e “continuam funcionando” para determinado segmento da polícia.

jurídico punitivo as estruturas como o GAECO/MP ²⁷ ou mesmo as “Varas Especializadas em Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital Paulista” do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) ²⁸, ambas atentas ao monstruoso “crime organizado”. O próprio sistema carcerário paulista (Secretaria de Administração Penitenciária) intensifica a atuação do Grupo de Intervenções Rápidas (GIR) e a Célula de Intervenção Rápida²⁹ para combaterem ou anularem esse “mal prisional”. E por fim, a própria agenda de segurança pública estadual apresenta as suas máquinas antigas como a ROTA ³⁰ e outras novas e numerosas como o BAEP ³¹, todas com a finalidade de combater o “crime organizado”. Diferentes organizações estatais se transmutam, oxigenam, crescem em decorrência do inimigo, e são transformações que fortalecem um dispendioso volume de recursos estatais para combatê-lo. Observa-se que a partir das “despesas totais” (valor inicial estabelecido pela Lei Orçamentária, inclusive créditos ou alterações aprovadas) ³² no ano de 2019 a Secretaria de Segurança Pública, o Tribunal de Justiça Militar e Secretaria de Administração Penitenciária representam (R\$ 27.093.183,00), ou seja, a segunda grande composição de gastos do Estado de São Paulo, somente atrás das despesas em Educação (R\$ 34.957.938.871,00) e acima dos gastos em Saúde (R\$ 24.295.293.333,00). Toda essa mobilização, esse efeito “crime organizado” reverbera no modo como os municípios vão gerir suas próprias agendas de “Segurança Pública”, cada vez mais alinhadas aos arranjos locais e a todo um universo de discursos, saberes, técnicas e tecnologias militar e em *guerra*. São questões que se manifestam, por

²⁷ Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado. Criado em 1995 com objetivo de “centralizar o combate às organizações criminosas” e em 2008 expande-se em “doze núcleos integrados”. <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/gaecos/Hist%C3%B3rico>. Acesso dia 3 de Agosto de 2020.

²⁸ Na inauguração o noticiário do próprio TJSP informava que o tribunal considerou “a necessidade de efetivação de medidas de combate ao crime organizado” <http://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=59664>. Acesso dia 3 de Agosto de 2020.

²⁹ O Grupo de Intervenção Rápida criado em 2004 que tem como objetivo “controlar as revoltas” nos presídios. <<http://www.sap.sp.gov.br/noticias/not1598.html>> . Em 2009 inclui-se a difusão também por meio de células de Intervenção Rápida (CIR) <https://www.imprensaoficial.com.br/DO/GatewayPDF.aspx?pagina=21&caderno=Executivo%20I&data=20/06/2009&link=/2009/executivo%20secao%20i/junho/20/pag_0021_FLSDI1B0QG2Rve7OPF031400K93.pdf&paginaordenacao=10021> Acesso dia 3 de Agosto de 2020

³⁰ Para um estudo aprofundado dos “discursos sobre ROTA”, ler: (Macedo, 2015).

³¹ Até dezembro de 2010 contabilizava-se 14 Batalhões de Operações Especiais espalhadas no Estado de São Paulo. Reportagem: Governo de SP inaugura Baep em Sorocaba, o nono em dois anos. Site:<<https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/governo-de-sp-inaugura-baep-em-sorocaba-o-nono-em-dois-anos/>>. Acesso dia 13 de Janeiro de 2021

³² Dados tabulados de 2015 até 2019. Referentes Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo. Site: <<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao>>. Acesso: 03 de Março de 2020.

exemplo, na palestra do deputado da “bancada da bala”³³ no final de 2017, cujas discussões serão colocadas mais adiante. Por ora, apresento alguns brindes distribuídos na palestra sobre Segurança Pública na Cidade de Luzia.

FIGURA 4 - Brindes na Palestra “Segurança Pública”. Evento ministrado por um candidato a deputado estadual e organizado por integrantes da Guarda Municipal da Cidade de Luzia

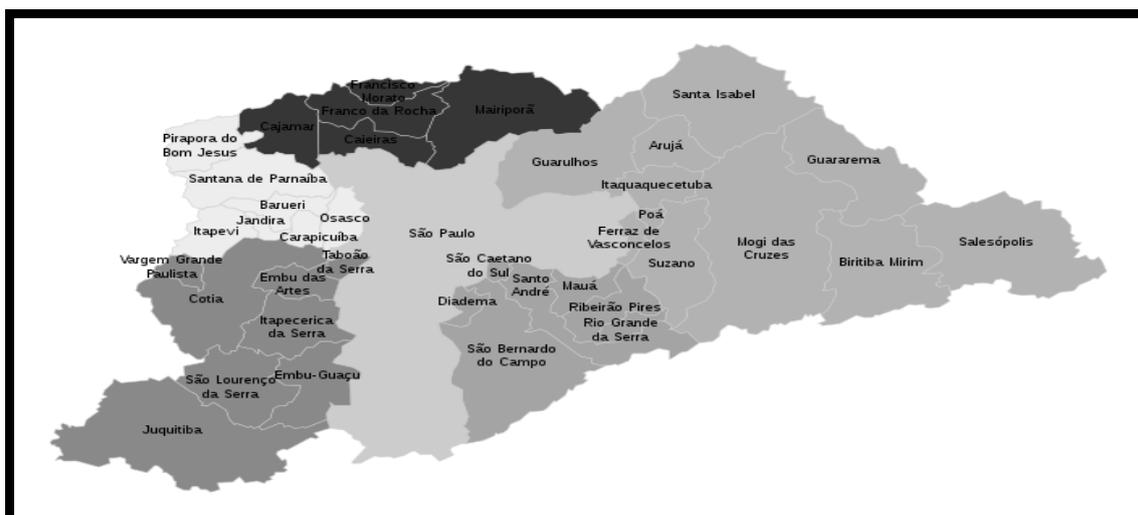


FONTE: Acervo pessoal, 2017.

Em diversas cidades da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) há intersecções entre guardas municipais e o universo militar. Demandas heterogêneas e complexas de convivência urbana são respondidas por um grande guarda-chuva chamado “Segurança Pública” alinhado aos grupos militarizados e discurso de guerra. O mapa abaixo apresenta uma representação política da Região Metropolitana de São Paulo e suas sub-regiões:

³³ O trabalho de (Novello, 2018) apresenta um estudo da “bancada da bala”, os “deputados-policiais” que transitam pela assembleia legislativa de São Paulo.

FIGURA 5 - Mapa Político da Região Metropolitana de São Paulo a partir da Lei 1139/11



Fonte: EMPLASA.

A Região Metropolitana de São Paulo é composta de 39 cidades com 33 municípios que instituíram as Secretarias de Segurança Pública³⁴. Desse universo, 23 Secretarias optaram por criar maquinarias híbridas, nomeadas de “Ronda Ostensiva Municipal” [ROMU] e de “Ronda Ostensiva Motorizada” [ROMO]³⁵ - coletivos com treinamentos e práticas militarizadas responsáveis pelo trabalho *ostensivo*. Para dimensionar a relevância das guardas municipais na agenda de “segurança pública”, em apenas uma sub-região composta por oito cidades da Região Metropolitana de São Paulo, há cerca de 2.200 guardas municipais e das oito cidades que compõem determinada região, sete optaram por introduzir maquinarias híbridas de ROMU e ROMO. São cidades que optaram por um modelo de “Segurança Pública” e que se identificam com as formas de policiamento militarizado, onde coexiste uma atuação desde o preventivo ao repressivo. Portanto, o repressivo é delegado a maquinaria híbrida

³⁴ Em comparação entre os resultados da Pesquisa de informações básicas Municipais de 2006 e 2014 observa-se percentual de municípios com Guarda Municipal no Brasil aumentou entre o estudo de 2006 e 2014. Era de 14,1% (2006) passou para 17,8% (2012) e 19,4% (2014). Em “números absolutos”, isso representa que 1 081 dos 5 570 municípios brasileiros “responderam possuir Guarda Municipal em 2014”. Com a pesquisa apresentando mais elementos desse universo urbano, um aumento do percentual de municípios com secretarias que preocupam-se com a a questão da segurança municipal. Os municípios com secretarias de segurança “passaram de 10,4%, em 2006, para 22,4%, em 2014” As secretarias de segurança em conjunto com outras “políticas partiram de 5,7%, e chegaram a 13,2%”. Perfil dos Estados e Municípios brasileiros, 2014. IBGE. Rio de Janeiro, 2015.

³⁵ Nos últimos anos observa-se um debate para a padronização da nomenclatura das equipes de trabalho ostensivo ou repressivo em Ronda Ostensiva Municipal (ROMU) que utilizam-se de carros e a Ronda Ostensiva Motorizada (ROMO) faz uso de motocicletas. Todos fazem parte de um treinamento comum militarizado.

de ROMU e ROMO, formada por viaturas de maior potência, armamento e envolto em conflitos.

FIGURA 6 – As caveiras e os muros.. Páginas das equipes de ROMU (Ronda Ostensiva Municipal) de distintas cidades da RMSP.



Fonte: Imagens divulgadas no Facebook. Acesso dia 21 de novembro de 2019.

Mas antes de adentrar no universo citadino de Luzia, é necessário apresentar algumas considerações metodológicas.

1. 6. Acessos, narrativas e características da pesquisa

FIGURA 7 - Simulacro de Favela. Centro de treinamento ROMU/GCM. Cidade de Luzia.



Fonte: Foto de Acervo Pessoal

A abordagem sugerida pelas experiências das outsiders within é de que os intelectuais aprendam a confiar em suas próprias biografias pessoais e culturais como fontes significativas de conhecimento. Ao contrário de abordagens que exigem submergir essas dimensões do self durante o processo de se tornar um cientista social objetivo, supostamente não enviesado, as outsiders within reintroduzem essas formas de conhecimento no procedimento de pesquisa. Na melhor das hipóteses, esse status parece oferecer às suas ocupantes um equilíbrio poderoso entre os pontos fortes de seu treinamento sociológico e as contribuições de suas experiências pessoais e culturais. Nenhum se subordina ao outro. Na verdade, a realidade vivenciada é usada como fonte válida de conhecimento para criticar fatos e teorias sociológicas, ao passo que o pensamento sociológico oferece novas formas de ver esta realidade vivenciada. (Collins, Patrícia Hill, 2016, p. 123)

Kevin, o *07 da turma*, era um rapaz de pouca estatura, não passava de mais de 1,70, negro e magro. Vinha da *região* centro-oeste do Brasil somente para participar do curso de *Patrulhamento Tático* ministrado pela Guarda Civil Municipal da cidade de Luzia, em São Paulo. Conversei rapidamente com ele em um dos intervalos do treinamento. Realizava *um sonho* e dizia que em *hipótese alguma* iria desistir. Nitidamente desidratado, com os olhos fundos, o corpo mole e cambaleando, obedecia

às ordens com lentidão, demorava alguns segundos para responder: *07, 07, 07. Aqui. Aqui ó*, instruía o *xerife* (líder do dia) do dia. Lembro-me, quando ele voltou pela segunda vez, do pronto socorro. Lá recebia o soro, descansava alguns minutos, no máximo uma hora e voltava para o treinamento. Dessa vez a instrução era entrar no alojamento e resistir por alguns minutos no *caldeirão da bruxa* (exposição em local fechado a gás lacrimogêneo) em um dos dias mais quentes do verão de 2018. Kevin retornava do hospital exatamente no momento que a turma passava pelo teste. O interlocutor e Inspetor Moisés esbravejava: *Muito bom 07, muito bom. Chegou ao momento exato*. Então Moisés e Kevin entraram no alojamento com o gás, andando de braços colados e em círculos. Via tudo a pouco mais de três metros de distância e daqui o gás já começava a me sufocar. Nesse momento, rapidamente o Comandante da Guarda Municipal Aragão passa por mim em direção ao alojamento e resmunga: *Moisés é terrível. Tem que ficar em cima...* Mas antes do Comandante chegar ao alojamento, saem os dois e Moisés de forma rouca: *Muito bom 07. Muito bom. Agora grita! Selva! Brasil! Kelvin desnortado, cambaleando: Selva! Selva!* O Comandante Aragão encosta do meu lado: *Esse 07 é caveira mesmo. O cara não desiste. Impressionante!* E fala a respeito das técnicas e equipamentos usados no dia, da relevância *de estar preparado para qualquer situação! Da complexidade do trabalho do guarda hoje em dia!* Argumenta a respeito de algo que ronda todas as formações que participei: *O crime mudou. Temos que estar preparados!* E que a cidade *hoje entende o nosso trabalho!* Soube alguns dias depois que o 07 não resistiu ao treinamento e, antes de mais uma ida ao pronto socorro, *pediu pra sair*.

A pesquisa mapeia e analisa essa rede, um “dispositivo” (Foucault, 2010; Deleuze, 1990; Agamben, 2005) militar e em *guerra* repleto de interações e interesses. O treinamento coloca em evidência toda uma mobilização da própria Secretaria de Segurança Pública de Luzia e seus arredores que compõem essa *força do bem* militarizada e para *guerra*. Existe um ambiente de partilha, coexiste em um determinado tempo e espaço uma rede de interação comum social, política, moral e até econômica interessada nessa forma de existência de “Segurança Pública”. O Guarda José, do interior de São Paulo, também fazia o curso em Luzia e estava *bastante animado*. Esse homem branco, de pouco mais de 40 anos, cabelos grisalhos, tinha um grave problema renal e mesmo assim se submetia aos procedimentos de restrição de água, alimento e

sono do treinamento, como ele mesmo dizia, era uma oportunidade de *vencer as dificuldades*. Regiane, uma mulher negra, única guarda municipal feminina da turma que no dia da *formatura* comemorava a *vitória* e dizia do *gosto por desafios*, do *ambiente militar*, *coisa de família* (o pai é Policial Militar) ou mesmo o sorriso no rosto dos guardas civis, logo depois de serem eletrocutados por disparos de *arma não letal*. Dessa forma, esses gestos, expressões e discursos me ensinavam que essa mobilização orbitava por forças para além daqueles homens e mulheres desejosos de serem submetidos a essa forma de treinamento. Existia uma série de adesões e aglutinações que conformavam esse militarismo e *guerra*, algo definido por um palestrante como *força do bem*. Ao longo do período de campo, evidenciava-se um militarismo e as *guerras* locais que se compunham por diferentes movimentos, instituições e gestos. Desde a doação de água mineral feita por comerciantes locais para os dias de treinamento das equipes militarizadas até o rosto sorridente do Chefe de Gabinete do Prefeito que *teve a oportunidade* de tirar uma foto segurando um simulacro de metralhadora em dia de treinamento. Parte da cidade se engajava nessa guinada como a escola particular da cidade que fornecia seu auditório para as palestras de *Patrulhamento Tático* da Secretaria de Segurança Pública com *participantes ilustres* (Deputado Estadual, GCM de diversas cidades de São Paulo, autoridades da política local e de cidades próximas) até o *empréstimo informal de armas de treino* feito pelo quartel do exército da cidade vizinha (primeira imagem da tese).

Todo esse movimento rebatia em mim sensações ambíguas de medo e curiosidade. A militarização e *guerra* geravam preocupações e, muitas vezes, tristeza, desânimo e até medo. Quanto mais transitava pela cidade, mais observava diversos elementos urbanos que orbitavam em torno da *força do bem*. Um profícuo movimento atrelado a uma velha/nova onda de militarização que se oxigena no país e povoa as Secretarias de Segurança Pública dos municípios, outras tantas instituições, enfim, adentra no universo social e político atual. As próprias eleições de 2018 e os modos como as pautas municipais de “segurança” foram construídas demonstram claramente esse argumento. Era como puxar um fio do militarismo e *guerra* local e descobrir que arrastava um novelo repleto de outros tantos fios e em conexão, e esse movimento criava uma sensação de curiosidade. Cabe pontuar que o interesse pelo tema não se trata de uma apologia à violência ou à guerra cidadina, mas simplesmente um modo de

pesquisa atento aos cotidianos, de levar a sério as “narrativas” (Forero, 2002, p. 45; Jimeno, 2010) dos interlocutores, de ouvir e observar as próprias produções dos interlocutores de como “vivem seus conflitos e modos de resolução”, entender a “representação de si e de um determinado grupo” como ensina Jimeno (2007). É um estudo interessado em acessar as formas de conhecimento e representação de determinados grupos sociais, a partir da cidade de Luzia, mesmo que, por diversas vezes, minhas convicções políticas fossem radicalmente contrárias as de meus interlocutores. Dessa posição não cabia, por exemplo, produzir uma argumentação, a priori, de acusação da *força do bem* como algo em desacordo com os parâmetros legais (isso fica a cargo de um debate no campo jurídico, embora tantas vezes me pareciam nítidas as ilegalidades em jogo). Era necessário entender as escolhas, as estratégias, as apostas dos meus interlocutores, por mais dolorosas que parecessem aos meus olhos e por mais difícil que fosse ouvir determinados argumentos. Por mais que minhas crenças e valores fossem completamente diferentes, em algumas posições radicalmente divergentes, tentei ao máximo aprender a cada conversa, manter a curiosidade a cada local que era me concedido permissão para adentrar, ter um respeito radical frente às compreensões de mundo dos meus interlocutores - algo feito da mesma maneira quando estudei outros *irmãos* no mestrado (Santos Silva, 2014).

A pesquisa somente foi viável pelo anonimato de pessoas e da cidade. Fiz uso desta estratégia já utilizada em pesquisas com grupos criminalizados no Brasil (Barbosa, 1998; Biondi, 2010; Marques, 2009, VA Marques, 2013; Hirata, 2010) e também exemplos internacionais de longa data e tradição (Whyte, 2005 [1943]) para assegurar conversas francas e acessos que dificilmente conseguiria expondo o registro de nomes e localidades. Deixava explícito a cada diálogo o tipo de pesquisa em desenvolvimento, mesmo que dificultasse o acesso a outros interlocutores. Não foram raras as sugestões e a surpresa de muitos frente à minha decisão de estudar a cidade e sua agenda de “Segurança Pública”. Em momentos de franqueza, mostrou-se um estranhamento importante, como a moradora Ana que me perguntou: *Mas pra que serve isso?* Uma forma de desconhecimento do trabalho de pesquisa que exercia outras tantas reflexões e até me permitia um uso estratégico. Desde a graduação, lidava com a situação do trabalho de pesquisador no campo das Ciências Sociais e, sobretudo, de etnógrafo que dispensa horas, dias e anos em diálogos e trajetos por vielas e ruas. Uma

pesquisa literalmente com suor e dor. Os locais eram abertos para *o menino* (mesmo que com 40 anos) *que gosta de ouvir*, aquele *que está estudando*, *conversa com ele*, *é tipo psicólogo*. Nesses processos eu acessava outros interlocutores e mais portas eram abertas. A desconfiança do trabalho do pesquisador me colocava sempre na posição de ser testado a respeito dos conhecimentos da *realidade* local. Esse movimento produzia outros tantos questionamentos e momentos utilizados para impulsionar outras perguntas e interlocutores. Alguns interlocutores da Guarda Municipal da Cidade de Luzia diziam: *Olha, precisa ler isso; tem que assistir a palestra do Moisés; fala com o Pedro porque ele tem mais tempo de casa. Não existe curso de ROMU, é curso de Patrulhamento Tático, entendeu? Vou te explicar! A gente tem uma história!* Cabe informar que meu acesso ao universo militar e bélico da cidade de Luzia se iniciou por contatos anteriores a essa pesquisa. Já tinha realizado conversas extensas com dois guardas municipais da cidade, antes mesmo do meu trabalho como pesquisador.

O trânsito dessa pesquisa ocorreu por desdobramentos dessas e outras conversas. Essa rede funcionou rapidamente para andar por bairros, associações, Conselho de Segurança (CONSEG) e Câmara dos Vereadores local. Por fim, e depois de muita insistência, pude também entrar na Secretaria de Segurança Pública de Luzia e acessar o universo da *formação* das equipes de Ronda Ostensiva Municipal (ROMU). O acesso à Secretaria ocorreu depois de muitas tentativas e mediação de outros tantos interlocutores que me fizeram transitar por longo período pela cidade. Tive uma conversa longa com o Comandante Aragão da Guarda Civil Municipal da cidade de Luzia. Nesta conversa, coloquei algumas questões iniciais e que, desde o primeiro diálogo, foi responsável em introduzir alguns olhares para a pesquisa. O Comandante em uma instituição civil que reproduz uma hierarquia verticalizada, mimética a outros espaços militares, me *concedeu permissão* para realizar a minha pesquisa e dessa acolhida e generosidade não vou esquecer, assim como os demais interlocutores e suas contribuições. Assim, a pesquisa ganhou características não imaginadas inicialmente de “Multi-sited ethnography” (Marcus, 1995) pelos próprios atributos da *força do bem*, que se ancoram ou atravessam diversas composições políticas, sociais, morais e interesses econômicos. Assim, transitei por pelo menos três “grandes grupos”:

Moradores	Empreendedores Morais	Agentes Públicos
Moradores que em diferentes medidas apoiam a presença e atuação das equipes militarizadas.	Participantes do CONSEG; Líderes comunitários. Candidatos aos cargos públicos da cidade.	Comandante da Guarda Municipal de Luzia; Inspetores; Guardas Municipais; Palestrantes (guardas municipais de outras cidades; Policiais Militares; Consultores de Segurança pública/privada); Assessores parlamentares.
Moradores que identificam seus respectivos bairros como locais em transformação do ordenamento interno.		

A circulação da *força do bem* me arrastava por percursos urbanos imprevisíveis ao início da pesquisa, mas lógicos e coerentes agora. Dizia a respeito de uma rede de relações interligadas de militarismo e *guerra*, algo como a Secretaria de Segurança Pública elucida pontos do urbano e o mundo urbano elucida pontos da Secretaria. A pesquisa de campo se desenvolveu ao longo dos anos de 2017 (primeiras incursões), durante o ano de 2018 e início de 2019 que resultou em pouco mais de 400 páginas de diários de campo. Optei por estabelecer diálogos informais e uma atenção às “narrativas” produzidas em distintos espaços institucionais e da vida urbana. Incluía-se nesse universo a coleta de documentações e atenção para as *formações* dentro da Secretaria de Segurança Pública de Luzia, destinadas às equipes de ROMU (Ronda Ostensiva Municipal) que contavam com a participação de convidados externos, de outras Secretarias de Segurança Pública Municipal ou mesmo de profissionais que instruíam e vendiam serviços e consultorias. Em todas essas etapas de pesquisa de campo eu lidava com horários também imprevisíveis. Poderia iniciar às 7 horas da manhã e acabar no último horário do trem de volta para a cidade de São Paulo. No trajeto para casa, já esboçava mapas mentais do que tinha ouvido e sentido e já na minha residência, construía os diários de campo.

Vale dizer que se tratou de um trajeto de pesquisa inimaginável até pouco tempo atrás, pois antes de qualquer trabalho e estudo a respeito de cidade e agenda de segurança, minha trajetória de vida me colocava em outros lugares e leituras de mundo. Na infância, já tinha *perdido* dois primos que moraram parte de suas vidas com a minha família em São Paulo. Eles foram assassinados em sua cidade de origem, Caruaru – Pernambuco, supostamente entre o conflito do mundo do crime e policiais. Eu sou de um local também periférico de São Paulo e de uma geração que presenciou a *época das matanças*³⁶, uma geração que “aprendeu” a “conviver” com uma determinada presença do Estado às “margens”, majoritariamente pautadas com a força do coturno, e com uma desconfiança das maquinarias da “Segurança Pública”. Trago na alma as marcas dessa geração que experimentou uma determinada presença policial e de outros tantos atores em disputa, sobretudo ligados ao tráfico de drogas e aos grupos de extermínio. Nessas histórias periféricas e pessoais, perdi na adolescência dois amigos próximos (amigos de horas de videogame em casa e futebol na rua). A respeito desses casos, diziam os rumores do bairro que os executores também orbitavam entre *bandidos* e/ou policiais, mas cabe registrar que em nenhum dos casos houve uma investigação oficial. Anos depois, fui entender que era “praxe” no Brasil que não houvesse investigação de homicídios, quando a vítima é de determinada população, local e cor de pele. Dessa experiência pessoal, evidentemente extraí certa “estranheza” e o medo da presença policial, algo que se intensificou ao longo da vida em pelo menos duas ocasiões. A primeira dessa ocasião, em 1997, quando um grupo de policiais militares, em um dos cruzamentos mais caros de São Paulo, entre a Avenida Faria Lima e a rua Cidade Jardim, “suspeitaram” da minha presença por ali, na companhia de um amigo. Com armas apontadas, revistas e esculachos, os policiais perguntaram: *O que vocês estão fazendo aqui?* Em uma segunda experiência, no início dos anos 2000, em decorrência de um trabalho social, eu e o irmão da vítima de um homicídio denunciávamos a atuação de policiais militares. Imaginávamos que cumpríamos com nosso dever de “cidadãos”, e que as polícias iriam acolher a denúncia e apurar os fatos. A reação dos policiais, no entanto, foi diferente do que esperávamos. Depois de apresentarmos nossa denúncia, ouvimos de dois policiais militares ali presentes a seguinte frase, da qual não

³⁶ Referência comum entre interlocutores da faixa etária dos 40 anos que vivenciaram a década de 1990 nas periferias paulistas.

me esqueci: *quando a água baixar, boto esses para fritar também!* Portanto, sou atravessado há tempos pelos temas dessa tese, me interesso por questões que orbitam entre o universo urbano e violência, como diz bell hooks “encontrei na vida intelectual um refúgio, um abrigo onde podia experimentar uma sensação de atuar sobre as coisas” (bell hooks, 1995, p. 466), de produzir saber a partir da “realidade” em que convivi e em que muitos próximos a mim convivem. Atenho-me aqui às composições de força que desejam, articulam, constroem uma *guerra* citadina e seu militarismo para realizar essa pesquisa que carrega uma pergunta mediocrementemente simples. Um questionamento de grosso modo parecido com o que Adorno (1995, p. 121) já realizou em outro contexto: Porque as pessoas são capazes de cometer tais atos? Mas antes de avançar nas análises desse universo, no entanto, cabe expressar uma advertência óbvia, mas necessária, de que o universo periférico e urbano se constitui por diversas outras frentes, olhares, mundos sociais e políticos que eclodem nas últimas décadas.

Por fim, menciono que a pesquisa passou por interrupções abruptas. Logo nas primeiras incursões de pesquisa, ainda no ano de 2017, tive um deslocamento de retina no meu olho esquerdo. A lesão exigiu três cirurgias complexas e outros tantos procedimentos médicos que se estendem até o momento em que escrevo esse texto. Os períodos de recuperação a cada procedimento cirúrgico se estenderam para além de vinte dias, seguidos por outros tantos dias e meses de adaptação da visão. Todo esse imbróglio acarretou na suspensão de alguns encontros, seminários e diálogos no campo de pesquisa. Mas diante desse problema e frustração, de horas e dias de cama, também foram momentos que me permitiram reflexões que atravessaram a própria percepção metodológica e análise da pesquisa. Foram etapas em que tive que lidar com meus demônios, mas que me auxiliaram literalmente no olhar que carrego para essa pesquisa. Desde o primeiro procedimento cirúrgico, a nova visão do olho esquerdo se configurou com a inclusão de um cristalino artificial, o uso permanente de óculos de grau e, mesmo assim, com uma perda significativa do campo de visão, de modo que no ano de 2021, fui diagnosticado com uma “visão monocular”. Assim, a lapiseira em cima da mesa no momento em que escrevo é imperfeita, turva e pálida quando vista de forma aproximada somente pelo olho esquerdo e serve como uma analogia possível entre o olho e a visão construída para essa pesquisa. De modo que me alinho a uma ciência que enxerga os processos sociais e políticos do universo urbano reconhecendo a posição do pesquisador

e as visões sempre ativas e parciais. Aprendi com os procedimentos cirúrgicos, com um novo cristalino artificial e adaptado para uma “nova realidade” que a visão do pesquisador é sempre “posicionada”, diria carregada de marcas. O meu olho esquerdo adaptado em conjunto com o olho direito, tornam-se ferramentas ativas que produzem uma “visão” que cada vez mais necessita da audição e do olfato para produzir um sistema ativo de sentido e de leitura do mundo. Desse modo, dialogo com as contribuições de Haraway a respeito dos “instrumentos de visão” que “mediam pontos de vista” em um “lugar em particular” (Haraway, 1995, p. 33), situado e produzindo ciência. Produzo, ao longo da tese, uma ciência ancorada nos ensinamentos da autora, que reconhece que “o mundo nem fala por si mesmo, nem desaparece em favor de um senhor decodificador”, mas sim exige “modos de percepções e traduções” (Haraway, 1995, p.37). Então, convido-os a enxergar a partir de algumas lentes específicas, o universo social e político da cidade de Luzia. Conforme a organização desta tese, o universo local nos levará a compreender a expansão da *força do bem* não apenas ali, mas no Brasil contemporâneo.

2.

A letra da Lei

INTRODUÇÃO

“[...] na verdade, o melhor para o país seria que nem estivéssemos discutindo guarda municipal, teria simplesmente suprimido”. Parlamentar Constituinte Roberto Brandt em uma sessão (Assembleia Nacional Constituinte. Atas de Comissões. P. 227).

Deleuze e Guattari argumentam a respeito da necessidade de se compreender o movimento interligado entre “macropolíticas” e “micropolíticas” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 83). Inspirado nessas reflexões e, sobretudo, por uma curiosidade a respeito da permanência militar que se iniciou ainda nos primeiros dias de pesquisa de campo, o objetivo dessa etapa da tese é analisar essas “macropolíticas” que desenharam a agenda de “Segurança Pública”, olhar para as disputas de saberes e poderes que interferiram inicialmente no modo de atuação da “Segurança Pública” repleto de vitórias do universo militar ainda dentro da própria construção da Constituição de 1988. As pautas que venceram, os grupos que saíram derrotados ou mesmo silenciados, a pavimentação de trilhas favoráveis, ou seja, apresentar um determinado caminho que consolidou algumas balizas dentro dessas “macropolíticas” que pensaram “Segurança Pública” e que reverberaram para pensar “segurança municipal”. Faço uso de reportagens do período, as próprias atas da Constituinte e de reflexões de autores que auxiliam a montar esse estado de coisas, do que chamo de hipermilitarismo e que se sustenta em uma base de longa data no universo social e político.

2.1 A Guerra por outros meios.

[...] Portanto, a política é a guerra continuada por outros meios.

[...] A lei não é pacificação, pois sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder, mesmo os mais regulares. A guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra. Foucault, M. Em *Defesa da Sociedade*, 2005, p. 55-59.

Uma grande estratégia operou sem grandes alardes e trabalhou para que as pautas militares a respeito da “segurança externa” e da “questão interna” (Segurança Pública) fossem acolhidas ao longo da Constituinte³⁷. Esse movimento batalhou de forma coesa, organizada e sistematicamente executada por pelo menos três grandes mobilizações. Primeiro, um conhecimento técnico prévio do universo parlamentar, por meio de participação ativa e diária de profissionais da “Assessoria Parlamentar”³⁸ de diferentes instituições das Forças Armadas, mas com predomínio do Exército Brasileiro. Segundo, um movimento de alocar os debates de interesses militares por caminhos compostos majoritariamente por aliados e, sobretudo, de figuras chaves em postos estratégicos - uma questão que pavimentou uma trilha favorável por entre Subcomissões e Comissões (anexo 1). Desse modo, o universo militar contava com uma série de Parlamentares Constituintes que eram “militares da reserva” ou de apoiadores às demandas militares, em um movimento que conformava uma terceira grande mobilização: a difusão e colonização de saberes militares na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança (Subcomissão IV b) destinada a elaborar as pautas de “Segurança Pública” e nas demais comissões em que se exigia uma defesa das pautas militares. Nesse contexto, os militares, com predomínio da ação do Exército Brasileiro se apresentavam com desenvoltura no contexto político de transição de

³⁷ Surge a Emenda Constitucional Nº 26, de 27 de Novembro de 1985 que “convoca a Assembleia Nacional Constituinte e dá outras providências”. Uma labuta de um ano e oito meses com a participação de 72 senadores e 487 deputados, de 1 de Fevereiro de 1987 até dia 5 de outubro de 1988 (583 dias de trabalhos). A “Nova Constituição” concluiu seus trabalhos com 245 artigos.

³⁸ Assessores Parlamentares do Exército, Marinha, Aeronáutica e do Conselho de Segurança Nacional participavam ativamente da Assembleia Nacional Constituinte conforme aponta o trabalho de (Costa, 1998). O diálogo entre forças militares e o universo político somente intensificaram ao longo da nova República e objeto de uma análise aproximada no próximo capítulo.

regimes e desse modo solidificaram teses e maquinarias dentro da agenda de “Segurança Pública”.

Observa-se que o entendimento a respeito de “Segurança Pública” e suas maquinarias foram alvo de debates e interesses durante aqueles 583 dias (de 1º de fevereiro de 1987 a 5 de outubro de 1988) da Assembleia Nacional Constituinte³⁹, uma oportunidade rara de romper com o militarismo dentro das polícias e, sobretudo, de extirpar os olhares bélicos que de longa data povoam o debate. Entretanto, o movimento ativo no processo de transição entre regimes, conforme descreve o autor Zaverucha (2005) foi proporcionado por militares, que produziam uma “democracia tutelada” ou “tutela amistosa”, formas de participação nas etapas decisórias da política nacional. Mesmo antes do início dos trabalhos da Constituinte, os militares já ensaiavam suas incursões dentro do contexto político parlamentar com a finalidade de impor suas percepções. Os militares de longa data estabeleciam diálogos com outras instituições⁴⁰, mas em 1982 ocorreu um movimento direcionado e estratégico com impactos até hoje. Os militares atentos ao processo de transição de regimes instituíram a Portaria nº 277 em 22 de março de 1982 que colocava em exercício uma equipe de “Assessoria Parlamentar” com acesso direto ao gabinete do Ministro do Exército e com trânsito entre parlamentares. Um coletivo de profissionais operava nessa “macropolítica” e tinha como finalidade um profícuo diálogo com o Poder Legislativo (Senado Federal e Câmara dos Deputados) no intuito de articular políticas de interesses do Exército e das forças militares em geral⁴¹. Esse modo de atuação se intensificou, em

³⁹ Uma transição que se fez a custa de muitos ruídos. O caso em junho de 1985 da deputada federal Bete Mendes (PMDB-SP) demonstra que essa mudança de regime se estabeleceu de forma precária e caótica. Bete Mendes em junho de 1985 participava de uma comitiva do Presidente Samey em visita ao Uruguai, e nesse momento reconheceu o Adido Militar do Exército Brasileiro no Uruguai, o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, como seu torturador no período da ditadura. Jornal O Globo. 17 de Agosto de 1985. <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=doc_bnm&pagfis=9444>. Acesso: 17 de Maio de 2020.

⁴⁰ A portaria 705, de 27 de março de 1962 estabelecia: “Art 1 Ao Gabinete do Ministro incumbe: 5) Estabelecer ligação entre o Ministério da Guerra e demais órgãos dos Poderes da República. Os oficiais destacados, a partir de 1967, passaram a ser chamados de assessores especiais, dignados em caráter temporário para acompanhar assuntos específicos de interesses do Ministério do Exército” (Costa, 1998, p.50)

⁴¹ Essa estrutura e articulação política do Exército se intensificou ao longo das décadas e hoje ganhou capilaridades, sobretudo com Portaria 597/2000 que determina a implementação de Assessores Parlamentares em cada Comando Militar de área. Entre as diversas missões: “Acompanhar as atividades do Poder Legislativo nas esferas estadual e municipal, objetivando apoiar a aprovação de proposições de interesse do Exército Brasileiro e a rejeição das desfavoráveis”; Acompanhar a situação política, em sua área de responsabilidade, identificando os possíveis reflexos para a Força; Transmitir aos parlamentares informações sobre as atividades e peculiaridades da Instituição, defendendo seus interesses e contribuindo

1985 e já contava com a suplementação de mais outros oficiais do Gabinete do Ministério do Exército para “trabalhar próximo” aos Senadores e Deputados (Costa, 1988, p. 51).

Portanto, quando se iniciaram os trabalhos dos Constituintes, já existiam bases sólidas e um conhecimento minucioso do campo político por parte dos “Assessores Parlamentares” vinculados ao Exército Brasileiro, bem como de Assessores Parlamentares atuantes de outros “Ministérios Militares”. Munidos dessa experiência, os militares eram uma força política que como poucos coletivos tinham uma estratégia bem delimitada e de acessos privilegiados dentro do contexto parlamentar. O protagonismo da Assessoria Parlamentar do Exército se demonstrava pelo seu vínculo direto com o Gabinete do Ministério do Exército e pelo apoio de toda a estrutura do próprio aparelho militar, que naquele momento estava voltado para os trabalhos da Constituinte. O Centro de Informações do Exército (CIEEx) acompanhava os assuntos políticos, o Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx) tinha a função de relações entre Exército e a sociedade civil, a Consultoria Jurídica (CJ) visava prestar consultoria jurídica aos pareceres, relatórios e decisões e os “Assessores parlamentares” transitavam no dia a dia por entre corredores, salas e encontros com os parlamentares Constituintes (Costa, 1998, p. 65). Um movimento político que a imprensa observava com atenção:

O general explicou que o Exército há muitos anos vem fazendo o acompanhamento dos trabalhos legislativos e que, durante a Constituinte, dedicará uma atenção especial ao processo. Leônidas Pires Gonçalves. Reportagem: Já está pronto o “lobby” militar. Jornal de Brasília. 04 de Fevereiro de 1987.

Uma presença que consistia em pelo menos doze oficiais⁴², sendo oito Assessores Parlamentares no início dos trabalhos da Constituinte, suplementados por

para a preservação de sua imagem; Identificar eventuais posicionamentos antagônicos em relação ao Exército, a fim de neutralizá-los e Estabelecer contato com os parlamentares federais quando estes se encontrarem em seus estados, contribuindo para facilitar o encaminhamento dos pleitos do Exército Brasileiro na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Portaria Nº 597 de 06 de Novembro de 2000.

⁴² Costa informa que pelo menos 12 oficiais tinham a função de atuar dentro da Constituinte (Costa, 1998). O jornal Folha de São Paulo descreve que o trabalho foi executado por uma “tropa de choque” liderada por um General de Brigada, Werlon Coaracy, um Coronel Gilberto Serra para as pautas do

mais quatro “assessores especiais” para “dar conta” do volume de trabalho. (Costa, 1998, p. 66). Era uma equipe ativa entre os parlamentares e que Oliveira descreve da seguinte maneira:

Apoiados em assessorias atuantes no Congresso, os militares mobilizaram apoios, identificaram aliados, combateram teses e movimentos, atuando com desenvoltura que seguramente faltou a outros lobbies. De certo modo, para espanto de muitas forças que também faziam lobby, mas não reconheciam as outras forças o mesmo direito e a mesma legitimidade de procedimento, os militares atuaram eficazmente e discretamente no interior da Constituinte. (Oliveira, 1994, p. 122).

Os militares estabeleceram um movimento de “Assessores parlamentares” que falavam “em nome do Ministro” (Costa, 1998, p. 62), algo capturado pela grande imprensa do período como anunciava a reportagem: “O Lobby Militar faz operação de guerra para garantir vitórias na Constituinte”. Nessa mesma matéria, diferentes Parlamentares Constituintes reconheciam essa força:

Sua eficiência é inegável, porque os assessores são extremamente preparados, conhecem profundamente o assunto de que estão tratando. Reportagem de Marcelo Tognozzi que reproduz fala do deputado Constituinte José Genoíno. Da Sucursal de Brasília. Lobby militar faz operação de guerra para garantir vitórias na Constituinte. Folha de São Paulo. 20 de Junho de 1988.

O general Roure (Assessor Parlamentar), assim como os outros assessores militares, me mostraram seus problemas, discutiram abertamente comigo, me abriram o acesso a ministros —como o da Aeronáutica, Moreira Lima— e eu, que defendia a aprovação da emenda baseada na comissão Afonso Arinos (que limitava a intervenção interna dos militares), acabei votando no texto do Centrão. Reportagem de Marcelo Tognozzi que reproduz a fala do deputado Constituinte José Tavares. Da Sucursal de Brasília. Lobby militar faz operação de guerra para garantir vitórias na Constituinte. Folha de São Paulo. 20 de Junho de 1988.

Com os “Assessores Parlamentares” os militares conseguiram transitar com desenvoltura e apresentar suas propostas de seus interesses dentro da Constituinte. Foi

Exército. O capital de mar e guerra Luiz Paulo Aguiar Reguffe, posteriormente substituído por outro Capitão de Mar e Guerra, Alberto Annarumma para questões da Marinha. E por fim, para debater questões de interesse da Aeronáutica, o Tenente Coronel Pedro Josino Cordeiro. Lobby Militar faz operação de Guerra para garantir vitórias na Constituinte. 2º de Junho de 1988.

nesse movimento que o “Centro de Comunicação Social” chegou a distribuir uma cartilha de divulgação aos Parlamentares Constituintes para ajudar a esclarecer os políticos em temas “atinentes às Forças Armadas”:

No cumprimento de sua vocação tradicional de servir, o Exército divulga estes subsídios, no intuito de contribuir para o esclarecimento de temas atinentes às Forças Armadas, em debate na opinião pública ou, mais especificamente, na Assembleia Nacional Constituinte. **Temas Constitucionais: Subsídios.** 1987. Centro de Comunicação Social do Exército. (Anexo I) in: (Costa, 1998, p. 171)

Observa-se que as cartilhas destinadas aos Constituintes traziam um dos temas “atinentes” ao Exército Brasileiro: a questão da “Segurança Pública” e das Polícias Militares:

Na Competência da União, propõe-se o seguinte:

Compete à União: organização, efetivos, material bélico, instrução, justiça e garantia das Polícias Militares e condições gerais de sua convocação, inclusive, mobilização.

Na competência expressa dos Estados:

As Polícias Militares, instituídas para a manutenção da ordem pública nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal e os Corpos de Bombeiros militares são considerados forças auxiliares, reservas do Exército. **Temas Constitucionais: Subsídios.** Centro de Comunicação Social do Exército. 1987. (Anexo I) in: (Costa, 1998, p. 171-173).

A Cartilha apresenta uma fundamentação para a proposta do Exército Brasileiro que reivindica uma tradição militar comum:

O Fato Histórico

As Polícias Militares, no Brasil, existem desde os tempos coloniais, pela necessidade de haver um elemento de força, para emprego em conjunto, em ações policiais de vulto, sob a organização e disciplina militar. Nas guerras externas ou nas campanhas internas, atuaram sob mobilização militar, enquadradas pelo Exército, e prestaram larga soma de serviço ao País. Com a República, a Federação nascente não seguiu o exemplo do modelo norte-americano, em que a União controla as milícias, sujeitas à convocação em tempo de paz e em tempo de guerra.

Os Exércitos Estaduais

A União, na primeira Constituição Republicana, somente dispunha de competência para legislar sobre a Polícia da Capital Federal; a experiência republicana da falta desse controle, por parte da União Federal, foi

desastrosa. Estados-Membros organizaram verdadeiros Exércitos Estaduais, contrariando o princípio federativo, já exposto anteriormente, sobre o papel das Forças Armadas e a supremacia da União, no campo interno. A organização, o armamento e a instrução das Forças Públicas eram, muitas vezes, semelhantes a do Exército e não adequados ao papel que devem desempenhar modernamente, ligado à Segurança Interna, em tempo de paz, e à Defesa Territorial, em tempo de guerra.

Solução Moderna, Adequada e Econômica para o País

Justifica-se, plenamente, a competência da União para legislar sobre as Polícias Militares pela necessidade de padronização, em todas as Unidades da Federação, nos aspectos de formação, ensino, instrução e organização que tornem possível mobilização ou convocação para a Defesa Interna ou Defesa Territorial. Há, também, exigências de planejamento integrado das Polícias Militares com o Exército, tendo em vista situações de excepcionalidade. Em não sendo as Polícias Militares reservas do Exército, haverá necessidade de aumento de efetivo da Força de Terra, criando-se uma Guarda-Territorial de pelo menos 150 mil homens, o que oneraria, pesadamente, os orçamentos da União. Os 300 mil homens da Polícia Militar podem, de forma prática e racional, prestar a sua colaboração na manutenção da ordem pública e auxiliar as Forças Armadas, nos aspectos mais abrangentes da Segurança Nacional. Temas Constitucionais: Subsídios. 1987. Centro de Comunicação Social do Exército. (Anexo I) in: (Costa, 1998, p. 171-173)

A movimentação de militares no dia a dia na Constituinte por meio da “Assessoria Parlamentar” com “temas Constitucionais” explicitavam os interesses e estratégias a respeito da “Segurança Pública”, muito além do zelo pela defesa diante de possíveis inimigos externos. Essa mobilização dentro da Constituinte era lapidada por sujeitos em posições específicas e favoráveis ao universo militar. Observa-se que o tema da “Segurança Pública” ficou alocado na “Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança” (Subcomissão IV b) vinculado à “Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições” (**Grupo IV**). Essa posição da Subcomissão dentro de uma determinada Comissão específica era uma movimentação estratégica do campo militar. Uma sequência possível e lógica seria alocar “Subcomissão Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança” dentro da “Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo”, já que se tratava de questões referentes às organizações e maquinarias de defesa e de segurança, ou seja, maquinarias de poder. Entretanto, como afirma o autor Miguel (1999) apud, Rivero e Rodrigues (2009), o desenho da Constituinte vencedora era de uma mobilização de forças militares alocando seus interesses na “Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições”, pois continha Parlamentares Constituintes “conversadores” ou mesmo militares da reserva que atuavam como Parlamentares

Constituintes que potencializavam uma trilha muito mais positiva aos interesses militares. (MIGUEL, 1999, p. 3 apud Fontoura, Rivero & Rodrigues, 2009. p. 139 - 140). A ata da primeira reunião da “Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições” descreve a vitória e nomeação do presidente da Comissão, um notório político de trajetória militar:

Usou da palavra o Senhor Constituinte Mário Covas, para informar que pelo critério da proporcionalidade, com acordo feito pelas várias lideranças dos partidos, o PDS ficou com a Presidência desta Comissão. E aproveitando a oportunidade manifestou homenagem pessoal, pelo fato de que a Comissão certamente será enriquecida por contar com a Presidência do Senador, companheiro, Ministro e ilustre homem público Jarbas Passarinho. ATA 1º Reunião (instalação). Diário da Assembleia Nacional Constituinte, p. 35. 26 de Junho de 1987.

Então a própria “Comissão Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições” que acoplava demandas advindas da “Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança” tinha como presidente o Senador Jarbas Passarinho, um coronel da reserva com notório trânsito no alto escalão militar, como nos governos dos Generais Costa e Silva, Médici e Figueiredo. Foi ministro em diferentes pastas e um dos seus feitos foi ser signatário do “Ato Institucional” de número 5 que, entre tantas repressões, incluía o fechamento do Congresso⁴³ em 1968. A relevância de Jarbas Passarinho entre os militares e sua força política pode ser mensurada na notícia que circulou durante o período da Constituinte:

Carta [Carta Magna] é tema de Leônidas [Ministro do Exército] com generais. Cerca de 40 oficiais generais da reserva, residentes em Brasília, almoçaram ontem com o ministro Leônidas Pires Gonçalves e os generais da ativa comissionados em Brasília. Durante o almoço, o ministro falou aos presentes sobre suas preocupações em relação aos rumos que toma a elaboração da Carta Magna do país, principalmente na parte relativa a temas militares como o projeto da anistia aos punidos que desejam retornar ao

⁴³ “Sei que a Vossa Excelência (referência a Arthur da Costa e Silva) repugna, como a mim, e creio que a todos os membros deste conselho, enveredar para o caminho da ditadura pura e simples, mas parece que claramente é esta que está diante de nós. Eu seria menos cauteloso do que o próprio ministro das Relações Exteriores, quando diz que não sabe se o que restou caracterizaria a nossa ordem jurídica como não sendo ditatorial, eu admitiria que ela é ditatorial. Mas, às favas, senhor presidente, neste momento, todos, todos os escrúpulos de consciência”. Trecho do discurso do de Jarbas Passarinho então Ministro do Trabalho e Previdência Social do Governo de Arthur da Costa e Silva em reunião no Conselho Nacional de Segura a respeito da Instituição do Ato Institucional de número 5. <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/reuniao/index.html>. Acesso dia 22 de Outubro de 2019.

serviço ativo com indenizações financeiras e promoções a que teriam direito, como se no serviço ativo permanecessem. O almoço dos generais, que contou com a presença de militares da reserva com assento na Constituinte, tendo à frente o senador Jarbas Passarinho, foi uma confraternização entre oficiais-generais da ativa e os militares da reserva, como parte da programação de abertura da Semana do Exército. Correio Brasiliense. Caderno Política. 20 de dezembro de 1987. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/134287/Agosto%2087_%20-%200124.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso dia 31 de Janeiro de 2020.

Incluía-se nessa pavimentação de uma trilha favorável aos militares dentro da própria “Comissão de Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições” na Constituinte o relator, Luiz Humberto Prisco Viana⁴⁴(PMDB/BA), uma figura que iniciou suas atividades políticas dentro do partido de apoio ao regime militar de 1964, a Aliança Renovadora Nacional (Arena):

Tenho a alegria de poder indicar para Relator da Comissão, e solicito que tome assento à Mesa, o nobre Deputado Prisco Viana. ATA 1º Reunião (instalação). Diário da Assembleia Nacional Constituinte, p. 36. 26 de Junho de 1987.

A trilha favorável aos interesses militares também se compunha na própria “Comissão de Sistematização”, local de onde o anteprojeto da “Comissão Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições” deveria transitar. Essa Comissão nomeou o Deputado Constituinte Bernardo Cabral (PMDB/AM) como relator⁴⁵. Era um posto central na cadeia de organização da Constituinte, pois era nesse ambiente onde se consolidava as propostas das vinte e quatro “subcomissões” que eram debatidas posteriormente nas oito “Comissões” temáticas antes das votações finais em Plenário⁴⁶. Observa-se que a eleição dentro da Comissão de Sistematização já apresentava alguns

⁴⁴ Em 07 de Dezembro de 1988 foi condecorado com a Medalha do Superior Tribunal Militar (STM). https://stm.jus.br/images/almanaque_2020.pdf. Acesso dia 23 de Novembro de 2019. E durante 1985 até 1988 foi Conferencista nos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG). Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-humberto-prisco-viana>. acesso: dia 23 de Novembro de 2019.

⁴⁵ Um deputado com vasta experiência por entre agendas de segurança pública e do sistema judiciário. Ver biografia: < <https://www.camara.leg.br/deputados/139159/biografia>>. Acesso dia 25 de Janeiro de 2020.

ruídos, pois a escolha do presidente, Vice-presidente e demais membros da Comissão foi objeto de um longo debate do Deputado Constituinte José Genuíno (PT/SP). Segundo o Parlamentar Constituinte, a Comissão fazia a inclusão de novos membros de forma errônea, saía de 49 para ter no dia da votação 52 membros na Comissão. Desse modo, o deputado pedia a suspensão temporária e adiamento da eleição. A recomendação foi refutada pelos demais membros e então, a Comissão elegeu como presidente o Senador Afonso Arinos (PFL/RJ)⁴⁷, o Deputado Aluizio Campos (PMDB/PB)⁴⁸ como Primeiro Vice-Presidente e o Deputado Brandão Monteiro (PDT/RJ)⁴⁹ como Segundo Vice-Presidente e relatoria para:

Prosseguindo, o Senhor Presidente designou para o cargo de Relator da Comissão o Senhor Constituinte Bernardo Cabral (PMDB/AM). Diário da Assembleia Constituinte (Suplemento), p. 170. 8 de Maio de 1987.

Por fim, o local embrionário dos projetos e discussões de “Defesa” e “Segurança Pública” era na “Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança”, e tinha como relator o deputado Ricardo Fiuza (PFL/PE), um dos líderes da “coalizão conservadora” da Constituinte⁵⁰ que, segundo o autor Zaverucha era um deputado que afirmava não ter “nenhum conhecimento pelos assuntos militares, mas que apoiou todas as demandas trazidas da composição militar” (Zaverucha, 2010, p. 46). Sua posição dentro da Subcomissão pode ser mensurada por algumas defesas:

⁴⁷ Um dos mais experientes Parlamentares Constituintes, com vasta história nas relações de poder no país. Ver bibliografia: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-arinos-de-melo-franco>>. Acesso dia 23 de Janeiro de 2020.

⁴⁸ Administrador de empresas, advogado e pecuarista. Com formação na Escola Superior de Guerra (ESG). Biografia: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aluisio-afonso-campos-1>> Acesso dia 25 de Janeiro de 2020.

⁴⁹ Político com biografia vinculada inicialmente ao movimento estudantil, UBES e com vasta luta contra a ditadura. Preso mais de 11 vezes e torturado. Anistiado em 1979. Ver biografia: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-carlos-brandao-monteiro>>. Acesso dia 25 de Janeiro de 2020.

⁵⁰ O Jornal Folha de São Paulo do dia 6 de Setembro de 1987 chamava tanto a Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança como a Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições como “reserva de mercado dos conservadores”. Identificava uma maioria de 65% considerados de centro e de direita. Já na Comissão essa maioria era superior, chegava a 70 %. Reportagem de Marcelo Xavier de Mendonça. Forças Armadas Querem manter funções da Carta atual. Domingo, 6 de Setembro de 1987. 1º Caderno. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/152344/Set_87%20%200060.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso dia 27 de Agosto de 2020.

A condição de forças auxiliares e de reserva do Exército, tanto para as Forças Policiais como para os Corpos de Bombeiros, além de já pertencerem a nossa melhor tradição constitucional e longe de significar qualquer subordinação, traz sem dúvida, indiscutíveis vantagens à operacionalidade desejada, seja para a defesa territorial - em caso de guerra - seja para a manutenção da ordem interna. Anteprojeto do Relator Deputado Constituinte Ricardo Fiúza (PFL/PE). IV-B – Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, p. 30.

Observa-se que a pavimentação de uma trilha favorável aos militares na “Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança” se consolidava pelo relator e uma maioria de Parlamentares Constituintes que reivindicavam a manutenção ou pequenas mudanças no arranjo institucional modelado no período ditatorial, onde não se mexia na estrutura militar, de modo a pavimentar de longa data a agenda de “Segurança Pública”. Um ambiente composto por 19 membros titulares e 20 suplentes foi colonizado por Parlamentares Constituintes em sua maioria com relações com as forças militares, agentes da “segurança pública” e com visões conservadoras do tema. Conforme aponta Fontoura, Rivero e Rodrigues (2009), ainda contavam com uma falta de proposta “homogênea” das alas progressistas:

Diferentemente das Forças Armadas e das corporações policiais, contudo, os grupos mais progressistas e ligados à esquerda não tinham proposta homogênea para as polícias e a área de segurança pública. Alguns profissionais da área, defensores dos direitos humanos e juristas da área criminal defendiam a desmilitarização da polícia, mas esta não era proposta conciliadora e não foi objeto de grandes investimentos por parte das esquerdas. Não ocorreu o que era de se esperar, a participação de uma esquerda ativa para evitar as continuidades do regime militar e repensar as polícias, que haviam atuado tão fortemente durante o regime, e que deveriam ser remodeladas para atuarem em um Estado democrático. Com isso, a subcomissão acabou, em grande medida, sendo dominada pelos atores que defendiam basicamente a manutenção do arranjo institucional modelado no período ditatorial. (Fontoura; Rivero e Rodrigues, 2009, p.141).

Observa-se que essa presença militar no debate Constituinte e especificamente no local embrionário das discussões acerca de “Segurança Pública” na “Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança” contava com alguns pontuais contrapontos como a participação do Deputado Constituinte José Genuíno (PT/SP), um histórico militante vinculado aos grupos de esquerda que viveu parte do final da década

de 1960 e início dos anos de 1970 na clandestinidade e fora anistiado somente em 1979⁵¹ e também o Deputado Constituinte Iram Saraiva (PMDB), advogado de presos políticos durante o regime militar. Eram lideranças que tentavam romper com as forças militares no local embrionário das discussões de “segurança pública” na Constituinte. Entretanto, na mesma Subcomissão estavam presentes os Parlamentares Constituintes com trajetórias dentro do universo militar como Ottomar Pinto (PTB/RR) e Arnaldo Lopes Martins (PMDB/RO) e toda uma força conservadora. O desenho partidário se configurava da seguinte maneira:

PARTIDOS	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT
NÚMERO DE PARLAMENTARES	11	4	1	1	1	1

Fonte: https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/biografia-dos-parlamentares-constituintes. Acesso: 29 de Maio de 2020.

A grande movimentação militar na Constituinte ia além de nomes de peso ou mesmo de uma base alinhada aos seus interesses. Ao longo da Constituinte propagava-se saberes dentro da própria “Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança” alinhados aos interesses militares. Uma série de “audiências públicas” permitiu que o universo militar apresentasse algumas teses. Mesmo com compreensões distintas entre os especialistas militares, tudo transitava por percepções desse campo de saber, com raras falas da “sociedade civil” ou vozes divergentes. Uma das exceções foi o representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, com uma fala a respeito “Natureza, Finalidade e característica do Estado”, o representante civil fazia uso de três teses que “resumem a posição da OAB” que são os trabalhos de Miguel Reale Júnior - Liberdade e Segurança Nacional, de Fábio Konder Comparato – Democracia e Segurança e por fim, a tese de Raimundo Faro – Democracia e as Forças Armadas, “formas definitivas a respeito desses temas – são aquilo que a OAB vem pensando ao longo desses últimos anos”. (Márcio Thomaz Bastos. Assembleia Nacional Constituinte. Atas das Comissões. Suplemento 98. 19 de Julho de 1987. p. 31). Uma

⁵¹<http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-genoino-neto>.
<https://www.camara.leg.br/deputados/73540/biografia>. Acesso: 19 de Maio de 2020.

percepção que trazia uma crítica à “ideologia da segurança nacional” e o modo como se desenhava a mentalidade estatal a respeito de “segurança pública”:

A Lei de Segurança Nacional é algo que tem um estranhamento e uma mistura muito grande com o lado pior da nossa história recente, da História do Brasil com que ela teve de repressão, da História do Brasil do que ela teve de violência. Ela, com altos e baixos, tem sido sempre uma lei processualmente cruel. De modo que a nossa posição, neste sentido, é de que a defesa das instituições do estado democrático e da sociedade civil se faça na legislação comum e perante a jurisdição comum, e não perante a Justiça Militar como indefensavelmente isso vem sendo feito até hoje. (Márcio Thomaz Bastos. Assembleia Nacional Constituinte. Atas das Comissões. Suplemento 98. 19 de Julho de 1987. p. 32-33).

O posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil deflagra a complexidade e as diferentes percepções da sociedade civil com relação ao “desmonte” da Lei de “Segurança Nacional”, a “Segurança Pública” e as “Polícias Militares”, pois, para estas era possível a sobrevivência dessas leis

Penso mais, neste primeiro momento em que tenho a honra de falar perante esta Subcomissão, que o importante é que a política de segurança, na medida em que se desmonte o arcabouço constitucional da ideologia da segurança nacional é alguma coisa que tem que ficar sob a responsabilidade e a execução, não apenas do Executivo, mas de todos os poderes, acredito que uma questão polêmica, como é a questão da manutenção ou não das Polícias Militares deva ser resolvida afirmativamente, no sentido que a Polícia Militar é um organismo que merece sobrevivência, nas circunstâncias concretas do Brasil, desde que se lhe deem os instrumentos para que não seja manipulada e usada. Ela deve perder a vinculação que tem com o Exército de modo que, efetivamente, possa ter condições de ser uma Polícia que não seja uma força auxiliar nem dos governadores, nem do Ministro do Exército, mas que seja efetivamente aquela polícia que funciona modelarmente na maioria dos Estados. Márcio Thomaz Bastos. Assembleia Nacional Constituinte. Atas das Comissões. Suplemento 98. 19 de Julho de 1987. p. 33.

Na própria linha “progressista”, conforme o argumento anterior, existia quem defendesse a manutenção do militarismo dentro da agenda de “Segurança Pública”, merecia uma “sobrevida”, uma força que para um Parlamentar Constituinte está entranhada na “vida brasileira”:

Não é possível, no desenho de uma nova ordem constitucional no Brasil, simplesmente se desejar apagar a presença da Polícia Militar nas ruas, no patrulhamento, no policiamento ostensivo e no policiamento preventivo. Isso

faz parte da vida brasileira. Constituinte Otomar Pinto. Assembleia Nacional Constituinte. Atas das Comissões. Suplemento 99. 20 de Julho de 1987. p. 76.

Os “especialistas” que trabalharam dentro das “audiências públicas” a respeito de segurança orbitavam majoritariamente com vínculos ou formações dentro do universo militar, a exemplo do Professor Geraldo Cavagnari Filho, diretor adjunto do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas. Era uma figura divergente do pensamento do governo do período, mas com formação na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e uma longa carreira pública dentro da instituição militar. Desse modo, no total das sete audiências com 24 palestrantes houve pouco aprofundamento e modificações em questões pertinentes à “Segurança Pública” no novo Estado Democrático de Direito. Majoritariamente as autoridades convidadas do universo militar pressionaram pela permanência dos seus interesses, seus coletivos militares ou policiais:

Acho que o mundo está doente, o mundo precisa parar porque ele está vivendo essa doença social, ele está doente e precisa parar para repensar, e nós temos que fazer um reencontro com Deus e voltar a ter um mundo mais sadio que fuja a essa síndrome de violência urbana que todos nós já estamos até aprendendo a coexistir com ela. [...]Mas, tínhamos que fazer uma sublimação na imagem da Polícia Militar, desgastada através dos tempos. Então, essa imagem, esse coração nas vogais, era um momento de sublimação da imagem. Ainda um outro momento: "Todo dia, o dia todo com você"; a mensagem carinhosa do coração na vogal o. "O PM é o seu amigo mais velho". E chegamos a colocar: "Polícia é como criança: perto incomoda e longe faz falta". Na porta dos quartéis: "Seja bem-vindo: aqui você tem um batalhão de amigos". Coronel Mário Nazareno Lopes Rocha, representante da Polícia Militar do Estado do Pará. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Suplemento 100. 21 de Julho de 1987. p. 47 – 48.

Um quadro geral das audiências, convidados e temas descrevem o povoamento dos saberes militares:

PALESTRANTES	TEMAS
Quatro Professores da Escola Superior de Guerra	Natureza, finalidade e características do Estado
General e representante do Ministério do Exército	O Estado e a segurança da sociedade nacional
General de brigada e representante do Estado Maior das Forças Armadas	Defesa do Estado e da sociedade democrática
Contra-almirante e representante do Estado Maior das Forças Armadas	Ideologia de segurança nacional, política de segurança interna e pública
Brigadeiro-do-ar e representante do Ministério da Aeronáutica	Relações das Forças Armadas e poder político (poder civil); relações das Forças Armadas e sociedade civil
Brigadeiro-do-ar e representante do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA)	A prevenção dos crimes, juizados de instrução
Coronel e chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional	O papel das Polícias Militares
Dois Generais da Reserva	O papel das Policias Militares para a manutenção da ordem e tranquilidade públicas
Presidente da OAB	Problema institucional das Polícias Militares
Diretor adjunto do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas – SP	O papel da Polícia Militar
Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil	O Corpo de Bombeiros na defesa da comunidade
Coronel e assessor especial do comandante-geral da Polícia Militar	O papel do Conselho de Segurança Nacional
Tenente-coronel e subcomandante da Brigada do Rio Grande do Sul	O papel das Forças Armadas no regime democrático
Comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Goiás	Problemas de segurança nacional
Assistente do comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo	Voto dos militares
Coronel e comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais	A obrigatoriedade e a universidade do serviço militar
Coronel e comandante-geral do Corpo de Bombeiros do DF	Ministério da Defesa
Diretor-geral do Departamento de Polícia Federal	Permanência das atribuições atuais do Departamento de Polícia Federal
Presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal	
Presidente da Associação Nacional dos Servidores do Departamento de Polícia Federal	

Fonte: (BACKES; AZEVEDO; ARAÚJO. 2009, p. 281-282).

Nota-se uma estratégia bem definida e executada pelas forças armadas e seus aliados que consolidou algumas vitórias expressas no texto final da Constituição. Adiante, destaca-se alguns pontos e seus impactos em pleno Estado Democrático de Direito.

2.2 O saldo da batalha

As mãos que imprimiram suas marcas na “Carta Magna” tiveram uma atenção para as pautas de “Defesa Nacional” e concomitantemente para a manutenção do militarismo dentro da “Segurança Pública”. Nesse cenário, coube para as forças divergentes pouca margem de atuação e somente um papel denunciativo como verbalizou o próprio Parlamentar Constituinte, antes mesmo da conclusão dos trabalhos:

A permanência da tutela militar sobre o Estado é presença inevitável entre os mais evidentes do conservadorismo que caracteriza a chamada Nova República. Ela pode ser comprovada facilmente tanto pelo papel dos militares sob o governo Sarney como pelo que vai se delineando no texto da nova Constituição. O fim da ditadura militar, longe de resolver, apenas reciclou a questão militar no Brasil. Genoino, José. A transição Fardada. Revista Teoria e Debate. São Paulo. Nº1, Dezembro. 1987.

A “Nova Constituição” apresenta a permanência indissociável de maquinarias militarizadas dentro da agenda de “Segurança Pública” e que, segundo o Parlamentar Constituinte Otomar Pinto “faz parte da vida brasileira”. Uma força política que opera nessa dimensão da “macropolítica” com articulações e que vem se dilatando ao longo do processo democrático e sabe conciliar militarismo e jogo democrático. Opera-se de forma para além de suas próprias instituições, interseccionando com outros saberes e contextos, conforme descrição, mais adiante, dos coletivos militarizados dentro de Secretarias Públicas Municipais da Região Metropolitana de São Paulo. Esse modo de fazer parte da vida dos brasileiros se constrói por grandes articulações e vitórias dentro do jogo constitucional e da vida social e política, como a manutenção da própria justiça

militar, especificamente na conformação do Superior Tribunal Militar (STM)⁵² e ademais Tribunais Militares, uma instituição desenhada no período da Constituinte por dez oficiais-generais e cinco civis. Prevaleceu a organização e a jurisprudência militar no Artigo 124 da Constituição Federal de 1988: “À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei”. (Brasil, 1988, Art. 124), uma vitória da articulação dos policiais militares e “Assessoria Parlamentar”. Com o apoio das Polícias Militares (principalmente das Polícias de São Paulo e do Distrito Federal), os Estados com números superiores a 300 mil policiais militares⁵³ deveriam ter suas justiças militares estaduais para julgar condutas e crimes de policiais e bombeiros militares (Costa, 1998, p. 138). Trata-se de uma exigência e uma vitória de longa data, conforme aponta o “III Congresso Brasileiro das Polícias Militares”:

i) Manutenção da Justiça Militar Estadual.

Justificação

A Justiça Castrense, tradicionalmente, sempre se destinou ao julgamento dos delitos cometidos em razão da condição de militares dos que se entregam à atividade de manter a paz e a tranquilidade públicas. São os delitos cometidos em razão da própria condição profissional, da sua atuação, consoante definição que a lei ordinária lhes dá. Sendo Forças Auxiliares do Exército, evidentemente crimes há que somente por militares podem ser cometidos, como é o caso da deserção, da insubordinação etc. "Deve apreciar o fato, e julgar o homem, quem melhor o conheça." Antes de constituir-se em justiça de exceção, é uma justiça especializada (tal como a Eleitoral, a do Trabalho, a Política - na declaração do impeachment etc.) que visa, com a sua agilidade, a manutenção dos princípios disciplinares necessários à preservação da instituição. Não se deve impedir, como hoje ocorre, que todos os Estados-membros da Federação tenham seus Tribunais Militares. Essa discriminação, tanto quanto inconstitucional, interfere na autonomia das unidades federadas. Valtervan Luiz Vieira. Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás. Diário Da Assembleia Nacional. Suplemento 100. 21 de Julho de 1987, p. 52.

⁵² Conforme apresentado no trabalho de Coitinho a respeito da atuação do STM, durante o período de “liberalização da ditadura” nos governos de Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo (1974- 1985): “Não há, nos discursos analisados na Revista do STM, qualquer menção às denúncias de tortura, altamente presentes na imprensa, nas páginas dos processos, seja nos depoimentos dos réus e também em alguns acórdãos, onde alguns ministros pediam a apuração das denúncias de tortura e, caso fossem comprovadas, a responsabilização dos culpados. Tal ausência pode ser compreendida como uma vontade de que tais menções não ficassem gravadas em discursos oficiais para que não passassem para a história do tribunal. Nos julgamentos, é certo que na maioria das vezes o tribunal calou-se, em unanimidade ou não, diante de presos com marcas evidentes de torturas, denunciadas por eles e por seus advogados. Durante a década de 1970, no entanto, foi difícil que o tribunal permanecesse mudo diante de tantas denúncias, o que resultou no pedido de apuração de alguns casos pelos ministros do STM” (Coitinho, 2018, p.55)

⁵³ Segundo o palestrante Valtervan Luiz Vieira. Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás no período da Constituinte existia cerca de 300 mil policiais militares. Diário Da Assembleia Nacional. Suplemento 100. 21 de Julho de 1987, p. 50.

Outra vitória militar é a manutenção do diálogo entre Exército e Polícias Militares, o trecho que identifica as polícias militares como “forças auxiliares” do Exército Brasileiro⁵⁴. Mais uma vitória das reivindicações primordiais do Exército Brasileiro, como ressalta a própria cartilha da instituição que circulava entre os parlamentares durante a Constituinte:

Proposta

Na Competência da União, propõe-se o seguinte:

Compete à União: organização, efetivos, material bélico, instrução, justiça e garantia das Polícias Militares e condições gerais de sua convocação, inclusive, mobilização. Na competência expressa dos Estados:

As Polícias Militares, instituídas para a manutenção da ordem pública nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal e os Corpos de Bombeiros militares são considerados forças auxiliares, reservas do Exército. TEMAS CONSTITUCIONAIS. Subsídios. Centro de Comunicação Social do Exército. (Anexo I) in: (Costa, 1998, p. 171-173)

Nessa grande vitória militar, se opera uma margem de gerência do Exército sobre as Polícias Militares:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre. XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares. (Brasil, 1988, Art.22, Inciso XXI).

Assim, uma série de autores vem de longa data pontuando as formas de intersecção entre militarismo e política, entre militarismo e “Segurança Pública”. Zaverucha identifica que “a presença militar” na questão da “Segurança Pública” se estabelece de forma “regular” (Zaverucha, 2005, p. 129) e Pinheiro destaca que a Constituição de 1988 não rompeu com esse paradigma pois “reescreveu o que os governos militares puseram em prática. Não há transição, mas plena continuidade” (Pinheiro, 1991, p. 51). Foram questões que distintos Parlamentares Constituintes do período denunciaram:

⁵⁴ “As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”. (Brasil, 1988, Art. 144, § 6º)

[...] A tese da Assembleia Nacional Constituinte exclusiva foi posta de lado por clara e escandalosa interferência militar. Alguns governadores chegaram a mobilizar-se em sua defesa, correspondendo, aliás, ao clamor popular. Vários deputados e senadores avançaram na mesma direção. As “pressões do Planalto” (eufemismo delicado, que imprime o que decidem os chefes militares) apagaram o facho cívico, dobrando os políticos profissionais à verdadeira *voz do dono!* (Fernandes, 2007, p. 48- 49). [...] Todavia, o que esperar de um desengajamento militar que está sob controle dos militares “civilizados” e dos “duros”? Antes, a transição lenta, gradual está incubada na transição democrática, sem tirar nem pôr. A retaguarda militar é o poder, não por trás do trono, mas através dele! (Fernandes, 2007, p. 50).

[...] Os militares continuam intocáveis, como se fossem cidadãos de primeira classe, para, em nome da ordem e da lei, poderem repetir o que fizeram em 1964. Luiz Inácio Lula da Silva. Discurso de 22 de Setembro de 1988.

Publicado em 22 de setembro de 1988. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Luiz%20Inacio%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>. Acesso dia 16 de Março de 2019.

Zaverucha vai além e acusa os políticos e intelectuais de optarem por não debater o “legado autoritário” e, sobretudo, “ignoraram a temática das relações civil-militar e policiais” (Zaverucha, 2010, p.42). Essa composição de forças passou praticamente ilesa pela Constituição de 1988, se perpetua e vem apresentando uma oxigenação talvez sem precedentes. Trata-se de algo visível nos últimos anos por meio da participação militar no mundo da “segurança pública”, sobretudo, no crescimento dos orçamentos, no ativo movimento político, enfim, no fortalecimento da presença militarizada no universo social e político amplo, nesse caso, a tese apresenta uma análise mais adiante, a partir de uma cidade da Região Metropolitana de São Paulo e sua Secretaria de Segurança Municipal. Entretanto, a princípio, é necessário situar como se configurou a própria Guarda Civil Municipal dentro da Constituinte, como ela passou ilesa a esse grande movimento militar, mas ao mesmo tempo, se caracterizou como uma instituição facilmente suscetível às intempéries do mundo sociais e políticos.

2.3. O “fato consumado”.

Iniciados os debates na Constituinte⁵⁵ acerca da “Defesa” e “Segurança Pública”, o tema das “Guardas Municipais” ganhou uma posição inferior diante das grandes questões a respeito das funções das Forças Armadas e das maquinarias institucionais das polícias. A Guarda Civil Municipal não tinha relevância na “Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança” (anexo 1 – estrutura Constituinte), era até motivo de certo desconforto entre Parlamentares Constituintes que reivindicavam a necessidade de tratar de questões mais “urgentes” até pela pressão que sofriam das Forças Armadas, organismo estatal que interferia de forma robusta nas articulações políticas na Casa Legislativa, conforme já observado.⁵⁶ Desse modo, nas discussões a respeito das questões de “segurança nacional” ou mesmo de “segurança interna” houve pouquíssimas falas e resmungos a respeito das Guardas Municipais: “[...] na verdade, o melhor para o País seria que nem estivéssemos discutindo guarda municipal, teria simplesmente suprimido”, desabafou o Parlamentar Constituinte Roberto Brandt em uma sessão (Assembleia Nacional Constituinte. Atas de Comissões. P. 227).

Entretanto, mesmo com poucos debates, relevância e até o interesse de alguns pela supressão da instituição, alguns pontos do que se nomeou “Guarda Civil Municipal” foram produzidos dentro da Casa Legislativa, e se consolidaram meses depois na “Constituição Cidadã” de 1988. A tese vitoriosa que exigiu algumas reflexões a respeito da Casa Legislativa foi a “situação de fato” ou “realidade concreta” e, mesmo que alguns resmungassem a sua eliminação, a maioria reconhecia a existência e o funcionamento da Guarda Civil Municipal em algumas cidades do país, o que se exigia uma alusão na nova Constituição. Conforme o Relator da Subcomissão, Ricardo Fiuza: “Mas há o fato consumado. Temos como exemplo o Estado de São Paulo”. (Assembleia

⁵⁵ Emenda Constitucional Nº 26, de 27 de Novembro de 1985 que “convoca a Assembleia Nacional Constituinte e dá outras providências”. Uma labuta de um ano e oito meses com a participação de 72 senadores e 487 deputados, de 1 de Fevereiro de 1987 até dia 5 de outubro de 1988 (583 dias de trabalhos). A “Nova Constituição” concluiu seus trabalhos com 245 artigos.

⁵⁶ A Constituinte foi uma oportunidade de romper com o militarismo dentro das polícias e, sobretudo de extirpar os olhares bélicos que povoaram as formas de governar durante anos. Entretanto, como descreve Zaverucha (2010) o movimento ativo no processo de transição entre regimes produziu uma “democracia tutelada” ou “tutela amistosa”, uma composição militar nas formas de participação e nas etapas decisórias da política nacional.

Nacional Constituinte. Atas de Comissões. P. 227) . Desse modo, algumas questões foram colocadas:

Surgiu outro problema que é uma situação de fato, este é o País do fato consumado, guardas municipais. Prefeitos resolveram ter as suas guardas municipais, o que fazer com essas guardas municipais? Deputado Constituinte e Relator Ricardo Fiuza da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Julho de 1987. Página 60.

O processo da Constituinte em sua subcomissão e comissão a respeito dos temas de “Segurança Pública” dava pouca vazão para a questão da instituição municipal e como visto acima, havia até quem defendesse a sua eliminação como a posição do Parlamentar Constituinte Roberto Brandt (Assembleia Nacional Constituinte. Atas de Comissões. P. 227). Mas a tese vitoriosa da “situação de fato” ou “fato consumado” consequentemente colocou outras questões à Constituinte, propiciando novos debates. Então, uma nova etapa dos trabalhos exigiu uma discussão a respeito das atribuições, funcionalidades, bem como uso de armas e até sua própria nomenclatura. Nota-se que o debate transitou por uma instituição muito próxima da imagem de um vigilante dos bens públicos municipais:

Em relação às guardas municipais também concordo com o Constituinte Roberto Brant, que o nome “guarda” não sei se é um nome adequado, eu preferia corpos de vigilantes e informar que são corpos de vigilantes desarmados. Constituinte Cesar Maia. (Atas de Comissões. Assembleia Nacional Constituinte, p.191)

Quer dizer, são situações de fato que realmente nos levam a refletir. Eu concordo com V. Ex.^a, o espírito da matéria que V. Ex.^a, quer dar é perfeito, mas são situações de fato. Pode em determinado quarteirão de Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, se exigir que o cidadão passe a noite desarmado? No outro dia ele amanhece morto. Relator Ricardo Fiuza. Atas de Comissões. Assembleia Nacional Constituinte. P. 191)

Eu acredito até que seja interessante consultar os corpos de vigilantes mais sérios, porque existe muito abuso nessa área, para verificar a experiência deles. Talvez o fato deles estarem armados é que cria mais problemas contra eles, do que quando eles estão desarmados. Eu acho que essa questão de desarmar é urna questão de segurança pública da maior relevância. Os vigilantes armados, em geral, têm servido de fornecedores de armas para os marginais e para os bandidos. Eu acho que existem ações em cima deles só para tomar a arma. Mas, vamos em seguida para e gente poder fechar. Constituinte Cesar Maia. 191. Ata

Essa característica de uma composição municipal com a função de “vigilância” do patrimônio local foi a ideia que transitou ao longo dos trabalhos dos Parlamentares Constituintes e, como será observado adiante, foi o conceito que delimitou as funções das Guardas Municipais em diversas cidades brasileiras ao longo de anos e décadas. Portanto, se reconhecia a existência e permanência das Guardas civis municipais, minimamente com delimitações de suas funcionalidades, entretanto, ainda havia ruídos dentro do debate da Constituinte sobre onde ficaria alocada a instituição ou sob quais referências se desenharia essa instituição. Desse processo registra-se uma posição do Relator da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança diante de uma “realidade concreta”:

Pedi-se que fizesse convênio com a Polícia; eu até cedi no primeiro momento que se fizesse com a Polícia Militar, porque tinha uma estrutura mais hierarquizada. Depois pediram-me que fizesse com a Polícia Civil, e eu conheço razoavelmente este País, Sr. Presidente, sei que qualquer prefeito de um municípiozinho da Amazônia ou do Nordeste que tiver seis, sete, ou oito pistoleiros, capangas, um apaziguado ou protegido, vai meter um revólver no guarda ou no pistoleiro e meter no bolso dele uma carteira de Polícia Civil. Isso acontecerá, e eu dizia no começo da nossa exposição, que nós não somos filósofos, nós somos políticos, a ciência do político é diferente, vive com a realidade concreta, num mundo concreto e controverso, razão por que eu apenas me referi às guardas municipais dizendo: Às guardas municipais, sob a autoridade do Prefeito Municipal compete: a vigilância do patrimônio municipal. Eu não posso impedir que ninguém contrate o seu vigia. Deputado Constituinte. Relator Ricardo Fiuza da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Julho de 1987. Página 60

Os debates dentro da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança” também traziam “audiências públicas” com “autoridades” e “especialistas” com raras participações da sociedade civil e eram majoritariamente povoados pelos saberes do campo das Forças Armadas e forças policiais⁵⁷ que tinham como proposta

⁵⁷ Como demonstra (Costa, 1988, p.51) as Forças Armadas, e com protagonismo do Exército Brasileiro, estava atenta ao processo de transição de regimes. Dessa forma instituiu a portaria 277 em 22 de Março de 1982 que colocava em exercício uma equipe de “Assessoria Parlamentar” com acesso direto ao gabinete do Ministro do Exército. Um coletivo de profissionais que tinham por finalidade transitar pelo poder legislativo (Senado Federal e Câmara dos Deputados) no intuito de articular política aos interesses do Exército e das forças militares em geral ⁵⁷. Esse modo de atuação se intensificou, em 1985 e já contava com a suplementação de mais outros oficiais do Gabinete do Ministério do Exército para “trabalhar próximo” dos Senadores e Deputados. Dessa forma vários autores como Pinheiro, 1991, p.51 acusavam que a Constituição de 1988 reafirmou a organização dos aparelhos repressivos formulada durante a ditadura, “reescreveu o que os governos militares puseram em prática. Não há transição, mas plena

contribuir no entendimento dos Constituintes a respeito do tema. Essas “audiências públicas”, trataram quase que se desviando da pauta relativa à Guarda Municipal. Em raros momentos citados à Guarda Municipal, perguntou-se aos “especialistas” e as “autoridades” o que fazer com a instituição:

Entendemos que esse é um assunto de economia interna dos municípios. Não vejo por que se vincular uma guarda municipal a um município de 200, 100 ou de 30 mil almas. Parece-me que esse é um problema de economia interna municipal. Hoje, por exemplo, no Estado de São Paulo – permita-me dar um exemplo, não gosto de fazer menção ao Estado de São Paulo já existem mais de 100 guardas municipais implantadas em municípios do interior. Na verdade, nós entendemos que esse é um assunto de economia interna do município. Se o município entender que ele deva ter uma guarda municipal para o exercício do police power, do poder de polícia municipal, sem interferência, evidentemente, nas atividades próprias do Estado, não vejo por que a limitação em relação a 200, ou 100 ou 50 mil habitantes. E me permita dizer a V. Ex.^a que há casos em que pequenas comunidades de 50,60 ou 30 mil habitantes têm problemas conjunturais e institucionais muito mais graves do que comunidades com 100 ou 200 mil habitantes. Cyro Vidal. Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Atas de Comissões. Assembleia Nacional Constituinte, p.96).

A partir dessa leitura do representante da Polícia Civil, buscava-se uma função mais abrangente para a Guarda Civil Municipal que fora rechaçada na Constituição. O “exercício do police power, do poder de polícia municipal” foi ressuscitado apenas nos anos seguintes. Por ora, havia um campo de indeterminação dessa instituição:

O que se pretende com as guardas municipais não é a subordinação absoluta da guarda municipal à Polícia Civil, senão V. Ex.^a teria também absoluta razão, seria uma intervenção descabida do Estado no próprio município. É a subordinação da atividade da guarda municipal, não a guarda municipal em si. Se a guarda municipal ficar apenas com a finalidade de tomar conta da Casa Municipal e da prefeitura, não haverá, em nenhum momento, qualquer intervenção do Estado. Mas no momento em que a guarda municipal passa a exercer outra atividade que não essa, então ela passaria à subordinação do Estado. Cyro Vidal. Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Atas de Comissões. Assembleia Nacional Constituinte, p. 97).

Entretanto, diferente do que se desejava o “Doutor Cyro Vidal”, venceu a tese da Guarda Civil Municipal como responsabilidade restrita aos municípios e que, ao longo de décadas, paulatinamente vem sofrendo com o povoamento de outros saberes,

continuidade” (Pinheiro, 1991, p. 51) ou como dizia O Parlamentar Constituinte e Sociólogo (Florestan, 2007, p. 48-49) foi um momento de “escandalosa interferência militar”.

poderes, moralidades e interesses econômicos. De imediato, conformou-se a tese da “realidade concreta”, da nomenclatura de Guarda Civil Municipal e sua vinculação ao município e distantes dos saberes das polícias. Mas ainda havia duas grandes inquietações dentro da Subcomissão. Deveria fazer uso de arma de fogo? Quais municípios devem construir suas guardas? A seguir, trago as reflexões do Relator da Subcomissão e de um Parlamentar Constituinte a respeito dessas questões:

Alguns companheiros disseram: "Bota um dispositivo que é vedado portar arma". Não posso colocar porque é um direito que tem cada cidadão, nos limites da lei, de portar uma arma desde que enquadrado na Secretaria de Segurança. Via Secretaria de Segurança, se tiver um motivo para portar arma terá um porte de arma. Por que, então, eu iria exigir? Eu não permito, eu não dou a ele a exceção à regra, que eles possam ser armados, eles serão, terão o tratamento de vigilantes, vigilantes como se fossem vigilantes particulares. Mas impedir que um vigilante de um prédio tombado pelo patrimônio, no centro de São Paulo, num bairro abandonado, num bairro cheio de marginais, seja obrigado a ser vigilante desarmado isso é falta de senso, de realidade. Deputado Constituinte. Relator Ricardo Fiuza da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Julho de 1987. Página 60.

Finalmente a última emenda diz respeito ao problema das guardas municipais. Da forma como estão todos os municípios poderão criar as suas guardas municipais. Quem conhece a realidade municipal do Brasil pode atemorizar-se diante dessa perspectiva porque os pequenos municípios são sociedades ainda não suficientemente desenvolvidas e as prefeituras poderão criar guardas para repressão política, perseguição de adversários. Achava bom o critério da Comissão Afonso Arinos em que limita a 200 mil habitantes; municípios com mais de 200 mil habitantes e limitadas exclusivamente a exercer a vigilância sobre o patrimônio municipal, parques, museus, etc. Constituinte Ottomar Pinto. (Atas de Comissões. Assembleia Nacional Constituinte. p.189)

Superada as inquietações dentro de um campo de pouco debate a respeito da Guarda Civil Municipal venceu a sua permanência, a definição de uma nomenclatura, seu vínculo com o município, o distanciamento com as instituições policiais vigentes e a restrita finalidade de segurança patrimonial do município. O uso de armas tornou-se um embate posterior à Constituição. Os trabalhos da Subcomissão transitou nas demais etapas de elaboração da Constituinte e no texto final se optou por uma “simplificação”:

Acolhendo várias emendas, optamos pela simplificação da competência das Guardas Municipais à vigilância do patrimônio municipal, aliviando os

encargos das Forças Policiais. Relator Ricardo Fiuza da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. (Atas de Comissões. Assembleia Nacional Constituinte. p. 199).

E no texto final da Constituinte:

Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. (Constituição. Brasil, 1988. Art. 144, § 8º)

A inclusão da Guarda Civil Municipal na Constituição de 1988 se estabeleceu por um terreno político fortemente voltado para as temáticas das Forças Armadas e das policiais estaduais, dessa maneira, a “simplificação” desenhada pelos Parlamentares constituintes, configurou uma instituição civil voltada para o zelo municipal, no campo da vigilância patrimonial local, sem qualquer associação com o exercício de funções dentro da agenda de “segurança pública”, uma instituição facilmente suscetível aos temperamentos políticos e sociais locais e que goza de uma capacidade de plasticidade. A seguir, há um quadro geral das configurações desenhadas a partir da Constituição de 1988, especificamente no Capítulo III – “Da Segurança Pública”:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Título V Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

Capítulo III Da Segurança Pública

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a:

- I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras
- IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Nota-se um movimento institucional das “macropolíticas” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 83) que se conformou ao longo da Constituinte e no próprio texto final da Constituição de 1988 com o protagonismo das forças militares, colocando o debate a respeito das Guardas Civis Municipais em patamar inferior e de pouca visibilidade. Entretanto, rapidamente ao longo dos anos observa-se uma oxigenação das discussões militares e o debate sobre “Segurança Pública” e direitos humanos que adentram nas “macropolíticas” que, enfim, pensam e operam nos governos federais e suas reverberações na agenda de “segurança pública” nos municípios. Observemos que essa plasticidade definida no decurso da Constituinte a respeito das Guardas Civis Municipais e o convite para participar da agenda de segurança pública local, habilitou a criação de maquinarias híbridas que atualmente passam por uma padronização de nomenclatura, as Rondas Ostensivas Municipais (ROMU).

3.

A disputa da “Segurança Pública”

INTRODUÇÃO

O Valor do Tempo – vale mais que superioridade numérica. A Arte da Guerra. Sun Tzu.

O objetivo dessa parte da tese é mapear as mobilizações na esfera federal de diferentes poderes e saberes a partir do interesse inaugural da gestão de Fernando Henrique Cardoso (1994-2003) a respeito da agenda de “Segurança Pública”. Não se trata de esmiuçar os planos e estratégias ao longo dos anos e gestões, obra já apresentada por uma série de autores (Gonzalez, 2010; Pinheiro e Mesquita Neto, 1997; Adorno, 1999; Soares, 2007, entre outros), mas de mapear os poderes e saberes que se digladiam a respeito da agenda de “Segurança Pública” e apresentar uma trilha por onde alguns consolidaram um caminho. Conforme apresentado anteriormente, as batalhas dentro da Constituinte fincaram algumas marcas na organização da “Segurança Pública” nacional a partir de uma velha luta composta majoritariamente de organizações securitárias militarizadas e suas alianças com os militares das Forças Armadas.

Longe de se afastarem da política, esses últimos trataram de participar ativamente do processo democrático (Zaverucha, 2020, 2010, 2008, 2005; Florestan, 2014). Portanto, agora é o momento de analisar o movimento inaugural do Governo Federal em diálogo com os poderes e saberes vinculados a uma trajetória de luta por “Direitos Humanos” e que vislumbraram um novo modo de “Segurança Pública” no qual cabiam novos aliados, como a participação municipal e suas Guardas Civis Municipais. Mas, durante esse mesmo período áureo dos “Direitos Humanos” e mesmo sob velhas e novas críticas, também ocorreram outras movimentações pouco mapeadas, algo vinculado a um velho conhecido do jogo social, político e da “Segurança Pública” brasileira, mais precisamente o grande arborescer militar dentro do período da “Nova República”, sob a égide dos governos democraticamente eleitos. Nas movimentações das “macropolíticas” opera o germinar, o enraizar e o atual movimento de ramificação de ações e saberes protagonizados pelas Forças Armadas e preponderantemente pelo Exército Brasileiro pensando o universo social, a política e conseqüentemente a “Segurança Pública”. Nota-se um movimento que transita das demandas e dilemas

estritas ao universo da caserna e conformadas na Constituição de 1988 para gradativamente e, por convite, diga-se de passagem, retomar ações pontuais e emergenciais até enfim, lograrem-se como um dos grandes articuladores políticos dentro do Governo Federal com seu próprio paradigma de “Segurança Pública” e suas alianças pontuais que dizem respeito ao hipermilitarismo contemporâneo.

Trata-se uma força interessada em agir em diferentes demandas e atenta à intersecção entre “defesa” e “segurança”, em um espaço turvo do trabalho “externo” e “interno”, um modo de poder e saber que identifica o cenário social e político repleto de “fatores adversos” (Bettega Bergo, 2019) e uma “hibridização de diversas redes de ilegalidades em escala global” (Visacro, 2019) que exigem sair dos “modelos teóricos antiquados” (Visacro, 2019) de “Segurança Pública”. Foi um processo gradativo e lento, que a priori passou pelo trabalho produtivo de bastidor, majoritariamente despercebido diante das grandes e desejadas mobilizações da agenda de “Direitos Humanos” que começaram a olhar para as questões de “Segurança Pública”, dos interesses do Governo Federal pelo tema comumente entregue aos Estados e Distrito Federal. Desse modo, o desafio analítico não é somente observar as movimentações de “Direitos Humanos” e “Segurança Pública” que desfrutam de uma vasta bibliografia já citada, mas mapear o grande arborescer militar, composto das “despretensiosas” germinações ainda no governo FHC, para definitivamente enraizar-se nos governos Lula e Dilma e finalmente, ramificar-se desde então com seus objetivos, para além do simples povoamento militar nos espaços públicos.

3.1. Germinar

O acesso de Fernando Henrique Cardoso ao cargo da Presidente da República (1994-2003) mobilizou a participação de grandes nomes, organizações, instituições⁵⁸ que fomentaram uma agenda de garantias de “Direitos Humanos” em consonância com as solicitações e ratificações de acordos internacionais⁵⁹. Era um governo com suas composições que materializavam uma acentuada agenda “neoliberal” ou para uns as “modernas práticas” de Estado, materializadas na forte presença do sistema financeiro e nas privatizações. Entretanto, nesse governo havia, mesmo que pontualmente, uma série de militares do Exército Brasileiro que operavam algumas ações no mundo civil. Germinavam quase envergonhados inicialmente por decretos, normas, portarias e por alguns órgãos relevantes que posteriormente se tornaram centrais para um determinado modo de governar.

O governo de FHC é comumente lembrado por parte da bibliografia especializada como uma gestão de grande mobilização alinhada às garantias de “Direitos Humanos” e que no âmbito federal inaugurou uma longa luta por “projetos” e “programas” interessados nas melhores condutas a respeito de “Segurança Pública”. Era uma força centrada nas “reformas”, ou mesmo, minimamente em provocar discussões a respeito das organizações securitárias militarizadas dos Estados e do Distrito Federal que adentravam no recém Regime Democrático de Direito repleto de profissionais, práticas e mentalidades oriundas ainda do regime Civil-Militar.

A gestão se equilibrava por entre propostas e ações vinculadas aos “Direitos Humanos”, avançava em diversas frentes (repasso de recurso, aquisição de equipamentos, capacitações, etc), entretanto, a questão da reformulação dos órgãos securitários militarizados avançava pouco ou nada. E agregava-se ao longo dos anos de

⁵⁸ Para um estudo aprofundado desses poderes e saberes, ler (Caldeira, 1991) ou mesmo o trabalho crítico de (Marques, 2018)

⁵⁹ Conforme sinaliza (Cançado Trindade, 1997) e (González, 2010) o governo brasileiro se alinha há uma série de medidas de proteção aos direitos humanos por meio de acordados internacionais, os autores destacam: Ratificação em 1992 do Pacto de Direitos Cívicos e Políticos e outros tantos como o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da ONU; Adesão do Brasil à Convenção da ONU sobre Direitos da Criança e as Convenções 138 e 182 da OIT (Organização Internacional do Trabalho); Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92); a participação na redação da declaração final da II Conferência Mundial de Direitos Humanos, da ONU; a adesão a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 1998, adesão ao Tratado de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional, em 2000.

1990 o surgimento de grandes abalos na opinião pública que mobilizavam ou mesmo atravessavam “propostas” e “programas” do Governo Federal. Havia eventos de grande repercussão nacional e internacional em decorrência de ações com a participação dos órgãos securitários militarizados que impactavam ou mesmo exigiam uma resposta federal que, comumente, escolhiam ações centradas em projetos e programas com foco nas desejadas e tímidas tentativas de “reformas” e nas intermináveis estratégias de “humanizar” as organizações securitárias e militarizadas. Então, ao longo dos anos, o governo de FHC instituiu suas políticas como o “Prêmio Nacional de Direitos Humanos”⁶⁰ ou mesmo a Lei 9.140/1995⁶¹ que indenizava familiares ou sobreviventes de ação do Estado durante o período do regime civil-militar e especialmente possibilitava a obtenção do atestado de óbito dos desaparecidos políticos do período.

Observa-se que a luta dos grupos de “Direitos Humanos” avançava com pautas para dentro do Governo Federal de forma voraz, mas estava se equilibrando dentro de um cenário de grandes abalos na opinião pública em decorrência das ações dos órgãos securitários militarizados. Observa-se que o “Programa Nacional de Direitos Humanos” (PNDH)⁶² formalizado em 13 de maio de 1996⁶³, apontava para a necessidade de mudanças substanciais em diversas esferas do universo social e político, bem como da estrutura de “Segurança Pública”. Esse documento surgiu diante de um acontecimento que Pinheiro e Neto (1997, p. 119) identificou como um “trauma” - o PNDH surgiu pouco depois do assassinato de 19 trabalhadores rurais Sem Terra em Eldorado dos Carajás/Pará no dia 17 de abril de 1996⁶⁴. Dessa forma, o Programa eclodia por entre outras tantas ações e reações governamentais ao longo de uma gestão atravessada por abalos da opinião pública diante da ilegalidade dos órgãos securitários militarizados que

⁶⁰ Instituiu o Prêmio “Direitos Humanos”. Decreto de 8 de Setembro de 1995 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antecedentes/1995/Dnn3316.htm>. Acesso dia 01 de Junho de 2020.

⁶¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm#:~:text=L9140&text=LEI%20N%C2%BA%209.140%2C%20DE%2004%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201995.&text=Reconhece%20como%20mortas%20pessoas%20desaparecidas,1979%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.

⁶² Programa Nacional de Direitos Humanos. 1996. <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/programa-nacional-de-direitos-humanos-1996.pdf>>. Acesso dia 01 de Junho de 2020.

⁶³ Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996. <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/programa-nacional-de-direitos-humanos-1996.pdf>>. Acesso dia 26 de maio de 2020.

⁶⁴ Por entre dois anúncios de apartamentos a venda entre Perdizes e a “quadra de ouro de Tatuapé”, a Folha de São Paulo nomeou o que ocorreu no Pará, a priori como “confronto entre PM e Sem Terras”. **Confronto mata pelo menos 19 no Pará: conflito aconteceu quando policiais militares tentavam liberar rodoviária ocupada por trabalhadores.** Folha de São Paulo, quinta-feira, 18 de abril de 1996.

se perpetuavam agora dentro do novo “Estado Democrático de Direito”. A década de 1990 registrava diversos massacres, chacinas e a expansão de violências nos centros urbanos ou mesmo no mundo rural. Havia uma série de assassinatos relacionados ao latifúndio, à restrição de acesso a terra ou mesmo as insalubridades, desigualdades e racismo na vida urbana. Era um universo que contava com a participação de organizações securitárias militarizadas na produção de mortes, mesmo que autores reconhecessem o avanço do tema de “Direitos Humanos” como uma “política oficial do governo” (Pinheiro e Mesquita Neto, 1998).

No dia 9 de agosto de 1995 surgiu outro grande abalo na opinião pública, com a participação direta das organizações securitárias militares. O “Massacre de Corumbiara” em Roraima registrou a morte de 12 pessoas (nove trabalhadores rurais, dois policiais e um homem “não identificado”), além de 64 feridos e 355 pessoas detidas⁶⁵ e, em anos anteriores, contabilizou-se outros grandes abalos como a “Chacina da Candelária” em 1993, no centro do Rio de Janeiro com o assassinato de oito pessoas e, no ano anterior, em 1992, houve o Massacre do Carandiru⁶⁶ com o registro oficial de 111 pessoas mortas⁶⁷. Foram situações em distintas partes do país que tiveram como um vetor comum a participação das organizações securitárias militares na produção de violências e mortes. Os massacres, as chacinas e mortes de diferentes organizações securitárias militarizadas espalhadas no país colocavam o Estado e seus governos em um lugar questionável dentro do modelo de “Estado Democrático de Direito”, dos parâmetros legais das práticas securitárias que se desenvolviam ou pelo menos desejavam os órgãos internacionais.

O Governo Federal, por sua vez, buscava respostas por entre tímidos planos, programas e propostas de leis dos quais estamos imersos até o presente momento, majoritariamente centrados em repasse de recursos e que concretamente apontam para expansão dos próprios órgãos securitários militarizados. (Marques, 2018).

⁶⁵ Conflito em RO deixa pelo menos 10 mortos: segundo a polícia, morreram oito sem-terra e dois PM’s; para o sindicato foram 30 sem-terra e cinco PM’s Folha de São Paulo. Brasil. Quinta feira, 10 de Agosto de 1995. <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=12876&anchor=533048&origem=busca&originURL=&pd=1345938df486bad3f12cb2518faa6b34> Acesso dia 27 de Junho de 2020

⁶⁶ Nas periferias paulistas é comum ouvir a respeito da década de 1980 e 1990 como época das matanças.

⁶⁷ **Massacre na detenção: rebelião em presídio de SP deixa 111 mortos** Folha de São Paulo, domingo, 4 de Outubro de 1992. <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11836&anchor=4928086&origem=busca&originURL=&pd=23a5bab42edd5195b96d87d58c9618d0> Acesso dia 27 de Junho de 2020

Com a pretensa função de oxigenar a pauta de “Segurança Pública” criou-se o SENASP/MJ (Secretaria Nacional de Segurança Pública)⁶⁸ cujo objetivo era assessorar o Ministério da Justiça a respeito do tema “Segurança Pública”, de modo a acentuar essa nova “realidade” do interesse federal a respeito de um tema delegado de longa data aos Estados e Distrito Federal⁶⁹. A nova Secretaria possuía entre diversas funções a de estabelecer diálogos com as organizações da “Segurança Pública” dos Estados e surgia também por entre outro grande abalo na opinião pública, em um momento histórico onde se desencadeou mudanças na legislação e propostas de alterações nas organizações securitárias militares. Foi no curto período em que os órgãos securitários militares lidaram com forças e uma agenda que reivindicava sua reformulação ou até o seu fim enquanto instituição regida pela lógica militar, talvez o momento onde mais se radicalizou uma crítica aos órgãos securitários militarizados. No dia 31 de março de 1997, uma reportagem no jornal de maior visibilidade apresentou um vídeo⁷⁰ onde policiais militares do Estado de São Paulo extorquiam, torturavam e onde se incluía nessa cena televisiva, o assassinato de um morador, o que ficou conhecido como o “caso da Favela Naval”⁷¹.

Os impactos dessas imagens reverberaram em uma série de medidas como a aprovação em “regime de urgência” no Senado Federal da lei que tipifica o “crime de tortura”⁷², a consolidação da própria Secretaria Nacional dos Direitos Humanos⁷³ para

⁶⁸ Decreto nº 2.315, de 4 de setembro de 1997

⁶⁹ O primeiro órgão civil com responsabilidade sobre o tema da Segurança Pública no Brasil surgiu apenas em 1995, no Governo Fernando Henrique55, transformada em 1997 na Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP.

⁷⁰ Algo que se tornariam anos depois uma ferramenta imprescindível para diversas denúncias. A popularização de tecnologias de fotográficas e filmagem somente ocorreu anos depois.

⁷¹ <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/chacina-na-candelaria/>. Acesso dia 27 de Outubro de 2020

Folha de São Paulo. Cotidiano. Da Reportagem Local. Governador quer que militares deixem de fazer policiamento de rua; proposta depende de aprovação do congresso. Pacote de Covas tenta reduzir poder da PM. Reportagem <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff240418.htm>. Acesso dia 25 de maio de 2020.

Folha de São Paulo. Cotidiano. Da Reportagem Local. Reportagem: Repercussão a favor. Unificação é pedido antigo, diz delegado. Reportagem: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff240419.htm>. Acesso: 25 de maio de 2020.

Folha de São Paulo. Cotidiano. Da Reportagem Local. São Paulo. 24 de Abril de 1997. FHC elogia proposta do governador. Reportagem: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff240423.htm> Acesso dia 25 de maio de 2020.

⁷² Lei 9455, de 7 de abril de 1997. Define crimes de tortura e da outras providencias http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19455.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.455%2C%20DE%207,tortura%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso dia 27 de maio de 2020.

coordenar as ações do PNDH, entre outras inúmeras tentativas de desmilitarizar os órgãos securitários dos Estados⁷⁴. Então, por entre abalos e projetos, dois campos guerreavam: as forças e saberes securitários militarizados que não desejavam qualquer alteração em suas estruturas e as forças e os saberes vinculados ao universo dos “Direitos Humanos” centrados em uma luta por reformas, por melhoras e que de forma robusta também contribuía na própria oxigenação das maquinarias securitárias militarizadas. Observa-se que no dia 12 de junho de 2000, Sandro, um sobrevivente da “Chacina da Candelária” em 1993, sequestrou um ônibus da linha 174 no centro do Rio de Janeiro. O sequestro, bem como a morte de uma refém e do sequestrador, foi televisionado ao longo de uma tarde na maioria dos conglomerados televisivos e mais uma vez expunha visualmente os erros e a letalidade do órgão securitário militarizado aos olhos do grande público nacional e internacional, cujas imagens conforme observado por Soares (2007, p. 83) apressaram o Governo Federal em apresentar o próprio “Plano Nacional de Segurança Pública”.

Observa-se que essa trilha de programas e projetos que tentavam reconfigurar os órgãos securitários militarizados, ainda nesse governo, transitava em grande medida, por reações diante de ações dos órgãos securitários militarizados. Assim se criou, por exemplo, durante esse período e governo, o Fundo Nacional de Segurança em 2001 e em 2002 instituiu-se o segundo “Programa Nacional de Direitos Humanos”⁷⁵ em uma tentativa de ampliar o campo de atuação (com pouca ou nula efetividade) para questões sociais, econômicas e de direitos civis, porém o saldo apresentava pouca ou nula capacidade de atingir mudanças nos órgãos securitários militarizados ou mesmo de atingir questões colocadas no segundo “Programa Nacional de Direitos Humanos”, de um governo que apresentava novas propostas, mas que concretamente se alinhava politicamente a todas as forças antigas e vinculadas à produção de desigualdades sociais e econômicas. Mas a esperança consistia no fato de que esses poderes e saberes

⁷³ Decreto N° 2.193, DE 7 DE ABRIL DE 1997. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2193.htm#art2. Acesso dia 27 de Maio de 2020.

⁷⁴ Reportagem local Folha de São Paulo **Pacote de covas tenta reduzi poder da PM** 24 de Abril de 1997 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff240418.htm> Acesso dia 30 de julho de 2021.

Reportagem de Emanuel Neri Folha de São Paulo **OAB propõe a extinção da PM e a criação de uma polícia antimotim** 2 de Agosto de 1997 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc020814.htm> Acesso dia 30 de Julho de 2021

⁷⁵ Decreto 4.229, de 13 de Maio de 2002. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4229.htm . Acesso dia 29 de Junho de 2020.

vinculados aos “Direitos Humanos” teriam mais batalhas políticas a disputar ao longo de outros governos adiante e além, pois era uma força que se fincava no jogo democrático, conforme o próprio relatório “Nacional Sobre Direitos Humanos” (Mesquita Neto, 2002) ⁷⁶.

Sinalizava-se uma “política de governo de Direitos Humanos” que “transformou-se nesses oito anos em política de Estado” ou para usar uma expressão de Soares (2007, p. 85) se estabeleceu uma verdadeira “virada positiva” no estado brasileiro. A partir desse período, a esfera federal adentrava nas questões de “Direitos Humanos” e conseqüentemente estava interessada na agenda de “Segurança Pública”, em um modo de atuação sinalizado pelo interesse no uso das Guardas Cívicas Municipais como uma contribuição local, um órgão que a partir das expansões de suas atribuições poderia romper ou pelo menos minimamente mudar o cenário povoado pelos poderes e saberes militares. Mas, ainda nesse mesmo governo, por entrelinhas, nas disputas internas, nos arranjos de forças e saberes quase envergonhados, os militares do Exército Brasileiro operavam não apenas em ações pontuais de “Segurança Pública”⁷⁷, pois também ocorria uma movimentação de militares, majoritariamente da “reserva” (conceito) em postos relevantes e especialmente atenta aos temas de “Segurança Pública” que germinaram alguns feitos dos quais foram crescer e até ramificar anos depois.

Diversos olhares focaram os programas e os projetos em “Direitos Humanos” e que atingiam a pauta de “Segurança Pública” do governo de FHC, entretanto, também coexistia uma mobilização, o trânsito de militares em cargos civis que atingiam, mesmo que pontualmente, questões pertinentes à “Segurança Pública”. Conforme expõem os estudos de Zaverucha (2005, 2008, 2010, 2020), existiu um militar do Exército Brasileiro que atravessou os dois mandatos do governo de FHC com uma capacidade de mobilização em distintas pautas, Secretarias e Ministérios, o General Alberto Cardoso. Desse modo, o governo de FHC deve ser lembrado não somente pela inauguração das

⁷⁶ Segundo Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil. http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_nacionais_nev/r_nev_2_relatorio_nacional_direitos_humanos_br.pdf Acesso dia 28 de maio de 2021.

⁷⁷ **FHC mandou Exército ocupar 4 refinarias: ação permitiu retomada da produção, disse governo.** Folha de São Paulo Brasil Domingo, 28 de maio de 1995. <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=12802&anchor=545218&origem=busca&originURL=&pd=833d0981c3bc3a4383a2e613bf81152e> .Acesso dia 29 de Setembro de 2020.

questões de “Direitos Humanos” e seus embates inaugurais dentro da agenda de “Segurança Pública”, mas também pela germinação militar no universo civil ⁷⁸.

Observa-se que a própria transformação da Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (SEPLANSEG) para a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)⁷⁹ teve como primeiro secretário um militar, o General Gilberto Serra⁸⁰. Esse militar da reserva adentrava em uma instituição civil por meio de um convite de uma figura central no governo de FHC, o General Alberto Cardoso⁸¹, um militar que atravessou os dois mandatos do governo, inicialmente como General da Ativa e Comandante da Casa Militar para, posteriormente, na condição de militar da Reserva, a assumir o recém-criado e bastante comemorado, Gabinete de Segurança Institucional (GSI). O governo constituído de forças alinhadas às agendas de “Direitos Humanos” e desejosos por reformar as organizações securitárias militarizadas, contraditoriamente, permitia espaços aos poderes e saberes vinculados ao universo militar, e desse ambiente saíam várias disputas e vitórias. Observa-se que a chegada posterior de um grande nome vinculado à luta por Direitos Humanos como José Carlos Dias ⁸² ao cargo de Ministro da Justiça estabeleceu algumas movimentações e embates. O General Gilberto Serra foi realocado em outra pasta de “Segurança Pública”, deslocado para ser subsecretário da Secretaria de Nacional Antidrogas – Senad, em um ponto de poder do General Alberto Cardoso. Porém, anos depois, o próprio José Carlos Dias, Ministro da Justiça entre julho de 1999 a abril de 2000, foi “derrubado” por essa força militar, de modo que um dos grandes nomes dos “Direitos Humanos” caia do

⁷⁸ Como aponta (Zaverucha, 1998) os governos anteriores (Sarney, Collor, Itamar) tiveram a presença de militares das Forças Armadas em “significativa participação no processo de tomada de decisões políticas.” No governo de FHC essa participação militar ganha força com a adesão do governo as questões de “Segurança Pública” e a participação de militares a respeito dessa agenda. Agora que “Segurança Pública” se torna questão também do governo federal, também entram em cena os militares em postos estratégicos e sugestões de programas.

⁷⁹ Decreto Nº 2.315, de 4 de Setembro de 1997. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1997/D2315.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%202.315%2C%20DE%204%20DE%20SETEMBRO%20DE%201997.&text=Altera%20dispositivos%20do%20Decreto%20n%C2%BA,que%20lhe%20confere%20o%20art. > Acesso dia 11 de Março de 2020.

⁸⁰ Galeria dos chefes do CCOMSEX. <http://www.eb.mil.br/40-anos-do-ccomsex/galeria-dos-chefes-do-ccomsex/gen-serra>. Acesso dia 29 de Outubro de 2020.

⁸¹ FGVCPDOC <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-mendes-cardoso-1> . Acesso dia 29 de Outubro de 2021.

⁸² José Carlos Dias é um advogado criminalista historicamente vinculado às lutas contra a ditadura e por Direitos Humanos. Advogou em defesa de presos políticos, foi presidente da Comissão de Justiça e Paz em São Paulo e Secretário de Justiça de São Paulo no governo de Franco Montoro. Alguém que anos depois foi participar da “Comissão Nacional da Verdade”.

cargo sob a suspeita de uma ação dos militares ou possivelmente do próprio General Alberto Cardoso ⁸³.

Até o novo Ministro da Justiça, José Gregori ⁸⁴, outro grande nome vinculado à luta pela redemocratização e um dos fundadores da renomada Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, também teve que mediar, conceder e dialogar com esse campo militar dentro do ambiente civil. E sob a responsabilidade do Ministro José Gregori, a SENASP era assumida mais uma vez por um militar, agora nas mãos de outro Coronel da Reserva, o senhor Pedro Alberto da Silva, um outro nome e cargo que transitava no campo de influência do General Alberto Cardoso.

Observa-se que essa mobilização na esfera política e da “Segurança Pública” colocava oficiais da reserva do Exército Brasileiro em posições relevantes dentro de um governo civil e contava com as ações do General Alberto Cardoso, conforme as observações de Zaverucha (2005, p. 131), um autor que acompanhou sistematicamente essa presença militar e observou que existiam poucas pessoas com tanta influência no Governo Federal, alguém que disputava cargos e impunha suas ideias de repressão para dentro das questões de “Segurança Pública”, como suas incursões no “combate às drogas” dentro da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad)⁸⁵, em uma ação que conflitava com a própria Polícia Federal⁸⁶. Assim, o General influenciava nomeações em diferentes gabinetes e pautas de “Segurança Pública”, como a nomeação do General da Reserva Álvaro Henrique Viana de Moraes para comandar a Polícia Rodoviária Federal⁸⁷ (Zaverucha, 2005, p.132) ou mesmo a indicação do Delegado João Batista Campelo para Diretor da Polícia Federal, que somente não se concretizou em decorrência da divulgação nos meios de comunicação do suposto vínculo do Delegado

⁸³ Da Sucursal de Brasília. Folha de São Paulo. 12 de Abril de 2000. **Dias perde disputa com general e deixa a Justiça** <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1204200002.htm>>. Acesso dia 12 de Março de 2020.

⁸⁴ FGVCPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-gregori> Acesso dia 29 de Outubro de 2020.

⁸⁵ Revista ISTOÉ. 8 de Dezembro de 1999. **A viagem da maconha.** <[https://istoe.com.br/28905_A+VIAGEM+DA+MACONHA+/.>](https://istoe.com.br/28905_A+VIAGEM+DA+MACONHA+/) Acesso dia 11 de Março de 2020.

⁸⁶ Da Sucursal de Brasília. **Gregori diz que quem manda na policia federal é ele.** Folha de São Paulo. 13 de abril de 2000.< <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1304200004.htm>> Acesso dia 11 de Junho de 2020.

⁸⁷ Um militar da reserva que ficou no cargo até o inicio do outro governo. Somente destituído do cargo após a divulgação de denúncias. Folha de São Paulo. 17 de Abril de 2003. Reportagem de Frederico Vasconcelos. **Militar sai dois meses após a Folha ter divulgado as suspeitas. Diretor é exonerado após denúncias de irregularidades.** <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1704200330.htm>>. Acesso dia 28 de maio de 2020.

com o regime civil-militar ⁸⁸. Mas toda essa mobilidade entre gabinetes e pautas comumente associada às relações pessoais e da ordem pontual de um único General, escamoteavam algumas vitórias do universo militar. Um germinar de medidas de vigilância se consolidou para além desse governo, movimentações se conformaram como órgãos de Estado, mesmo que durante um bom período de esquecimento, de modo que há uma série de ações que majoritariamente devem ser lembradas em sua capacidade de contribuir para um grande arborescer militar. Destaco a priori, o germinar, com a criação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), de maneira que a Medida Provisória⁸⁹ alterava a Casa Militar para uma face civil ⁹⁰, algo que foi bastante elogiado e comemorado, mas que, entretanto, mantinha a recém-instituição nas mãos dos militares. O órgão foi entregue para o General Alberto Cardoso que somente nesse momento foi para reserva do Exército Brasileiro depois de muitos feitos políticos na Casa Militar. Cabe observar que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) criava uma redoma militar, pois sob a evocação da “segurança” do Presidente, a instituição acompanhava passo a passo o cotidiano do Executivo Federal e, como veremos anos depois, terá um peso político e decisório na produção de “informações” e “assessoramentos” ao Presidente. Vale ressaltar que o segundo grande componente dessa germinação militar diz exatamente a respeito da produção de “informação”, algo também central nos embates políticos e militares. Outro feito que contou com a assinatura do General Alberto Cardoso foi a criação um dos órgãos menos transparentes e envoltos de polêmicas denominado Agência Nacional de Inteligência (ABIN)⁹¹, uma organização civil, em pleno estado

⁸⁸ Da Sucursal de Brasília. **Novo diretor da PF rebate acusação. “Denúncia de tortura é tema requeitado”**. Folha de São Paulo. 11 de Junho de 1999. <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc11069907.htm>>. Acesso dia 11 de Março de 2020. Da Sucursal de Brasília.

Campelo pede demissão três dias depois de assumir. Folha de São Paulo. 19 de junho de 1999. <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc19069902.htm>>. Acesso dia 11 de Março de 2020.

⁸⁹ **Medida Provisória 1.911, de 25 de Novembro de 1999**. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1911-12.htm#:~:text=1911%2D12&text=MEDIDA%20PROVIS%3%93RIA%20No%201.911,25%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201999.&text=Altera%20dispositivos%20da%20Lei%20n,Minist%3%A9rios%2C%20e%20d%3%A1%20outras%20provid%3%AAncias.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1911-12.htm#:~:text=1911%2D12&text=MEDIDA%20PROVIS%3%93RIA%20No%201.911,25%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201999.&text=Altera%20dispositivos%20da%20Lei%20n,Minist%3%A9rios%2C%20e%20d%3%A1%20outras%20provid%3%AAncias.;)>; Acesso dia 07 de Junho de 2020.

⁹⁰ William França. Da Sucursal de Brasília. Folha de São Paulo. 25 de Setembro de 1999. **Pressão militar cria novo gabinete**. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2509199906.htm>. Acesso dia 07 de junho de 2020.

⁹¹ LEI 9883, de 7 de dezembro de 1999. “**Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá**

democrático de direito que tratava de uma atuação complicada. Era responsável por “planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do País”, e toda essa polissemia da expressão “inteligência” e que foi entregue para outro militar, o Coronel Ariel de Cunto⁹², cuja destituição do cargo ocorreu apenas quando os grandes meios de comunicação divulgaram que nos quadros de funcionários da recém-criada agência estava outro militar, o Tenente Carlos Alberto Del Menezzi, uma pessoa acusada de participar de sessões de tortura⁹³, de vínculos com os serviços de “informação” e atividades de repressão durante o regime civil-militar (Zaverucha, 2005; 2008). A “Agência” de “inteligência” foi rapidamente objeto de uma série de denúncias a respeito de espionagem, serviços de controle político e da presença de funcionários do antigo Serviço Nacional de Informação (SNI), um órgão que desde sua criação até os dias atuais opera com pouco ou nulo controle externo e sempre se incursiona em ações confusas⁹⁴. Observa-se que o terceiro ponto do germinar militar também conta com a assinatura do General Alberto Cardoso e refere-se ao Decreto 3448/2000⁹⁵ cuja finalidade é estruturar um sistema de organizações de coleta de “informação”. O Subsistema de Inteligência de Segurança Pública ficava vinculado ao recém-criado GSI de responsabilidade do General Alberto Cardoso, algo que Zaverucha (2005, p.145) descreveu com precisão, um órgão que centralizava “informações” regionalmente fornecidas pelas Secretarias de Segurança Pública dos Estados para “o colo dos

outras providências”. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19883.htm. Acesso dia 21 de Junho de 2020.

⁹² FGVCPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cunto-ariel-de>. Acesso dia 29 de Outubro de 2021.

⁹³ Da Sucursal de Brasília. **General Cardoso demite o diretor-geral da Abin**. 01 de Dezembro de 2000. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0112200002.htm>. Acesso : 11 de Novembro de 2020.

Da Redação. Senado notícias. **General Cardoso admite descontrolo na ABIN e anuncia demissão de Ariel de Cunto**. 29 de Novembro de 2000. < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2000/11/30/general-cardoso-admite-descontrolo-na-abin-e-anuncia-demissao-de-ariel-de-cunto> >. Acesso dia 11 de Março de 2020.

⁹⁴ **General Cardoso admite descontrolo na ABIN e anuncia demissão de Ariel de Cunto**. Da redação. Agência Senado. 29 de Outubro de 2000. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2000/11/30/general-cardoso-admite-descontrolo-na-abin-e-anuncia-demissao-de-ariel-de-cunto>. Acesso dia 28 de Maio de 2020.

Os espíões à nossa volta. Jânio de Freitas. Folha de São Paulo. 19 de Novembro de 2000. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1911200005.htm>. Acesso dia 28 de maio de 2021.

⁹⁵ **Decreto 3448 de 5 de maio de 2000** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3448.htm#:~:text=DECRETO%20No%203.448%2C%20DE%205%20DE%20MAIO%20DE%202000.&text=Cria%20o%20Subsistema%20de%20Intelig%C3%A2ncia,Intelig%C3%A2ncia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso dia 30 de maio de 2020

militares”. O Sistema apresentava um desenho institucional centralizado na figura do Diretor Geral da ABIN (Presidente do Conselho), substituído somente em determinadas situações pelo Diretor Adjunto da mesma agência e também tinha assentos permanentes destinados para dois representantes do Ministério da Justiça, cinco representantes do Ministério da Defesa, mais um representante do GSI e membros eventuais de cada órgão de inteligência da Segurança Pública dos Estados, Distrito Federal e dos municípios. Desta forma se criava uma grande estrutura de “informação” nas mãos de militares que controlavam a GSI, a ABIN e também o grande “sistema” em diálogo com outros tantos órgão securitários militarizados dos Estados e Distrito Federal. Outro grande feito germinal militar com a assinatura do General Alberto Cardoso foi a lei que regulamentou o uso das Forças Armadas na “Garantia da Lei e da Ordem” em ações civis⁹⁶. A relevância dessa lei para questões da “Segurança Pública” foi visível ao longo dos anos, pois em nome das urgências, cada vez mais gestores civis se utilizavam das Forças Armadas em atuações majoritárias no mundo urbano. Por fim, inclui-se outro grande movimento germinal ainda no governo de FHC – a publicação da Portaria nº 597, de novembro de 2000⁹⁷ que oxigena a atividade de “Assessoria Parlamentar” do Exército Brasileiro. Trata-se de uma atividade oriunda de 1962 e que teve ativa participação no processo de transição do regime civil-militar para o Estado Democrático de Direito, como já observado na parte anterior da tese. Agora a “Assessoria Parlamentar” tem o interesse no diálogo entre o Exército e parlamentares de forma regionalizada e permanente e está interessada em “acompanhar” a atividade legislativa nas esferas federal, estadual e municipal. Foi um documento que passou sem grande repercussão por um Boletim do Exército e atribuiu ao “assessor” a responsabilidade de acompanhar as pautas legislativas de interesse militar e também de refutar as ações “desfavoráveis” tais como “identificar eventuais posicionamentos antagônicos em relação ao Exército, a fim de neutralizá-los” (Portaria Nº 597. Boletim do Exército Nº 46/2000. 17 de novembro de 2000). Dessa maneira, foi um trabalho entregue a

⁹⁶ **Decreto 3897, de 24 de Agosto de 2001.** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm#:~:text=D3897&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.897%2C%20DE%2024,ordem%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias>. Acesso dia 28 de maio de 2020.

⁹⁷ Boletim do Exército. 46/2000. Portaria Nº 597, de 06 de Novembro de 2000. **“Aprova a Diretriz para Implantação de Assessorias Parlamentares nos Comandos Militares de Área”.** Brasília. DF. 17 de Novembro de 2000. <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/2444/1/be46-00.pdf>>. Acesso dia 02 de Maio de 2020.

profissionais militares de grande projeção, que ascenderam a grandes cargos tanto no campo militar como na própria política, como apresento em outro momento. Dessa forma, se configura um grande mapa das oxigenações das pautas de “Direitos Humanos” e do arborescer militar, entre os “reformadores” e poderes e saberes que começam a germinar. Apresento os componentes de uma “virada positiva” para usar uma expressão emprestada de Soares (2007), entretanto, é o início de um grande arborescer militar, ainda germinal, de feitos que nos anos seguintes terão uma função central. Mas, antes desse movimento, é interessante mapear o enraizamento militar dentro dos subseqüentes governos federais.

3.2. Enraizar

Os dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (1º de janeiro de 2003 até 1º de janeiro de 2011) e, posteriormente, o governo da Presidenta Dilma Rousseff (1º de janeiro de 2011 até 31 de agosto de 2016) são caracterizados por poderes e saberes internos que por diversas vezes operam em movimentos antagônicos e conflitantes. Foram governos que intensificaram programas, propostas e estratégias articuladas aos “Direitos Humanos” e “Segurança Pública” com recursos nunca antes vistos. Entretanto, concomitantemente foram governos que adentraram na lógica do “combate às drogas”, apoiaram forças, saberes e legislações punitivistas e que rapidamente cederam a um enraizamento militar, a priori pelo prestígio de um serviço “humanitário” internacional e, em seguida, pela reestruturação das Forças Armadas e seus novos dilemas e interesses.

A vitória de Lula representava um grande passo na consolidação do Estado Democrático de Direito, já que ascendia ao posto de Presidente um líder sindical, alguém que como muitos brasileiros enfrentaram as agruras das desigualdades, racializações e a violência no processo de migração e fixação nos grandes centros urbanos e que estava alinhado a uma força política popular. Desde o início do governo surgiram diversos projetos e programas que fomentavam a maquinaria estatal, visivelmente distintos do governo anterior, que se firmava na plena privatização de estatais e no enxugamento dos “gastos” do Estado. Agora surgia um governo alinhado a

propostas e programas que propunham o enfrentamento de clivagens sociais, desigualdades e racismos, com destaque para o “Programa Fome Zero” que depois se transformou num programa de transferência direta de renda, o “Bolsa Família”. Esse profícuo cenário de políticas públicas incluiu o “Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)” e seus programas de saneamento básico, energia elétrica e, sobretudo, de financiamento para habitação como o “Minha Casa, Minha Vida” ou mesmo uma série de medidas para expansão, acesso e permanência de jovens nas Universidades Públicas. É nesse campo de poderes e saberes que se irradiam políticas públicas que atingem diretamente questões históricas como miséria, pobreza, educação, trabalho e moradia, mesmo sob o julgo de permanentes contradições, erros ou mesmo omissões. Pois esse mesmo governo se alinhou a uma proposta econômica ditada pelos grandes centros financeiros e o apoio irrestrito ao agronegócio, de modo que fechou os olhos para as questões históricas como a reforma agrária e a permanente violência e extermínio contra os povos indígenas⁹⁸.

Mas essa profícuo produção, contradições e disputas de projetos e programas também atravessaram a pauta dos “Direitos Humanos”. Era uma época em que os críticos o acusavam de ser um governo gastador para as pautas sociais, mas que, ao mesmo tempo, também foi um governo que produziu um turbilhão de ações e recursos para os “Direitos Humanos” com destaque para a oxigenação, ainda no início de governo, da “Secretaria Especial de Direitos Humanos” e da “Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial”, que estavam vinculadas diretamente à Presidência da República com capacidade de articulação e prestígio político. Observa-se que o Governo Federal mobilizou a construção de organizações dedicadas exclusivamente a temas caros aos “Direitos Humanos” e, em decorrência desse processo, eclodiu no início do seu mandato, o “Plano Nacional de Segurança Pública” (PNSP) em 2003.

O PNSP é uma proposta que, entre tantas medidas, inclui o “Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)”, uma tentativa de dialogar com as percepções majoritariamente conduzidas pelos órgãos securitários militarizados. Dessa forma, ele

⁹⁸ Parafrazeando uma apresentação de Viveiros de Castro (Krenak, 2015, p. 9), aos povos indígenas existe sempre um projeto mais agressivo, uma incursão mais violenta para tentar estabelecer de vez a “ofensiva final contra suas terras, sua saúde e seu modo de vida” em nome de mais um recorde do PIB ou mesmo o “crescimento econômico”.

entra nas questões de “segurança” em uma profícua atuação como a criação da “Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública” (RENAESP), a “Matriz Curricular Nacional”, o “Sistema Nacional de Estatísticas” (Sinesp-JC), a criação de uma “Coordenação de Prevenção e dos Gabinetes de Gestão Integrada dos Estados”, entre outros tantos feitos. Dessa maneira, houve uma série de políticas que tinha como norte o já bem conhecido movimento de poderes e saberes que dialogavam “Direitos Humanos” e “Segurança Pública”, propostas que entravam mais uma vez na lógica de projetos e programas que tentavam atingir as instituições securitárias militarizadas refratárias de qualquer mudança. Desse grande momento, ainda no início do governo Lula, houve o “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos” que se instituiu ao longo de um grande debate público e implementado em dezembro de 2006. Cabe destacar que toda essa mobilização dos “Direitos Humanos” e “Segurança Pública” ao longo do governo Lula, apresenta as Guardas Civis Municipais como uma possibilidade útil para contribuir na agenda, de romper o processo majoritariamente conduzido pelos órgãos securitários militarizados. E assim, ainda no início do governo, surge uma “matriz curricular nacional para Formação das Guardas Municipais”⁹⁹, um documento propositivo da esfera federal ancorado na “prevenção” dos crimes locais e que discorre a respeito de uma série de questões como “ética”, “diversidade”, “direitos humanos e segurança pública”, passando por questões da participação das Guardas na “prevenção, mediação, educação articulação/integração com a comunidade”, mostrando uma tentativa federal em estabelecer uma padronização e alinhamento político vinculados aos “Direitos Humanos” que saia definitivamente daquele olhar institucional do trabalho de zelo ao patrimônio público idealizado pelos parlamentares constituintes para o início dos anos 2000, visando uma instituição com uma possibilidade concreta de estabelecer uma “Segurança Pública” desmilitarizada, mesmo que no plano municipal.

Mas toda essa oxigenação de políticas de “Direitos Humanos” também esbarrava em resistências internas no próprio governo, em críticas de aliados pontuais ou mesmo nos enfrentamentos com as forças historicamente antagônicas e refratárias de qualquer mudança. Conforme Luiz Eduardo Soares, Secretário Nacional de Segurança Pública de janeiro a outubro de 2003, na medida em que se lapidava uma proposta federal de

⁹⁹ Matriz Curricular Nacional para as Guardas Municipais: Para a formação em Segurança Pública. < <https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/senasp-1/matrizcurricularguardasmunicipais2005.pdf> >. Acesso dia 29 de Março de 2020.

centralização de ações a respeito de “Segurança Pública”, através da reivindicação de uma série de “reformas”, se observava que essas ações foram rapidamente rechaçadas pelo próprio “núcleo duro do governo” que interpretavam o “Plano Nacional de Segurança” como um movimento arriscado que exigiria “assumir o protagonismo maior da reforma institucional da Segurança Pública”, de forma que “implicaria assumir a responsabilidade pela segurança, perante a opinião pública” que esse “núcleo” avaliava como arriscado (Soares, 2007, p. 89). No entanto, mesmo que Soares identificasse bloqueios de forças internas dentro do próprio governo, havia uma oxigenação de políticas de “Direitos Humanos” que também pensava a pauta de “Segurança Pública” e, mesmo com clivagens internas e distintas interpretações, avançavam para dentro dos órgãos do Governo Federal e no modo como o Estado Brasileiro se apresentava. E, dessa forma, segue o segundo mandato de Lula, não menos sem resistências de aliados pontuais e de forças antagônicas.

Houve a manifestação de embates que atingiram o “III Programa Nacional de Direitos Humanos”¹⁰⁰ cujas pautas confrontavam com forças historicamente consolidadas no universo político e social brasileiro: a Igreja, empresários dos meios de comunicação, agronegócio e os militares¹⁰¹. Aqui eram forças ainda dispersas que mostravam que a oxigenação de políticas pautadas por “Direitos Humanos”, se esbarrava em limites internos e nas forças pontualmente alinhadas ao governo. Observa-se que a força conservadora dentro da Igreja Católica atacava o “Programa”, pois resistia em debater a respeito do aborto e também lutava contra uma proposta do PNDH de proibição do uso de símbolos religiosos em espaços públicos. Já os empresários dos grandes meios de comunicação resistiam aos trechos do documento a respeito da possibilidade de perda de concessão de transmissão de rádio ou televisão para

¹⁰⁰ Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3)
<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH3.pdf>
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm#anexodiretiz10c acesso dia 22 de junho de 2020.

¹⁰¹ Secretaria de Direitos Humanos defende em nota programa criticado Do G1 Brasília 08 de Janeiro de 2010
<https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1440352-5601,00-SECRETARIA+DE+DIREITOS+HUMANOS+DEFENDE+EM+NOTA+PROGRAMA+CRITICADO.html>. Acesso dia 30 de maio de 2020.
 Lula deve rever decreto que fez cúpula das Forças Armadas ameaçar demissão
<https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1430782-5601,00-LULA+DEVE+REVER+DECRETO+QUE+FEZ+CUPULA+DAS+FORCAS+ARMADAS+AMEACAR+DEMISSAO.html> acesso dia 30 de junho de 2020 .

programas que agredissem os “Direitos Humanos” ou mesmo a possibilidade de classificação das emissoras com compromissos com “Direitos Humanos”. Já os ruralistas como a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e até o próprio Ministério da Agricultura se manifestaram contrários à proposta do PNDH que propunha formas de mediações em situações de reintegração de posse. E por fim, resistiram as próprias Forças Armadas, insatisfeitas com o eixo “Direito à Memória e à Verdade”, cuja abordagem estava voltada para as violências ocorridas durante a ditadura militar de 1964 a 1985. Nessa batalha venceram as forças historicamente arraigadas na sociedade e na política brasileira, cujo resultado foi uma série de alterações no documento do PNDH que atendiam aos interesses conservadores¹⁰² e mostravam os limites dos avanços “reformadores” das pautas de “Direitos Humanos” dentro de uma determinada configuração social e política, e que o governo devidamente entendia as limitações na agenda de “Segurança”, entregue cada vez mais aos repasses de recursos com pouca ou nula transformação.

O governo Lula, no segundo mandato, instituiu o “Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, em 20 de agosto de 2007¹⁰³. Foi mais um programa que surgiu diante de um grande abalo na opinião pública que marcou os noticiários nacional e internacional com o assassinato de cerca de 500 pessoas em menos de um mês no Estado de São Paulo e que impactou diferentes instituições do grande edifício securitário. O programa se sustentava por entre os poderes e saberes que tematizavam “Direitos Humanos” e mais uma vez era uma ação federal que reconhecia a participação dos municípios para a agenda de “Segurança Pública”. E, para tanto, eram disponibilizados recursos de diferentes ordens aos municípios, desde o aparelhamento de “Sala de monitoramento”, *ajuda* na aquisição de viaturas, formações e capacitações, recursos destinados aos programas de combate à violência contra a mulher e até o incentivo ao diálogo entre municípios, como a criação do “Gabinete de Gestão Integrada Intermunicipal”. Foi uma ação que possibilitava que diferentes atores se apresentassem em uma mesma mesa para debater “Segurança Pública”

¹⁰² Decreto Nº 7177, de 12 de maio de 2010 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7177.htm acesso dia 30 de Junho de 2020

¹⁰³ PRONASCI [Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania]: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111530.htm>, com alteração no ano seguinte: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11707.htm>. Acesso dia 03 de Fevereiro de 2020.

(“representantes da sociedade”, das diferentes forças de segurança e a Guarda Civil Municipal). Soares identificou que o Pronasci era um programa federal que possibilitava a “valorização dos municípios” (Soares, 2007), uma “participação dos municípios” (Risso, 2016, p.14) ou uma espécie de costura política entre União e os municípios que intensificava e consolidava as Guardas Civis Municipais como um ente desejado, mesmo sem um “destino” estabelecido:

[...] Sobre o futuro das Guardas Municipais, o documento é omissivo. Apenas defende a valorização e qualificação das Guardas, atribuindo-lhes vocação para a prevenção, mas não assume posição na polêmica sobre o destino institucional dessas corporações: há dezenas de projetos de emenda constitucional, no Congresso Nacional, que propõem sua transformação em polícias ostensivas, uniformizadas e armadas. (Soares, 2007, p.96)

[...] Essa mudança de status é desejável sem que as Guardas se submetam a intensa preparação e profunda reorganização, para que essas futuras polícias municipais não reproduzam os vícios das PM? A ruptura do ciclo de trabalho policial deveria ser replicada na esfera municipal, ou seja, as Guardas deveriam ser pequenas PM? Ou deveríamos aproveitar a oportunidade histórica de uma renovação institucional desse porte para superar a dicotomia que, hoje, divide o trabalho policial entre as polícias civil e militar, nos estados? Por que não Guardas Civis municipais como polícias de ciclo completo, ainda que se lhes preservem a vocação comunitária e preventiva? (Soares, 2007, p.96)

Portanto, essa oxigenação de políticas de “Direitos Humanos” ao longo dos anos encontrava diversas limitações nas próprias disputas internas que constituíam o governo e também se esvaziavam na medida em que tocavam em questões caras a determinados poderes e saberes consolidados na sociedade brasileira, como as forças militares. Restava majoritariamente uma política de repasse de recursos, contraditoriamente, para os órgãos com histórico de militarismo e violência. E mesmo a própria inserção das Guardas Civis Municipais operava sem um aprofundamento de suas ações que rapidamente, em diversas prefeituras e municípios, começaram a aderir aos projetos militares e bélicos que povoaram a agenda de “Segurança Pública”. Esse cenário era agravado com escolhas punitivas, que aguçavam o velho modelo de “guerras às drogas” ou o combate ao “crime organizado”, pois esse mesmo governo aprovava a Lei

11343/2006¹⁰⁴ que concretamente criava uma cisão entre usuários que adentravam na lógica de vigilância médica e os “traficantes” entregues aos órgãos securitários militarizados, estes comumente senhores empíricos da distinção entre “usuários” e “traficantes”. A Lei fomentava a lógica de “guerra” e os órgãos securitários militarizados, seguindo uma velha maneira de tipificação de crimes, penas mais severas e a expansão de órgãos securitários, entregues majoritariamente nas mãos das instituições militarizadas. Isso se agravou quando foi observado que esse mesmo governo gradativamente pelas melhores intenções, pela participação de “ações humanitárias internacionais” ou mesmo pelas “urgências” da vida urbana em questões de “Segurança Pública” convidou uma instituição. O convite foi realizado às forças militares para inicialmente desenvolverem um trabalho humanitário e, nessa posição, demarcou-se uma nova etapa desse grande arborescer militar, agora interessado nos dilemas do campo social e político.

3.2.1 O prestígio e a reestruturação

Logo no início do Governo Lula, em 2004, as Forças Armadas participaram do que ficou nomeado como “Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti” (MINUSTAH) e contou com a participação de mais de 37 mil militares brasileiros e no qual o Exército Brasileiro teve seu protagonismo com a nomeação de onze Comandantes Militares¹⁰⁵. O peso dessa participação ficou cada vez mais nítido quando os grandes meios de comunicação colocavam sob holofotes os ilustres convidados, os generais que discorriam com suas falas de autoridade em temas diversos como a “experiência no Haiti”, das relações internacionais ou mesmo de questões internas de

¹⁰⁴ Lei que Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm. Acesso dia 18 de Março de 2021.

¹⁰⁵ Cabe destacar que poucos anos de início da missão registra-se o suicídio de um de um Comandante. Da redação. Folha de São Paulo. 08 de Janeiro de 2006. **General brasileiro é achado morto.** <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0801200601.htm>>. Acesso dia 19 de Março de 2021.

“Segurança Pública”. Em uma exposição ao longo de anos, se construía para a população geral que na “Nova República” era permissível que os militares falassem publicamente e externassem suas reflexões, teorias, sugestões e análises de diferentes situações sem qualquer constrangimento, como apontava um determinado General:

Eu tinha ido ao Haiti por um dia só, e aquilo ali, é lógico, você percebe nitidamente que é um caso – vamos dizer assim – de falta de liderança, falta de patriotismo, de governantes que deixaram ao longo do tempo que aquilo chegasse naquele ponto. General Santa Cruz (Castro e Marques, 2019, p.77).

Assim se moldava gradativamente, ao longo de anos, uma imagem pública dos líderes e de seu patriotismo, senhores capazes de inferir diagnósticos sociais e políticos, responsáveis aos olhos do grande público em administrar distintas esferas públicas e até de reconstruir um país. A longo de anos trabalharam o discurso da “transição do Haiti para uma democracia” e na “reconstrução” do país após um terremoto em 2010¹⁰⁶ e, desse modo, tinham autorização para refletir, falar e assim angariar projeções em distintas esferas do mundo social e político¹⁰⁷. Observa-se que essas autoridades militares em suas falas a respeito de temas diversos havia uma atenção para as questões de “Segurança Pública”. O General Augusto Heleno¹⁰⁸, o primeiro Comandante Militar Brasileiro na “Missão de Paz” emitia uma análise comparativa sobre Porto Príncipe como “mais seguro que o Rio de Janeiro”. Para o General, o sucesso da gestão militar foi atribuído ao trabalho das Forças Armadas no “patrulhamento ostensivo na rua o tempo todo” (Castro e Marques, 2019, p.33-34) e, desse exercício “ostensivo”, criou-se um saber empírico do Exército de “entrar” e “ocupar” as favelas, primeiro em Bel Air no Haiti, como a “precursora das UPPs” (Castro e Marques, 2019, p.37). Para o oficial, a presença das Forças Armadas produzia um novo saber que levou a instituição a

¹⁰⁶ Ministério da Defesa. **Histórico da participação brasileira em missões da ONU**. <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/historico-da-participacao-brasileira-em-missoes-da-onu> Acesso dia 19 de Março de 2021.

¹⁰⁷ O General de divisão Carlos Alberto dos Santos Cruz foi convidado em 2011 para fazer parte do Conselheiro Consultivo no Relatório de desenvolvimento Mundial do Banco Mundial <http://www.teleios.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Relatorio-Desenvolvimento-Mundial-2011_Resumo.pdf>. Acesso dia 20 de Março de 2021.

Prêmio “Faz a Diferença” para diversas pessoas entre elas General Augusto Heleno <http://memoria.oglobo.globo.com/institucional/promocoes/precircmio-faz-diferencedila-2004-mdash-2ordf-ediccedilatildeo-12815406> .Acesso dia 20 de Março de 2021.

¹⁰⁸ Gabinete de Segurança Institucional. <https://www.gov.br/gsi/pt-br/ministro/biografia>. Acesso dia 29 de Junho de 2021.

reformular a própria “doutrina de operações de Garantia da Lei e da Ordem” (Castro e Marques, 2019, p.37). Já o General Santa Cruz, também Comandante da “Missão de Paz” no Haiti, outro grande nome que ganhou projeção nos meios de comunicação e na agenda política, descreveu que o trabalho das Forças Armadas se inseriu dentro de uma longa trajetória de aprendizado militar em áreas urbanas que vem desde o “Rio 92” (Castro e Marques, 2019, p.97). O fato é que o trabalho de gestão pública e policiamento das Forças Armadas no Haiti ao longo dos anos colocaram esses Generais nos grandes meios de comunicação e gradativamente na cena política, pois rapidamente se mostravam interessados em questões muito além dos dilemas típicos da caserna, o que criava uma condição quase inevitável para o uso das experiências militares no cotidiano urbano. A Lei de “Garantia da Lei e da Ordem (GLO)” germinada no governo de FHC e sob a assinatura do General Alberto Cardoso, agora entrava em sua fase banalizada e midiaticizada, por exemplo, no Morro da Providência em 2008¹⁰⁹ ou na “Mega Operação” no Complexo do Alemão em 2010¹¹⁰, de modo que os Generais entravam gradativamente nos dilemas internos, eram convidados a pensar e agir em questões de diferentes ordens do universo social, político e nos embates na “Segurança Pública”. Por ora, o prestígio dos militares e, sobretudo, do Exército Brasileiro resultaram em uma capacidade política sem precedentes na história da “Nova República” e assim programavam seus interesses como a reestruturação institucional. A “Estratégia Nacional de Defesa”, do Decreto nº 6703, de 18 de dezembro de 2008,¹¹¹ marcou uma transformação das Forças Armadas, uma expansão desde suas escolas militares, no fortalecimento da indústria nacional de material de defesa e na própria valorização da carreira militar, entre outros tantos eixos. Toda essa movimentação se justificava por uma velha e nova preocupação militar:

¹⁰⁹ O Exército Brasileiro participou como polícia no Morro da Providência/RJ. Especificamente vinculado ao período que transcorria o Projeto Cimento Social em 2008. Período que acarretou em mortes e protestos. Extra. **Protesto contra presença de Exército no Morro da Providência paralisa obras.** <<https://extra.globo.com/noticias/rio/protesto-contrapresenca-de-exercito-no-morro-da-providencia-paralisa-obras-527490.html>> Sérgio Torres. Folha de São Paulo. 17 de Junho de 2008. **Militares dizem ter entregue jovens a traficantes no Rio.** <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1706200801.htm>. Acesso dia 18 de Março de 2020.

¹¹⁰ Do G1. RJ. A ocupação das Favelas do Alemão. < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contracrimenoticia/2010/11/ocupacao-das-favelas-do-alemao.html> > Acesso dia 18 de Março de 2020.

¹¹¹ Decreto 6703, de 18 de Dezembro de 2008 “Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências” http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm acesso dia 20 de Julho de 2020

Porém, se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças. Vive-se em um mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa fé. (Formulação Sistemática Introdução Decreto 6703, de 18 de dezembro de 2008)

Então desse grande enraizamento que se inicia no prestigioso trabalho dos Generais no Haiti e a participação cada vez mais comum em ações urbanas, surge uma reestruturação das Forças Armadas, a partir de 2008, que inclui pelo menos mais três grandes movimentações do Exército Brasileiro. Primeiro, a publicação da Portaria nº 687, de 22 de setembro de 2009, que “Aprova a Diretriz para o Planejamento da Evolução do Exército Brasileiro”, é um documento que aponta a intenção militar de “revisar as concepções políticas e estratégicas do Exército” em diálogo com a Portaria 091 EME de 30 de setembro de 2009 que renova o interesse na expansão da instituição e “Aprova a diretriz para o planejamento da evolução do Exército até 2030” em um movimento de “aumento qualitativo e quantitativo” como a “reestrutura do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT)”, entre outros aspectos. Poucos meses depois, se conformava também a Portaria 075 EME, de 10 de junho de 2010 com as “Diretrizes para Implantação do Processo de Transformação do Exército” que reafirmava a preocupação do universo militar, a necessidade de transformar o seu referencial da “era industrial” para “era do conhecimento”, um ponto central no modo como essa instituição começa a agir para além da caserna, por meio de uma série de documentos repletos das intenções da “mentalidade de inovação”, de “reforçar” a “percepção da relevância e da imprescindibilidade do Exército” no mundo social e político. Mas já é na outra gestão, a visibilidade desse enraizamento militar e suas consequências para o universo social e político, bem como aos temas de “Segurança Pública”.

3.2.2 O primeiro grande impacto do enraizamento militar

O governo Dilma - de 1º de janeiro de 2011 até 31 de agosto de 2016, é uma gestão federal que pensou a “Segurança Pública” amparada na longa trajetória de saberes e poderes alinhados aos “Direitos Humanos” e teve a capacidade política de criar uma “Comissão da Verdade”¹¹² para minimamente debater as agruras da ditadura civil-militar brasileira. Foi ao mesmo tempo um governo que expandiu contraditoriamente algumas incursões punitivas das quais os impactos estão se reverberando até o presente momento e cujo governo foi atingido pelo próprio enraizamento desse grande arborescer militar.

As esperanças depositadas no Governo Dilma ocorriam em decorrência de uma grande mobilização vinculada aos “Direitos Humanos” e que agora já atravessava mais de duas décadas por diferentes gestões e presidentes. Configurava-se um amadurecimento do debate público por um melhoramento dos órgãos do Estado e um desejo por reformas dos órgãos securitários militarizados. Desse modo, a primeira Presidenta da República de um país majoritariamente composto por mulheres, colocava em exercício uma série de medidas que, como outras tantas outras estratégias no âmbito federal, esbarravam em velhos e novos dilemas.

O próprio “Plano Nacional de Prevenção e Redução de Homicídios” tinha pouca capacidade de influenciar nas decisões regionalizadas e o “Plano Nacional de Segurança Pública”, estava repleto de intenções em distintas áreas como o Plano Estratégico de Fronteiras; O Programa “Crack, é Possível Vencer”; Ações de Combate às Organizações Criminosas; Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional; Plano Nacional de Segurança para Grandes Eventos; SINESP e Programa de Enfrentamento à Violência. Apresentava-se mais uma vez como ação de repasse de recursos para entes da União e agravava o aspecto do combate ao “crime organizado”, “segurança de grandes eventos” e a “segurança nas fronteiras”, pois optava por um forte teor repressivo e de vigilância, e especialmente colocava em cena o Exército Brasileiro, não

¹¹² Algo que nas próprias palavras do General Villas Boas produziu um efeito de “revanchismo ao contrário” dentro do universo das Forças Armadas: “Tinha, portanto, um claro viés revanchista, criando em nós, embora não de forma intensa, uma espécie de “revanchismo ao contrário”” (Castro, 2021).

mais para as ações de urgência, mas sim como um gestor e articulador da segurança interna para os grandes eventos, para os dilemas da fronteira e mais uma vez na ajuda para questões de “segurança”. Cabe pontuar que esse mesmo governo, para “dar conta” dos “grandes eventos”, optou em seguir o modelo punitivista com a criação da Lei 13260/2016 que tipifica o crime de “terrorismo”¹¹³, uma iniciativa da Presidência da República a partir da própria Lei 101/2015 que concretamente deu margem para o surgimento de inúmeros novos projetos de lei e tipificações. Hoje, observa-se a ocorrência de uma série de ações legislativas interessadas em expandir a definição de “terrorista”, como a proposta de inclusão de “Antifa” por meio do Projeto de Lei 3019/2020¹¹⁴ ou mesmo o Projeto de Lei 5364/2020¹¹⁵ que tenta categorizar um leque amplo como “terrorista”:

Art. 2º-A Considera-se também terrorismo a prática de crime, consumado ou tentado, por um ou mais indivíduos, inclusive os cometidos contra instituições financeiras, transportes públicos, bens de uso comum, especiais e/ou dominicais, com uso de armamento, munição, explosivo ou de artefato análogo que cause perigo, realizando bloqueio de entrada ou de saída de cidade ou bairro, ou, praticando atentando e/ou qualquer espécie de bloqueio contra instituição de segurança pública ou militar. Pena - reclusão, de doze a trinta anos, além das sanções correspondentes à ameaça ou à violência. PL 5364/2020

Por ora, esses projetos de lei descansam em alguma subcomissão, esperando um melhor arranjo político ou o clamor da “opinião pública”. Cabe lembrar que os próprios saberes militares que discorro mais adiante reconhecem a importância da Lei, mesmo identificando alguns “problemas”:

Prevaleceu, mais uma vez, a ideia dos partidos de esquerda, com apoio tácito da liderança política nacional, que lograram excluir, entre outros, os movimentos sociais e sindicais, particular e fortemente ligados e apoiados por esses atores. (Paiva, 2016)

¹¹³ Lei 13260, de 16 de Março de 2016 “Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013”. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm Acesso dia 14 de Julho de 2020.

¹¹⁴ Projeto de Lei “altera a Lei Antiterrorismo” https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01xtlkw19nl7qbvhutrm5xteao3215015.node0?codteor=1899405&filename=PL+3019/2020 Acesso dia 20 de Julho de 2021

¹¹⁵ Projeto de Lei 5364/2020 “Acrescenta o Art. 2º-A, à Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, que disciplina o terrorismo, acrescentando novo tipo penal como ato terrorista.” <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8909927&ts=1624914118927&disposition=inline> Acesso dia 20 de Julho de 2021

Em decorrência dos grandes eventos e manifestações de massa também foi aprovada uma série de outras medidas punitivas a exemplo da Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012 que autorizava o processo e o julgamento do colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por “organizações criminosas” ou, logo em seguida, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 que avançou na definição e no combate à “organização criminosa”. Desse modo, essas inquietações legais que acionaram mais medidas restritivas e invasivas em nome da “Segurança”, também deixaram um legado de atuação de entrega aos órgãos de “inteligência” que, anos depois, serão centrais no modo de atuação do grande arborescer militar:

Somente para garantir a segurança dos Jogos Olímpicos de 2016, a ABIN dispôs de 08 centros de inteligência para monitoramento com mais de 800 profissionais de inteligência. Foram 60 dias de mobilização, que resultou numa produção de 200 documentos apenas no Rio de Janeiro, momento que também foram produzidas 40 avaliações de risco e 63 relatórios preparatórios produzidos antes das competições. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01lkw1r2zaac339sflxqoum7v11863623.node0?codteor=1720900&filenome=PL+1595/2019_pagina_21_ou_https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-09/abin-trabalha-para-evitar-possiveis-aco-es-terroristas-na-olimpiada-de-2016

O governo Dilma transitava na agenda de “Segurança Pública” de forma contraditória, por entre programas e projetos majoritariamente de repasses de recursos para os entes da Federação, sem pouca contrapartida, e ainda agravado pelo uso de ações policiais e punitivas¹¹⁶, de maneira que nesse campo de ações o enraizamento militar encontrava um ambiente agradável nas urgências dos grandes eventos e nos supostos perigos. Para o plano da segurança local, o Governo Dilma oficializou algo que ocorria de fato, sancionou o “Estatuto das Guardas Municipais”¹¹⁷ e, assim, em menos de trinta anos, as Guardas Civis Municipais saíram da condição de zelo ao patrimônio público conforme referido por diversos Constituintes para agora, amparados

¹¹⁶ MJ divulga resultado das Operações Brasil integrado em 2015. <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mj-divulga-resultado-das-operacoes-brasil-integrado-em-2015>. Brasília 31 de Dezembro 2015. Acesso dia 24 de Junho de 2021.

¹¹⁷ Dispõe sobre o estatuto Geral das Guardas Municipais. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113022.htm. Acesso dia 23 de Junho de 2021

na Lei, exercerem uma série de funções dentro da “Segurança Pública”. Agora, ancorados nos “preceitos democráticos” e nas garantias dos “Direitos Humanos”, o Comando das Guardas Civis Municipais é delegado aos profissionais de carreira, uma reivindicação histórica das Guardas Civis Municipais que apresentava uma série de preocupações com o modo de atuação à “proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas”, ou mesmo na “preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas” e na “implantação da cultura de paz na comunidade local”. É um documento em contraste com os órgãos securitários militarizados, pois “não podem ficar sujeitas aos regulamentos disciplinares de natureza militar” e “a estrutura hierárquica da guarda municipal não pode utilizar denominação idêntica a das forças militares”. Trata-se de uma lei destacada por Kopittke (2016, p.78) que tenta “reverter a referência simbólica e cultural da PMs”, de todo o universo militar que ronda o debate a respeito de “Segurança Pública”, um documento que registra as atribuições das guardas civis municipais para “colaborar de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social”; “encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário”; “integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal” ou mesmo “a guarda municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos” (BRASIL. Lei nº 13.022).

Outro grande registro dessa gestão e suas contradições e forças que disputavam esse governo se refere ao dia 16 de maio de 2011, quando se instituiu a “Comissão Nacional da Verdade” com a finalidade de apurar “graves violações” de Direitos Humanos que ocorreram do período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988¹¹⁸. A composição da comissão foi constituída de membros históricos dos poderes e saberes vinculados aos Direitos Humanos¹¹⁹ e em dois anos e sete meses apresentou

¹¹⁸ Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Lei 12528, de 18 de Novembro de 2011 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12528.htm acesso dia 14 de Julho de 2021

¹¹⁹ Para um estudo aprofundado a respeito do material da Comissão da Verdade, ver: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso dia 31 de Março de 2020.

uma série de relatórios de diversas violações de direitos humanos, em um documento sustentado por um levantamento amplo e com novos depoimentos que apontavam a execução de etnias indígenas, sem terras e outras tantas formas de violência a diversos coletivos e a população em geral. O documento também apresentou o registro de torturas, estupros e assassinatos dentro de um processo sistêmico e orquestrado pelo Estado Brasileiro e suas organizações militares. Os trabalhos da Comissão não ganharam a devida importância nos grandes meios de comunicação, não foi objeto de uma ampla divulgação e o próprio Governo Federal não reverberou o material de forma pedagógica e capilarizada para a sociedade em geral, mas o relatório foi capaz de tocar em uma ferida aberta dentro das forças armadas. A priori, veio um desagravo por meio do seu “Clube Militar”, pois a associação de militares da reserva do Exército Brasileiro interpretou o documento como um “revanchismo”¹²⁰. Mas por fim, contraditoriamente, observa-se que esse arborecer militar que germinou no governo de FHC e se enraizou no governo Lula, também se aprofundou no próprio governo Dilma a exemplo do Projeto - PROFORÇA¹²¹ que reafirmava o processo de expansão e transformação das Forças Armadas iniciadas na “Estratégia Nacional de Defesa” em 2008 no Governo Lula. O Projeto de Força do Exército Brasileiro - PROFORÇA reiterava a análise que projetava o Brasil até 2030 “entre as cinco economias do mundo e com *status* mais relevante no Sistema Internacional” (Brasil, PROFORÇA, p.3) e, para tanto, solicitava a necessidade das instituições das Forças Armadas estarem fortes, renovadas e especialmente adequadas à nova era do “conhecimento”. O documento é repleto de prospecção, de “tendências dos conflitos armados do futuro”, projeções internacionais e necessidades de proteção das riquezas naturais e, assim, as Forças Armadas e o Exército Brasileiro são instituídos como um grande órgão de proteção. Nota-se uma força que pelo seu enraizamento é capaz de atuar no jogo político e nos interesses internos, de tal forma que, já nessa etapa, com interesses para além da caserna, esteve diretamente “preocupada” com os rumos políticos e assim acompanhou, opinou e apoiou a própria

¹²⁰ Reportagem de Lucas Salomão. Clube Militar vê coleção de “calúnias” em relatório da Comissão da Verdade. 10 de Dezembro de 2014. <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/relatorio-e-absurdo-em-nome-da-causa-socialista-diz-clube-militar.html>. Acesso dia 31 de Março de 2021.

¹²¹ Cria o Projeto de Força do Exército Brasileiro Boletim do Exército N° 7/2011 Portaria nº 104, de 14 de fevereiro de 2011

destituição de Dilma Rousseff do cargo de Presidenta da República.¹²² Mas esse grande arborescer militar em sua face germinal e agora enraizada no Governo Federal almejava ir além, de maneira que, nas linhas adiante, apresento o processo de ramificação desse grande arborescer.

3.3. Ramificar

Trata-se de uma nova etapa do arborescer militar, não mais as simples germinações por entre cargos, portarias, decretos e leis, e nem mesmo o enraizamento a partir do prestigioso trabalho humanitário internacional e de seu programa de expansão e modernização das Forças Armadas, sobretudo do Exército Brasileiro. Agora, nota-se uma ramificação militar interessada em povoar diferentes esferas do universo público civil e especialmente interessada em se difundir de forma profunda no universo social e político brasileiro. O breve governo de Michel Temer, de 12 de maio de 2016 a 1º de janeiro de 2019, com sua própria história política e seus arranjos partidários, tiveram também a ativa participação dos Generais do Exército Brasileiro, agora não mais em situações provisórias, quase envergonhadas, ou mesmo nos simples convites para situações pontuais, mas sim em postos e funções estratégicas do universo político.

Por ora, restavam alguns suspiros aos poderes e saberes dos “Direitos Humanos” que pensavam formas e estratégias para a questão de “Segurança Pública”. Observa-se que no governo Temer, o “Prêmio de Direitos Humanos” agora simbolicamente torna-se bianual e é gradativamente esvaziado, conforme o Decreto 9332, 5 de abril de 2018, e as escolhas políticas para as questões de “Segurança Pública” que passavam pelo campo de influência dos poderes e saberes vinculados aos “Direitos Humanos” perderam espaço.

¹²² Como afirma General Villas Boas o Exército foi consultado a respeito: “Pouco antes do *impeachment*, o vice-presidente Temer manifestou o interesse de falar conosco – Etchegoyen, chefe de Estado-Maior, e eu. Fizemos o jantar em sua casa, na fazendinha. Durante o jantar o vice-presidente perguntou-me: “General, qual será a atitude do Exército caso se efetive o afastamento da presidente Dilma?” Respondi-lhe que iríamos cumprir o que estabelece a Constituição. Temos três pilares: contribuir para a preservação da estabilidade, agir guiados pelos limites da legalidade e sempre guardando a legitimidade. Esta última se constitui num patrimônio construído ao longo de muitas décadas, por isso nos é tão cara”. (Castro, 2021, p 178)

A própria lógica de acesso às armas que passou por diferentes governos tendo como norte a restrição e desarmamento da população, agora transita para uma política de facilitação desse acesso que se estende até os dias de hoje¹²³. O breve governo escancarou seus alinhamentos de poderes e saberes, de modo que o então Ministro da Justiça didaticamente afirmou: “menos pesquisa, mais armamento”¹²⁴ e, assim, seguiu por entre ações policiais e de espetacularizações como o grande dia de “combate”, com a presença do Ministro da Justiça no corte de dezenas de pés de maconha¹²⁵.

Desse modo, a pauta de “Segurança Pública” entra definitivamente no campo das estratégias pontuais, repressivas e midiáticas, até o próprio Plano Nacional de Segurança Pública lançado no dia 05 de janeiro de 2017 apresenta diversas sugestões formais e com pouco empenho do governo. Esse Plano reitera o papel dos municípios de acordo com o “objetivo 6”, de “fortalecer a atuação dos municípios” em um trabalho de “prevenção ao crime e à violência”. Esse governo ainda consegue apresentar mais algumas estratégias como a “Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS)”¹²⁶ que propunha, entre tantas ações, o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), talvez um dos únicos movimentos que permaneceram. E mais uma vez um documento federal refere-se às Guardas Civis Municipais como parte do sistema de “Segurança Pública”, e “de forma cooperativa, sistêmica e harmônica”¹²⁷. Foi nesse governo a criação do “Ministério da Segurança Pública”¹²⁸ que teve mais uma função

¹²³ Instrução Normativa Nº 111, de 31 de Janeiro de 2017 https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20829183/do1-2017-03-14-instrucao-normativa-n-111-de-31-de-janeiro-de-2017-20829041. Acesso dia 16 de Maio de 2021. Decreto N 9493, de 5 de Setembro de 2018. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39941049/do1-2018-09-06-decreto-n-9-493-de-5-de-setembro-de-2018-39940907. Acesso dia 16 de Maio de 2021.

¹²⁴ Ministro defende menos pesquisa e mais “equipamento bélico” <https://veja.abril.com.br/brasil/moraes-defende-menos-pesquisa-e-mais-equipamentos-belicos-em-novo-governo/>. Acesso dia 29 de Agosto de 2021

¹²⁵ O dia que o ministro da Justiça cortou dezenas de pés de maconha com um facão <https://veja.abril.com.br/blog/radar/o-dia-em-que-o-ministro-da-justica-cortou-dezenas-de-pes-de-maconha-com-um-facao/> Acesso dia 05 de julho de 2020

¹²⁶ Lei 13675, de 11 de Junho de 2018 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm acesso dia 05 de Julho de 2020

¹²⁷ Sistema Único de Segurança Pública. <<https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1544705396.44>>. Acesso dia 26 de março de 2020. Lei 13.675/2018. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm>. Acesso dia 26 de Março de 2020.

¹²⁸ 13.690, de 10 de Julho de 2018 “Altera a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, que dispõe sobre a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios, para criar o Ministério da Segurança Pública, e as Leis nº 11.134, de 15 de julho de 2005, e 9.264, de 7 de fevereiro de 1996; e revoga dispositivos da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007”. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13690.htm Acesso dia 14 de Julho de 2020

mediática e atenta aos poderes e saberes regentes desse provisório governo, pois para administrar tal pasta foi nomeado o ministro Raul Jungmann, um Parlamentar e ex-ministro da Defesa com forte trânsito no universo militar. Portanto, um governo que deve ser lembrado pela inanição nos programas e projetos para agenda de “Segurança Pública” e da interrupção dos diálogos com os poderes e saberes vinculados aos “Direitos Humanos” em prol dos poderes e saberes militares que agora são os grandes articuladores políticos.

O breve governo de Michel Temer foi entregue aos grandes Generais: o Ministério da Defesa ficou sob a direção do General Joaquim Silva e Luna¹²⁹, na Secretaria Nacional de Segurança Pública o posto foi assumido pelo General Carlos Alberto dos Santos Cruz e, especificamente um posto central e estratégico, foi alocado para o General Sérgio Etchegoyen, filho do General Leo Etchegoyen que fora citado na “Comissão da Verdade” da gestão de Dilma Rousseff. O General Etchegoyen assumiu o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), em um lugar que se tornava um dos pontos centrais das políticas governamentais, não somente pela aproximação diária com o Presidente, mas por se tratar de um local da produção de “informações” advindas da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), uma instituição que germinou sob a responsabilidade do General Alberto Cardoso ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso e agora ganhava força nas mãos do General Sérgio Etchegoyen. E essa ramificação militar ganha ainda mais espaço, pois poucos meses após a chegada de Michel Temer à Presidência e de sua equipe de Generais, se oxigena o trabalho de “Assessoria Parlamentar” do Exército Brasileiro com a Portaria Nº 996, de 15 de agosto de 2016. Desde a germinação no governo FHC até o enraizamento militar há uma atenção para as questões pertinentes aos seus interesses da caserna dentro do campo legislativo. A Portaria mais uma vez reafirma o trabalho de “acompanhar” as atividades do poder Legislativo desde a esfera federal, estadual e até municipal em uma “missão” de subsidiar propostas “favoráveis” e de atuar para correção ou arquivamento de propostas interpretadas como “desfavoráveis” e delega a um profissional responsável pela ponte entre o mundo militar e o mundo político, um posto de tal relevância e projeção na carreira que, desses cargos ascenderam um Ministro da Defesa (da gestão

¹²⁹ Depois de passar o cargo de ministro em 2019 rapidamente foi realocado como diretor geral da estatal Itaipu Binacional e está preste a assumir a direção da Petrobras.

posterior), o General do Exército Fernando Azevedo e Silva ¹³⁰ e o poderoso General de Exército Villas Boas que chegou a exercer a função de Comandante do Exército Brasileiro ¹³¹.

Nesse governo há ainda um grande feito dessa ramificação militar, datado de fevereiro até dezembro de 2018¹³², a incluir o período eleitoral presidencial e de governadores, no qual é instaurada uma “Intervenção Federal” por meio de Decreto 9288/2018¹³³, um eufemismo para expressar as ações que foram completamente administradas pelo Exército Brasileiro. Observa-se um espraiamento da ramificação militar que agora simplesmente administra o Estado do Rio de Janeiro e, sob os olhares dos grandes meios de comunicação, mais um General se apresenta como grande administrador público, e agora a “missão” é entregue nas mãos do General Braga Netto e a agenda de “Segurança Pública” é para mais um militar, o General Richard Nunes. De forma que, mais uma vez, os grandes meios de comunicação apresentam as imagens dos Generais e do próprio Exército Brasileiro como bons gestores. Definitivamente, um órgão de Estado na defesa externa adentra nas questões internas, não mais nos trabalhos humanitários internacionais ou mesmo no pontual trabalho de Garantia da Lei e da Ordem, mas agora como próprio gestor e ator político dos dilemas da vida social e política ou mesmo das questões de “Segurança Pública”. Mas antes de passar para a próxima gestão, esta sim, desde sua concepção e até sua administração está entranhada de militares, é necessário observar mais uma movimentação do Exército Brasileiro para as questões de Segurança Pública. Observa-se o trabalho da “Inspetoria- Geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (IGPM) do Exército Brasileiro, algo criado pelo Decreto Lei nº 317, de 13 de março de 1967 e com poucas alterações. Atravessaram o regime civil-militar para a “Nova República” respaldadas no trecho da Constituição de 1988, nas específicas passagens do inciso XXI do Art. 22, do Título III

¹³⁰ Currículo do General de Exército Fernando Azevedo e Silva. https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/lai/institucional/curriculo/cerimonial/cva_gena_fernando.pdf. Acesso dia 07 de Março de 2020.

¹³¹ Currículo do General de Exército <https://www.gov.br/gsi/pt-br/centrais-de-conteudo/perfis-e-curriculos/curriculo-eduardo-dias-da-costa-villas-boas-2.docx> Acesso dia 21 de Junho de 2021

¹³² Para um estudo aprofundado desse período e contexto. Sugiro: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8695-182358intervencaoafederalrio.pdf>>. Acesso dia 26 de Março de 2021.

¹³³ Decreta a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro Decreto 9.288 de 16 de Fevereiro de 2018 [.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9288.htm) . Acesso dia 29 de Agosto de 2021.

- “Da Organização do Estado”, do Capítulo II - Compete a União “ normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares” e de uma passagem pouco lembrada no próprio capítulo da Constituição sobre a “Segurança Pública”: “As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército”. É nessa fundamentação jurídica que o grande arborescer militar e sua etapa de ramificação atual usa o IGPM do Exército Brasileiro como um órgão de reaproximação com os órgãos securitários militarizados. A Portaria de nº 77, de 23 de abril de 2018, sancionada ainda no último ano do Governo Temer menciona “a Diretriz para o Estabelecimento do Plano de Participação do Exército Brasileiro no Fortalecimento das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares” em um objetivo de “Regular as ações necessárias ao estabelecimento do Plano de Fortalecimento da Atuação das Polícias Militares (PM) e Corpos de Bombeiros Militares (CBM) na Segurança Pública e disponibilizar o apoio do Exército Brasileiro (EB)”. Em seus objetivos específicos, o documento registra “Estreitar vínculos”, “alinhamento estratégico” e de “ampliar a capacidade operacional do Exército para atuar na proteção da sociedade”. O “Plano de Participação do Exército Brasileiro em Apoio às Polícias Militares e aos corpos de Bombeiros Militares” exige que “campos de atuação do Exército Brasileiro” façam “visitas de coordenação e orientação aos Comandos-Gerais das PM e dos CBM” até mesmo para “levantamento das necessidades e anseios” das PM e dos CBM. O documento reitera a necessidade de “intensificar as visitas de orientação técnica” com um plano de “28 ações” entre as quais destaco a “ação 25” sobre “sistematizar as ligações com as estruturas de Inteligências das PM e CBM ” ou mesmo a “ação 11” referente a “Cooperar no aperfeiçoamento do arcabouço jurídico das PM e CBM” como a “Lei de Organização Básica, Lei de Promoções, Estatuto dos Militares, etc”¹³⁴.

Mas é no Governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-vigente) segundo afirma JORGE DE SOUZA (2021) que “de fato” se materializa “um governo militar”. Alguém que chegou à Presidência da República em uma eleição conturbada, mas que registra

¹³⁴ Plano de Participação do Exército Brasileiro em Apoio as Policias Militares e aos corpos de Bombeiros Militares. http://www.coter.eb.mil.br/images/sistema/menu_igpm/plano_apoio_eb/2.Plano-Ap-EB-s-PM-e-CBM_Assinado.pdf. Acesso dia 15 de maio de 2021.

pouco mais de 57 milhões de votos¹³⁵. De fato, agora há um expresso e robusto arborescer militar cujo objetivo é a ramificação para diversas esferas e que se pretende consolidar no universo social e político. A custa de uma longa batalha por posições, os militares do Exército Brasileiro angariaram vitórias contundentes dentro de diversos governos democráticos apresentados ao longo dessa etapa da tese e, agora, apresentam uma ramificação que tem como modo de movimentação, não necessariamente a destituição das instituições do “Estado Democrático de Direito”, mas sim um povoamento militar e conseqüentemente uma reformulação interna das próprias instituições aos seus interesses. Dessa forma é necessário mapear não somente a inserção militar em diversas esferas do universo civil, mas observar suas ações propositivas e reformadoras da lógica de governo e entender para onde se caminha toda essa força.

3.3.1 A ramificação profunda

“[...] Somos cidadãos. Os militares nos últimos anos se voltaram para dentro dos quartéis, com aperfeiçoamento da sua profissionalização. Quando a gente olha lá para trás, para o governo, o presidente Fernando Henrique trouxe quem ele conhecia, em quem ele confiava. Trouxe acadêmicos, professores, políticos, profissionais do meio dele. O presidente Lula trouxe, da mesma forma, sindicalistas. E eu não vejo nenhum problema nisso, porque quando você fala de cargos de confiança, são cargos de confiança. Não vejo como diferente do que aconteceu com o governo Bolsonaro, o presidente Bolsonaro trouxe para o governo, em sua maioria militares da reserva que podem atuar como qualquer cidadão. E uma minoria da ativa, que é autorizada pela legislação vigente a ocupar cargos de natureza civil por até dois anos” (Entrevista do Tenente-Brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 9 de Julho de 2021).

O atual governo é materializado por uma ramificação militar que se expressa desde o presidente - Capitão Reformado do Exército Brasileiro, o vice-presidente - General da Reserva do Exército Brasileiro, e mais uma vez, como ocorrido no Governo de Temer e agora em maior número, há um primeiro escalão de Generais e militares que exercem posições de coordenação na máquina pública federal. Nota-se no primeiro

¹³⁵ <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>. Acesso dia 15 de maio de 2021.

desenho ministerial, a presença de um Tenente-Coronel (Aeronáutica) na Ciência e Tecnologia, um Almirante (Marinha) no Ministério das Minas e Energia cujos orçamentos são bilionários e estratégicos; um Engenheiro e Oficial do Exército Brasileiro no estratégico Ministério de Infraestrutura¹³⁶ e dois Generais do Exército que respectivamente ocupam a Secretaria de Governo e o Ministério da Defesa. Há ainda o órgão que germinou no governo FHC e que desde o Governo Temer tem uma centralidade política - o Gabinete de Segurança Institucional, cujo cargo está nas mãos de um General com seu trabalho de “assessoramento” e “informação” ao Presidente da República.

O autor JORGE DE SOUZA (2021) identifica que essa ascensão militar de um grupo de Oficiais do Exército ao topo da carreira profissional adveio de um grupo do mesmo período de formação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) durante a década de 1970, e nesse atual governo restou aos ministros civis e representantes dessa base política e social um papel ativo de articulação com as forças militares, que gentilmente concedem suas secretarias ou mesmo pastas importantes para outros tantos militares. Dessa forma, na base de governo vinculada há um neoliberalismo, moralismo, policialesco, mercado da guerra, agronegócio e outros tantos oportunistas de plantão e tem como eixo esse grande arborescer militar, uma força que outrora andava sozinha ou em coadunações pontuais e que agora orbita por esse centro militar. Dessa maneira, a ramificação militar segue uma primeira movimentação expansiva que consiste simplesmente em povoar militares em distintos espaços públicos. Observa-se os Generais em diferentes locais, como na direção da cobiçada Petrobrás ou mesmo na Presidência dos Correios, há também militares até mesmo no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e aos aliados momentâneos, cabe adequar-se nos comandos regionais da Fundação Nacional do Índio (Funai) ou mesmo no Ministério de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos cuja direção está nas mãos de determinados grupos religiosos e policiais. Dessa forma, pouco importa a formação, o conhecimento prévio das instituições e das organizações públicas no âmbito federal, pois o relevante dessa etapa é a rápida dispersão e alcance em postos de comando da máquina pública, entregues prioritariamente aos militares e posteriormente às composições de forças que

¹³⁶ Currículo. <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/centrais-de-conteudo/curriculo-ministro-tarcisio-gomes-pdf>. Acesso dia 29 de Junho de 2021.

coadunam com esse grande arborescer militar. É dessa etapa na ramificação militar e seu rápido povoamento que se chega a ter no Ministério da Saúde, em um dos períodos mais graves da história sanitária brasileira, a administração de um General de Divisas sem conhecimento em questões de Saúde Pública, muito menos do próprio Sistema de Saúde Única (SUS). Seu sucessor hierárquico na instituição também era um militar como outros tanto que povoaram o Ministério. O “número 2” era simplesmente um Coronel com especialização em *ações de comando*. Dessa forma, o posto de coordenação do Ministério responsável em produzir saúde pública é assumido pelo “número 1” sem qualquer conhecimento no próprio sistema do qual era Ministro e o “número 2”, especialista em guerra e selva, preparado para quando necessário e devidamente autorizado, produzir mortes aos inimigos. É uma situação que não se restringe a um ministério¹³⁷, de forma que em um registro de 2020 e provavelmente defasado diante da velocidade do processo, contabiliza um total de 6.157 militares exercendo funções civis no Governo Federal¹³⁸:

Cargos e localidades	
Cargo Comissionado -Req	2.643
Professor	179
Saúde	1.249
Contrato Temporário	37
Servidor Público antes EC20	72
Conselho	8
Contrato Temporário INSS	1.969
Total	6.157

Fonte: Tribunal de Contas da União. Secretaria Geral de Controle Externo.

¹³⁷ Militar assume o cargo número 2 do Ministério da Educação. 29 de março de 2019. <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-nomeia-militar-para-cargo-de-numero-2-do-mec/>. Acesso dia 16 de junho de 2021.

¹³⁸ Esse aspecto não se trata de mera oportunidade de emprego, mas sim de uma estratégia bem delimitada que (Jorge de Souza, 2021) identifica “dois princípios de guerra” e “dois fundamentos de emprego”. De “concentração” na distribuição de cargos feita pela coordenação militar; “Massa” no sentido de quantidade exorbitante de militares no governo, uma “ampla frente” por ser uma ação que envolve todos os ministérios e órgão até mesmo outros poderes e por fim, por “grande profundidade” pois abrange diversos escalões e instâncias da máquina estatal.

Vale registrar que a ramificação militar se solidifica com a Lei 10727, de 22 de junho de 2021¹³⁹, que afirma que os militares em cargos civis agora podem exercer atividades como “funções de natureza militar” e, portanto, estão desobrigados de ir para a “Reserva” ou mesmo de sair do cargo posterior a dois anos de exercício. Mas essa ramificação militar que povoa em diversas esferas públicas e civis, se mantém por um controle minucioso desenvolvido pelo “Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (Sinc)”¹⁴⁰, um mecanismo que trata da ascensão de cargos do Governo Federal “em comissão” e “funções de confiança”. O Sinc é composto por um banco de dados nutridos por pareceres individualizados dos candidatos emitidos pela “comissão de ética Pública da Presidência da República”, a “Controladoria Geral da União” e da expansiva e cada vez mais central “Agência Brasileira de Inteligência” (ABIN) vinculada ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI). O Sinc consiste em um grande sistema de registro, controle e análise dos possíveis indicados aos cargos e que no sistema se interessa por “informações essenciais” como “dados pessoais”, “experiência profissional”, “detalhes sobre o eventual vínculo com o serviço público” e um item nomeado “dentre outras” questões. Desse modo, alguém que pleiteie ou for indicado a um determinado cargo de “comissão” e “funções de confiança” passa pelo “sistema” com pareceres emitidos por distintas instituições, entre elas, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), uma instituição com histórico de espionagem, com pouco controle de órgãos externos e que atualmente está nas mãos de um General da Reserva e o primeiro comandante da prestigiosa “Missão de paz no Haiti”, o senhor Augusto Heleno (GSI). Nota-se que essa ramificação de militares consiste em um alastramento em distintos espaços públicos que extrapolam o próprio Governo Federal. Atualmente é possível presenciar um crescimento na Casa Legislativa Federal, não somente pelas ações dos “Assessores Parlamentares” preocupados com os interesses do Exército

¹³⁹ “Altera o Decreto nº 9088, de 06 de julho 2017, que dispõe sobre cargos e funções considerados de natureza militar”. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10727.htm. Acesso dia 06 de Julho de 2021.

¹⁴⁰ **Decreto Nº 9794 DE 14 DE MAIO DE 2019.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9794.htm. Acesso dia 16 de maio de 2021.
Decreto Nº 10.486 De 11 de setembro de 2020. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Decreto/D10486.htm#art1. Acesso dia 16 de Junho de 2021.

Brasileiro, mas por mandatos legislativos diretos ¹⁴¹, também na estranha “assessoria” no Supremo Tribunal Federal¹⁴² ou mesmo na presença de Militares do Exército Brasileiro na “Segurança Pública” estadual, hoje a Secretaria com maior contingente de policiais e orçamento do Brasil está na mão de um militar ¹⁴³.

Essa ramificação militar se atrela a uma segunda movimentação intrínseca às ações de povoamento militar em diferentes esferas públicas, e se interessa em exercer ações muito mais duradouras, pois tem como objetivo criar um sentimento militar difuso no próprio corpo social e político do qual eu cito o “Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares” (Pecim) de 2019¹⁴⁴ que consiste em uma “parceria” entre Ministério da Educação e o Ministério da Defesa de colocar não apenas militares em postos na estrutura educacional, mas imprimir uma determinada mentalidade no espaço educacional ¹⁴⁵. A educação “cívico-militar” estabelece um diálogo inaugural pós-período do regime civil-militar (1964-1985) entre diferentes instituições e entes da federação, pois esse programa intersecciona educação, militares, prefeituras e Estados. Em pleno funcionamento, o programa a priori conta com profissionais da reserva das Forças Armadas com a opção para contratação de polícias e bombeiros militares em “apoio” à gestão escolar, uma movimentação profícua cujo registro em 2021 mostra a solicitação de pelo menos 74 municípios para participar do Programa¹⁴⁶. Nesse movimento interessado em medidas duradouras no universo social e político também é registrado o desenvolvimento do Exército Brasileiro em uma espécie de versão do

¹⁴¹ Conforme noticiário <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/numero-de-policiais-e-militares-no-legislativo-e-quatro-vezes-maior-do-que-o-de-2014.ghtml> Acesso dia 21 de junho de 2020

¹⁴² Reportagem de Ana Pompeu. Consultor jurídico. 27 de Novembro de 2018. **Toffoli escolhe novo general para assessora-lo no Supremo.** <<https://www.conjur.com.br/2018-nov-27/toffoli-escolhe-general-assessora-lo-supermo>. Acesso dia 15 de Junho de 2020.

¹⁴³ Secretário de Segurança Pública Paraná <https://www.seguranca.pr.gov.br/Quem-e-Quem>. Acesso dia 29 de Agosto de 2021. Secretário de Segurança Pública São Paulo. <https://www.saopaulo.sp.gov.br/orgaos-e-entidades/secretarias/seguranca-publica/>. Acesso dia 29 de Agosto de 2021.

¹⁴⁴ Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-militares. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Acesso dia 14 de Maio de 2021.

¹⁴⁵ **Portaria Nº 2.015, de 20 de novembro de 2019.** Acesso dia 14 de Maio de 2021. **Portaria Nº 1.071, DE 24 de dezembro de 2020.** Acesso dia 14 de Maio de 2021. **Portaria nº 40, de 22 de janeiro de 2021.** Acesso dia 14 de Maio de 2021.

¹⁴⁶ Relação dos município pré-selecionados para o Programa Escolas Cívicos-Militares foi ampliada de 54 para 74 vagas https://www.gov.br/mec/pt-r/media/aceso_informacao/pdf/Municipiosrelaofinal.pdf Acesso dia 14 de maio de 2021.

“Americas’s Army”¹⁴⁷. Hoje, o Exército Brasileiro destina milhões no desenvolvimento de um jogo virtual para o grande público chamado “Verde Oliva”¹⁴⁸ onde o protagonista do jogo é um militar do Exército Brasileiro. Assim essa ramificação militar, adentra nos espaços, nas mentes e nos corações reformulando certezas, criando ambientes, cativando públicos distintos do universo da caserna e seus aliados. Essa ramificação militar se estabelece em primeiro povoar e segundo criar e expandir ambientes favoráveis, ações muito mais duradouras de fixação no universo social e político, mas para tanto, também é necessário a desconstrução de pontos resistentes ou divergentes, de modo que, em junho de 2019, o Governo Federal exonerou todos os membros do “Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT)”. Observa-se que a própria “Política Nacional de Direitos Humanos” que consiste em uma luta de anos dos poderes e saberes em diferentes gestões federais está hoje em processo de reformulação. Atualmente é gerida pelos próprios militares, que delegam esses afazeres para uma composição religiosa e de policiais dentro do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos¹⁴⁹. Assim extirpam as discussões públicas e toda uma participação de entidades de Direitos Humanos e assim, no final de 2021, surgirá uma nova Política de “Direitos Humanos” completamente transmutada e gerida por esse grande arborescer militar¹⁵⁰.

¹⁴⁷ Trata-se de um jogo virtual do Exército americano que desde sua origem tem como objetivo propagar o trabalho militar e atrair o público jovem.

¹⁴⁸ Exército Brasileiro planeja jogo sem muito sangue, mas muita ação <https://olhardigital.com.br/2020/06/23/games-e-consoles/exercito-brasileiro-planeja-jogo-sem-muito-sangue-mas-com-muita-acao/> acesso dia 16 de junho de 2021. Com orçamento apertado, o exército quer gastar em game. Folha de São Paulo 18 de junho de 2021 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/com-orcamento-apertado-exercito-quer-gastar-r-4-milhoes-com-game.shtml> . Acesso dia 18 de junho de 2021

¹⁴⁹ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos <https://www.gov.br/mdh/pt-br/composicao/quem-e-quem> Acesso dia 06 de Julho de 2021

¹⁵⁰ Portaria Nº 457, de 10 de Fevereiro de 2021. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-457-de-10-de-fevereiro-de-2021-303365015>. Acesso dia 16 de Junho de 2021.

3.3.2 A política da guerra

Ao longo dessa parte da tese apresentei uma série de movimentações que mostram uma ramificação militar para além do mero povoamento de cargos públicos, do que comumente ficou associado aos convites de militares para militares. Considerando a etnografia antes apresentada, verificamos o mapa da ramificação que se expande pelo universo social e político e que também atinge a própria agenda de “Segurança Pública”, em um movimento que se opera menos pelos grandes programas e propostas que foram a face de diversos governos aos longos dos anos, aqui rapidamente percorridos, e que apresenta uma movimentação nas entrelinhas, por certo cinismo das ações expressas em nome de um bem público, e que concretamente avançam em forças punitivistas e de expansão da vigilância e controle nas mãos dos militares.

Dessa maneira, a “Segurança Pública” se apresenta como um campo militar estratégico e por aqui deposita boa parte de suas forças. Observa-se que essas ações do governo passam raramente por um grande programa como o “Em Frente Brasil” que propõe o “levantamento de dados estatísticos”, “ações policiais no combate ao crime organizado”, no movimento desde o “choque operacional” até a “prevenção social”, uma ação que teve sua relativa repercussão nos grandes meios de comunicação e logo, como outros tantos programas, caiu no esquecimento. Já o “pacote anticrime” tinha um direcionamento muito mais restrito em direção ao punitivismo e controle. O projeto inicial tinha a pretensão de “autorizar policiais a usarem a internet, as redes sociais e aplicativos de comunicação para se infiltrarem em organizações criminosas”, e também era um documento que trazia intenção de criar o “excludente de ilicitude” para o agente dos órgãos securitários militarizados. Esses pontos foram derrubados já na votação na Câmara dos Deputados, mas o texto final do documento ainda carregava o tom punitivista, como o aumento das penas de reclusão para algumas tipificações, o aumento da pena máxima para um indivíduo (30 para 40 anos) e agora a inclusão de uma série de crimes considerados hediondos¹⁵¹. Observa-se que a própria parte da Lei aprovada e considerada como uma vitória da ala “legalista” no Senado e na Câmara dos Deputados

¹⁵¹ Projeto de Lei 6241, de 2019 (Pacote Anticrime) <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/140099> . Acesso dia 23 de julho de 2021

implementa o Juiz de Garantias, uma medida que distingue um juiz que trabalha na etapa de instrução e um segundo juiz que julga o caso, porém essa pontual “vitória” foi temporariamente suspensa no STF¹⁵². Vale ressaltar que essa ramificação militar também atuou nas questões de “Segurança Pública” e nos diálogos com as Guardas Civis Municipais, uma instituição que já dava sinais de forma ambígua e expansiva, em direção a um trabalho desde o “preventivo” até mesmo o “repressivo” e que agora, encontrava morada por argumentações vindas de cima, da gestão federal. A cartilha chamada “Livro Azul”, um documento que pretende normatizar o trabalho para as Guardas Civis Municipais espalhadas no país, apresenta uma intenção federal para que as Guardas façam desde o trabalho “comunitário” até o “repressivo”. O livro publicado em 2019 é assinado por Sérgio Fernando Moro (Ministro da Justiça e Segurança Pública) e pelo General do Exército Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira (Secretário Nacional de “Segurança Pública”) de maneira que, no prefácio do documento, o General sugere um trabalho de “prevenção primária do crime” e “um longo caminho a ser percorrido” pela instituição. Ao longo da cartilha se apresenta esse “caminho” como um trabalho de “polícia” com uma série de atividades de “policiamento de proximidade” ou “polícia comunitária”; “Ronda Escolar e a prevenção da violência contra grupos vulneráveis”; “fiscalização de trânsito” ou até “negociação de crise” com interlocução com os “múltiplos integrantes da sociedade, particularmente em situação de crise” (Brasil, 2019, p.17).

Essa intenção do Governo Federal dialoga com uma série de solicitações locais apresentadas em uma etapa adiante da tese, e também em decorrência de algumas vitórias jurídicas. Primeiro, cito a vitória sobre o processo da Federação Nacional de Entidade de Oficiais Estaduais (FENEME) que formulou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5156 no Supremo Tribunal Federal (STF), acusando a ilegalidade de parte do “Estatuto das Guardas Municipais” (13022/2014). Esse campo de embate de longa data entre as polícias militares e as Guardas Civis Municipais¹⁵³ foi resolvido somente quando o Tribunal “negou o provimento ao agravo” da Federação e manteve a integralidade do “Estatuto das Guardas Municipais” como parte da

¹⁵² Ministro Luiz Fux suspende a criação de juiz de garantias por tempo indeterminado <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=435253&ori=1> . Acesso dia 23 de Julho de 2021.

“Segurança Pública”¹⁵⁴. A segunda vitória jurídica refere-se a uma interpretação do próprio “Estatuto do Desarmamento” que estipulava alguns parâmetros para as Guardas Civis Municipais como em cidade com menos de 50 mil habitantes era proibido o uso de porte de arma, e assim seguia a distinção - para Guardas Civis Municipais com mais de 50.000 e menos de 500.000 habitantes era permitido o uso de arma somente em serviço, e porte de arma de fogo para Guardas Civis Municipais com mais de 500.000 habitantes. Esse arranjo foi completamente desmontado a partir da ADI 5948 impetrada pelo partido político “Democratas”. Em 29 de junho de 2018, o STF determinava uma liminar que autorizava o porte de armas para todas as Guardas Civis Municipais¹⁵⁵ e, em março de 2021, o STF em julgamento colegiado declarou inconstitucional o trecho do Estatuto do Desarmamento: “com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes” e, dessa forma, todas as Guardas Civis Municipais espalhadas nos país, indiferente do número de habitantes, podem ter porte de arma¹⁵⁶.

Essa maré de sorte jurídica e política gabarita em direção a um grande sonho institucional, ou pelo menos pelo desejo das Associações de Classe das Guardas Civis Municipais, pois sai de um lugar próximo ao trabalho de vigia cidadão nas discussões legislativas dentro da Constituinte para hoje tramitar na Câmara Federal o Projeto de Lei 1316/2021¹⁵⁷ que propõe a alteração no Estatuto das Guardas Municipais para que as guardas civis municipais possam então ser, de fato, chamadas de “polícias municipais”.

Essa ramificação militar e seu interesse na “Segurança Pública” têm como norte principal não esses programas valorosos e midiáticos que conseqüentemente alguém posterior deposita seu fracasso nos ombros da fadada incapacidade de intervir nos órgãos locais; o que movimenta esse governo é o interesse pela vigilância e

¹⁵⁴ ADI 5156 <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4618655>>.. Acesso dia 24 de Março de 2021.

¹⁵⁵ Notícias STF. Liminar autoriza porte de armas para todas as guardas municipais. 29 de Junho de 2018. < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=382862>>. Acesso dia 24 de Março de 2021.

¹⁵⁶ <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5467558>. Acesso dia 24 de Março de 2021. A Lei 10826/2003, “Estatuto do Desarmamento”, vem sofrendo modificações, tanto o Decreto 9846/2019 como posteriormente o Decreto 10629/2021 estabelecem novos parâmetros para aquisição de armas e munições. Lei 10826/2003. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.826.htm. Decreto 10629/2021. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9846.htm. Decreto 9847/2019. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9846.htm

¹⁵⁷ PL 1316/2021 de autoria do deputado Federal Nereu Crispim (PSL/RS) https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1988290 Acesso dia 15 de Julho de 2021

“informação”, balizados nos preceitos militares pela “era do conhecimento” e desde então formas de lapidar um sistema de “vigilância” e “controle” de tal modo que se colete e produza informações. Observa-se que o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras (e Divisas) - V.I.G.I.A. – Vigilância, Integração, Governança, Interoperabilidade, Autonomia, iniciado em abril de 2019 com relativo alarde do Governo Federal, se propõe ir muito além de um simples foco repressivo nas diversas ilegalidades que transitam de longa data nas fronteiras brasileiras, pois tem como baliza os saberes militares, em uma preocupação que vem desde a reformulação das forças armadas para a “Era do conhecimento”. O programa destaca sair da “era da indústria”, como diversos documentos militares reiteram, para entrar em uma “era” de deter e produzir “informação”. Essa ação institucional se fundamenta em uma baliza teórica militar mencionada mais adiante. Por ora, é importante destacar que o programa se insere dentro de uma teia de coleta de “informação” que tem, em última instância, os militares como grandes pensadores e coletores dessas informações. O V.I.G.I.A. consiste no combate às ilegalidades de fronteiras na ponta executado por policiais, mas também pela intenção de circulação de informações entre diversas agências. O V.I.G.I.A. se insere dentro da Coordenação Geral de Fronteiras (CIOF) e é consequentemente subordinado ao recém-criado Centro de Informação, a Secretaria de Operações Integradas (SEOPI).

Trata-se de um grande órgão de “informação” que surge por meio do Decreto 9662/2019¹⁵⁸ e está subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.¹⁵⁹ Suas funções consistem em “assessorar o Ministro de Estado nas atividades de inteligência”, inclusive de “promover”:

[...] integração as atividades de inteligência de segurança pública, em consonância com os órgãos de inteligência federais, estaduais, municipais e distrital que compõem o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública. Artigo 29; III Decreto Nº 9. 662, de 1º de Janeiro de 2019

¹⁵⁸ **Decreto 9662, de 1 de Janeiro de 2020** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9662.htm acesso dia 18 de junho de 2021

¹⁵⁹ “Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS”. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9662.htm acesso dia 08 de Julho de 2021

O SEOPI é nutrido de “informações” advindas do Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras (e Divisas) - V.I.G.I.A e pretende expandir suas fontes de informações por meio da criação de órgãos espalhados no Brasil: “Células Integradas de Inteligência de Segurança Pública.”¹⁶⁰ São modelos de células que foram utilizados ainda dentro dos “grandes eventos” ocorridos no governo Dilma e que agora podem ser oxigenados nas mãos da SEOPI/MJ, uma instituição que no curto tempo de existência caiu em uma série de escândalos e acusações de produzir vigilância e relatórios a respeito dos críticos do governo¹⁶¹ e de tentar adquirir um equipamento capaz de acessar dados privados de qualquer celular sem autorização.¹⁶² A notícia é refutada em partes pelo órgão que não nega o interesse na aquisição de equipamento de espionagem e atualmente passa por licitação¹⁶³

Entretanto, o recém SEOPI é apenas o mais novo membro dentre tantos outros órgãos de “informação” que se oxigenam nessa ramificação militar. Hoje se apresenta uma série de experimentos locais de informações que gradativamente ascendem até chegar às mãos dos grandes gestores militares por uma grande rede chamada de “Sistema Brasileiro de Inteligências” (SISBIN), um sistema criado ainda no governo de FHC e que agora apresenta uma oxigenação de funções e expansão de seus órgãos internos.

O grande gestor do sistema é a ABIN- GSI em seu “assessoramento à Presidência”¹⁶⁴ que pretende coletar “dados e conhecimentos específicos relacionados à

¹⁶⁰ <http://www.mt.gov.br/-/5846833-mato-grosso-inaugura-primeira-celula-de-inteligencia-de-fronteira> Acesso dia 08 de Julho de 2021

¹⁶¹ Reportagem de Rubens Valente. **Ação sigilosa do governo mira professores e policiais antifascistas.** Uol Notícias. 24 de Julho de 2020. <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/24/ministerio-justica-governo-bolsonaro-antifascistas.htm> acesso dia 17 de junho de 2021.

STF proíbe elaboração de dossiês sobre antifascistas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=450007&ori=1> Acesso dia 17 de junho de 2021.

¹⁶² **Carlos Bolsonaro intervém em Compra de aparelho espião e Cria Crise militar.** Reportagem Uol. 19 de maio de 2021. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/19/briga-entre-militares-e-carlos-bolsonaro-racha-orgaos-de-inteligencia.htm> . Acesso dia 18 de Junho de 2021.

Senador Ajuíza ação contra a compra de aparelho israelense de espionagem consultor Jurídico. 20 de maio de 2021. <https://www.conjur.com.br/2021-mai-20/senador-ajuiza-acao-compra-aparelho-espionagem> .acesso dia 18 de Junho de 2021.

¹⁶³ <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/reportagens-do-201cuol201d-e-201co-antagonista201d-mentem-sobre-licitacao-do-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>.

¹⁶⁴ Decreto 10 445, de 30 de Julho de 2020 “Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Brasileira de Inteligência e remaneja e

defesa das instituições e dos interesses nacionais.” Essa grande rede obcecada por “informações” possuía 22 órgãos em 2002, porém, por meio do Decreto 4376/2002¹⁶⁵ se expandiu e hoje desfruta de 48 órgãos de distintos Ministérios e Secretarias. Tal expansão e o risco de informações vazadas ou mesmo transparência de seu uso levou a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6529 e o STF estabeleceu que o SISBIN somente pode fornecer dados de interesse para ABIN quando for comprovado o “interesse público.”¹⁶⁶ Dessa forma, resta uma dúvida a respeito da concretude de tais entendimentos legais diante de uma instituição composta por um históricos de ilegalidades e pouca ou nula fiscalização externa. Esse interesse por “informação” ganha mais apelo diante de outro grande movimento de saberes militares que começam a identificar um novo “crime” e que exigem um campo indeterminado entre “segurança”, “defesa”, um espaço de atuação onde se confunde o “externo” e “interno” em um trabalho, como propõem os projetos de lei da base aliada que transitam na Câmara dos Deputados e no Senado, dos quais destaco o Projeto de Lei¹⁶⁷ que legaliza a figura do “infiltrado” vinculado aos “órgãos de inteligência” e dos “órgãos de Segurança Pública” com o objetivo de “levantamento, processamento e análise” de “informações” “acerca de ataques terroristas ou homicidas”, um projeto de lei que idealiza a coleta de dados da rede de comunicação telefônica e/ou telemática via solicitação da própria “justiça militar”.

O projeto decanta na “Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime ” “para análise” a espera de uma oportunidade ideal, assim como o Projeto de Lei de 2019¹⁶⁸ de autoria do então Líder do Governo na Câmara dos Deputados Major Vitor Hugo. Este Projeto de Lei propõe a criação de mais uma grande estrutura de vigilância,

transforma cargos em comissão e funções de confiança” <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.445-de-30-de-julho-de-2020-269669187> Acesso dia 16 de Julho de 2021.

¹⁶⁵ Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência Decreto 4.376, de 13 de setembro de 2002. Acesso dia 29 de Junho de 2021.

¹⁶⁶ Supremo Tribunal Federal
<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754105657>. Acesso dia 16 de Julho de 2021

¹⁶⁷ Projeto de Lei de autoria de José Medeiros (PODE/MT)
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01rod9w3xib5ua1u3mapibr8f6s1508478.node0?codteor=1735011&filename=PL+2418/2019 acesso dia 16 de Julho de 2021

¹⁶⁸ Projeto de Lei de autoria do Major Vitor Hugo (PSL/GO)
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01lkwlr2zaac339sflxqoum7vl1863623.node0?codteor=1720900&filename=PL+1595/2019 . Acesso dia 17 de Julho de 2021

desde a “Política Nacional de Contraterrorismo” e um “Sistema Nacional de Contraterrorismo”, executados por um corpo de profissionais em regime de exceção:

Art. 13. Presume-se atuando: I – em legítima defesa de outrem o agente público contraterrorista que realize disparo de arma de fogo para resguardar a vida de vítima, em perigo real ou iminente, causado pela ação de terroristas, ainda que o resultado, por erro escusável na execução, seja diferente do desejado; II – em estrito cumprimento do dever legal ou em legítima defesa de outrem, conforme o caso, o agente público contraterrorista compondo equipe tática na retomada de instalações e no resgate de reféns que, por erro escusável, produza resultado diverso do intentado na ação. (Projeto de Lei de autoria do Deputado Federal Major Vitor Hugo)

O Projeto de Lei destaca a relevância do uso das Forças Armadas, órgãos de “Segurança Pública” e de uma “inteligência” desde o trabalho de “preventivas ordinárias” que ocorrem a “todo o momento” como a mineração de “informações” no universo da internet. Por fim, cabe observar que o autor reclama a respeito do que pode ser terrorismo e inclui na justificativa do projeto sua própria entrevista e análise:

(5) a crise na segurança pública em que estamos inseridos, com as esferas estatais se batendo acerca dos limites de suas competências nesse campo de atuação estatal, reforça vulnerabilidades sistêmicas no enfrentamento possível ao terrorismo no País; (6) a falta de coragem de discutir, com seriedade, os limites entre ações legítimas e democráticas de movimentos sociais e os crimes por suas alas radicais cometidos, muitos dos quais extremamente próximos conceitualmente do que seria o terrorismo, deixa turvo o âmbito de atuação dos órgãos estatais envolvidos na prevenção e no combate ao terror, entre tantos outros argumentos. (Projeto de Lei de autoria do Deputado Federal Major Vitor Hugo)

É explícita a lógica de um governo no qual a agenda de “Segurança Pública” se retroalimenta pela própria insegurança. O trocadilho se faz necessário na medida em que a securitização se apresenta em decorrência de um inimigo difuso e sempre expansivo - somos diariamente atingidos por essa informação. O “crime” mudou, se internacionalizou, bifurca-se com outras redes e, para tanto, é necessário coletar “informações” e produzir mais vigilância em nome de uma “defesa” ou mesmo da “segurança”. O próprio Estatuto do Desarmamento sancionado pela Lei 10826/03 está

sofrendo uma série de intervenções que afetaram a sua configuração.¹⁶⁹ Dessa maneira, esse grande arborescer militar e essa etapa de ramificação não é algo imprevisto, pois se trata da acomodação de interesses específicos, por isso, essas movimentações se inserem dentro de uma razão, uma produção de um saber militar que começa a ditar as políticas públicas, sobremaneira na “segurança pública.”

¹⁶⁹ “14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020), no ano de 2019 observou-se um aumento de 65,6% do número de registros de posse de armas de fogo ativos em relação ao ano de 2017, atingindo o assustador número de 1.056.670 registros

4.

**O MUNDO
CITADINO E SEUS
GOVERNOS**

Introdução

O trajeto analítico desenvolvido ao longo da tese observa a *Força do Bem*, o militarismo e a *guerra* e, agora, em um primeiro momento, em suas dimensões “micropolíticas” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 83), expõem um verdadeiro caleidoscópio urbano, nos quais determinados acessos e experiências produzem um modo moral e político de agir no mundo urbano. A partir das “narrativas” (Jimeno, 2007) de interlocutores apresenta pequenos “fascismos” (Deleuze; Guattari, 199, p. 84). Para tal aposta analítica, acompanho a complexidade e a diversidade do mundo urbano atual, em suas múltiplas moralidades e políticas locais que por diversas vezes se apresentam em disputa, com lutas que geram grandes vitórias individuais e coletivas, ascendem às formas de organização coletiva e à existência política colaborativa, solidaria e criativa. Entretanto, atendo-me às falas a respeito de desejos, reclamações, ruídos urbanos, enfim, uma série de formulações de moradores a respeito de um bom “governo” local, do interesse e interpretação da própria “segurança”. São vidas que poderiam passar por uma leitura simplista, como as vividas em áreas controladas, associadas com determinados enunciados ou mesmo alinhadas em sua totalidade a uma específica compreensão de mundo. Entretanto, as linhas adiante, provocadas por interlocutores, apresentam as insatisfações, as raivas, os medos e, sobretudo, mesmo que pontuais e não majoritárias, as adesões aos pequenos “fascismos” que talvez nos ajudem a entender esse hipermilitarismo contemporâneo.

4. 1. A Casa

Fui apresentado às vielas, ruas e residências da cidade de Luzia pelas “narrativas” e *andanças* dos meus interlocutores que debatiam a respeito de suas apostas bélicas, suas raivas e rancores que direta ou indiretamente incentivavam velhas e novas formas de existência local, um movimento vinculado a uma história urbana e com alicerces populares que exigem um olhar atento para a complexidade das velhas e novas adversidades locais, bem como para as estratégias de enfrentamento das agruras do cotidiano, de um mundo em permanente disputa política, num jogo entre as formas de “governar”¹⁷⁰ que, por aqui, muitos sabem operar, acessar, recorrer e até mesmo tensionar. Observa-se um orgulho ao contar a história oficial da cidade de Luzia a respeito de um “pioneiro italiano e sua família” no começo do século XX que “adquiriu terras” na região¹⁷¹. Mas quem fez a cidade como ela é hoje, foram os migrantes, majoritariamente nordestinos que chegaram ao longo da década de 1970. Com os grandes loteamentos privados, esses migrantes lutaram por trabalho, moradia, *uma vida*

¹⁷⁰ Formas de governar no sentido Foucaultiano: “[...] não no sentido estrito e atual de instâncias suprema de decisões executivas e administrativas nos sistemas estatais, mas no sentido lato, e, aliás, antigo, de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens”. (Foucault, 2018, p.13).

¹⁷¹ Ainda no fim do século XIX e início do século XX dentro do contexto rural, uma política de governo buscava não somente suprir um determinado setor produtivo como estabelecer uma política de embaquecimento com a vinda de imigração majoritariamente europeia para a produção de café, movimento concentrado majoritariamente entre o período de 1880 até 1914 com cerca de mais de três milhões de imigrantes (Paiva, 2013, p.62). O desejo de embranquecer o país e manter uma mão de obra nas fazendas de café estabeleceu desde iniciativas privadas, como a do próprio senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778- 1859) que, antes mesmo da abolição do tráfico negreiro, elaborava uma política de incentivo para imigrantes europeus e levou para sua fazenda em Limeira - São Paulo, por método de endividamento, que foi rapidamente abandonado, as primeiras levas de trabalhadores portugueses, suíços e alemães. Outro exemplo privado de substituição de mão de obra escrava pela de imigrantes europeus foi a “Sociedade Promotora da Imigração”, entidade fundada em 1886, pela elite paulista que abriu escritórios em Gênova na Itália com a finalidade de atrair imigrantes para o Brasil (Moura, 2008, p. 35), bem como a criação de Colônias no início do século XX em Holambra nos anos 1940 entre outras. No diagrama tanto nacional como estadual, foram elaboradas **políticas de subsídios**, desde propagandas na Europa para entrada de imigrantes no Brasil com passagens gratuitas, hospedagem (como a Hospedaria de Imigrantes no Brás) até o transporte para as fazendas de café, bem como políticas institucionais de “Núcleos Coloniais”, mesmo que precárias e por diversas vezes não concretizada. Mas que se desenhava em um projeto de estatal de embaquecer o país. Um exemplo da seletividade dessa mão de obra e o pensamento institucional do momento, se por uma face determinada população recebia incentivo outra era devidamente posta a burocracia e dificuldades de entrada, o Decreto do final do século XIX, de número 528 de 28 de junho de 1890 descreve: “indígenas da Ásia ou da África somente mediante autorização do congresso nacional” (Paiva, 2013, p. 67). Cabe dizer que era o final do século XIX e início do século XX, período em que o pensamento eugenista reverberava no país com grande expansão. Tanto Nina Rodrigues, Oliveira Vianna como outros teóricos estavam alinhados com o “cientificismo” da eugenia e buscavam diversas ações para “melhoria da raça”.

melhor. Não existia qualquer projeto estatal voltado para construção de moradia popular na cidade e uma infraestrutura plausível para o grande fluxo populacional que chegava e que se intensificava na década de 1980. As inserções dos migrantes na cidade se operavam pela compra de terrenos privados, articulações locais e autoconstrução como em diversas periferias de São Paulo, em um permanente espírito de viração, de solidariedade e de estratégias pela existência, num processo de urbanização advindo da mão de obra barata para os grandes empreendimentos econômicos e, sobretudo, do processo de industrialização em meados do século XX, mesmo associada ao atraso, às doenças e aos males da vida urbana¹⁷² e racializada diante de um universo paulista que se idealizava e se reivindicava como branco e moderno. Mas esses migrantes eram uma mão de obra necessária desde os grandes empreendimentos até os pequenos trabalhos diários, da faxina na *casa de família*, na *portaria do condomínio*, na *construção civil*, enfim em diversas demandas¹⁷³, uma população que se fixou nos territórios urbanos ao longo dos anos e décadas em condições adversas e que nesse cenário criaram formas de

¹⁷² “Depauperado, doente, cheios de filhos atacados de verminose. O quadro que apresenta a família nordestina compara-se aos povos mais atrasados do mundo. Ignorando as mais elementares noções de higiene e de alimentação, mesmo que consigam emprego em São Paulo, como o conseguem muitos deles, não abandonam jamais seu *modus vivendi*”. Jornal A hora 16 de março de 1956 (In) Fontes, Paulo. Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945 – 66). São Paulo. Editora FGV, 2008. Ou percepções capturadas décadas no trabalho de (Caldeira, 2000), aqui associado à criminalidade e violência: “[...] Tô radicada aqui, nasci aqui, tenho amizades aqui no bairro. O que estragou muito a Mooca foram as favelas. Aquela da Vila Prudente é uma cidade. Têm cinquenta e tantas mil pessoas!...Tem também muito cortiço. Tem muito cortiço na Mooca desde que vieram a gente do Norte. Tem 300 cortiços, cada um tem 50 famílias, só com três privadas- como é que se pode viver assim?! O que tá prejudicando é isso aí, é a pobreza. Aqui tem classe média, classe rica e uma diferença muito grande, a pobreza dos nordestinos. O bairro piorou desde que começaram a chegar a turma do Norte.[...] Eles deveriam receber mais apoio do governo. Eles empestearam tudo, deveria voltar tudo pra lá. O governo deveria dar casas pra eles lá no Nordeste pra eles não precisarem vir pra cá. [...] Pessoal que assalta é tudo nortista. Tudo gente favelada. Gente do bairro e gente de fora.[...] (*Pedi que ela me descrevesse os ladrões*. Eles tinham cara boa. Um era baixinho, moreninho, se vê que era do Norte. O outro tinha cara branca, mas sempre nortista, devia ser do Ceará. A Mooca está empesteada” (Caldeira, 2000, p.29-30)

¹⁷³ Observa-se que essa migração Nordestina para São Paulo em grande fluxo e como política vem de longa data e sempre esteve em uma condição de precariedade e jogo de racialização. A configuração política e supostamente científica que permitia uma política de imigração para o país depara-se com um imbróglcio de ordem econômica logo no início do século. O Brasil sofreu um impacto que se inicia na segunda metade da década de 1920, mas foi sentida ao longo das décadas de 1930 e 1940 que deflagra um processo de interrupção da imigração branca europeia para o país. A “grande depressão” da década de 1920 e suas reverberações no mundo, fez com que o café perdesse mercado externo e exigiu novos arranjos, um deles a mudança da política de imigração para política de migração. Portanto a política de substituição de mão de obra escravizada e negra para trabalhadores assalariados dentro de um projeto de embranquecimento caía por terra. E desse novo cenário que entre 1930 até 1950, a Hospedaria do Imigrante localizada no bairro do Brás em São Paulo, instituição que comumente recebia imigrantes europeus, recebeu cerca de um milhão de “trabalhadores oriundos do Nordeste” (Moura, 2008, p.115).

existência e estratégias em contexto de permanente adversidade. Como lembra Kowarick e Bonduki (1994, p. 168), no último período ditatorial brasileiro de 1964 até 1985, as instituições repressivas combateram fortemente a luta sindical dentro das empresas e, as periferias como local de moradia dos trabalhadores, se tornaram um campo de articulação política com reivindicações “propriamente urbanas” como as mobilizações para acesso à água e esgoto, melhorias nos transportes, construção de creche e escolas. Vale lembrar que a própria adversidade e a racialização dos migrantes em São Paulo produziram formas de lutas locais.

As periferias mudaram com o “trabalho precarizado”¹⁷⁴, junto a outras formas de “governo” local e alinhamentos morais e políticos. Resta *ter a moral* para se dispor em um mundo de incontáveis rupturas, intermináveis recomeços. Toda aquela “ascensão social pelo trabalho e a religiosidade cristã como norte” (Feltran, 2010, p. 109) de outros tempos se diluiu majoritariamente para um trabalho “empreendedor” e sem garantias e direitos. Paira sob parcela da população, uma moral das responsabilidades individuais, alinhada a uma religião majoritariamente conservadora e interessada em determinados costumes e *guerras*. Desse novo tempo, reverbera uma lógica moral e política periférica atenta às responsabilizações individuais diante de grandes mudanças estruturais e que enxerga os governos e as administrações públicas como ineficientes, arcaicos e corruptos. Durante boa parte do período de campo, ouvia em diversos espaços a responsabilidade do pobre pela sua condição e a necessidade de racionalizar, cortar gastos, *administrar o público como uma empresa, parar de passar a mão na cabeça ou mesmo focar em saúde, educação e segurança*.

Se outrora, minimamente, o pai ou avó lutavam por moradia, creche, um posto de saúde no bairro, uma *vida melhor para todos*, a luta de hoje é por um trabalho para colocar as crianças em uma escola particular, ter um convênio privado, enxergar o mundo como uma grande empresa eficiente, racional e que atenda às demandas da

¹⁷⁴ Como descreve (Antunes; Alves. 2004, p. 336.) existe um processo acentuado de redução das vagas de trabalho na “industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado” e surgindo “formas mais desregulamentadas de trabalho”. Como bem informa (Oliveira, 2003) operacionaliza-se um movimento de flexibilização do contrato de trabalho, visto como o trabalho “sem forma”. Algo que (Telles. 2006. p.174;175) descreve do “trabalho e sociedade” nas formas de emprego que em variações de trabalho precário, intermitente, descontínuo ou na viração dos “sobrantes” do mercado de trabalho que operam outros círculos. Propondo a necessidade de se analisar a esse mundo novo de redefinição e desagregação do mundo fordista, a qual, essas incertezas “terminam por alterar as referências que pautavam e ritmavam a vida social”.

população em suas perspectivas pontuais e individualistas. Há um sentimento que mostra um dinamismo, eficiência, criatividade do cenário privado que reverbera no modo de governo dos gestores locais e na própria “segurança pública” municipal, atenta a resultados imediatistas, ações pontuais e espalhafatosas para atender a esse cidadão urbano. Não é a toa que o prefeito da cidade, um gestor da iniciativa privada ganhou a eleição com o discurso de administrar o bem público de forma a cortar gastos e *focar no que interessa*. Quero me ater às narrativas dos meus interlocutores, suas histórias de vida, produções e atravessamentos de “micropolíticas” e por isso, interessa-me escrever e entender essas velhas e novas formas de “governar”.

4.2 Contrastes e labirintos.

Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal. (Deleuze, 1992, p. 216).

Raimundo é um desses sujeitos periféricos de *sucesso*, com acesso aos bens de consumo, uma *história de vitória*, como se diz com regularidade. Sua própria “narrativa” elege os contrastes, perspectivas e aponta as mudanças dos anos 2000 para um determinado alinhamento moral e político. É filho mais velho de uma família de dois irmãos e uma irmã *que vingaram* (hoje o irmão mora em Goiás e a sua irmã voltou com o marido para o Nordeste). Todos são brancos e migrantes cearenses que chegaram à cidade no início dos anos de 1980, primeiro para a casa de uma tia na cidade e depois seu pai *comprou meio lote* e construiu uma pequena casa. Raimundo chegou com quase cinco anos na cidade de Luzia, de uma *família bem rígida e humilde*. Sua mãe, dona de casa, nunca *levantou a mão*, e sempre ficou nos afazeres domésticos. Já seu pai *não passava a mão na cabeça pra coisa errada* e como dizia a respeito de sua educação familiar: *fez coisa errada, era surra mesmo. Apanhava de cabo de vassoura, até de fio [elétrico]*. Dessa passagem narra a seguinte situação, da qual carrega com *orgulho*:

Cara, a gente brincando no terreno baldio ali, bagunça de moleque. Aí vem meu pai bêbado e pediu para eu entrar. Sei lá, tinha acabado de sair. Nem sei o que falei. Só sei que quando cheguei dentro de casa, o coró comeu. Apanhei feio mesmo. Não tinha essa de responder o pai, como tá hoje. Diário de Campo, 19 de novembro de 2018.

Segundo Raimundo, essa educação familiar foi parte da sua formação e o modelo moral *fez ser quem é hoje* e que para seu espanto, *infelizmente* vem se diluindo. Dessa forma, apresento uma reflexão a respeito da sua *educação e estranheza* com as mudanças no mundo de hoje: *Por isso hoje tá cheio de vagabundo. Tem bolsa pra tudo! Lotado de gente que não quer nada. Pai não pode educar o filho!* O pai de Raimundo está aposentado hoje, foi um homem que sempre trabalhou na construção civil e durante muito tempo labutou na construção de casas pelo bairro no processo de expansão urbana. Agora, com um agravamento *de um problema na coluna*, vive da aposentadoria e do comércio em casa de compra e venda de pássaros - inclusive venda de pássaros silvestres. Como disse Raimundo, depois que sua mãe faleceu, no início dos anos 2000, seu pai *encheu a casa de passarinho*. Raimundo sempre *pensou mais*, afirma que é *inteligente*, gosta de cálculo, mas nunca gostou da escola. Terminou o ensino médio *na marra* e dessa argumentação decreta: *o que eu sempre gostei foi de dinheiro! Sempre fui de me virar, arrumar qualquer coisa, carregar uma areia, pedra, fazer coisa pra ter meu dinheiro*. Na sua adolescência ao longo da década de 1990, trabalhou durante bom tempo como *office boy* em uma loja grande na Santa Ifigênia (centro de São Paulo) de produtos de *segurança de prédios e condomínios*. De lá foi promovido a auxiliar administrativo e conheceu *toda parte de compra, venda e os esquemas do centro de São Paulo: sempre aparecia alguém com coisa roubada para vender*. Como descreve, esse trabalho *foi uma escola*. Aprendia na rua como *office boy, com os vendedores e com meu patrão que era um cara muito malandro*. Rapidamente virou mais um vendedor da loja e desse aprendizado sintetiza: *existiam muitos esquemas e que todo mundo queria ganhar o seu*. Entretanto, no final dos anos 1990 decidiu ter o seu negócio e montar um *mercadinho com um sócio* na própria cidade de Luzia, a partir da rescisão trabalhista e *outros esquemas*. Rapidamente o sócio abandonou o comércio e ele administrou sozinho todo o *drama*. Nesse momento conta que teve uma *ajuda* substancial de seu amigo de longa data que contribuiu na montagem do seu negócio: *toda parte de frios e outras coisas, ele comprou em um esquema* (falsificações de documentos e cheques) *eu*

paguei tudo bem mais barato. Esse apoio inicial e mesmo alguns produtos que vendia sem nota, nunca foi descrito na chave de um *crime*, de uma ilegalidade ou mesmo *coisa de vagabundo que comumente* Raimundo se referia aos jovens do bairro, à população desempregada ou mesmo de quem fazia uso de benefícios de programas sociais. O interlocutor fez crescer seu comércio junto a expansão de consumo popular ao longo dos anos 2000, expandiu, comprou mais outro mercado e nesse momento investiu em aquisição de caminhões *pequenos*, algo que fez em 2011 optar em vender seus mercados e *investir* em uma pequena frota de caminhões de porte pequeno (VUC para trânsito dentro do centro de São Paulo) e criar a sua própria empresa de logística: *eu me arrisquei para virar um empresário! Joguei tudo pro alto, mas deu certo!* Hoje também investe em compra de terrenos e vendas de casas em diversas cidades da Região Metropolitana de São Paulo: *eu pego um terreno barato e vendo uma casa.*

Nossas conversas ocorriam sempre perto, ou mesmo na casa do seu pai. Por aqui Raimundo é querido por muitos, um exemplo a ser seguido, alguém que *venceu, um exemplo de história.* Transita pelas ruas dando bom dia aos finais de semana, ajudando no *time da vila* (desde o jogo de camisa até a contratação de alguns jogadores amadores para partidas específicas) e até auxilia quem *precisa e merece.* Os motoristas de sua pequena empresa são majoritariamente do bairro ou mesmo da rua onde cresceu: *dou oportunidade para quem gosta de trabalhar. Mas é cada dia mais difícil achar um!* Descreve que tem *uma vida simples.* Já tentou morar em um condomínio na cidade vizinha, mas desistiu: *Porra. Na sua casa e você não pode colocar um som alto que o vizinho reclama!* Mudou-se para o mesmo bairro de sua infância, a poucos quilômetros de distância da moradia do seu pai e se diz *seguro*, aqui *conheço todo mundo!* *Uma casinha mais da hora, uma garagem grande e tá bom.* Assim, Raimundo apresenta a complexidade da vida urbana local com uma mudança significativa de acessos aos bens de consumo inimagináveis para gerações anteriores, uma *história de sucesso* bastante apreciada por aqui, do empreendedor periférico vitorioso e que apresenta uma moral ancorada em representações acusatórias ao outro, onde o ilegal, o imoral e abominável são os próprios pobres e suas práticas. Seus feitos interpretados como vitórias individuais, mesmo à custa de ilegalidades, permitem Raimundo esbravejar em sua leitura: *não preciso de governo pra nada!* É uma figura urbana que ecoa uma idealização de mundo que olha o serviço público como um problema, a população

periférica e majoritariamente seus próprios vizinhos ou próximos territorialmente como responsáveis pelas próprias agruras, como se refere Raimundo: *a gente paga impostos pra sustentar muito vagabundo!* É alguém que coloca suas lutas individuais e pessoais, seus interesses *acima de* posições e apostas coletivas, enxerga o *governo* como um estorvo e pesado. Mas agora, quero apresentar por meio desse caleidoscópio urbano, outro olhar e trajetória, uma existência periférica atravessada pelas urgências as quais Raimundo tanto abomina. Dessa forma, apresento a riqueza de estratégias, moralidades e políticas locais e suas transformações.

4.3 A Rua

A rua representa a luta. Não baixar a cabeça nunca. Autoestima ... [...] Para mim particularmente, porque eu sou a rua, eu ando direto na rua, tô direto na rua ... [...] Na rua você vê um cara com um fusca, na rua você vê um cara com um Golf. Ela te dá todos os lados. A rua te dá tudo mano. Te dá à visão. O muro grafitado, puta que louco, que visão, te mostra uma fita. O muro todo branco diz que ali tem que ter alguma coisa. Então a rua é poesia, inspiração. Quando você sai da sua casa, você vê a rua. Mano, é hoje! E você não pode olhar para o chão. Tem que olhar reto, vamos! Sem perder o foco. A rua é isso aí, a rua é luta diária. Poeta Cocão Avoz. Reis da Rua.

Para o poeta periférico da zona sul de São Paulo, a rua é vista como um lugar de *visão*, das infinitas vivências e aprendizados periféricos, lugar das estratégias de sobrevivência diante de diversos problemas e incertezas que escancaram um acúmulo de micropolíticas na adversidade de longa data. A rua enquanto espaço geográfico e de políticas estatais é objeto de permanente reflexão e intervenção dos saberes dos arquitetos, urbanistas e gestores públicos. É lugar onde se fixam os afortunados, os desamparados ou mesmo onde se monitoram as manifestações, enfim, objeto de diversas operações governamentais. Os grandes reformadores das cidades sabem a urgência de controlar esse ambiente, do risco intrínseco de ordem sanitária e perigo político. Para tanto é necessário reformar, esquadrihar, colocar em circulação populações que por ela transitam. As ruas devem ser largas para o acesso da maquinaria repressiva, arejadas para dissipar as doenças ou bem iluminadas para assustar os perigosos. Talvez a rua seja a antítese da casa idealizada, vista como um local do afago,

do olhar do pai e da família, ponto da transmissão primária das moralidades e condutas desejadas. Já a rua periférica é construída nos intempéries da urbanização, nas intermináveis improvisações físicas e geográficas, composta de conexões de vielas e dos acoplamentos por outras moralidades, ordenamentos e nas construções de políticas de existência periférica, algo que Telles (2006, p.181) identifica e nomeia como “outro diagrama de referências e relações.”

É um lugar profícuo de transmissão de outros *sentidos*, um ponto de acúmulo de “micropolíticas” na adversidade. Assim, as ruas carregam afetos, vivacidade de quem por ela se fixa. Os nomes oficiais sucumbem às nomenclaturas da *boca do povo*. Por aqui na cidade de Luzia, é necessário se ater às suas histórias e políticas locais. A famosa quinze (rua quinze de novembro) carrega uma ambígua percepção de ser vista pela maquinaria militar securitária, pelos profissionais de transporte e por alguns moradores da cidade como lugar de aglutinação de *marginais*, mas na perspectiva de outros da cidade, sobretudo para os que nela transitam e vivem, é uma rua de *respeito*, de gente de *proceder*, uma rua de afirmação e pertencimento para os jovens, como diz as pichações no muro da escola, no time de futebol ou no boné da *molecada da rua: Sou da Quinze!* Por aqui também tem a rua das figuras urbanas relevantes, da *Dona Maria, do Seu Chico*, Dona Ana. Há a rua referenciada pelas igrejas locais, da *Congregação* até da *Assembleia*, a rua dos *playboys* ou mesmo dos que carregam a migração de ontem e hoje, *os baianos*, do *Pernambuco*, do *Ceará*. Por fim, as ruas ressaltam as articulações locais para além das homenagens oficiais, das autoridades locais ou comumente aos homens brancos europeus que *fundaram* a cidade, pois operam percepções afetivas, vínculos locais, arranjos de diferentes ordens e que o interlocutor Gil dizia: *é outro rolê!*

Gil, um interlocutor de longa data, ao narrar a sua própria trajetória de vida periférica, apresenta a relevância da rua, *uma escola* que ensina que diante das transformações e turbulências econômicas, políticas e sociais se exigem micropolíticas locais. Nossos encontros sempre foram repletos de sorrisos e conversas intermináveis das histórias dos *moleques da rua*. Gil mora na mesma rua que o pai de Raimundo e a poucos metros de Eliza. Gil é um homem *negro* de 45 anos, pernambucano (*chegou bebê na cidade*) e hoje é pai de dois meninos que moram com a mãe. Vem de uma família de cinco meninos e uma menina (*caçula*), já quase todos casados e com suas famílias em bairros e cidades próximas. Como ele mesmo destaca vem de uma *família*

*de preto com índio lá do interior de Pernambuco*¹⁷⁵. Seu pai, mesmo aposentado *segura as pontas* da casa (algo como segurar as contas da casa), pois Gil permanece *desempregado* já faz alguns meses. Transita por alguns *bicos* (trabalho informal de ajudante de pedreiro, jardineiro, ajudante geral, etc) mesmo que recentemente tenha concluído um curso de *Técnico em Logística*. Hoje, seu Diniz, o pai de Gil, vive *assistindo Datena*¹⁷⁶ como muitos senhores por aqui, já a mãe faleceu há pouco mais de cinco anos em um hospital público com *problema no coração*. Para Gil, a mãe era o centro da casa, a referência moral para os filhos. O pai é católico *não praticante*, e os filhos e netos estão em trânsito por diversas igrejas neopentecostais da cidade. Fez parte da geração de migrantes majoritariamente nordestinos ou filhos de nordestinos que atravessaram os anos de 1970, 1980 e 1990 na construção de um sentido para a vida na cidade grande, digladiando-se entre o cenário constante de desemprego, recessão e alguns raros momentos de estabilidade. É um desses garotos periféricos que começaram a entender o mundo a partir da “década perdida” e que encontrava na rua um alento, um lugar de estreitar afetos, amenizar as agruras no futebol, os pipas pelos ares ou as intermináveis *zoeiras dos moleques de rua*.

Sua própria história se entrelaça com a *caminhada* na rua, uma narrativa urbana descrita por outros caminhos e estratégias que tem sua complexidade e longevidade, outras formas de existência e resistência. Descreve como poucos as transformações das referências culturais, políticas e sociais do mundo citadino periférico, por exemplo, a força do *RAP nas quebradas de São Paulo*. O que era, a princípio, uma coisa *meio de ouvir pelos outros*, ganhou força na sua vida e construiu sua percepção a respeito do mundo.

No início da adolescência, o seu desejo de ser *playboy* fez com que ele comprasse, em seu primeiro trabalho como office boy, *uns panos de boy* identificados com o universo surfista (Hang Loose, Ocean Pacific, Hawaiian Dreams, Quiksilver, Town & Country) ou marcas como Street Wear (Zoomp, Zapping, Fido Dido). Mas,

¹⁷⁵ Dessa presença negra e indígena, conversávamos como tínhamos origem parecida. Tanto a família de Gil como a minha família, são pernambucanos. Muitos acessos ao longo do período de campo se estabeleciam por essas proximidades.

¹⁷⁶ Ao longo da tese observa-se que por décadas e gerações, esses programas policialescos vem moldando o que se lapidou de opinião pública.

rapidamente, por influência do RAP, abandonou esse desejo e passou a ir à *galeria*¹⁷⁷ com uns amigos, *comprar outros panos, dar outros rolês, ter outras ideias*.

Comprava as roupas nas *barraquinhas* da Rua 24 de Maio, contexto de proximidade à Rua São Bento e todo o berço do RAP paulista. As vestimentas, atitudes e uma *consciência* afirmavam a respeito do que é ser *periférico, preto e filho de baiano* na cidade de São Paulo. Agora é um corpo comedido, levemente inclinado, uma entonação serena e baixa, *pra dentro e de palavras precisas*. Gil narra *que foi aí o momento de ter orgulho de suas origens e de sua cor: cara, a gente tinha vergonha de falar que era da quebrada. A gente começou a ter orgulho de quem a gente era e de onde vinha*.

Para Gil, no começo da adolescência, a rua começou a se expandir quando ele atrelou-se a outras vielas e esquinas. Suas reflexões materializam a rua como uma *escola* de transmissão de moralidades e existência política, constituindo-se num ordenamento local e protagonizado por seus pares. Seus saberes iniciais *dos moleques*, da adolescência atravessam para fase adulta e constroem ordenamentos e resolução das demandas locais. Portanto, de um lugar comumente visto como despolitizado ou visível somente pelos atrelamentos com as políticas institucionais, aqui, Gil ensina que se ecoam formas de fazer política, construção de moralidades, meios de existência que operam por outras lógicas, outras formas de governar, como uma espécie de acúmulo, uma história social de micropolíticas a partir das ruas. Aqui, como ensina o interlocutor, sempre correm ideias, formas e ações postas em disputas e em permanente tensão. Os nossos diálogos destacam a respeito de um conhecimento muitas vezes na *zoeira*, na dureza e contradições da vida urbana. A necessidade de lidar com as *brincadeiras*, apelidos, os xingamentos e até as *trocas de porrada*. Era necessário *ter psicológico* como certa vez discutia a partir de um exemplo: *Mano, os caras zoavam tanto esse moleque (Maurício) chamando de bicha*¹⁷⁸, *falando que ele deu para outro moleque. Ele ficava puto, se descontrolava, queria trocar porrada e só se ferrava*. Para Gil, o rapaz (Maurício) não *aguentou a zoeira*, sucumbiu mentalmente e hoje vaga pelo bairro

¹⁷⁷ Esse trânsito entre diferentes periferias de São Paulo e as galerias e ruas nas proximidades da Estação São Bento e República da cidade de São Paulo fazem do espaço central da cidade um profícuo campo de trocas da cultura, estética e política periférica.

¹⁷⁸ Em uma de nossas conversas avistamos Mauricio vagando pela rua, um homem na faixa etária dos 40 anos, branco, barbudo e obeso. Andava com dificuldade e um olhar disperso.

nitidamente medicado e incomunicável¹⁷⁹. Assim, viviam as agruras da época com raros empregos para jovens e estratégias de sobrevivência. Na rua se conversava de tudo, no final dos anos de 1990 *tinha tempo pra caralho, todo mundo desempregado*. Falava-se das experiências sexuais, da rodada do futebol e das fofocas do bairro: *quem tá no crime, quem foi preso, quem tá malandrão, o certo e o errado*. Essa rua das moralidades e existências também políticas, de sentido de justiça não cabia às meninas, exigia-se delas que ficassem *dentro de casa, lugar de menina de família*. Se para os meninos existia a liberdade da rua e seus perigos, de se contaminarem pelos saberes das ruas, para as meninas existia os perigos dos assédios, da violência ou de uma suposta contaminação da rua vinculada à promiscuidade. Assim, se conformava um universo dos meninos e das meninas na dureza do cotidiano periférico das décadas de 1980 e 1990 na periferia da cidade de Luzia que lapidava suas moralidades e construía suas existências políticas.

Gil ensinava que na rua existia um acúmulo moral e político que fora refinado, *como dizia o interlocutor: muita gente ficou cansada de tanta merda!* Assim, as formas de moralidades e políticas se digladiavam e produziam em perspectiva, uma bagagem de vivência e estratégia na adversidade. Também apresentava diversos personagens do mundo urbano em sua narrativa, como “*mão*”, um sobrevivente do Carandiru e morador da cidade de Luzia que, segundo o interlocutor, falava das *injustiças do sistema*¹⁸⁰ no final da década de 1980 e início de 1990, ou mesmo das histórias dos *bandidos das antigas* com seus intermináveis conflitos entre periféricos, mas também repletos de alianças, de respeito pelo bairro. Assim, a rua transmitia essa história como *da polícia que normalmente aparecia para causar* ou mesmo os “*pé de pato*”¹⁸¹ que não permitia *vacilo, safadezas*. Ecoavam histórias periféricas que diziam a respeito de uma longa luta de *quem manda e quem obedece*, dos conflitos e suas moralidades e políticas, uma

¹⁷⁹ Tive uma conversa rápida com o pai do Mauricio. O Senhor comentou que o quadro de saúde mental do Mauricio se deteriorou no final da adolescência e início da fase adulta. Desde então passa por um psiquiatra no posto de saúde da região e toma uma medicação.

¹⁸⁰ Para essa geração a qual Gil faz parte o sistema, o sistema carcerário ainda era uma realidade próxima pela sua seletividade (populacional e de localidade). Entretanto, adiante descrevo como o sistema carcerário contemporâneo impõe/produz nesse movimento moralizante extrínseco, um processo de hiperaproximação com suas convergências e ruídos.

¹⁸¹ Comumente em diferentes periferias da década de 1980 e 1990 usavam essa expressão para se referir aos matadores do bairro, da cidade. Pé de pato era o sinônimo de Justiceiro. Não se sabe a origem dessa expressão, entretanto ao longo da década de 1980 registra-se no jornal de maior circulação nas periferias paulista (Notícias Populares) as histórias de Chico Pé de Pato..

história social periférica que se acumulou ao longo dos anos e décadas, permeada de complexidade e de sujeitos produzindo as tramas que desaguaram nos anos 2000. O que o interlocutor argumentava é que existe uma *história* de longa data para entender o presente e as disputas e arranjos atuais. Os saberes das ruas reverberaram, dialogaram e ensinaram com o *crime de ontem e hoje*. Uma espécie de composição política, social e moral do universo urbano que gradativamente angariou espaço e se entrelaçou no mundo periférico.

Em uma de nossas conversas, o interlocutor descreve que no início dos anos 2000 *as coisas* mudaram. As micropolíticas e moralidades, ancoradas em um longo aprendizado periférico tenderam para outros caminhos. A população periférica desenvolvia por meio de um movimento com derivações, contradições e composições amplas uma espécie de luta pela paz. Para descrever essa mudança política, de mediações morais, sentido de justiça e, sobretudo, formas de existência e resistência, Gil cita uma *fita* (um caso) que reverberou na sua *própria carne*. Conta que ele mesmo *quase morreu* em decorrência de uma briga entre *pessoas próximas*. Em decorrência de uma desavença que envolvia seu filho, no auge da discussão levou uma *facada no estômago*¹⁸² em março de 2018. Ficou internado no hospital da cidade, quase faleceu. E diante desse evento destaca que os desdobramentos poderiam ser outros, *se fosse outro tempo, seria outros 500*. Em um exercício de reflexão dos possíveis desdobramentos ancorados nos saberes do presente, na trajetória social e política da rua, Gil argumenta: *Graças a Deus, estou bem. Sei que poderia desenrolar um debate e ver quem estava certo*. Entretanto, o interlocutor optou *em deixar pra lá* e atribuiu essa atitude ao seu retorno *para igreja (não desejo o mal para ninguém)* e também de estar de *saco cheio do crime*. Entende que se *esticasse o chiclete* (levar até as últimas consequências) poderia acarretar em situações não desejáveis e mais imbróglis:

Eu sei que eu estava certo e o cara errado. Se fosse pro debate ele ia se foder. Ia juntar muita gente. Aquelas ligações, aquela resenha, aquela porra toda. O cara é paga pau do crime. Ia chamar o irmão que ele vive falando. Eu também não ia pagar de otário. Ia chamar um pessoal que me procurou quando isso aconteceu. Mano, essa novela foi parar lá na cadeia. Puxaram a ficha do cara, tem outras fitas, outras mancadas. Mas deixa pra lá. Deixa quieto. Deus sabe de tudo! Diário de Campo, 12 de Dezembro de 2018.

¹⁸² Nossa conversa ocorreu ainda durante sua recuperação.

Essa narrativa periférica de Gil descreve a respeito da complexidade dos conflitos e ordenamentos de hoje, um processo engenhoso e composto por diferentes posições e territórios. Em determinados locais, os indivíduos necessitam ou mesmo recorrem à participação de outros sujeitos, grupos e *mundos* que outrora eram vistos como isolados, mas atualmente em uma profícua interlocução. As intersecções entre mundos no decorrer dos anos 2000 ecoam essa longa história social e política, ou seja, uma junção de acúmulo *dentro e fora* do sistema prisional. Como resultado concreto, houve uma diluição das vinganças que, ao longo de muito tempo, conformavam as periferias paulistas e ocasionavam em mais violências e mortes. Desse modo, os movimentos extrínsecos das ruas periféricas ao longo dos anos 2000 ouvem as prisões e as prisões ensinam a rua, uma profícua troca de moralidades, políticas e saberes *dentro e fora do sistema* que seguem em um movimento expansivo¹⁸³. Nesse cenário de interlocução, algumas narrativas do irmão mais novo de Gil ajudam a visualizar a vivacidade das articulações políticas e morais:

Encontro Gilson (um rapaz negro, um pouco mais de vinte anos), por volta das 13 horas perto da casa de Gil. Comenta que está indo para o trabalho em uma empresa na região para um trabalho terceirizado e temporário. Nossa conversa logo se direciona para o futebol e dos jogadores que a rua produziu. Falamos dos craques e da nova geração. Gilson destaca que tá mais difícil, porque os moleques só querem saber de internet. Pergunto do time da vila e Gilson lembra que o time não está muito bem, no momento sente a falta do goleiro e capitão do time. Como descreve Gilson, o Gordão fez umas merdas e está preso já faz alguns meses (soube posteriormente que está preso por tráfico já faz mais de um ano). Então Gilson, com um ar de naturalidade e sorridente descreve: Douglas, ele já tá pra sair, conversei pelo zap com ele. Falou que tem outros times querendo fechar com ele, conversaram e tudo. Os caras ligando direto pra ele. Várias quebradas para jogar a Copa (Copa de futebol de salão da cidade que estava para se iniciar). Já disse pra ele, não, não gordão. Você é daqui! Diário de Campo, 05 de dezembro de 2018.

¹⁸³ Como alerta Biondi (2014, p.66) o que ocorre atualmente é uma espécie de “engajamento simultâneo” entre rua e cadeias. E como descreve o trabalho de Godoi (2010, p. 60 - 65) existe um impacto para além da população encarcerada a qual o autor estabelece uma “estimativa” de vidas “afetadas direta ou indiretamente pela prisão”. Segundo autor para cada preso, 17 pessoas são afetadas direta ou indiretamente. E como também pontua o autor, uma relação entre o dentro e fora do sistema prisional por “vasos comunicantes” estabelecidos por visitas, jumbos, correspondências e celulares em movimentos expansivos. A respeito dessa forma contemporânea de diálogo entre a prisão e bairro, leia Cunha (2002).

Mais um trecho do diálogo com Gilson ajuda a dimensionar esse cenário, essas convergências morais e políticas dentro e fora. Quando demonstrei surpresa com essa manutenção de diálogos entre a *quebrada* e o *sistema*, Gil sorriu e contabilizou outros tantos próximos que *vivem* nessa caminhada:

Vixi, Douglas. Tem o Alemão (homem branco) que agora tá no interior (em um presídio no interior de São Paulo). Tem o Gordão (rapaz negro) que a gente já falou dele. O Marcelo (homem branco) que tá aí na rua agora. O Leonardo (homem branco) que ficou pouco tempo guardado. O Elias (homem branco) que tá de boa agora. O Marcel (homem negro) tá agora aí, puxou um tempinho e já tá mil grau. Aí vai. Nem tô falando dos moleques ali da rua sem saída. Nem os de antes, que aí tem o Mão (negro) que faleceu e o Ezequiel (negro) que tá de boa agora. Diário de Campo, 5 de dezembro de 2018.

Gil narrou que as primeiras conversas no início dos anos 2000 contavam agora com uma *disciplina do comando* no bairro e prisão. Conforme contagem de seu irmão, em um pequeno perímetro com pouco mais de quatro ruas pequenas, pelo menos seis pessoas recentemente transitaram *dentro e fora do sistema* [prisional]. Esse diálogo moral e político se oxigena, na medida em que se reverberam escolhas muito mais interessadas nas articulações e arranjos em detrimento das guerras de outrora. Assim os *pés de pato* (justiceiros) não andavam mais pelas ruas da cidade de Luzia e as listas de pessoas que iriam morrer na *quebrada* desapareceram. O *tráfico pequeno*, quase de amigos, para levantar *uma moeda* que Gil participou esporadicamente em alguns momentos na sua adolescência, ganhava outros contornos. Os grandes nomes do tráfico e do bairro em suas relações personalistas perderam espaços para uma nova ética dos *irmãos*¹⁸⁴. As relações muito mais pessoais, familiares, de posições verticais perderam espaço para articulações complexas. O acúmulo moral e político na adversidade tendeu para arranjos e impessoalidade, complexidade dos *debates* e os permanentes freios às vendetas locais.

As ruas periféricas de hoje se tornam um ambiente turvo dos enunciados *do crime, da história social* da rua e das estratégias de sobrevivência local que contam com uma vasta trajetória moral e política, conforme colocado pelas pesquisas urbanas ao longo dos anos 2000. O Primeiro Comando da Capital (PCC) e suas “políticas” nas

¹⁸⁴ Como observa Biondi, (2010, p.207) *os irmãos* são a “voz do Comando” (PCC), capazes de propagar os enunciados do PCC.

periferias são uma chave analítica para compreender a redução dos homicídios durante esse período em grande parte do Estado de São Paulo e que, atualmente, sinalizam para além do Estado¹⁸⁵. Feltran (2010) identifica que os moradores recorrem às diversas “instâncias de autoridade em busca de justiça” e diante de uma questão local, como roubo, agressão, briga dentro de localidades onde coexiste a “disciplina” do PCC, alguns moradores se dirigem a um “irmão” do “Comando” (Feltran, 2010, p. 60). Assim, a dinâmica de vingança e desavenças, cenário periférico de outrora, foi relativamente interrompida ou dificultada conforme o interlocutor Gil. Algo que tornou os esquemas de acertos com o sistema militar securitário muito mais lucrativo - crescimento do mercado de drogas ilícitas, redução dos conflitos e consequentemente lucros para rede de extorsão, *todo mundo sai ganhando*, ensina Gil. É uma lógica local que atravessa brigas no futebol, conflitos de casais, as participações em resolução de furtos e roubos locais. Mas o interlocutor conclui em uma de nossas conversas: *Tá até demais! Tudo é PCC. Tudo é irmão nessa porra toda!* Algo que circula também com ruídos, refutações e disputas e, quando movimentamos o caleidoscópio urbano, quando posicionamos para outras moralidades e políticas locais, é possível visualizar velhas e novas adesões, antigos desejos, saudosismos por outros “governos” e novas propostas que coadunam com o próprio hipermilitarismo atual.

¹⁸⁵ Conforme aponta Feltran (2019) cada vez mais os homicídios passam por regulações de facções que operam por articulações de paz ou guerra. Desse modo, para o autor, é possível cravar que as os aumentos e decréscimos dos homicídios no Brasil estão majoritariamente ligados ao universo dos mercados ilegais e suas facções. Os homicídios em 2018, como grupo 1 (75-80% das mortes violentas intencionais).

4.4. As quebras da quebrada

[...] O governo Lula deu a condição de o povo ter as coisas e depois desse governo, o povo quer polícia pra defender essas coisas. Então ele se torna um cara de direita. Um cara que defende aqueles valores velhos que fodeu ele. Mano Brow (Rapper). Racionais Mc's. **Entrevista Le Monde** Diplomatique Brasil. <<http://diplomatique.org.br/um-sobrevivente-do-inferno/>> Acesso dia 04 de fevereiro de 2019.

[...] Olha o trabalho que a molecada da periferia tá dando pra todo mundo. Conhece alguém que já roubou o celular? E quem roubou foi um cara de gravata e paletó? Foi a mesma coisa. Dois motoqueiros, um cara de dezesseis e dezessete anos. Então, eu penso que se tirar a Polícia Militar vai acabar com a periferia. Aí os caras de Brasília vão ficar só lá aplaudindo, sabe por quê? Porque automaticamente se não tiver polícia, vai virar guerra civil. Só que uma guerra civil desigual. Porque só vai se matar o gueto, entre o gueto. Quem for comerciante, vai virar o que a gente chama de pé de pato, porque vai se armar para matar os molequinhos que se diz coitadinho, que tá indo roubar o cara do lado, mano. Então a minha concepção é que a periferia também, essa geração nova tá faltando vergonha na cara. Aí se vai trocar ideia. No meu tempo de favela, isso aí morria tudo, morria tudo. Beleza, da hora, os caras trocam uma ideia, não morrem mais ninguém. Mas vou falar uma coisa pra você. É difícil você achar um moleque que tem orgulho de falar, eu levo essa, eu sou sujeito. Pelo contrário, eles caguetam, roubam do lado da sua casa, e você vai falar. [Eles dizem] tô no meu corre... Então, hoje em dia, eu penso que se acabar com a Polícia Militar, eu acho que vai ter muito derramamento de sangue feio. Porque aí esses demônios dessa geração de ladrão, você ladraozão, ladraozão do Funk aí, que rouba cem conto pra tomar de bebida falsa no pancadão, esse ladraozão aí vai roubar todo mundo. Aí sabe o que vai acontecer? Tá cheio de trabalhador, que esse Lock [algo como louco, babaca, otário] pensa que só porque é trabalhador é cuzão. Tá cheio de trabalhador que resolve mais do que você. Sabe o que vai acontecer? O trabalhador vai desentocar, os nordestinos vão desentocar. Aí cê vai chamar ele de pé de pato, matador. Mais quem transformou ele em matador? Esses lixos aí que fica no pancadão. Kaskão [Rapper]– Trilha Sonora do Gueto. Canal La Plata Produções. Site< <https://www.youtube.com/watch?v=oZgGhjAVLA8>>. Acesso dia 04 de Setembro de 2018.

Observar e ouvir as figuras periféricas (*quebradas*) paulistas é ter a oportunidade de acessar uma produção de ordens, arranjos, moralidades e micropolíticas, infinitudes de estratégias. A partir das narrativas de moradores de diferentes localidades da cidade é visível notar que as micropolíticas locais são estabelecidas à custa de muitas disputas e ruídos, repletas de pontos de tensões, discordâncias e leituras divergentes ora sobrepostas, ora ecoando e conflitando. Onde muitos olhos e ouvidos apontam para um lugar dominado ou mesmo sobreposto por um determinado comando local, estático e monolítico, meus interlocutores ensinam a respeito de uma verdadeira disputa, uma rica

proliferação de moralidades e políticas em disputa que reclamam por outros caminhos, outras formas de “governo” local. Toda uma trajetória que Feltran (2020, p.62) nomeou de “regime de ordenamento normativo distinto da ordem legal” aparece no período de campo carregado de uma história social e política local e atravessado por tensões que mais uma vez quero apresentar a partir das narrativas dos meus interlocutores a respeito de suas trajetórias repletas de microcenas da vida urbana que apontam conflitos.

4.4.1 Fechar os olhos

Renata e Tiago, os dois estão na faixa etária um pouco acima dos 30 anos. Ela branca e ele negro. Dois moradores da cidade que chegaram no início dos anos 2000, mas que transitaram por diversas *quebradas* antes de se fixarem na cidade. Primeiro transitaram pelas *quebradas* da cidade de São Paulo (ela da Zona Sul e ele da Zona Norte), depois em uma cidade da Região Metropolitana de São Paulo onde se conheceram em um trabalho que ambos realizavam como *marreteiros* nos trens metropolitanos da região. Ainda no início dos anos 2000 decidiram *juntar os panos* (morar juntos) e vagaram por algumas casas. Em 2003, começaram a morar em uma favela da cidade, *fugindo do aluguel*, em uma situação que durou pouco mais de quatro anos e de *muitas histórias*. Logo a favela passou por um processo de reintegração de posse que se arrastava por alguns anos, mas que Tiago não acompanhou o desfecho, pois meses antes foi preso em uma *treta* (confusão) que não quis comentar. Tiago e Renata narram uma *vida sofrida*, ensino médio incompleto, *passaram fome e trabalharam de tudo*. Tiago teve o abandono do pai e Renata trabalhou desde criança para ajudar em casa. Hoje, ela administra uma pequena doceria em casa. A filha mais velha (18 anos) tentou ser jogadora de futebol profissional, mas logo abandonou a carreira pelas dificuldades do esporte (falta de ajuda de custo, transporte e alimentação). Tiago sempre trabalhou de ajudante de *alguma coisa* (*pedreiro, carpinteiro, cozinheiro, etc*) *majoritariamente nos condomínios* da região. Depois de sua *passagem* (prisão) sentiu que as coisas pioraram, alguns convites de trabalho cessaram. Hoje vive dos

bicos que arruma em obras através dos amigos que o chamam para trabalhar esporadicamente. Os dois *lado a lado* tem um lar às custas de *muita luta*. Junto a alguns moradores, tiveram a ideia de disputar a direção da associação de bairro que desde a sua fundação em 2011 é administrada pelo mesmo grupo com apoio de um vereador da cidade.

O casal e alguns moradores estavam insatisfeitos e acusavam a associação de falta de alternância na direção, o desprezo pelas reclamações de parte dos moradores (um problema de tubulação na construção das moradias e alagamentos em dias de forte chuva), falta de assistência às famílias mais carentes, às *pilantragens* ocorridas desde a construção das casas (acusações de superfaturamento na obra e entrega de moradias em condições bem inferiores ao estabelecido em contrato com a Caixa Econômica Federal), e a ausência do vereador eleito: *o bonitão só aparece a cada quatro anos pedindo voto*. A tentativa do casal e de alguns moradores de vencer a eleição da associação foi infrutífera. Para o casal, a atual organização de moradores mobilizou toda sua rede de influência que incluía o partido político do vereador do bairro e moradores de outras regiões em uma eleição fraudulenta: *apareceu gente que nem mora aqui votando. Eles fizeram de tudo pra gente não ganhar!* Entretanto, o entrevero não se esgotou durante o período da eleição. O ambiente ficou tenso entre as partes com xingamentos e ameaças que duram até o presente momento de nossa conversa. Nesse processo, o casal contou que seu melhor amigo de bairro e integrante da chapa derrotada *desistiu da luta*. O melhor amigo do casal *ficou desgostoso e se mudou*. Contudo, pouco mais de um mês, o casal descreveu ter recebido uma visita de alguém interessado em *saber mais* a respeito do que estava *acontecendo ali*. Para tanto, apresento um trecho extenso do diário de campo, nos quais Renata e Tiago narram uma microcena para dizer que *as coisas estão bagunças por aqui e que alguns fecham os olhos* para o problema local:

[...] [Renata] pensa que acabou assim. Belo dia, a gente estava aqui em casa de boa. [Nesse momento é Tiago quem narra] Eu chegando em casa bem aqui mesmo, você sabe que aqui a noite é escuro. Estou chegando e logo encosta uma sombra assim. Sai daquele muro ali e vem na minha direção. Aí o cara diz boa noite. Eu já logo entendi que era comigo. Boa noite! Pois não? O cara já emendou. A gente pode trocar uma ideia. Falei, pois não, vamos sim! E vamos trocar essa ideia não aqui fora, vamos trocar ideia dentro de casa. Já botei o cara pra dentro de casa, sabia que tinha a ver com a treta da associação. Aí o cara entrou e se apresentou [em diálogo posterior Renata e Tiago afirmam que era um *irmão* já conhecido]. [Nesse momento Renata

toma a palavra]. Aí eu vi um cara entrando em casa com o Tiago. Vi que o cara era todo pá, todo nos panos [Roupas de grife], na maior educação. E ele disse logo. Quero falar com vocês do que está acontecendo aqui. O cara pensou que nos éramos otários. Já logo olhei na bolinha do olho e falei: Muito prazer! Cumprimentei o cara e falei: pode sentar. Se você veio para falar, também tá com tempo para ouvir. Quer um café, uma água, alguma coisa? Porque pode ter certeza que a ideia é longa! O cara falou que não queria nada. Então a gente falou [segue a Renata descrevendo a microcena]. Olha, aqui não tem safadeza não. O certo é o certo. Pode ter certeza. Eu, por sorte, graças a Deus, eu guardo tudo. Eu tenho uma pasta com fotos, notas (fiscal) de tudo que a gente faz aqui. Já logo pedi para Sandra [sua filha] pegar a pasta e já começamos a comer o cara na ideia. Olha, isso aqui é assim, assim, assim. Essas festas, essas coisas que a gente faz. Isso que eles nunca fizeram. Nunca deram assistência de nada. É só entre eles, entre os amigos. E tem essas rameladas (erros) deles aqui, nisso, nisso, nisso. Olha a situação disso e daquilo. O cara só olhando, pouca ideia, só ouvindo, só observando. Ele falou muito pouco mesmo. E a gente em cima. É irmão, a situação é essa! E a gente desenrolando, desenrolando. Sei lá, acho que umas duas horas. Aí o irmão falou: não precisa mostrar mais nada. Foi nessa que ele deu a deixa. Ele falou: não precisa provar nada. O Francisco [vereador eleito na última eleição e base de apoio do candidato a prefeito da cidade e articulador da associação do bairro] falou uma coisa e eu cheguei aqui é outra. Nessa eu já falei [Segue a Renata]. Ah, o Francisco. Ele tá aí. A gente sabia que tinha um carro na frente de casa. Aí era o Francisco. Eu já falei logo: irmão, se quiser, pode chamar o Francisco, que eu falo tudo de novo aqui olhando na cara dele. Não tem problema nenhum. Aí o irmão já logo falou: Não precisa. O Francisco falou uma situação e cheguei aqui é outra. Deixa! Aí o cara se despediu, muito educado e foi embora. A gente levou o cara até a saída de casa e vimos que o carro tava lá mesmo com dois caras (duas pessoas) dentro. A gente sabia que o Francisco tava lá. A gente sabe que ele corre com esse irmão. O irmão entrou no carro e saiu fora. Sabe como é Douglas, se nós não temos essa manha (esperteza) de trocar ideia como é que fica? Os caras correm juntos. Mas você me conhece. A gente não vai pagar pau. A gente tá no certo. Eu mesmo encontrei o Francisco em um evento. Ele me viu e já ficou com cara de bunda, disfarçando e tudo. Eu fui atrás dele e falei: Quando quiser falar, não precisa mandar ninguém não! Diário de Campo, 13 abril de 2019.

As micropolíticas dos anos 2000 nas periferias paulistas estão atravessadas pelas transformações do “mundo do crime” como aponta Feltran (2008) Telles e Hirata (2007, 2010) e do que meus interlocutores destacam a respeito de uma história política periférica, de usar determinadas palavras, gestos, entonações de voz e mesmo os silêncios nos momentos adequados, uma rica produção discursiva e performática do corpo que se aprende no fazer, na atuação concreta diante de dilemas da vida urbana e na trajetória de existência periférica. Entretanto, o casal interpreta que aquela *visita* tinha uma face pelos gestos de intimidar, de se impor, de lembrar aqueles que o vereador e desavença do casal têm afinidades com o irmão. Para Renata: *o cara aparece de quebrada, de noite. Imagina você receber um irmão na calada da noite pedindo*

informação? Se pega um vacilão que não sabe trocar ideia e não sabe como são as coisas? Queriam um vacilo nosso! Tanto Renata, como seu companheiro Tiago reconheceram que mesmo as aproximações pessoais do *irmão* com o vereador e toda a desavença local não possibilitaram transtornos maiores. Ambos sabiam que ninguém poderia se sobrepor ao *certo*, para prejudicá-los ou para privilegiar o *amigo do irmão*. Ou seja, o amigo do *irmão* [o Francisco] não encontrou apoio para seu entrevero com o casal, não localizou um *vacilo como argumentava o casal*. Entretanto, Renata e Tiago na perspectiva de moradores periféricos que não tem *nada com o crime*, exigiam uma *atitude do irmão* diante de um problema concreto local. Na leitura do casal, existia um *fechar os olhos* para os problemas do bairro e mesmo que a desavença não prosseguisse, existia um desabonar do casal diante de diversas questões que eclodiam e não encontravam soluções e nem ajuda.

Ao longo da última década, o que venho observando na cidade de Luzia é uma insatisfação cada vez mais audível e numerosa de moradores com os ordenamentos locais, com as formas de “governo” que se mobilizaram ao longo dos anos 2000. Uma espécie de tensão política e moral atual na qual prossigo em torná-la audível nessa etapa da tese para, enfim, compreender determinadas escolhas ou mesmo adesões parciais por militarismo e *guerras*, como a trajetória de mais um interlocutor. Lucio tem 45 anos, um homem negro, é morador na cidade de Luzia desde 1984. Quando se casou pela segunda vez, no início dos anos 2000, foi morar no *pé do morro*, na entrada de uma das maiores favelas da cidade. Tem dois filhos do primeiro casamento, um de 20 anos e outro de 24 anos: *um tá mais nos estudos e faculdade o outro formado e trabalhando!* Também como muitos outros por aqui, Lucio é filho de pernambucanos que chegaram em São Paulo ainda no início da década de 1970. Mora em uma casa de três grandes cômodos em processo de acabamento: *vou fazendo aos pouquinhos*. Do lado de fora os blocos são visíveis, na parte interna de sua moradia, há acabamento, uma *cozinha americana com a sala* e diversos itens de eletrodomésticos. Quando mostrou sua residência, falou que não poderia faltar uma boa TV [50 polegadas] e um *PlayStation* para ajudar nas madrugadas de insônia. Diz que sua rotina é do *trabalho para casa e da casa para o trabalho* Em uma das poucas metalúrgicas da cidade exerce a função de *chefe de almoxarife*. Menciona que passou mais de dois anos desempregado e com um quadro de depressão grave: *pensei em me matar!* Está no momento de melhora, depois

que *acertou os remédios* e conseguiu um emprego, primeiro em uma logística em São Paulo e logo depois *pulou* para uma Metalúrgica na cidade: *bem mais perto de casa*. Na condição de morador de longa data, viu diversas mudanças nas micropolíticas locais e como tantos por aqui, na faixa acima dos quarenta anos, também se lembra da *época das matanças, dos pés de pato* [pé de pato] e dos *traficantes de antes* e, como outras vozes que ouvi por aqui, ele aponta: Antes era muita morte, mas de quem devia [dívida com o tráfico], de quem estava envolvido com coisa errada, um antes em contraste na sua compreensão de mundo, de um hoje *bagunçado*. Lucio informa que acompanha *muito pouco as coisas da rua*, fala que sabe da *existência do PCC, mas eu aqui e eles lá*. Diferente do casal Renata e Tiago, o morador Lucio como a maioria por aqui, pouco entende as relações internas, as complexidades dos enunciados e, sobretudo, o dinamismo local do crime.

O que Lucio entende e reivindica é um efeito, o resultado na produção da ordem local, no modo de “governo” local que produziu a redução das mortes e as mediações nas desavenças, mas que na sua leitura, permite uma série de outras ilegalidades e pequenos crimes locais dos quais ele e outros moradores abominam. Quando essas micropolíticas não satisfazem localmente os diversos moradores, flerta-se com outras ordens e arranjos, deseja-se outros caminhos. Lucio elenca os problemas locais como *roubo, som alto de madrugada e essas motos que já atropelaram gente aqui* e narra um desejo velado, subterrâneo que circula entre alguns:

Meu filho já teve o celular roubado pela terceira vez, não foi aqui, mas foi indo para o Centro. Tá muito difícil. Lá na rua da casa do meu pai [não chega a um quilômetro de distância de sua casa] virou tipo uma cracolândia . Aqui à noite, todo final de semana, tem essa porra desses bailes Funk’s sem hora pra acabar. Deixa tudo sujo, não tem respeito por nada. Tenta assistir uma televisão em uma noite aqui de baile. Olha, tem um pessoal aí que tá sempre comentando. Tipo pegar uns moleques, meter numa Kombi e sumir mesmo.
Diário de campo, 15 de março de 2018

São fortes os enunciados de *paz* como entre outras tantas *quebradas* de São Paulo e atualmente para além do próprio estado paulista (Feltran, 2019). Espera-se uma *quebrada na disciplina*, uma produção de ordem local, do que foi para alguns

interlocutores, a *revolução* no início dos anos 2000 quando *tudo virou disciplina*. Foram os anos de expansão dos mercados ilícitos das drogas, os pontos de vendas ilícitas administradas por *irmãos* ou por seus aliados que reverberaram as micropolíticas na adversidade de forma eficiente. Entretanto, como venho descrevendo ao longo dessa etapa da tese, atualmente ecoam insatisfações, ruídos, lamentos e desejos por outros caminhos. O *fechar os olhos* para roubos, furtos, para determinadas desavenças ou mesmo imbróglis da vida urbana que escapam a todo o momento do ordenamento local, colocam no horizonte moralidades e micropolíticas alinhadas às velhas e novas formas bélicas e militarizadas, como descreve com fúria o morador Neto. Um interlocutor e morador da cidade de Luzia que também *reclama* a respeito dos furtos e roubos, das pequenas *tretas* que podem se tornar grandes questões para as micropolíticas locais. O interlocutor, pernambucano, negro, aposentado de pouco mais de 60 anos, chegou ao final da década de 1970 e mora a poucos metros da casa de Lucio. Construiu uma *mansão* como ele mesmo diz, dois andares de construção por um corredor que conecta as distintas áreas. O térreo e o primeiro andar estão alugados para algumas famílias e serve como complemento de sua renda. É casado e com um filho adotivo que *só ouve esses negócios de Rap*. Descreve que sua vida nunca teve moleza, mas diz que venceu na vida. Trabalha desde criança e conta com um sorriso no rosto que durante a adolescência *trabalhou* em uma fazenda *lá em Pernambuco*. Nessa descrição do trabalho, falou que pagava por tudo que comprava na *vendinha da fazenda* e somente saiu do *trabalho* por meio de uma *fuga, escondido na caçamba de uma caminhonete*. Assim descreve a sua história como um exemplo, *as pessoas têm que trabalhar e se esforçar*. E ressalta o interlocutor: *não tem que dar moleza pra ninguém! Dar essas coisas de bolsa!* Neto também complementa a sua renda com o trabalho de pedreiro em casas e comércios da cidade, mesmo com dores crônicas *nas costas e braços*. Nas horas vagas, passa boa parte do tempo no bar na *entrada da favela*. Sua turma de dominó são jovens desempregados, aposentados e outros tantos da viração urbana que ele mesmo nomeia de *nóia*. Suas reflexões se alinham a algumas outras por aqui, em uma exigência que o “mundo do crime” efetive alguma ordem local, como sempre ocorreu, mesmo que por outras balizas, forças e presenças. Na condição de *morador antigo* descreve que até já deu uma *bronca nos meninos*:

Porra, tão roubando aqui. Esses nória do caralho. Teve uns dias desse que fui lá nos meninos (ponto de tráfico próxima a sua casa). Olha, vocês tem que ver essas coisas aí. Tem que fazer alguma coisa viu. Diário de campo, 15 de novembro de 2018.

Os pequenos ruídos que podem se tornar grandes imbróglis remetem a questões dos pequenos furtos, roubos, das resoluções de conflito e convivência local. Por aqui, tudo foi muito mais alinhado e *redondo* para usar uma expressão de interlocutores, ao se referirem ao governo local, para os “desvios mais graves” ou mesmo “casos de vida ou morte”. Entretanto, o que vem reverberando ruídos por entre os moradores, é o que Feltran (2010, p.64) diz das “pequenas causas”, os imbróglis do cotidiano que tem uma capacidade corrosiva, de trazer uma percepção de desordem local, de gerar insatisfação entre moradores e arborescer outras formas de ordenamento, oxigenar velhas e novas formas de militarismo e *guerra*. Observa-se que as tensões, as micropolíticas e formas de “governo” estão a todo o momento expostas às fissuras de outras leituras. As demandas pequenas, rotineiras e muitas vezes banais vão minando, mesmo que pontualmente, a ordem local, as formas de “governo” na adversidade e, sobretudo, alimentando fissuras por outras ordens, até mesmo trazendo tons acusatórios, conforme discussão adiante, para posteriormente adentrarem em espaços que absorvem e traduzem essas reclamações.

4.4.2 Agora paga de arrogante!

Entretanto, é visível que as pessoas desejam os enunciados do crime, mas entendem que hoje, o cotidiano é gerido por maus administradores locais que vem perdendo sua humildade ou mesmo que a complexidade das demandas torna tudo mais demorado e custoso, como explica o interlocutor que conhece bem o *dentro e fora do sistema*. Jeferson não trata do que se orbita nos debates, nas entrelinhas dos preceitos, mas sim da concretude dos atos, do fazer empírico e cotidiano, do bom andamento local. É um homem negro, pouco mais de cinquenta anos e cerca de um metro e setenta de altura. É dono de uma voz pausada, corpo macérrimo. Passou quase duas décadas

entre *dentro e fora* (rua e prisão) por receptação de carga roubada, e diversas condenações de furto e roubos. Casado pela terceira vez, é pai de uma menina, optou em abandonar *aquela vida* para seguir *vivo e tranquilo*. Tentou diversos trabalhos informais como vendedor, auxiliar de mecânica e funilaria, trabalhou por muito tempo em um mercado do bairro e chegou até a trabalhar em uma gráfica da região. Hoje tem sua lanchonete (quase sete anos). Seu público é do bairro e o pessoal que vem de fora nos dias de jogos no Ginásio que fica logo à frente. Confessa que se preocupa com seu comércio, pois não quer que se transforme em um bar, *não quer juntar bêbado, não traz coisa boa*. Abre algumas concessões em dia de movimento para pessoas mais próximas, *do bairro mesmo*, mas repreende a venda de álcool, como repreende a venda de qualquer droga ilícita: *eu sei o que é o vício! Eu vivi isso durante muitos anos!* Hoje toda sua família vai para igreja (Assembleia de Deus do ministério com nome da cidade) e Denis tem uma função relevante, obreiro. Orgulha-se do seu trabalho na igreja, de ajuda espiritual e do trabalho social no próprio bairro: *aqui tem muita gente que precisa de ajuda! E a gente faz isso o dia todo, toda hora!* Informa que transita basicamente por três locais: *Igreja, casa e o seu trabalho*. O seu pequeno comércio é um salão de pouco mais de 50 m², com algumas mesas e cadeiras de plástico. A pintura em azul claro desbotado combina com um piso em azul escuro desgastado. Nas paredes, há somente um quadro com o salmo 23 para decorar o local. No fundo, há uma minúscula cozinha onde realiza os lanches. Seu comércio tem como vista a maior favela da cidade à esquerda. Dessa forma *seu trabalho* na Igreja como obreiro ao lado do Pastor se torna central por aqui: *a gente ajuda a separar briga de família até conversar com um irmão para arrumar um emprego*. Contava-me da beleza que *Deus fez na sua vida* e de muitos que frequentam a sua Igreja: *Eu era um cara inquieto. Brigava com a família, arrumava sempre uma. Tinha um espírito ruim*. Essas conversas, como muitas por aqui, passavam pelos seus momentos *no mundão, das provações* e do quanto *Deus é maravilhoso, o momento da conversão*. Em nossos diálogos, repletos de pão de queijo, risoles, queijo quente e Coca-Cola, Jeferson apresenta suas caminhadas *antes e depois de aceitar Jesus*, que demarcam *também um antes e depois do crime* nas prisões e nas periferias, e de como narra *um crime que começou humilde e agora paga de arrogante*. Denis conta das diversas histórias do crime com certa empolgação que ele mesmo percebe e trata de repreender: *Minha esposa de hoje conheci de um rolê que dei com um*

passatão (carro Passat) louco que eu tinha. Foi tudo das minhas correrias de antes! Conta da sua evolução no crime, dos seus conhecimentos até hoje e das vezes que a casa caiu (prisão). Nesse momento demarca a importância que foi ter uma assistência (do PCC) lá dentro (Prisão) em uma das suas primeiras prisões nos anos de 1990 e destaca: Isso é para bater palma. Se não fosse os caras, o povo lá tava todo fodido. Assim passávamos diversas tardes discutindo a respeito da disciplina, do respeito com a população (presos) e familiares, da organização interna que impressionava: Você quer falar com alguém (dentro ou fora), os caras dão um jeito! Entretanto, para Denis existem algumas clivagens que o tempo tratou de nutrir e também demarcações distintas dentro e fora. Na visão de Denis algo que era para revolucionar e virou só por dinheiro. Assim, Denis traz uma reflexão que direciona suas críticas e reflexões às figuras na linha de frente de hoje. Argumenta que tudo lá (prisão) é mais disciplina e aqui têm muito mais irresponsáveis e cada vez mais eclodem moleques sem visão. O interlocutor acusa certo abalo nos arranjos das micropolítica local e dos ruídos que colaboram com as diversas vozes que ouvi, ao longo do período de campo. Ao longo das nossas conversas, Denis delimita em sua narrativa que na rua o crime fala muito e faz pouco aqui, que os caras (PCC) não tem uma visão de mudar a quebrada e até tem muito desumilde, sem respeito e, para tanto, descreve uma situação na sua lanchonete:

Como você vê aqui, é comércio de família. Fica eu aqui e sempre vem a minha esposa e de vez em quando a minha filha. De quarta tem campeonato a noite aí no Ginásio. Aí numa dessas, fica bem movimentado aqui. Então minha esposa tava dando uma assistência. Aí chegou uns moleques ali da Vila Ré. Uma molecada mal-educada, sem respeito mesmo. Minha esposa aqui fazendo os lanches e os caras vieram com carro e abriram o som com aquelas musicas feias, cheia de palavrão. Um monte de criança passando, mãe de família passando e aquelas músicas falando de sexo e tudo mais. Um som bem alto, a gente mal conseguia falar. Olha, me segurei. Depois fiquei sabendo que tinha um irmão no meio. Que exemplo! Parabéns! Aí você toma uma atitude, você acha que vai ficar tudo na paz? Que o cara vai falar: Oh desculpa aí? Que o certo é o certo e essas porras aí que eles gostam de falar, mas de fazer tá difícil. Tem um monte desumilde aí. Não tem respeito por ninguém. Acha que tá por cima. Diário de Campo, 2 de março de 2018

São quase 20 anos que irmãos, enunciados e moradores convivem na mesma quebrada com outros tantos personagens urbanos e formas políticas e de justiça. Os ruídos dessas relações existem e, pela minha posição de campo de alguns anos, estão

cada vez mais audíveis e diversos. Mesmo que sempre ouvisse nos anos 2000 nas quebradas por onde andava, a *consciência* venceu a *opressão*, nos últimos anos também ouvia os ruídos em relação aos irmãos e os enunciados, que não apontavam para uma homogeneização, mas para um campo em aberto e de permanente disputa moral e política pela ordem local. A força do bem se nutre desses ruídos, dessa reação, uma engenharia política e moral construída no fazer de cada situação concreta, no próprio clima de incerteza decorrente da rotatividade de quem está na *linha de frente*, *as incertezas do mundo urbano de enfrentamento de diferentes adversidades*. É um campo fértil para arborescer outras formas de micropolíticas locais e moralidades, na capacidade de gestores estatais locais de dialogar com essas insatisfações e reclamações e traduzirem em militarismo securitário. Adiante, veremos os espaços de acolhida e de tradução das reclamações urbanas e como essas medidas são transformadas em formas de governar para determinada parcela social e política do mundo urbano.

5

O nó militar e bélico

INTRODUÇÃO

A quinta parte da tese se interessa pela *força do bem* em sua movimentação ainda nas “micropolíticas”, *ou seja*, nas dimensões capilarizadas e cotidianas, repletas de *buchichos de quebrada* que ganham reverberação em determinados pontos “democráticos” e “participativos” da cidade de Luzia, produzindo uma política de “Segurança Pública” local atenta aos medos, falas e audições cada vez mais moralizadas e raivosas – uma política produzida e produtora de intempéries no mundo urbano. A pesquisa observa um movimento de engajamento político dentro dos espaços “democráticos” e “participativos” atravessados por forças moralizantes que estrategicamente empobrecem o debate público e proliferam um mesmo tom de voz militarizado e bélico, onde a mobilização moral e política são observadas em sua positividade, no seu ganho político eleitoral para alguns, em seus vantajosos arranjos locais. Portanto, apresento dois movimentos de pesquisa de campo incentivados por interlocutores: o primeiro se refere às reclamações de *munícipes* e às falas das *autoridades* nas reuniões do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) da cidade de Luzia ao longo de quatorze encontros e o segundo diz respeito às sessões da Câmara Municipal da cidade ao longo de pouco mais de um ano. Nesses dois espaços, eu tive como norte observar as falas a respeito de “segurança pública municipal”, as questões de demandas (uma série de *buchichos* urbanos como medos, preconceitos, intolerâncias e inimigos devidamente lapidados) e, sobretudo as respostas – como cada *público* e local interpretava e exigia um modo específico de intervenção urbana. Era visível e audível que se falava muito a respeito de “segurança pública” na cidade, e que evoluía ao longo dos anos 2000 para se tornar uma grande questão urbana – uma pauta política e moral de peso para qualquer administração pública e devidamente articulada pelos políticos locais. As reclamações e exigências dos *munícipes* se articulavam ou mesmo se adequavam aos propósitos das *autoridades* em distintos espaços democráticos e assim formavam um grande tom de voz militar e bélico, mesmo que por diferentes interesses, desejos, arranjos ou composições morais. Nota-se um fenômeno político e urbano alinhado a uma grande movimentação atual de empobrecimento do debate nos espaços democráticos em decorrência da ascensão de forças sociais e políticas

refratárias ao pluralismo de ideias e, sobretudo, em guerra contra outras formas de existências urbanas. Na *casa legislativa* se observava uma grande guerra moral que impactava na forma de criar normas, decretos, leis e de autorizar recursos para uma determinada existência de “Segurança Pública Municipal”. Os *buchichos* urbanos (reclamações, medos, preconceitos, indignações, relatos de *casos*, etc) eram traduzidos por uma composição de legisladores imbuídos de seus interesses com suas comunidades morais e religiosas – a grande força política! Esse certo mal-estar local recebia respostas simples, binárias e centradas nas repressões, em formas de eliminações que gradativamente formavam a “Segurança Pública” municipal, algo repleto de racializações, rotulações como bons e maus, de demarcações de pertencimento (inclusão e exclusão) ou mesmo na delimitação de fronteiras, entre nós e eles. Desse modo, essa etapa da tese, está interessada, simplesmente, em uma construção analítica das interfaces entre problemas e respostas que constituem a “Segurança Pública”, atenta em observar a *força do bem* em suas conexões, arranjos, positivities, enfim, no nó militar e bélico que opera e precisa ser acionado por certo apoio coletivo, pelos clamores populares (mesmo que de coletivos específicos) para efetuar determinadas respostas locais, e pelos políticos que lucram politicamente, de modo que a cidade conforma uma estranha figura jurídica legal, uma maquinaria híbrida (civil-militar) chamada de Ronda Ostensiva Municipal (ROMU) dentro da Guarda Civil Municipal da cidade.

5.1 A batalha da *palavra*

Generosamente fui apresentado ao Conselho Comunitário de Segurança [CONSEG]¹⁸⁶ por intermédio do Comandante da Guarda Municipal da cidade de Luzia. Um interlocutor que me informava mensalmente por “WhatsApp”¹⁸⁷ o dia, horário e local das reuniões públicas mensais. Dizia que o CONSEG era uma oportunidade para *observar* as *demandas* do município a respeito de “Segurança Pública”. Mas também aprendi, ao longo dos encontros, que por ali se lapidava um modelo de “Segurança Pública” ancorado no empobrecimento do debate, mesmo que efetuado por muitas vezes *participativas*, e forjado na construção de um munícipe dócil e útil politicamente. Transitei nos encontros mensais e, por lá, chegava e sentava em uma das cadeiras escolares como qualquer um e ouvia atentamente as falas “oficiais” e uma série de buchichos (as solicitações, as sugestões, as revoltas ou falas desesperadas dos munícipes em momentos de amedrontamento coletivo) no final de 2017, ao longo do ano de 2018 e em dois encontros no ano de 2019. Eram reuniões de duas horas fundamentadas em um desenho institucional pautado na gramática do “Estado Democrático de Direito”, em linhas de participação social que ganharam força a partir da Constituição de 1988, pelo Decreto Estadual nº 23.455 de 10 de maio de 1985 [Anexo] assinado pelo então governador Franco Montoro¹⁸⁸ e seu Secretário de Segurança Pública Michel Temer. Nota-se que no texto da lei existe uma razão explícita para o “apoio à Polícia Estadual nas relações comunitárias” com o objetivo de “prevenção à criminalidade”¹⁸⁹. Trata-se de uma incursão institucional e social que desde então aposta no ambiente democrático, público e de debate como instrumento capaz de ajudar na modificação das instituições “refratárias”, uma razão que identifica as mobilizações de diferentes vozes capazes de

¹⁸⁶ Existe uma vasta bibliografia que debate os CONSEG’s. Arbitrariamente destaco: Galdeano (2009) e Valente (2018).

¹⁸⁷ WhatsApp é um aplicativo de envio de mensagens, vídeos, imagens, documentos e de ligação. A relevância desse aplicativo para o cotidiano de pesquisa pode ser mensurada nas diversas comunicações, fotos e vídeos encaminhados por interlocutores. Era uma ferramenta importante na pesquisa pois por esse aplicativo em diversas oportunidades era informado de eventos, cursos ou mesmo de atividades locais.

¹⁸⁸ As referências sobre Franco Montoro na agenda de segurança pública podem ser observadas na leitura de Alvarez, Salla e Dias (2013). Nunes (2018) também analisa de forma ampla a trajetória da agenda de segurança estadual ao longo do processo de redemocratização.

¹⁸⁹ As aspas se referem aos trechos do próprio site do CONSEG. Segundo o endereço eletrônico, no Estado de São Paulo, o CONSEG abarca 84 CONSEG’s na cidade de São Paulo, mais 55 na região Metropolitana de São Paulo e 337 no interior e litoral do Estado de São Paulo. Site: <<http://www.ssp.sp.gov.br/conseg/>> Acesso dia 11 de Maio de 2020.

dobrar as forças “resistentes” e “arcaicas” que movimentam a questão de “Segurança Pública” de longa data, como já apresentado em partes da tese. Já os encontros do CONSEG na cidade de Luzia operam com uma estrutura alinhada aos desejos e propostas “democráticas” e de “participação coletiva” conforme preconiza as leis estaduais, mas que no dia a dia, internamente operam por vezes cada vez mais afinadas em um mesmo tom militar e bélico em decorrência de um ambiente pobre de debate, sem a presença de posições divergentes. Dessa forma, ocorre um empobrecimento não pela ausência de vozes, pois no dinamismo local, por entre os encontros regionalizados e de ampla divulgação, existe uma relativa participação popular de uma parcela dos municípios engajados. Aqui se fala muito de “Segurança Pública”, mas não há pluralidade, vozes discordantes, falas que coloquem outras perspectivas sobre os caminhos tomados. O que se opera são encontros pautados numa relação hierárquica e burocrática interna entre as “autoridades” e os “municípios” que se regem em um mesmo tom de voz, uma mesma leitura urbana para resolução de questões que atravessam a pauta de “Segurança Pública”. Então, carecidos de estudos aprofundados ou mesmo de perspectivas diferentes, os encontros afirmam um modelo de “segurança pública” vingativo e repleto de falas enfiadas.

Os encontros são realizados majoritariamente em escolas ou mesmo em creches municipais e sempre ocorrem no início da noite. Assim, todo início de mês, às 19 horas, começam com um atraso protocolar de 30 minutos para *trabalhador participar* como disse a Fernanda (vice-presidente do CONSEG). As pessoas que trafegam entre seus afazeres e do retorno do trabalho para casa muitas vezes se assustam com aquelas viaturas dentro ou nos arredores das escolas. Em um dos encontros fui interpelado na saída do colégio por um morador. O rapaz acabava de descer do ônibus e esbarrou comigo na calçada, com os olhos esbugalhados perguntou: *O que aconteceu na escola?* De fato, essa novidade de reuniões regionalizadas a partir do início de 2017 e majoritariamente em escolas assustavam os desatentos. Para quem olhasse de longe, avistava *giroflex* ligados de uma viatura da Polícia Militar, Polícia Civil e uma ou até duas viaturas da Guarda Civil Municipal da cidade de Luzia, pois são equipamentos de instituições vistas por parcela dos moradores na chave de produção de problemas, mas como apresento ao longo dessa etapa da tese, são instâncias capazes de resolverem

problemas para a parcela da população local, de modo que parte dos munícipes está disposta a lutar politicamente por elas.

Dentro das escolas onde ocorrem as reuniões são montadas pequenas estruturas. Então, por entre pátios ou salas repletas de atividades escolares dos alunos fixadas nas paredes, organizam-se mesas, cadeiras e equipamentos de som e vídeo. Inclusive em algumas escolas, existe uma disputada mesa com suco, café, água e bolachas para os *bate-papos* no término da reunião [não mais que 10 ou 15 minutos], um momento que costuma ocorrer sem a presença das *autoridades* [policiais e guardas] pois rapidamente partem para *outros compromissos*. As reuniões nas escolas trazem um tom de importância e cerimonial. Nota-se uma limpeza nos pátios, salas e banheiros, mesmo nos colégios com estrutura precária (torneiras quebradas, paredes descascadas, vidros das salas quebrados, matagal ao lado do colégio). Em um dos encontros, no momento em que lavo as mãos após o uso do banheiro, um morador ironicamente diz: *nossa, hoje tem até sabão pra lavar as mãos*. A reunião exige uma atenção que comumente conta com a presença da direção escolar que também incentiva a participação dos pais de filhos matriculados. E nota-se que desde que os encontros deixaram de ocorrer na Câmara dos Vereadores e, a partir de 2017, se tornaram atividades *itinerantes* nos bairros da cidade, houve um aumento exponencial de *participação dos munícipes*¹⁹⁰.

A dinâmica do CONSEG é organizada por uma equipe composta de *voluntários* que fazem a ponte entre as *autoridades* (Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Civil Municipal) e *munícipes*. O presidente do CONSEG, o Valdir [eleito vereador na última eleição de 2020] é um homem negro, magro, cerca de 30 anos e não mais que 1 metro e setenta. É frequentador de uma igreja neopentecostal da cidade, sempre se apresenta trajado em uma roupa social de tons escuros e atende a todos de forma sorridente, com falas repetitivas e rápidas. Sua presença na condição de presidente é um arranjo político local, como ele mesmo disse em um dos cafés no término do encontro, pois recebeu a *missão* do atual Vice-prefeito que também foi presidente do CONSEG na gestão anterior. Desse modo, existe uma presença política de alianças locais que perpetuam seu espaço na gestão do CONSEG. Rapidamente identificam como um espaço social e

¹⁹⁰ Cerca de 500 pessoas participaram das reuniões ao longo do ano de 2018. O número de participação dos munícipes nas reuniões dependia da divulgação dos encontros, da interação com lideranças locais e também das situações problema com grande repercussão midiática.

político que geram algumas projeções, circulações em distintas esferas urbanas – um campo de debate com ganhos políticos. Sabem que falar de “Segurança Pública”, defender bandeiras alinhadas à militarização e a uma guerra local angariam votos e alimentam suas bases políticas. Uma das estratégias de ascensão política institucional é angariar passo a passo os conselhos municipais para enfim, pleitear candidaturas no âmbito Legislativo e futuramente no Executivo. E quem usufrui do posto de presidente do CONSEG, alguém preocupado e disposto a se sacrificar em nome da “Segurança Pública”, consegue acessar o contato direto com os responsáveis pelas Polícia Militar e Polícia Civil da cidade, bem como o Comandante da Guarda Civil Municipal. O presidente é alguém que se apresenta em diversos pontos da cidade, por entre gestores escolares, comerciantes locais e um leque de munícipes solícitos por demandas. Detêm uma posição privilegiada e cada vez mais incentivada de paladino do combate às desordens urbanas, um ativo participante de uma guerra moral local.

Essa estrutura do CONSEG também conta com o apoio da Fernanda [Vice-presidenta], uma mulher branca na faixa etária também dos 30 anos, se apresenta como *evangélica* e é da mesma Igreja que o Presidente Valdir. É mais uma que faz uso de roupas longas e tons escuros. Também sempre sorridente e simpática. Realiza a organização das salas, recepciona os munícipes junto ao Presidente e circula ao longo encontro pela sala. Exerce o trabalho com uma desenvoltura e precisão bem melhor que a do próprio Presidente. Este se atrapalha nas conversas, nos encaminhamento das respostas ou nas leituras das perguntas. Certa vez o próprio Delegado Pedro perdeu a paciência: *Vamo filho. Vacilou o cachimbo cai!* Fernanda traz um ar de profissionalismo e organização das reuniões, é sistemática com o tempo e rígida com as atividades. É a peça de apoio ao grande projeto político do Presidente do CONSEG que se concretiza anos depois [vereador eleito com uma das bandeiras - a questão da “Segurança Pública”]. Este é milimetricamente conduzido para ser parte central das reuniões. Faz agradecimentos iniciais aos convidados e autoridades, traz reflexões para o coletivo presente e realiza as falas de fechamento. Formalmente também há os membros Alexandre [Primeiro Secretário]; Carlos [Segundo Secretário], o Henrique [Diretor Social], porém essas três figuras raramente aparecem nos encontros, pois de acordo com a fala do Presidente do CONSEG foi mais para *compor a chapa*. Além da presença obrigatória, como mencionado acima, do representante da Polícia Militar da

cidade e da Polícia Civil, há o *convidado* de todas as reuniões, o Comandante da Guarda Municipal de Luzia, o senhor Aragão. Mesmo na condição de *convidado*, é sempre interpelado pela população da cidade com perguntas e algumas cobranças. Essa mesa mensal também é composta, na condição de *convidado*, pelo representante do Executivo Municipal, o vice-prefeito, Walter. Um senhor de quase 60 anos, comerciante antigo da cidade e presidente do CONSEG na gestão anterior. Por fim, os encontros também são frequentados pelos representantes do Legislativo, como o Presidente da Câmara Municipal, o jovem vereador Beto. Todos eles são do mesmo campo político de apoio da atual gestão municipal. Beto, como disse em uma das conversas de final de reunião, é alguém que pleiteia ser Prefeito da cidade. Em um dos términos dos encontros, por entre cafés e conversas, me foi apresentado como um candidato apoiado pelo Presidente do CONSEG e por toda a composição política que orbita por ali. É um espaço de *dar as caras*, de conversar com as pessoas de ambiente diferentes do seu eleitorado, dialogar com as *autoridades* e com os comerciantes, afirmar as bandeiras de *combate aos costumes, moralidades divergentes ou mesmo ao crime*. Também, regularmente, em cada local dos encontros aparece um vereador do bairro ou mesmo os prováveis candidatos na próxima eleição que sempre colocam uma questão, fazem falas longas e direcionadas aos munícipes. Todas as autoridades presentes sabem da relevância política que a pauta “Segurança Pública” ganha nos dias atuais e desse modo disputam por discursos mais agressivos e repressivos. Informam os munícipes sobre os seus feitos, os projetos de leis, decretos e apoio à Guarda Civil Municipal em suas incursões cada vez mais militarizadas e bélicas, a exemplo da expressão do vereador Beto de *botar a guarda pra trabalhar!* Dessa maneira, a Guarda Civil Municipal é a expressão política das escolhas locais, do interesse e ganho político em diferentes formas de repressão e vigilância, nomeada de *guerras locais*.

A mesa do CONSEG é centrada nas *autoridades* e sua composição agrega representantes como o “Doutor Delegado” [Pedro, o Delegado Titular da Polícia Civil], um homem branco, de óculos de grau grosso, barbudo e alto, na faixa etária acima dos 50 anos, trajado de paletó impecável, uma figura sisuda e de falas pontuais. Sempre olha o relógio, atende uma ligação e geralmente é o primeiro a sair dos encontros. Já o “Subtenente” [Marcos, o Oficial da Polícia Militar] é uma figura totalmente oposta. É um senhor de cerca de 50 anos, branco, cabelos grisalhos, calvo, magro e de estatura de

mais de 1 metro e 70. Disse que estava perto de sua aposentadoria e que recentemente chegou ao comando da Companhia na cidade. Sorridente e sotaque do interior de São Paulo, ele sempre tem uma piada para apresentar no meio da reunião e entre os intervalos, gosta de conversar com as diretoras dos colégios. Leva o encontro com leveza e até ironiza os *desesperos* e inquietações dos moradores: *Gente. Calma. Aqui é tranquilo. Isso é uma coisa pontual. [...] vamos olhar para as estatísticas. Não é assim também!* E por fim, participa o “Comandante”. [Aragão, o Comandante da Guarda Civil Municipal]¹⁹¹.

Essa dinâmica da reunião do CONSEG percorre caminhos previsíveis e inquebrantáveis e, ao longo dos encontros, até prevê algumas respostas de membros da reunião: *estamos comprando mais armas*, vamos realizar mais *outros concursos para aumentar o efetivo* (Comandante da Guarda Civil Municipal), *aqui é um lugar seguro, é só ligar pra gente* (Subtenente Marcos - PMSP). A forma expositiva das falas das *autoridades* toma metade do tempo do encontro e é seguida por perguntas dos munícipes em um formato rígido, hierárquico e inflexível. Quaisquer dissensos e questionamentos à lógica da agenda de “Segurança Pública” são ações interpretadas como um ruído indesejável e, portanto, inaudível para aquele espaço “democrático” e “participativo”. Assim, a etapa inicial e expositiva dos encontros sempre segue a mesma sequência: o hino nacional e o hino da cidade cantados diante das respectivas bandeiras do Brasil, do Estado de São Paulo e do município. Em certo encontro, uma moradora resmungou da “*falta de respeito*” de um senhor à minha frente que “*não cantava o hino*”. Em seguida, há uma fala das autoridades convidadas (vereadores e vice-prefeito). Estes sempre tecem elogios aos agentes de segurança, algo como: *vocês são os nossos guerreiros; nossa linha de frente; trabalho lindo que vocês fazem, podem contar com a Câmara dos Vereadores para o que der e vier*. Com o fim das falas dos convidados, dá-se início às apresentações das *autoridades*, momento expositivo da “*prestação de contas para a sociedade*”, conforme o Subtenente Marcos sempre comenta. Nessa etapa do encontro, também é permitido ao Comandante [Guarda Civil Municipal de Luzia] realizar uma exposição. Nesse momento, que toma metade do tempo da reunião, surgem as falas das autoridades: *estamos trabalhando, melhorando, correndo atrás*,

¹⁹¹ Descrevo a respeito do “Comandante” na parte seguinte da tese.

modernizando, comprando, batendo de frente. Nesse momento de *prestação de contas*, as lamentações do Delegado Pedro ganham espaço: *equipe reduzida, mas mesmo assim produz ótimos números de inquéritos instaurados, pessoas presas, flagrantes e prisões por tráfico.* O Subtenente Marcos ressalta o trabalho de sua equipe e os apoios dos batalhões de outras regiões: *pessoas presas, apreensões de drogas ilícitas, chamadas no disque-denúncia, quantidade de pessoas abordadas, bloqueios e operações de saturação* ¹⁹². Já o Comandante Aragão apresenta os dados referentes às atividades *preventivas* (palestras em escolas, zeladoria dos espaços públicos municipais e rondas escolares). Porém, o foco de sua fala está nos números referentes à *repressão/combate ao crime*, como números de apreensões de drogas ilícitas, *apreensões de caça-níqueis*, bem como a participação em *operações de saturação, prisões por tráfico e por furto, roubo* ou mesmo captura de *foragidos da justiça*. Apresenta-se um exercício consensual de trabalho *repressivo* entre a Polícia Militar local e a Guarda Municipal da cidade, conforme verbaliza o Comandante Aragão [GCM] e o Subtenente Marcos [PM] ¹⁹³ ao longo do ano: *A gente trabalha respeitando cada instituição, trabalho conjunto, somando forças no combate ao crime.* Assim, o trabalho *conjunto, repressivo* e militarizado entra no plano do cotidiano, sem qualquer discussão aprofundada ao longo das reuniões do CONSEG, na forma de um modelo bem visto e desejado, no qual os políticos locais depositam suas apostas e ganhos políticos. Conforme colocado pelo Comandante Aragão em uma reunião, como algo também repetido por diversos guardas municipais ao longo da pesquisa: *Vocês (municípios) querem saber de resultado, da questão da segurança da cidade!* Desse modo, do plano local existe um consenso a respeito do uso da Guarda Civil Municipal como um agente ativo na “Segurança Pública” que hipertrofia suas atribuições, por uma agenda de trabalho cada vez mais expansiva, na qual tanto as *autoridades* presentes (vereadores, vice-prefeito) ou mesmo os *municípios aplaudem*. Trabalham com as urgências e buchichos locais por mais militarismo e guerras.

A segunda parte da reunião do CONSEG traz o caráter *comunitário, democrático e participativo* como regularmente afirma o presidente do CONSEG, uma

¹⁹² Os dados referentes ao trabalho da Guarda Civil Municipal da cidade de Luzia serão analisados na parte 6 da tese.

¹⁹³ Na parte 6 apresento os conflitos que envolveram GCM e PMSP no primeiro projeto de militarização das Guardas Cíveis em São Paulo.

etapa onde o espaço público orquestra vozes em um mesmo tom militar e bélico. A reunião do CONSEG necessita de um engajamento do *munícipe*, de suas vozes afinadas aos interesses militar e bélico, e para isso transita-se milimetricamente em controlar o ambiente, não sem algumas tensões. Em circunstâncias de crimes de maior repercussão midiática, comoção popular ou mesmo de casos de roubos e furtos no bairro, o ambiente *pega fogo* como disse Fernanda [vice-presidenta do CONSEG]. Em março de 2019, dois jovens entraram em uma escola e vitimaram oito pessoas e logo depois se suicidaram em uma cidade da Região Metropolitana de São Paulo¹⁹⁴. A reunião posterior do CONSEG em abril de 2019 na cidade de Luzia foi uma das que tiveram maior público e participação feminina. As mães exigiam¹⁹⁵ junto aos demais *munícipes* mais *segurança* nas escolas da cidade e a dinâmica disciplinar comumente das reuniões foi atravessada por *buchichos* dos munícipes: *lei que protege bandido não dá! A lógica mudou. A gente preso e bandido na rua. Mais veículos nas ruas. Mais policiais, guardas a pé no centro, nas escolas; bases policiais, bases da guarda municipal em determinados cantos da cidade e as dicas como câmeras em locais perigosos ou nas entradas da cidade*. Nesse momento a mesa do CONSEG tentava estabelecer uma afinção entre as vozes enfurecidas e o modelo militar que impregnava a forma de atuação na agenda de “Segurança Pública”. Eram situações-problemas cujas *autoridades* evocavam junto aos *munícipes* uma percepção de mundo em desarranjo, da reverberação de falas alarmistas para se desencadear em respostas mais militarizadas e dispostas a instituir e aumentar as *guerras* locais. Longe de problematizar os possíveis erros ou o próprio modelo de “Segurança Pública”, as autoridades e a composição do CONSEG rentabilizam os fracassos, intempéries da vida urbana em direção uma hipertrofia militar que de longa data se faz presente pela Polícia Militar e pela criação de pouco mais de dez anos de equipes militarizadas dentro da própria Guarda Civil Municipal e na leitura a respeito de “Segurança Pública”. Operam-se os medos coletivos e vozes enfurecidas como um mecanismo rentável para mais militarismo e guerras locais. É um momento delicado dos encontros do CONSEG, pois incentivar as falas furiosas dos munícipes, é trabalhar com o risco de que a pauta tome outros rumos,

¹⁹⁴ **Dupla ataca escola em Suzano, mata oito pessoas e se suicida.** G1. 13/03/2019. <<https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/03/13/tiros-deixam-feridos-em-escola-de-suzano.ghtml>>. Acesso dia 14 de Janeiro de 2020.

¹⁹⁵ Conforme expressava uma mãe na reunião: *É difícil. A gente precisa que os nossos filhos tenham mais segurança. Mundo tá de cabeça pra baixo*

desague em medidas para além do escopo legal e administrativo das forças de segurança e, portanto, de não interesse político local e nem das instituições que compõem a “Segurança Pública”. Deve-se fomentar a fúria, mas manter um controle das melhores medidas. Abaixo está um grande debate que dimensiona as fúrias e os riscos:

Abre-se uma exceção. O Senhor Barros (morador antigo do Bairro) não precisa encaminhar a filipeta. Então o senhor esbraveja que a Prefeitura e a guarda têm que fazer algo para acabar com esse tipo de comércio que ocorre ao lado da estação de trem. Nesse momento o Vice-prefeito se exalta e pede explicação: como assim? O que tá acontecendo? O senhor prossegue: *Eu estou falando do comércio de ambulantes que entra na cidade*. Inicia-se um burburinho. Alguns participantes riem da reclamação do Senhor Barros. O Vice-prefeito mais uma vez interrompe: *Como assim? O marreteiro (vendedor ambulante) do trem? Não é problema nosso!* Desse modo inicia-se uma rara discussão entre a mesa e os munícipes. O Vice-prefeito argumenta: *as pessoas que vendem na frente da estação, essas sim a gente fiscaliza. A Guarda acompanha. Agora dentro do trem não é com a gente*. Seu Barros continua a discussão: *Isso eu sei. Eu acho que tem as lojinhas que vendem para esses marreteiros. Isso tem que acabar. Esses marreteiros nem são daqui. Você vê pelas conversas deles, é do Sul, da Norte. Tem um monte desses por aí aprontando pra cá. Ficam andando por aí*. Seguem mais ruídos entres os munícipes presentes. Instaure-se um ambiente barulhento com algumas risadas e comentários entre os munícipes. O senhor ao meu lado resmunga: *É verdade. O bairro fica lotado de gente usando droga*. Nesse momento o Valdir presidente do CONSEG pede silêncio e o delegado Pedro comenta: *senhor, não existe nada que proíba uma pessoa de ir e vir. Não pode fazer algo para proibir alguém de andar na cidade*. E por fim o Vice-prefeito conclui: *Se ele compra aqui na cidade é melhor para gente!* O senhor Barros continua resmungando: *um absurdo!* Diário de Campo, novembro de 2018.

É uma etapa delicada dos encontros do CONSEG o momento destinado a ouvir os *munícipes* para possíveis interdições, adequações para uma melhor afinação entre *munícipes* e *autoridades* moldando uma determinada “Segurança Pública”. É necessário usar esses medos e fúrias para ganhos políticos dos paladinos morais da cidade e para o crescimento das maquinarias militares. Assim, deve-se ouvir as falas enfurecidas dos munícipes, mas sem romper as delimitações desejadas ou mesmo a própria organização hierárquica dos encontros. Em maio de 2018, O senhor Josias, um morador que estava nitidamente alcoolizado e *revoltado*, resmungava alto desde o início do encontro. Sua mecânica tinha sido assaltada recentemente: *levaram quase todas as ferramentas e coisa dos carros dos clientes*. Esse homem branco, barbudo, cerca de 50 anos, com as unhas repletas de graxa, argumentava que ficou com uma dívida impagável. Tinha se ausentado do trabalho e *precisava falar*. A reunião transcorria conforme todos os

encontros, os munícipes poderiam *falar* somente depois das *autoridades* e por meio das filipetas que eram lidas pela mesa do CONSEG. Por algumas oportunidades, a Fernanda [Vice-presidenta do CONSEG] passava por perto do senhor Josias e pedia calma, informava que na hora oportuna teria direito de se expressar. Mas seu Josias rompia a lógica instituída naquele espaço e por duas oportunidades falava alto, quebrava a dinâmica hierárquica e, sobretudo a posição dócil dos munícipes participantes da reunião. Na terceira intervenção, o Subtenente Marcos com um olhar sisudo, esbraveja: *Está tudo bem com o senhor? Pode respeitar a mesa? Não vê que tem uma pessoa com a palavra? Se quiser os meninos [policiais] podem te ajudar. Tudo bem?* O senhor Josias prosseguiu calado o restante da reunião, não expôs suas questões e, no término do encontro, se retirou da sala sem falar com ninguém. Também eram plausíveis de interdição vozes que extrapolavam o caráter denunciativo do que se desejava do munícipe, meu segundo ponto de destaque, desenvolvido abaixo.

Desse modo a reunião do CONSEG escancara uma organização hierárquica que exige um papel dócil dos munícipes. Alguém que deve reclamar ou exigir mais “segurança pública” dentro de um enquadramento restrito (repressivo e militarizado), uma participação controlada e empobrecida de debate divergente, de vozes dissonantes. O que se perpetua é a busca de uma grande voz afinada, que deve incentivar por mais “Segurança Pública” sem mais discussões, aprofundamento ou mesmo uso do encontro como catalizador de sugestões criativas da população para se pensar “Segurança Pública” com essas instituições. Tudo transcorre dentro de um empobrecimento do debate e uma mesma voz afinada exigindo militarismo e guerras. Em setembro de 2018, a atividade ocorria na região com maior número de reclamações de roubos e furtos da cidade. Esse dia contou com a participação de um morador do bairro, o Renato, um rapaz de 28 anos, negro e de trajetória dentro da *juventude petista* da cidade. Foi um candidato derrotado ao cargo de vereador na eleição de 2016, mas que usufruía de um apoio político local. O jovem encaminhou duas filipetas para leitura do presidente. A primeira exigia uma base da Guarda Municipal em decorrência dos roubos na avenida principal do bairro. Muitos *noias* transitando como corroborava uma moradora¹⁹⁶. Já a

¹⁹⁶ A senhora Lia (munícipe) se referia, no momento do café, aos *nóias* como uma *praga que estão estragando o bairro*. Nesse bairro era comum ouvir referências como *zumbi*, *lixo*. Trata-se de um bairro também periférico que conta há pouco tempo com uma *pequena cracolândia*,

segunda filipeta se referia à precariedade física e a falta de funcionários na delegacia da cidade que acarretava na demora por horas para registrar um *simples boletim de ocorrência*. Uma situação que se agravava, segundo Renato, pois no final de semana a delegacia da cidade acumulava a demanda da cidade vizinha que estava com a delegacia fechada. Até o momento era uma voz aceitável dentro do CONSEG, as *autoridades* desejavam e incentivavam reclamações. No entanto, deviam respeitar as hierarquias e o momento das respostas aos munícipes, o delegado Pedro afirmou que de fato tinha um *número reduzido de funcionários e não tinha que reclamar, mas sim trabalhar!* Na sequência, o vice-prefeito respondeu: *hoje não temos um efetivo ideal e avaliamos que aqui não precisa de uma base, mas sim de ronda da guarda circulando*. Destacou, ainda, que a *prefeitura estava com concurso aberto para a entrada de novos guardas* e o Subtenente da PM corroborou a posição do vice-prefeito de que existia uma intensificação de rondas na região e que isso bastava. Porém, não satisfeito, o rapaz rompeu a dinâmica e começou a discutir sem *autorização*:

Olha aqui. Muito obrigado pelas respostas, mas eu acho, como muitos aqui que precisa de uma base. Eu acho que o problema é amplo de segurança, mas pelo menos a base ajuda. A gente coloca os nossos problemas nesses papéis, mas vejo que fica nisso. Olha como tá a delegacia. Não é culpa do Delegado, mas de quem manda nele. Seu Walter, a gente apresenta uma sugestão e [...] Diário de Campo, 18 Novembro de 2017.

A argumentação de Renato foi repreendida pelo presidente do CONSEG que interpretou como uma tentativa de *palanque, de fazer política no lugar errado*. Uma posição não autorizada, em contraste com um suposto lugar técnico, hierárquico e que se intitulava apolítico do CONSEG. Esse jogo de cena intrinsecamente político, de escolhas políticas, demarcava o que era permitido, reverberado e até incentivado em detrimento de outras vozes que eram silenciadas. Os munícipes e suas reclamações, suas urgências eram aceitáveis, mas não se adequar à dinâmica dos encontros ou mesmo propor um aprofundamento das questões de segurança era inaceitável. As raras vozes questionadoras, posições que problematizavam a própria estrutura política que cerca o modelo de “Segurança Pública” eram devidamente combatidas no espaço democrático e participativo. Dessa maneira, o CONSEG da cidade estava longe de incentivar a polissemia de vozes diferentes a respeito da “Segurança Pública” ou mesmo ser um

espaço de acolhimento de outras percepções e contribuições que possivelmente poderiam enriquecer e reformular as políticas locais. Os encontros empobreciam o debate e conformavam uma grande voz afinada as apostas militares e bélicas. Um espaço cada vez mais esvaziado de debate e atento em produzir uma grande voz afinada aos interesses militares e guerras a partir e conjuntamente com o bom *munícipe*, sujeito e efeito.

5.2 O bom munícipe.

A dinâmica dos encontros do CONSEG é seguida rigorosamente na cidade de Luzia e para cada *munícipe* (majoritariamente homens) que chega ao encontro, recebe um “boa noite” e a entrega de uma filipeta, de quase um terço de uma folha de papel sulfite A4. Um pequeno pedaço de papel para se colocar o nome, o bairro de residência e as observações, sugestões ou reclamações, enfim, despejar todas as suas questões a respeito de “segurança pública” da forma como bem entende. Fernanda [Vice-presidenta e uma das poucas mulheres nesse ambiente] é a moça com a função de entregar e recolher as filipetas que são lidas na segunda etapa da reunião pelo Presidente e devidamente respondidas pelo corpo de agentes de “Segurança Pública”. É uma dinâmica com o objetivo de *agilizar a reunião* para evitar *perguntas sem objetivo e desnecessárias* segundo o Presidente do CONSEG, mas que efetivamente diz do movimento centralizador e pouco participativo da dinâmica dos encontros. Um processo interno, hierárquico dentro do espaço público, que poda falas espontâneas e a capacidade inventiva dos munícipes. Dessa forma, o bom *munícipe* ao longo dos encontros do CONSEG é alguém com papel restrito e desejado para um fim político. Nessa primeira etapa, deve-se ouvir passivamente a visão de mundo e a prestação de contas a respeito de “Segurança Pública” apresentada pelas *autoridades*. Algo que raramente sai do roteiro, pois dificilmente alguém questiona as “autoridades” e suas falas. As piadas a respeito de prisões, as táticas de repressão e vigilância da cidade, os *números* [resultados] apresentados pelos policiais e guardas raramente sofrem algum questionamento ou observação do munícipe presente. Todos ali, nesse momento da reunião, tem uma função “participativa” e “democrática” de dóceis ouvintes. Mesmo

que em alguns encontros do lado de fora das reuniões se ouve alguns ruídos de munícipes que discordam de pontos apresentados, das formas de trabalho expostas pelas “autoridades”, *lá dentro*, essas reclamações desaparecem. Segue-se a dinâmica que exige uma docilidade política, um exímio cidadão obediente às normas e regras estabelecidas pelas *autoridades*. Nada foge dessa organização e assim se fala a respeito de “Segurança Pública”.

Esse primeiro movimento do encontro se complementa por uma segunda etapa em que se exige a “participação”. Um momento onde o bom munícipe é incentivado a expelir suas raivas e medos no espaço “democrático” e “participativo”, tudo devidamente canalizado para um fim político alinhado a militarização e *guerras* locais. As reuniões têm seu ponto alto, não apenas quando o bom munícipe ouve passivamente as informações das “autoridades”, mas também no momento em que tratam das reclamações, *buchichos* urbanos, das raivas e ódios expressa nas filipetas. Assim, é um momento em que as *autoridades* ouvem o bom munícipe, mas longe de instaurar uma espécie de instabilidade no desenho e na atuação da “Segurança Pública” local e dos seus profissionais. Em certa medida, aqueles *buchichos* trazem a incerteza da eficácia do modelo de “Segurança Pública” ou mesmo apontam suas fragilidades. Entretanto, essas falas, são traduzidas em mais medidas truculentas, em ciclos intermináveis de equipes militarizadas e em diversas guerras de moralização contra as drogas ilícitas como apresento em outra parte do texto. O fracasso ou mesmo o insucesso é o combustível para olhar a “segurança pública” como algo que deve ser aumentado no seu efetivo e em sua agressividade de repressão. É nessa etapa que os gestores e legisladores municipais juntos às autoridades sabem usar esses *buchichos* como um fértil campo de atuação política e a Guarda Civil Municipal local para suas justificativas de expansão e militarização. Quanto mais *buchichos*, mais maquinarias militarizadas, guerras e políticos sedentos em satisfazer o clamor do público.

Também ao bom munícipe cabe o papel de potencial denunciador urbano. Para o corpo constitutivo do CONSEG e as *autoridades* é consensual a relevância do munícipe como *parte da segurança*. Todos os encontros e as falas iniciais, as respectivas autoridades ressaltam a necessidade de *ajuda* dos munícipes, tanto que o *Comandante*

Aragão destaca a denúncia pelo número 153¹⁹⁷. O Subtenente Marcos se disponibiliza em receber denúncias tanto *por telefone* como pessoalmente: *tenho o maior prazer em receber um morador da cidade para bater um papo e tomar um café*. E o próprio Delegado Pedro afirma: *Olha, tem um problema e quer conversar? Vai lá na delegacia. Fala que quer conversar comigo. Não tem essa. É só me procurar*. Desse modo, deseja-se o bom munícipe como um dócil ouvinte, um ativo reclamante e um potencial denunciador. Alguém que deve “contribuir” para “segurança pública” em um papel social e político de *entregar* uma atitude que considera criminosa ou mesmo uma atividade *suspeita*, como destaca o Presidente do CONSEG:

É muito importante observar a participação, a consciência que as pessoas estão adquirindo que elas fazem parte da segurança. É responsabilidade de todos! Sabe de alguma coisa. Fala com a gente! Diário de campo, fevereiro de 2019.

Desse modo, ao longo dos encontros se deseja ou mesmo se lapida essa figura “democrática” e “participativa” que ecoa também outro aspecto - um sujeito urbano capaz de exercer uma pressão política aos gestores locais em prol da agenda militarizada e de *guerra*. Uma série de ações, sugestões, tecnologias e técnicas são expostas pelas *autoridades* e se deseja a ajuda do bom munícipe para estabelecer um tipo de pressão política local, lapida-se uma forma ativa de participação política. Em um dos encontros em maio de 2018, Marcos, o Subtenente da PMSP, destacou que o DETECTA (Big Data de Segurança Pública do Estado de São Paulo)¹⁹⁸ deveria ser usado na cidade e cobrava do bom munícipe:

¹⁹⁷ Na parte seguinte da tese descrevo a respeito do trabalho das equipes militarizadas da Guarda Civil da cidade de Luzia. O trabalho de informação em grande medida vem por redes formadas no contato direto com os munícipes nos bairros.

¹⁹⁸ O DETECTA é um sistema “integrador de informações” que congrega diversos dados de espaços públicos ou privados conveniados com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. <http://www.sapp.org.br/sapp/wp-content/uploads/Sistema_Detecta_cartilha_completa_v3.pdf> Acesso: 11 de Maio de 2020.

Cartilha de Adesão ao Sistema Detecta – V3.0. Maio de 2017. <http://www.sapp.org.br/sapp/wp-content/uploads/Sistema_Detecta_cartilha_completa_v3.pdf>. Acesso dia 13 de Janeiro de 2020.

Executivos da Microsoft explicam o sistema de big data que ajudará a polícia de São Paulo. Reportagem de Gustavo Gusmão. 20/08/2014. <<https://exame.com/tecnologia/executivos-da-microsoft-explicam-o-sistema-de-big-data-que-ajudara-a-policia-de-sp/>>. Acesso dia 13 de Janeiro de 2020.

[...] tem que reivindicar ao gestor municipal para que a cidade entre no programa. Imagina, com uma câmera você identifica um carro roubado, identifica uma situação de perigo ou até acompanha uma fuga. Diário de Campo, maio de 2018.

Trata-se de um agente político ativo no exercício de uma pressão por meio das longas lamentações das “autoridades” locais. O Delegado Pedro resmungava sobre o baixo efetivo de funcionários e dos salários defasados, e sempre contava que já fazia anos que não ocorria um concurso para delegado. As falas ocorriam sempre no final de sua exposição e eram seguidas por uma conclusão: *Não tenho que reclamar e sim trabalhar!* Normalmente eram momentos em que escapavam quase por sussurros, por entre linhas ou mesmo em finais de apresentações: *tem que saber quem a gente escolhe, às vezes, é alguém que joga contra!* O próprio Subtenente Marcos e o Comandante Aragão ecoavam aos bons munícipes: *precisamos melhorar isso.* Aqui discorriam rápidas reflexões: *essa é a nossa lei. Quem faz pela nossa segurança? Não posso fazer nada, tem hora que estamos de mãos atadas.* O Comandante (GCM) Aragão também não deixava passar: *tem gente que não quer a Guarda ajudando na Segurança Pública. Imagina a gente na rua e acontece um crime. A gente não pode fazer nada? Ainda bem que pelo menos isso mudou!* Ecoa, dessa forma, uma solicitação da participação política do bom munícipe alinhado à maquinaria militar e *bélica*. Existe uma visão por parte das autoridades de que a legislação não contribui para seus respectivos trabalhos e assim, o problema não se trata das próprias maquinarias de “segurança pública”, mas sim de uma legislação permissiva com a criminalidade, de uma política que não *bate de frente*. Desse modo, exige-se do bom munícipe um papel político ativo a partir dos

Prefeitura anuncia chegada do Detecta. Texto Marcos Borba. 14/11/2018. <<http://www.osasco.sp.gov.br/noticias/prefeitura-anuncia-chegada-do-detecta>>. Acesso dia 13 de Janeiro de 2020.

Prefeitura aderiu ao o Sistema Detecta, do Governo do Estado. Autor: CCS. <<http://semuttran.piracicaba.sp.gov.br/imprimir/prefeitura+aderiu+ao+sistema+detecta+do+governo+do+estado.aspx>>. Acesso dia 13 de Janeiro de 2020.

Sistema Inteligente de câmeras integradas à polícia vai monitorar ruas de São Carlos. Reportagem Thayná Cunha. G1. <<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2018/07/20/sistema-inteligente-de-cameras-integradas-a-policia-vai-monitorar-ruas-de-sao-carlos.ghtml>>. Acesso dia 13 de Janeiro de 2020.

Relatório de Fiscalização de Natureza Operacional – Tribunal de Contas do Estado. 2015. <https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/downloads/detecta.pdf>. Acesso dia 13 de Janeiro de 2020.

ensinamentos das *autoridades apresentadas por* casos apresentados quase que de forma despreziosa:

O Presidente do CONSEG não consegue ler a filipeta e, portanto, *abre uma exceção*. Pede para quem escreveu, relate em voz alta. Então João [morador do bairro Eliza onde está acontecendo várias denúncias formalizadas para a Guarda Civil Municipal] se levanta e descreve: *tem essa situação aí que eu estou falando. Todo mundo aqui tá sendo roubado pela mesma pessoa. Todos no bairro sabem quem é. Eu e minha família tivemos que deixar a casa sozinha por três dias e o que aconteceu? Esse cara foi lá e roubou a minha casa. Fui mais de uma vez à delegacia e falei tudo. Pegaram esse cara e levaram. Fiquei mais tempo que ele lá na delegacia. Eu fiquei lá e depois encontrei esse cara na rua de novo. Isso que é segurança?* Nesse momento o delegado faz algumas ponderações: *Vamos lá. Essa questão desses assaltos. Temos uma legislação, um código penal. Eu não posso sair aí prendendo sem elementos, como te falei, não sei o caso. Mas se temos elementos, provas, vamos atrás. Como digo, a delegacia é aberta! É só ir lá e falar, quero falar com o chefe de investigação, quero falar com o delegado. Se as pessoas trazem informações, somente ajuda no processo.* Nesse momento o Capitão também complementa: *se vocês estão vendo ele, é só ligar 190.* Nesse momento, um rapaz esbraveja: *Esse cara está por aí fazendo uns corre e a gente aqui de conversa.* O Capitão prossegue: *é só vocês ligarem, passarem a informação que eu tenho certeza que o meu pessoal vai atrás com o maior prazer.* Nesse momento o Guarda Municipal Vander que está na porta da sala pede licença para o Comandante da Guarda e fala: *é o senhor ali da rua Angélica ? Aquela rua que semana passada teve um cara que martelou a cabeça do outro?* O município gesticula positivamente com a cabeça. O Guarda prossegue: *esse cara a gente prendeu ele. Duas semanas depois ele estava na rua de novo.* O delegado então sintetiza a questão: *Viu, existe um entendimento do judiciário. Digo parte do judiciário, que não dá para prender tanta gente assim. Aí tem essas audiências de custódia¹⁹⁹. Olha você só roubou isso, só fez isso, vai pra casa, coitado. Então fica solto. É isso. Mas quem cria essas leis? [resmungos e comentários, indignação das pessoas presentes a respeito das leis].* Então segue didaticamente o Delegado: *Uma vez, prendemos um cara, foi transferido e tudo. Depois de três semanas apareceu por lá para pegar o boné dele que esqueceu. Ainda ficou reclamando que a gente não guardou.* Mais resmungos dos municípios. E a conclusão do Delegado: *entenderam onde tem que mudar?* Diário de Campo, Novembro de 2017.

Conforma-se no espaço “democrático” e “participativo” do CONSEG o bom município, uma figura urbana relevante e cada vez mais solicitada. Alguém que agrega a participação dócil em ouvir atentamente sem questionamentos as *autoridades* e útil nos buchichos amedrontados (ódios, ressentimentos e racismos) e nas delações e ativo nas pressões políticas por militarização e *guerra* local. Portanto, pelas reuniões do CONSEG se evidencia e se fomenta uma determinada percepção política. Entretanto,

¹⁹⁹ Consiste na apresentação para audiência de custódia uma pessoa detida em flagrante delito em até 24 horas após a sua prisão.

em outro espaço “democrático” e “participativo” da cidade de Luzia observa-se não apenas a conformação de uma pauta política a partir desses movimentos de base social e fomentados por medos urbanos, mas a materialização de algumas *guerras* locais por meio de decretos, normas, leis e incentivo para o uso de maquinarias militarizadas.

5.3 Pela manhã destruirei todos os ímpios da terra

Mais uma sessão ordinária da Câmara Municipal de Luzia. Iniciada a 33ª sessão, o presidente da Câmara pede para que dessa vez o vereador José faça a leitura de um trecho da Bíblia. Hoje é o Salmo 101: “*O que usa de engano não ficará dentro da minha casa; o que fala mentiras não estará firme perante os meus olhos. Pela manhã destruirei todos os ímpios da terra, para desarraigar da cidade do Senhor todos os que praticam a iniquidade*”. Agora, de fato, o presidente da Câmara pede para que o 1º Secretário faça a leitura do expediente. Diário de Campo, 17 de Outubro de 2017.

Durante mais de um ano, observava as *palavras* que ecoavam no *salão nobre* da Câmara Municipal da cidade de Luzia. Por aqui, no espaço do Estado laico, semanalmente reverberava interpretações das *Escrituras Sagradas* (predominantes do Velho Testamento) para ler e agir na *realidade* e nas *guerras* locais, produzindo uma leitura de ampla de política e de política de “Segurança Pública municipal”. Impreterivelmente, às terças-feiras, acompanhava o debate, os projetos de leis, as críticas e as sugestões dos vereadores. Tudo com a *graça de Deus* como expressava o Presidente da Câmara em todos os encontros. Chegava um pouco antes das 14 horas, tomava um café, conversava com os funcionários, ouvia algumas piadas e fofocas. Aguardava o atraso de cerca de 10 a 20 minutos andando pelos corredores da casa legislativa. Um ambiente barulhento e profano, de gargalhadas, fofocas e de articulações e arranjos de todas as formas, desde um comerciante com seus interesses e projetos de lei de vendas para prefeitura até trocas de mensagens por *whatsapp* entre assessores e suas namoradas. Um clima de desordem, improvisos, risadas, dos almoços de quase duas horas, contrasta com o *salão nobre*, o lugar *sagrado da plenária*, onde se verbalizam determinados discursos. A Câmara é localizada em uma estrutura antiga da década de 1960 que fora desmembrada no final da década de 1980 e forma um

complexo de repartições públicas majoritariamente da esfera executiva municipal (um centro cultural e anfiteatro da cidade de cerca de mais de vinte anos de existência) localizado a poucos metros de distância do centro comercial da cidade. Uma área arejada e arborizada, um dos raros espaços verde na cidade, com pequenas ruas que ligam algumas repartições públicas por onde passam precisamente um carro de cada vez. Muitos pés de amoras e cantoria dos pássaros destoam do ambiente cimentado de uma cidade com um dos mais altos índices de densidade urbana de São Paulo – por aqui quase tudo virou casa e asfalto. A estrutura do legislativo local é um espaço de cerca de 400 metros quadrados, um casarão retangular de dois andares onde ficam os gabinetes dos vereadores e mais um anexo recente [década de 1990] por onde ocorrem as sessões. A área conta com um estacionamento aberto para cada vereador com seu nome na vaga e uma recepção que disponibiliza banheiro, café e água para os *munícipes*. Na parte superior da recepção, após passar pelo atendimento e um esquema de segurança [apresentação do documento e cadastro]²⁰⁰ estão dois corredores com as salas dos gabinetes dos vereadores.

Já na entrada do *salão nobre*, local das sessões da Câmara, um segurança ao lado da porta de vidro recepciona quem queira entrar. No *salão* há paredes repletas de fotos dos vereadores que legislaram no município desde a *emancipação* da cidade com raras imagens de mulheres por aqui. Toda a história da Câmara dos Vereadores da cidade conta com a participação de cinco mulheres. O ambiente barulhento desaparece na parte interna em um espaço com uma divisória entre os vereadores e os *munícipes* com pelo menos mais um segurança *em dias normais* (dias de sessões sem grande repercussão ou impacto público). Um piso em madeira reluzente, ar condicionado e cerca de cinquenta cadeiras estofadas em tom azul escuro ficam à disposição dos poucos que assistem às sessões [cerca de 30 pessoas em média por sessão ao longo do ano]. Fui um assíduo frequentador, entre muitos cafés e conversas com quem assistia às sessões. Diálogos que em diversas oportunidades construía outros trajetos pela cidade, possibilitavam conhecer outras pessoas que falavam de *segurança*, como o grupo de

²⁰⁰ Quando comecei a frequentar o espaço existia a necessidade de apresentar documento e *tirar* uma foto para acessar os gabinetes dos vereadores. Mas por volta da terceira visita acessava as salas dos gabinetes dos vereadores sem qualquer tipo de registro ou restrição.

senhores aposentados²⁰¹ que estabeleceram contatos pertinentes para a pesquisa a partir do olhar de moradores da cidade. Um grupo que generosamente me indicava para outras pessoas. O público que assistia às sessões podia ser facilmente dividido em grupos. Tinha um grupo fixo e presente em todas as sessões: seis homens na faixa acima dos 60 anos, brancos, todos aposentados no serviço público executivo ou legislativo municipal. Para eles, as sessões tinha uma relevância de *entender os acontecimentos da cidade*, conforme me dizia seu Anselmo. Mas, ao longo do tempo, entendi que esses senhores iam almoçar no restaurante popular de 1 real e depois acompanhavam as sessões para bater papo, rever os amigos, colocar as *notícias* em dia, sentirem-se vistos e importantes pelas *autoridades*²⁰². Nesse universo, esporadicamente apareciam outros grupos que assistiam às sessões da Casa Legislativa Municipal, formados pelos representantes de empresas ou mesmo comerciantes locais que tinham projetos de leis, propostas do legislativo aos seus interesses. Esses não faziam questão de serem vistos ou mesmo de diálogo. Sempre chegavam pontualmente no início da sessão ou mesmo nas pautas de seus interesses e rapidamente saíam ao término dos temas que lhes interessavam (solicitação da reforma da quadra escolar, recapeamento asfáltico, locação de veículos diversas repartições públicas, solicitação de manutenção dos equipamentos públicos, etc.). Portanto, para esse grupo era importante apoiar determinado vereador e ter a cidade como um grande comprador de serviços e produtos. Uma série de demandas do executivo municipal por diversas oportunidades eram provocadas pela Câmara Municipal, pela maioria de vereadores que compunham a base de apoio do governo executivo municipal²⁰³. Existia também o grupo que transitava pelas sessões, formado por apoiadores ou mesmo de munícipes que aguardavam o término ou os intervalos das sessões para dialogar com os vereadores – um grupo analisado mais adiante. Em dias especiais, a Câmara dos Vereadores mobilizava uma plateia maior que o habitual. Eram sessões como as *homenagens* aos funcionários do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, aos Guardas Municipais da Cidade, às equipes de *ROMU*, dia da mulher, grupos religiosos, *ilustríssimos pastores* ou mesmo aos grupos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Nesses eventos, os representantes legais

²⁰¹ Seu João, Vicente, Anselmo, Tião, José, Raimundo, Antônio.

²⁰² Era comum o Presidente no início dos trabalhos agradecer a presença dos senhores aposentados.

²⁰³ Por entre conversas nos corredores alguns interlocutores diziam que comerciantes ou mesmo empresários apareciam para pagar propinas por projetos de lei de interesse dos respetivos empresários.

dos coletivos, simpatizantes e familiares eram acionados. Eram momentos em que os vereadores ostentavam suas bases políticas e, para a pesquisa, era uma etapa também produtiva, pois possibilitava conhecer pessoas ou conforme um interlocutor descrevia: *momento do network!* Todas as sessões da Câmara, bem como alguns eventos contavam com uma robusta estrutura desenvolvida por equipe de filmagem, além de um fotógrafo e da equipe de produção do Jornal da Câmara.

A casa legislativa tinha essa dimensão distinta, entre o que se falava na esfera pública dentro do *salão nobre* e o ambiente dos *corredores*, este, muitas vezes repletos de insatisfeitos. O espaço da antessala, dos corredores, do estacionamento da Câmara ou até mesmo o *solzinho* de fim de tarde em frente à pequena lanchonete eram espaços para uma série de conversas, projeções políticas, articulações de diversas ordens, até xingamentos ou piadas contra os vereadores. Eram locais onde os *munícipes* quebravam o papel passivo e dócil exigido no *salão nobre*. Fora do *salão nobre* expressavam suas ideias, mesmo em tom de voz baixa, em sussurros. Era uma oportunidade para eclodir um discurso acusatório a respeito das *autoridades* públicas ou mesmo de expressar suas opiniões em um espaço democrático que cada vez mais restringia o debate e a diversidade de vozes. Sentia a fúria do *munícipe: esse* (apontando com os olhos para o vereador Anselmo) *é cheio de esquema; o Beto (vereador) é do crime, etc.* Também tinham as reflexões em momentos sensíveis da casa legislativa: *estão tudo com medo da prisão do secretário de governo, ele vai denunciar esses filhos da p.* Assim, os *munícipes* passavam as tardes entre as sessões no *salão nobre*, os intervalos por *corredores* e conversas de *boca miúda*. As áreas externas contavam com a presença de candidatos derrotados de eleições anteriores ou mesmo de futuros candidatos²⁰⁴ que também traziam discursos acusatórios, tentavam formar alianças com pontuais vereadores, ouvir as pautas debatidas ao longo das sessões ou mesmo *sentir o clima* do lugar, como se referia um jovem candidato que saíra derrotado da última eleição. Esse grupo ecoava

²⁰⁴ Nesses encontros pude consolidar o contato com um importante interlocutor. Alguém que me apresentou as questões de “segurança pública” na perspectiva de moradores. Elizeu relatava que ameaçado indiretamente por suas questões e denúncias contra a atuação da gestão municipal, acusações de “corrupção”. Foi um interlocutor que abriu portas, mas que em alguns momentos fechou outras. Em uma sessão da Câmara Elizeu sentou ao meu lado e ao longo da reunião estabelecemos uma longa conversa que mostrava uma proximidade que não foi bem vista pelos vereadores que em sua totalidade eram base de apoio do governo municipal. Era uma base de apoio que via com maus olhos, o Elizeu. Desde então não consegui acessar nenhum vereador.

ressentimento: *O cara não consegue nem falar; pelo amor de deus; duvido que esse cara saiba ler! Que cara sônico da porra! Esse safado tá mentindo!*

Nessa ambiente dos corredores, dos lugares improvisados, era o momento de ouvir dissensos, alguma crítica às dinâmicas *democráticas* estabelecidas naquele espaço cada vez mais fechado e empobrecido de debate. No espaço democrático e participativo da casa legislativa eram bem-vindas para dentro das sessões as falas autorizadas, mediadas e alinhadas às forças políticas dos vereadores eleitos. Tudo que ecoasse de forma diferente era combatido com muita fúria e colocado no campo da inimizade, uma espécie de adversidade que negava qualquer possibilidade de existência do que se colocava em posição diferente das verbalizadas no espaço legislativo. Uma política belicosa que não conseguia conviver com o diferente, o dissenso, com a possibilidade de debate e reformulação de pautas. Quando alguns ruídos de fora entravam no *salão nobre*, eram devidamente repreendidos. Assim, os vereadores aumentavam o tom de voz, esbravejavam, acusavam o outro como alguém indigno de partilhar do espaço legislativo e da política. Talvez algumas passagens do meu diário de campo possam dimensionar o clima político. O vereador Beto, presidente da Câmara, em uma sessão de maio de 2018, com um sorriso direcionado para a plateia, esbravejava: *Muitos querem estar aqui, mas tem que trabalhar. Falar, resmungar não adianta, tem que lutar, tem que vencer uma eleição para sentar aqui.* Em outra oportunidade, o Vereador Denis *pediu a palavra* para o Presidente da Câmara e verbalizou de forma enfurecida:

[...] Tem gente que fica postando falando que a gente não faz nada, isso e aquilo. Olha aqui Pedro [nesse momento o vereador direciona-se para Pedro que está na plateia]. Você é um moleque. Vagabundo. O que você precisa é de procurar alguma coisa pra fazer. Você precisa de um trabalho. Você sabe o que é uma carteira assinada? Vai trabalhar! Desculpa vereadores e plateia, mas eu preciso falar isso. Diário de Campo, julho de 2018.

No ambiente do *salão nobre* existia uma cerca que demarcava de um lado os *municípios* e do outro os vereadores – *os representantes do povo!* No espaço dos vereadores, logo atrás da mesa central, estava um imenso telão ao centro que registrava a presença e contabilizava o número dos projetos de lei e os temas debatidos ao longo

da sessão. Em dias especiais, o telão apresentava alguma mensagem. Tudo por aqui era muito moderno, bonito e limpo. Ao lado esquerdo do telão havia a bandeira do Brasil, do Estado de São Paulo e da cidade de Luzia e, ao lado direito, uma cruz em madeira de cerca de um metro e Jesus Cristo crucificado em dourado. Também havia três mesas – as duas mesas menores eram compostas por três vereadores e estavam postas lateralmente diante dos munícipes. Já a mesa central ficava posicionada em direção aos munícipes na parte superior e era composta por cinco vereadores membros da mesa diretora - três secretários, o vice-presidente e o presidente da Câmara, ambos com mandato de dois anos. Dessa forma apresentava a seguinte composição legislativa:

Presidente Beto (3º Mandato)
Vice Presidente Henrique
1º Secretário Milton
2º secretário Denis
Vereador Anderson
Vereador Geraldo.
Vereador Lucimar (único homem branco)
Vereador José (2º Mandato)
Vereador Marcelo
Vereador Rodolfo
Vereador Jean

Os vereadores eleitos eram dos seguintes partidos: PTB, Patriotas, Podemos, MDB, Republicano, PV, DEM, PL e PSC.

A eleição municipal de 2016 configurou uma acentuada mudança na Casa Legislativa. O presidente da Câmara está no seu terceiro mandato e sinaliza sair como um possível candidato a prefeito na próxima eleição e o vereador José que está no seu segundo mandato, são os únicos veteranos nesse ambiente de *caras novas*. Alguns antigos vereadores que sempre ganharam eleições *ficaram de fora*. Por aqui quase todos os vereadores estão na faixa etária dos 40 anos. Agora são majoritariamente homens de trajetórias simples que atuam em trabalhos com bastante contato com a

população [barbeiro, feirante, líder comunitário, professor, trabalho com transporte irregular, guarda municipal e conselheiro tutelar] – como se refere o vereador Geraldo *gente da gente*. Vereadores com base e popularidade, circulam, conhecem e andam pela cidade como se não houvesse qualquer lastro com a política institucional. Apresentam-se como o novo e críticos da própria política da qual fazem parte. Em geral, identificam-se como figuras que estão temporariamente em uma *missão* das suas respectivas comunidades morais de eleitores. São políticos majoritariamente de denominações neopentecostais²⁰⁵ e um católico da *renovação carismática*. Dessa composição e cenário saem frutíferas reflexões a respeito do contexto social e político urbano, um caldeirão de representações morais e articulações que eclodem não somente um ambiente político interno belicoso como medidas legislativas que impactam na “Segurança Pública” local. Os legisladores atentos às suas comunidades morais interpretam demandas e propõem formas de atuação local em um escalonamento de militarização local. Assim, nota-se um lugar de observação privilegiada para ver e ouvir as apostas da cidade, observar a positividade e lucro político de tais medidas, de entender um pouco mais acerca de uma comunidade moral em *guerra*. Um espaço de tradução de um mal-estar local, suas *guerras* e seus *guerreiros*. Mas, de imediato, quero me ater um pouco mais ao ambiente *comunitário* e o *trabalho social* legislativo, apresentar a face tutelar e cada vez mais fechada em suas comunidades, dos seus próprios discursos e distante de projetos amplos, de uma política impessoal e burocrática.

²⁰⁵ Conforme (Mariano, 2004, p. 121) o pentecostalismo é um movimento do início do século XX, oriundo dos Estados Unidos. Com crescimento em diferentes partes do planeta como no Sul do Pacífico, África, Leste e do Sudeste da Ásia, e ,”sobretudo da América Latina, onde o Brasil se destaca abrigando cerca de trinta milhões de evangélicos”. O autor argumenta que no contexto da América Latina o “termo evangélico” abrange um leque religioso amplo que vai desde as Igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista, Batista, Adventista), as pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção etc.) e as Neopentecostais como a Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra, entre outras.

5. 4 O trabalho social e comunitário

A diretora da Secretaria de Assistência Social²⁰⁶ da cidade me contava a respeito de um *assédio*. Segundo a argumentação, o vereador Denis queria que a entrega da alimentação [uma sacola com uma farinha, bananas e alguns legumes] do programa Banco de Alimentos [programa com o objetivo de disponibilizar estrutura física e logística para o serviço de captação e/ou recepção e/ou distribuição gratuita de alimentos doados do setor público e/ou privado] fosse efetuada por uma *pessoa de sua confiança* no Centro de Referência de Assistência Social [CRAS] do seu bairro de atuação, seu campo de atuação eleitoral. A diretora indignada posicionava-se contra: *Isso aqui não é meu e nem dele. Isso aqui é uma política pública! Ele quer usar o espaço público para fazer campanha. Só pros dele!* Nesse momento da conversa, ela pega o celular, toca na mensagem de WhatsApp e coloca no meu ouvido: *Boa tarde, Bela. Precisamos conversar pessoalmente. Preciso falar com você seriamente a respeito dessa situação. Acho que as coisas não estão ficando legais. Vamos conversar para ficar bom para todo mundo!* Diário de Campo, janeiro de 2018.

A *Casa Legislativa* da cidade de Luzia e seus vereadores exercem também uma espécie de *assistência* que diz respeito aos arranjos locais, a produção de uma política cada vez mais pessoal e interessada em nichos políticos dos grupos de eleitores. Cada vereador usufrui de uma equipe de assessores (5 profissionais) que trabalham atentamente às presenças constantes dos munícipes que *batem na porta* dos gabinetes. Estes estão majoritariamente pauperizados e em situações emergenciais (adoecidos, fragilizados, em busca de condições melhores, etc) nos quais solicitam intervenção direta do vereador ou de mediação em um determinado órgão público local. Com um ar de articulação pessoal, os vereadores e seus assessores ouvem as demandas: *molecada* pede um jogo de camisa, pais reclamam da escola do bairro, mães imploram uma cesta básica ou uma vaga em *qualquer curso para tirar o filho da rua*, jovens solicitam a confecção de um *currículo* e a indicação para *vaga de emprego qualquer*, outros tantos pedem um advogado para olhar *o processo* ou as mais solícitas ajudas, vagas para determinadas consultas e exames no sistema de saúde ou compra *remédios que estão em falta*. Remédios para tratamento de problemas cardíacos, depressivos, câncer e até remédios relativamente baratos para resfriado. A dimensão do sucesso desse tipo de

²⁰⁶ Em uma das *sessões solenes* da Câmara Municipal da cidade tive a oportunidade de estreitar o diálogo com Bela, algo que possibilitou conversas posteriores a respeito da *política da cidade*.

trabalho pode ser mensurada pela eleição de 2016. O vereador Marcelo foi o mais votado da cidade, um homem de 42 anos, branco e batizado na Igreja Assembleia de Deus do Ministério (denominação da cidade). Em sua participação nas sessões, é um dos que mais expressa suas insatisfações com a cidade. Esbraveja, gesticula suas posições morais a respeito da *família, da boa educação*, dos adolescentes no *mundo das drogas* e da *promiscuidade que invade a cidade* e o Brasil. Um vereador que participa e aprova diversos projetos de lei a respeito do combate às *desordens na cidade*, disposto a estabelecer uma *verdadeira guerra contra a baderna e safadezas*. O vereador, assim como os demais legisladores, acusam a existência um clima de complacência do município com a desordem, com uma série de ilegalidades locais e, para tanto, apresentam uma série de medidas com regularidade. Mas, segundo os diálogos de *boca miúda* nos corredores da *Casa Legislativa*, sua trajetória política está ancorada em *ajudas a população*. Seu João, um dos aposentados que acompanham as sessões da câmara descreve que o vereador Marcelo já tinha o ajudado em um exame que não conseguia agenda. E ao longo de mais de um ano por entre corredores, diversos interlocutores dizem que o *sucesso* de Marcelo decorre do fato de que, antes de ser vereador, ele trabalhava na Secretaria de Saúde e operava um *esquema* para *disponibilizar* [desviar] medicamentos²⁰⁷, vagas para exames e consultas médicas (*encaixe*) e que se perpetuava com a escolha do atual diretor geral da Secretaria de Saúde, o segundo na hierarquia desse órgão. Uma estratégia política antiga que ocasionou até poucos anos atrás na cassação de um vereador por “abuso de poder econômico”, condenado por utilizar uma ambulância própria com adesivos de sua campanha para transportar pessoas do município para hospitais da região e da capital em período eleitoral.

Os vereadores são peças importantes nas reivindicações emergenciais dos munícipes. São vistos como as figuras públicas com capacidade de solucionar problemas de diferente ordem e também de acessar as instituições do governo executivo local de forma pessoal e por diversas vezes na ilegalidade. Assim, ao longo dos encontros na casa legislativa, observa-se que essa mobilização por entre corredores apresenta outra face dos legisladores. Desse modo, existe uma performance como

²⁰⁷ Em uma dessas conversas de bastidores, o Seu João comentava que na época, era fácil você ir até o posto [saúde] e não encontrar o remédio, mas sim na *mão do vereador*.

paladinos morais em guerra contra as ilegalidades, algo que impacta diretamente na agenda de “Segurança Pública” municipal. Existe uma apresentação e ação política de guerreiros contra um mal difuso no mundo urbano. A Agenda de “Segurança Pública” é o elemento pelo qual os políticos locais projetam os vilões e constroem os males que devem ser combatidos. Uma política que quanto mais olha e atua para repressão das ilegalidades ou desordens de baixo, mais desvia o foco, os olhares e as responsabilidades para outras questões políticas. Uma política que olha para determinadas questões em detrimento de outras. Por entre os corredores, essa imagem e respectiva ação política de alguns vereadores coexistem com acusações de uma política pessoal, dos arranjos e interesses privados, no limite, repleta de ilegalidades. Os vereadores povoam as Secretarias do governo municipal com funcionários alinhados aos seus interesses e digladiam apoio ao Executivo Municipal com a finalidade de *lotear* as Secretarias e todos os demais departamentos com funcionários não concursados ou alocados em postos de chefia alinhados a esse modo de ajuda política e seu mercado. Um secretário, diretor [como vimos o diretor da Casa do Trabalhador], atendente, agente de saúde, assistente social, guarda municipal [profissionais concursados são menos suscetíveis a esse movimento, entretanto, o Comando, como observado adiante, é nomeação do Executivo e atento às composições de forças políticas]. Majoritariamente esses profissionais são disputados ou mesmo colocados conforme interesses dos vereadores. Assim, os vereadores conseguem *ajudas* para aquisição de cestas básicas, uma infinidade de remédios, *cadeira de rodas, muletas, milheiro de blocos* e, cada vez mais, as concorridas consultas médicas e exames. Em troca, os munícipes *ajudam* nas eleições nos Conselhos Municipais (Conselho da Saúde, Conselho da Assistência Social, Conselho de Educação ou o disputado Conselho Tutelar) e criam um ciclo político local privado, dos arranjos e interesses não públicos. Cria-se uma grande rede de política pessoal e privada. Os familiares dos munícipes beneficiados também são acionados para atrair votos, colocar candidatos alinhados às redes de interesses dos vereadores nas eleições, até mesmo em outros patamares de disputa política, como as eleições no âmbito estadual ou federal. Dessa forma, na eleição de 2016, foi possível angariar mil votos para um deputado estadual que nunca pisou na cidade ou mesmo fez qualquer tipo de campanha. Uma política contemporânea que caminha de forma simples, direta, pessoal, cada vez mais interessada em dialogar somente com suas bases

eleitorais em detrimento da complexidade de uma política pública com suas exigências, contrapartidas, impessoalidade e diversidade.

O tom sereno e quase pastoral ou mesmo os momentos ríspidos do salão nobre da Casa Legislativa da cidade de Luzia dos paladinos da moral e dos bons costumes dialogam com uma atuação sorridente e atenta a ouvir os munícipes. Pude observar que, mesmo que os vereadores não tivessem condições ou não quisessem resolver tais demandas levantadas pelos munícipes, dificilmente expressavam um não. Raramente alguém chegava a uma sessão sem receber *boa tarde* ou um aperto de mãos. Alguns vereadores, mesmo não conhecendo a pessoa, abriam um sorriso, soltavam uma pergunta: *como você está? Tudo bem?* Pareciam íntimos, mesmo não conhecendo alguns. O próprio Presidente da Câmara, quando chegava para as sessões, fazia questão de cumprimentar a todos, desde as pessoas que estavam na lanchonete em frente à Câmara Municipal ou até os populares que solicitavam demandas na porta da Casa Legislativa. Um por um, abria um sorriso e ouvia atentamente. Em casos de demandas sempre informava: *olha, vai conversar com os meninos da minha equipe*. Negar era quase um interdito, mesmo que estivesse expresso em outras ações, como na circunstância pela qual tentei conversar com alguns vereadores considerados relevantes por mim para a pesquisa. As respostas eram sempre com um sorriso no rosto, um aperto de mão e falas como: *vamos sim, só preciso arrumar um tempo na agenda. Olha, fala com os meninos lá do gabinete. Vou indicar você para conversar com o Denis. Nossa, estou enrolado essa semana*. Em quase todos os episódios, não tive retorno até o presente momento.

Somente eu e seus respectivos assessores sabiam as filiações partidárias dos vereadores²⁰⁸. Esporadicamente surgiam umas perguntas difusas entre munícipes: *Qual é o partido mesmo do Beto, do Denis?* E as respostas quase sempre às mesmas: *Não sei! Sei lá!* Em uma dessas perguntas a *turma que não perdia uma sessão* me ensinou: *isso aí ninguém liga muito. O importante é fazer as coisas*. Os vereadores então faziam uma política de atendimento, de *fazer as coisas*, de uma assistência cada vez mais restritiva a seus coletivos, *sua respectiva comunidade* moral e política: o bairro, sua *quebrada*, seus *trabalhos sociais* [uma gama de atuações assistencialistas em bairros] que

possibilitavam um acesso às diversas pessoas e seus coletivos [Rotary Club, Maçonaria, grupo de Samba Rock e outras denominações e interesses]²⁰⁹ e, sobretudo, as composições religiosas (Assembleia de Deus de diversos ministérios e um vereador atuante da Igreja Católica - renovação carismática). O debate coletivo, plural e carregado de percepções divergentes ou mesmo propostas de certo bem comum e coletivo sucumbia gradativamente aos encontros legislativos atentos a responder as demandas específicas e pontuais de grupos nas quais os vereadores orbitavam e seus respectivos projetos políticos pessoais. Uma forma de fazer política com respostas rápidas e para públicos cada vez mais restritos. Desse modo, a cidade eclodia como uma composição de partes em disputas, em lutas, nas estratégias de sobrevivência, nas quais o vereador trabalhava estritamente por uma fração, de relações pessoais focadas em suas comunidades morais. Assim a agenda municipal de “Segurança Pública” era atravessada, por pontos de apoio, adesões, justificativas, interesses de frações e, sobretudo, de vereadores que agiam como verdadeiros paladinos da moral e dos bons costumes. Pautava uma enxurrada de discursos, leis, decretos, normativas, aquisições de equipamentos para uma verdadeira guerra moral, como será visto adiante, de modo que a agenda de “Segurança Pública” tornava-se a oportunidade política de canalizar, esbravejar e reivindicar uma luta contra os outros ilegais, criminosos e imorais.

5.5 A Guerra invisível.

Estamos diante de uma guerra visível e invisível. No plano visível está aí. As drogas, brigas de família. Todo tipo de mal. E tem uma guerra invisível que esta sendo travada e que precisamos nos fortalecer. Vereador Marcelo. Diário de Campo, outubro de 2017.

A *Casa Legislativa* é majoritariamente composta por vereadores apoiados por igrejas neopentecostais e um ativo vereador católico da Renovação Carismática. Uma

²⁰⁹ As observações a respeito desses coletivos de irmandades me foram apresentadas em diálogos com interlocutores que falavam de grupos, amigos e *irmãos* que atuavam na *caridade*. O Rotary Club tem assídua presença na cidade com um calendário comemorativo e atividades oficiais. A própria agenda de segurança local é impregnada pelo cruzamento de nomenclaturas de diferentes irmandades - irmãos de profissão, irmãos de religião ou mesmo irmãos de grupos de fraternidades.

grande comunidade política e ativa que, em todas as sessões, faz questão de registrar suas devoções e interpretações do mundo²¹⁰. Um frequentador desinformado, sem entender a estrutura local e os informes espalhados pelo *salão nobre*, corre o risco de imaginar que está em algum *culto* ou *pregação*, pois desde a abertura até o término da sessão, são repletas de *passagens*, de trechos da Bíblia, de reflexões a partir de *cultos* ou mesmo de falas autorizadas de *pastores* em sessões. Assim a Bíblia e os ensinamentos religiosos circulam livremente para pensar a cidade, suas *guerras*, guerreiros e uma série de inimigos, como apresento adiante.

Cabe destacar que religião e política sempre andaram juntas por aqui, entretanto, com outras leituras e formas de atuação. Há pelo menos quatro décadas, uma fração religiosa e política travava uma luta no mundo urbano ancorada em suas percepções de *igualdade* e *justiça social*. Tratava-se de um protagonismo político pautado por uma composição da Igreja Católica com grande capilaridade na cidade, integrada às mudanças e lutas em diversos países da América Latina. Uma força capaz de participar ativamente nas lutas contra o regime militar, no processo de redemocratização e que teve sua ascensão institucional e relativo declínio político no decorrer dos anos 2000. A cidade de Luzia lidou de longa data com o diálogo religioso e político, de modo que a teologia da Libertação com seus *trabalhos de base*²¹¹ produziu uma linha política ascendente em direção à institucionalização em um movimento que ocorreu em diferentes localidades no país. Uma organização articulou localmente diversas *lutas* como na construção do Partido dos Trabalhadores na cidade, nas batalhas por moradia, assistência religiosa e jurídica para presos na delegacia²¹², além da construção de um abrigo para crianças e adolescentes e diversos centros educacionais espalhados na cidade, entre tantos outros trabalhos. Foi uma composição religiosa e política com ativa participação no mundo social e político na cidade, como a grande mobilização da campanha do desarmamento que localmente conseguiu mobilizar jovens de diversas escolas da cidade no início dos anos 2000. Desse modo, não é possível ler o cenário

²¹⁰ Como observa (Almeida, 1996, p.13) esse afastamento do mundo político que marca o início da presença do Pentecostalismo no Brasil apresenta concretamente uma concordância com as forças vigentes. Uma postura de “obediência às autoridades instituídas” durante o Regime Militar no Brasil.

²¹¹ Meus primeiros ensinamentos políticos e de militância ocorrem em trabalhos sociais no sistema prisional e em favelas junto com grupos da Teologia da Libertação.

²¹² Cabe lembrar que ainda no início dos anos 2000 era comum o preso provisório ficar meses em delegacias aguardando julgamento no Estado de São Paulo.

político local nos últimos quarenta anos sem descrever a participação da Teologia da Libertação, suas CEB's²¹³, seu diálogo com o Partido dos Trabalhadores e as grandes mobilizações locais. Uma articulação que teve Dussel como um dos seus grandes mentores já que, na “Filosofia da Libertação”, expressava uma intenção de produzir um “escrito da periferia para periferia” e com a preocupação de ser uma “filosofia da Libertação, filosofia pós-moderna, popular, feminista, da juventude, dos oprimidos, dos condenados da terra, condenados do mundo e da história” (Dussel, 1977, p. 7). A opção “pelos pobres” durante muitos anos reverberou e reverbera, mesmo em cenário modificado, na ação de padres que identificavam um sistema social e econômico de produção de desigualdades e como diz Dussel “la riqueza de los ricos se origina en la pobreza de los pobres” (Dussel, 1995, p. 97). Portanto, observou-se um binômio político e religioso como baliza para olhar o mundo, um sistema responsável pelas desigualdades e *sofrimento do povo*. Dessa forma urgia por mudanças na Terra e na cidade de Luzia, intervenções políticas para mudar o curso das diversas *opressões*. Em decorrência dessas percepções religiosas e políticas que chegavam com força nas eleições municipais de 2000, foram eleitos um prefeito com dois mandatos e mais quatro vereadores, todos em algum grau e medida *sáiram da casa paroquial*²¹⁴. Uma oportunidade de por em prática em outras esferas, agora no campo institucional, algo como Frei Beto preconizava:

Para que a Igreja participe efetivamente do processo de libertação do povo latino-americano, conforme sua missão específica e revelando em sua presença a comunhão de Deus com seu povo, é necessário que ela esteja comprometida com as classes populares, o que implica em ruptura com os interesses e privilégios das classes dominantes (Frei Beto, 1981, p.5).

Ou como descreve um autor da “libertação”:

²¹³ Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's) são grupos organizados em torno de paróquias e capelas por iniciativas de padres, bispos ou “leigos” para debater questões e problemas de suas realidades locais. Segundo Frei Beto existiu cerca de “80 mil comunidades eclesiais de base” com cerca de dois milhões de “pessoas crentes e oprimidas” (Frei Beto, 1981, p.7).

²¹⁴ Foram eleitos em 2004, uma vereadora, três vereadores e um prefeito com pouco mais de 24 mil votos para o prefeito e a bancada católica teologia da libertação e PT, pouco mais de 9 mil votos. Todos tiveram a trajetória em comum - catequese, trabalho social e posteriormente mandatos no campo legislativo e executivo. Uma configuração política que atuou no âmbito da erradicação da fome, no acesso educacional e diversos projetos de reestruturação urbana, entre outros grande projetos.

A palavra libertação se tornou significativa não somente para a práxis política e para a reflexão teológica. Ela veicula uma nova consciência histórica, como maneira de compreender e de se situar face à totalidade da história. (Boff, 1976, p.13).

Entretanto, hoje a religião majoritária no campo legislativo local caminha por outras estratégias políticas, verbaliza diferentes passagens bíblicas e alinhadas a travar determinadas guerras morais que impactam e coadunam com o modo de “Segurança Pública” local alinhado à vigilância e repressão e atenta aos clamores urbanos, que impactam no modelo de atuação da própria guarda civil municipal. Mais adiante, apresentarei como uma determinada ascensão religiosa e política partilham de interesses comuns, modos semelhantes de ver o mundo, formas de intervir na cidade que coadunam com uma presença militar em favor de guerras morais locais, onde os vereadores localizam um vantajoso campo político em se apresentar e agir como paladinos da moralidade e dos bons costumes, de um discurso de guerra. Mas, de imediato, é necessário analisar que essa mudança política, religiosa e suas respectivas pautas ocorrem pelo crescimento das igrejas neopentecostais e por dois movimentos da própria igreja católica. Primeiro, na própria mudança na estrutura da igreja católica que adentra no declínio da Teologia da Libertação e no crescimento de linhas teológicas atentas aos costumes (PLeyers,2020, p. 6-7). Para dizer a respeito dessa mudança católica, ele aponta que não se trata de um fenômeno exclusivamente brasileiro e sim de um movimento dentro da própria instituição católica em geral, “dentro do vaticano”. Uma mobilização conservadora da Igreja desde a década de 1960 que consolidou a ascensão de João Paulo II e conseqüentemente frentes repressivas: i) Teológica: em 1983 instituiu o novo chefe da Congregação para Doutrina da Fé, o cardeal Josef Ratzinger (futuro Papa Bento XVI) que rapidamente começou a trabalhar a respeito dos riscos da Teologia da Libertação em diálogo com as ideias marxistas. ii) ataques diretos: como as repressões aos padres vinculados à Teologia da Libertação. Caso emblemático de “um ano de silêncio” e uma série de punições ao Teólogo Leonardo Boff. iii) Sistemática nomeação de Bispos conservadores. iv) Apoio às correntes conservadoras e uma “religiosidade emocional” em detrimento do “compromisso social”. Assim, a Renovação Carismática com seus “ritos, cerimônias e eventos religiosos” em muitos

aspectos são similares às igrejas pentecostais com ênfase às questões morais e às guerras moralizantes. De fato, na cidade, a própria atuação religiosa da Teologia da Libertação perde força, logo depois da ascensão de políticos alinhados a essa composição. E um segundo movimento, no momento em que ganha força institucional e política, essa composição (Teologia da Libertação) perde espaço religioso (não teve renovação de quadros de padres ligados a essa percepção teológica na cidade), no cotidiano urbano e, logo depois, há perdas sequenciais dentro do cenário político institucional, de tal modo que na última eleição municipal não conseguiu eleger nenhum representante tanto na Câmara Legislativa como na esfera executiva, apenas manteve alguns representantes em Conselhos Municipais que miraram suas apostas políticas em um futuro na Câmara Legislativa. Inclui-se nessa análise local entre religião e política que os *militantes da* Teologia da Libertação na cidade que atravessaram a década de 1990 e início dos anos 2000 se assustaram com a institucionalização e a centralização das direções políticas. A *luta de chão* feita por muitos, galgada em trabalho dialógico, não ganhava a mesma característica diante de um novo cenário centralizado, regido por poucos, repleta de *especialistas* e das representações políticas agora em postos de mediações com outras forças. Operava-se por uma contradição de mais acesso à máquina estatal e de cada vez menos contato com a base e, conseqüentemente, perdia parte de sua histórica oxigenação política. A composição política que *batia de frente* com as máquinas historicamente refratárias por qualquer mudança, agora lidava com o jogo de arranjos e interesses diversos e muitas vezes contraditórios com sua base popular.

Seus trabalhos sociais e de *base* já disputavam espaço com composições neopentecostais ou mesmo com católicos majoritariamente alinhados à “Renovação Carismática” no início dos anos 2000, uma articulação atenta às questões morais em diversas esferas da vida urbana e que impregna uma lógica repressiva e vigilante à agenda de “Segurança Pública” local. Portanto, outrora, o campo do catolicismo vinculado à Teologia da Libertação exercia um protagonismo na atuação nas demandas sociais e políticas do mundo rural e urbano e reverberava *passagens bíblicas* como a de Lucas cap. 4, v. 19: “a apregoar liberdade aos cativos, a dar vista aos cegos, a por em liberdade os oprimidos, a enunciar o ano aceitável do Senhor”) ou Salmo 32:1: “bem aventurados aquele cuja transgressão é perdoada, e cujo pecado é coberto”) agora,

sucumbe a uma força vigente e majoritária que tem um outro olhar religioso e político, e se interessa por outras questões a respeito da ascensão por mérito, do esforço individual, dos dilemas morais e dos costumes e de uma compreensão do mundo em guerra do bem contra o mal. Os neopentecostais crescem demograficamente²¹⁵, socialmente e conseqüentemente lutam politicamente em diferentes esferas do espaço público local, em grande medida, por uma guerra moral repleta de inimigo. Entram primeiro no cenário social e urbano, por menos duas décadas de uma crescente participação nas eleições municipais, dos diversos conselhos, comissões, em todos os espaços por onde se possa acessar pelo voto, pelo *apoio dos fiéis*. Desde então, se presencia uma grande mobilização com suas raízes populares e que alcança voos institucionais sem precedentes com suas próprias visões e ações para a cidade. Aqui, cabe uma advertência: é necessário demarcar que o campo neopentecostal²¹⁶ é vasto e composto também por forças momentaneamente minoritárias, mas que são antagônicas da grande composição que se alinhou às guerras morais, apresentadas mais adiante. O período de campo me mostrou um arranjo neopentecostal e político, minoritário em sua atuação política, bem diferente da *guerra* que se ouvia falar entre os vereadores e seus respectivos eixos comunitários. Em uma oportunidade fui *convidado* para a posse da chapa diretiva [2019] do Partido dos Trabalhadores cuja história esteve vinculada às lutas sociais e à participação religiosa da Teologia da Libertação, como mencionado anteriormente. Esse encontro contou com a presença do Pastor Jonas que em sua fala parabenizava a nova direção. Era um senhor branco, cearense, de quase 60 anos de idade e *morador de favela*. Em seu argumento, destacava a importância de um mundo com *mais amor ao próximo e igualdade* e concluía sua fala: *é necessário ajudar os mais necessitados!* Os próprios estudos que dialogam religião neopentecostal e vida urbana

²¹⁵ Mariano (2004, p, 121) descreveu o seguinte cenário com dados obtidos pelo IBGE: “os evangélicos perfaziam apenas 2,6% da população brasileira na década de 1940. Avançaram para 3,4% em 1950, 4% em 1960, 5,2% em 1970, 6,6% em 1980, 9% em 1991 e 15,4% em 2000, ano em que somava 26.184.941 de pessoas. O aumento de 6,4 pontos percentuais e a taxa de crescimento médio anual de 7,9% do conjunto dos evangélicos entre 1991 e 2000 (taxa superior às obtidas nas décadas anteriores³) indicam que a expansão evangélica acelerou-se ainda mais no último decênio do século XX”. Conforme aponta Pleyers (2020, p. 2-3) No ano de 1980 a população era 89% e o centro de mobilização católica orbitava pela ala progressista. Entretanto o censo de 2016 “a população que se identificava como católica caiu para 50%”. Já a composição de “fiéis das igrejas neopentecostais” aumentou, pois conforme “dados de 2016 do Datafolha”, representavam 22% da população nacional.

apontam que esse universo apresenta uma plasticidade moral e política. São visíveis em trabalhos como de Marques (2013) cuja pesquisa apresenta a relação entre religião, crime e periferia paulista, especificamente uma “dupla irmandade” entre *irmãos evangélicos* e *irmãos do Primeiro Comando da Capital* ou mesmo os trabalhos etnográficos nas favelas do Rio de Janeiro que apontam para tramas difusas entre crime, religião e ordenamentos locais (Cunha, 2008); (Birman e Leite, 2002); (Vital da Cunha, 2008). Entretanto, o contexto da Casa Legislativa da cidade de Luzia, acompanhado por mim durante longo período, era centrado por uma força religiosa e política interessada em uma *guerra* moral e dos costumes que conformam, atravessam ou mesmo coadunam uma percepção e atuação de “Segurança Pública” local. Um olhar que converge interesses e formas de atuação no mundo, que agrega vereadores com suas interpretações neopentecostais e um ferrenho vereador católico da Renovação Carismática, a fim de estabelecer um mandato de *guerra*. Segundo o Presidente da Câmara, *aqui todos nós seguimos a um único senhor. Nosso grande líder! Indiferente da religião, aqui todos acreditam em um único Deus*, uma grande força política que oxigena o debate legislativo e, conseqüentemente, impõe formas de atuação no mundo urbano. Como apresento a seguir, trata-se de uma forma de existência política que adentra nos espaços democráticos e opera pelo seu próprio interesse e percepção de mundo²¹⁷.

Assim, *Jesus, Deus, o bem e é claro o mal, o diabo, as coisas maléficas* entram na *pauta do dia* na Casa Legislativa e ditam a forma de olhar e agir, desde as entrelinhas até as grandes pregações na instituição, como percepções que contribuem robustamente para uma grande força política local, que conformam um governo em guerra moral de uma cidade belicosa. Em cada encontro, antes de qualquer debate, um vereador é nomeado para fazer a *leitura do texto sagrado*. Então, calmamente com a Bíblia na mão, o vereador de *forma honrosa* sobe no pequeno ponto destinado às *falas das autoridades convidadas*. Na seqüência, o Presidente da Câmara pede para que todos os presentes se levantem e acompanhem *respeitosamente* a leitura bíblica. Assim, as *palavras sagradas* dos Salmos ou mesmo os trechos que os vereadores consideram relevantes são proferidos na Casa Legislativa, como as citações adiante:

²¹⁷ (Velho, 1995. P.16) identifica essa forma de olhar o mundo a partir dos ensinamentos bíblicos como uma “cultura bíblica”, uma referência para pensar as “experiências do vivido”.

81: [...] O Senhor edificou sua cidade sobre o monte santo. Ele ama as portas de Sião mais do que qualquer outro lugar de Jacó. Coisas gloriosas são ditas de ti, ó cidade de Deus!;

91: 2 [...] Direi do Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei;

125: [...] Faze bem, ó Senhor, aos bons e aos que são retos de coração. Quanto àqueles que se desviam para os seus caminhos tortuosos, levá-los-á o SENHOR com os que praticam a maldade; paz haverá sobre Israel;

5: [...] Dá ouvidos às minhas palavras, ó Senhor, atende à minha meditação. Atende à voz do meu clamor, Rei meu e Deus meu, pois a ti orarei. Pela manhã ouvirás a minha voz, ó Senhor; pela manhã apresentarei a ti a minha oração, e vigiarei. Porque tu não és um Deus que tenha prazer na iniquidade, nem contigo habitará o mal;

25: “[...] A ti, Senhor, levanto a minha alma. Deus meu, em ti confio, não me deixes confundido, nem que os meus inimigos triunfem sobre mim”;

101: [...] Quem pratica a fraude não habitará no meu santuário; o mentiroso não permanecerá na minha presença. Cada manhã fiz calar todos os ímpios desta terra; eliminei todos os malfeitores da cidade do Senhor.

A instituição regida por normas, leis e uma Constituição laica dialoga semanalmente com a *Bíblia Sagrada* e suas interpretações para entender e agir no mundo urbano. Nesse ponto, tanto as reuniões do CONSEG como as falas dos vereadores convergem em uma leitura de mundo em degradação moral que exige medidas urgentes e necessita guerrear por um mundo alinhado e os vereadores apresentam uma série de *problemas* morais e dos costumes que devem ser discutidos e combatidos. Dessa forma, um grande cenário favorável para dilatação da agenda de “Segurança Pública” é atravessada por uma série de questões de discursos alarmistas. Os legisladores debatem *os adolescentes e falta de autoridade dos pais*; a presença e supostamente a expansão do *tráfico de drogas* ilícitas em diversos espaços urbanos; questões como *prostituição* e *pedofilia* ou mesmo os bairros onde se acentuam, no imaginário legislativo, como locais *problemáticos*, entre outras tantas questões que ecoam no salão nobre. Para corroborar essa percepção de *guerra*, trazem um abaixo-assinado de moradores ou as falas que possuem a função de escandalizar, dar a dimensão dos perigos e males urbanos, das fraquezas morais que comumente se direcionam para determinadas pessoas e localidades específicas da cidade, conforme a descrição em diário de campo:

Em um momento da sessão, o vereador Denis *pediu a palavra* para o Presidente da Câmara. Prontamente foi atendido e já começou sua fala parabenizando à Conselheira Tutelar Maria. Tanto Denis e Maria são da Assembleia de Deus (ministério com a denominação da cidade). A vitória de Maria como Conselheira, bem como a de Denis para o cargo legislativo municipal foi em decorrência dos votos, em sua maioria, composta dos *irmãos* da Igreja. Enfim, o vereador pede a palavra: *Quero aproveitar a presença da nossa grande irmã. A Conselheira Maria está fazendo um trabalho lindo no Conselho Tutelar. Olha, essa mulher é uma guerreira. O trabalho que ela fez ontem de madrugada junto com a nossa gloriosa Guarda Municipal é de tirar o chapéu. Eu não sei se teria a frieza que vocês tiveram [olhando para o Comandante e o Subcomandante presentes na sessão]. Não tenho nem coragem de falar o que aconteceu, mas digo para vocês, ainda bem que a gente tem uma conselheira e uma Guarda [municipal] atuante! Eu falo e a gente fala aqui em toda sessão. O mundo tá virado. Filho não respeita pai. Mãe não ama o filho. Parabéns Maria e a Guarda!* E prosseguiu a sessão. Fiquei curioso com a história e no primeiro intervalo da sessão, corri para conversar com a Conselheira Tutelar. Rapidamente fui até a mesa do café e iniciamos uma breve conversa. Maria descreve assim: *Douglas, a guarda (municipal) foi chamada para atender a uma denúncia de que duas crianças estavam abandonadas em uma casa ali no bairro do Beto (uma referência à região eleitoral do vereador). Isso foi ontem à noite. Então como eram crianças, eu fui acionada para acompanhar o trabalho e fazer os encaminhamentos possíveis. É isso, chegamos lá e a casa toda detonada, suja e aquelas crianças lá sozinhas. Soubemos que a mãe tinha saído para se prostituir e ela deixou as duas crianças em casa. Uma criança cuidando de um bebê na verdade. Então o Comandante determinou que a equipe realizasse um flagrante na mãe quando ela chegasse. E foi isso, ela foi encaminhada para delegacia e você acha que acabou assim a história? Quando abriram o celular da mulher, tinha conversas de whatsapp com foto do bebê com um pessoal lá do Paraná. Ela aliciava o bebê para uma rede de pedofilia. Tinha foto, conversa e tudo [...].* Diário de Campo, novembro de 2018.

Com a leitura do mundo social e político ancorado nas passagens bíblicas e a constatação de que tudo *tá virado de ponta cabeça* para usar uma expressão do vereador Beto, os vereadores propõem uma *guerra* por decretos, normativas, projetos de lei, homenagens às autoridades e a expansão política e social de alguns *guerreiros*. São propostas alinhadas a esse modo de enxergar e agir no mundo urbano que partem da percepção e da necessidade de uma guerra moral, da imposição de conduta e leitura de mundo. Desde então, correm diversas medidas como o Projeto de Lei do Vereador José que cria o *mês da cultura evangélica cristã*. Este foi um projeto debatido na Câmara dos vereadores com um grande evento e contou com a plateia de pastores e de uma grande *comunidade cristã* e trouxe falas comoventes de vereadores a respeito das *suas conversões e milagres* em suas respectivas vidas. O projeto tinha como meta a atuação

em diferentes escolas municipais e espaços culturais no objetivo de *apresentar o evangelho para as crianças e adultos, passar uma mensagem edificante*. Foi aprovado por unanimidade na Casa Legislativa e, posteriormente, ficou a cargo de uma comissão híbrida instituída por representantes do Executivo, Legislativo e do *Conselho de Pastores* da cidade a atribuição de firmar detalhes e construir o calendário pormenorizado. Outra *grande vitória* dessa *guerra* travada na Casa Legislativa foi o Projeto de Lei para a *defesa da vida e da família* na Câmara Municipal, elaborado por Lucimar, vereador vinculado à Renovação Carismática. O projeto foi aprovado por unanimidade e contou com elogios do vereador Henrique: *olha, vocês sabem que eu era conselheiro tutelar. E vi de perto famílias desestruturadas. Então quero parabenizar pelo projeto, pela importância do projeto!* Assim, alinhado às demandas políticas da Igreja Católica, em sua expressão da Renovação Carismática, e em diálogos nas esferas do legislativo estadual e federal ²¹⁸ se aprovava um projeto local e outros tantos, compostos pela grande atuação de uma leitura *cristã*, um elemento comum e presente nas falas dos vereadores. Dessa forma, semanalmente, em sua *guerra* por decretos, normativas e projetos de lei, esses vereadores *lutavam* por uma guerra invisível de evangelização, e também se interessavam por uma *guerra visível*, contra as más condutas e *inimigos* presentes no mundo urbano.

5. 6 A guerra visível

Para os homens religiosos e políticos na Casa Legislativa coexistem duas *guerras* das quais são partes ativas. A primeira, é a luta no mundo *invisível*, travada nas campanhas de *evangelização*, que atravessa o campo político e se enraíza nas estruturas governamentais, conforme descrição anterior – uma guerra *espiritual* de evangelização. Entretanto, existe a segunda *guerra* que opera em conjunto e se passa de forma *visível*,

²¹⁸ Requerimento 919 do Deputado Federal Diego Garcia (PR) vinculado a Renovação Carismática. Requer a Instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família. Uma comissão aprovada no dia 22 de Março de 2019 que contou com 211 votos de deputados de diferentes legendas partidárias. Desde partidos como PSL, PRB, e DEM até votos pontuais de legendas como PC do B (um voto) ou Partido dos Trabalhadores (dois votos). <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53988-integra.pdf>. Acesso dia 06 de Janeiro de 2021.

uma *guerra* contra os costumes e moralidades que impactam diretamente na forma de “Segurança Pública” local. Uma *guerra* por intervenções cada vez mais militarizadas e que coaduna com outras tantas razões bélicas. Uma disputa entre o bom munícipe, *cristão*, obediente às leis, a família idealizada, trabalhador (mesmo em trabalhos cada vez mais escassos e precarizados) e distante das *drogas*, contra os “outros” maléficos, cercados de promiscuidades, drogas e violência, majoritariamente jovens. Para esses outros, existe uma série de *preocupações* que se materializam na Casa Legislativa Municipal em normativas, decretos, legislações, debates, repressão e vigilância. Conforme o vereador Beto, é o momento de *lutar*:

Durante muito tempo a cidade deixou várias questões de lado, fechou os olhos mesmo. Eu sou o presidente e base aliada do governo. E vejo que essa composição legislativa está disposta a enfrentar. Lutar mesmo contra esses absurdos. Beto [Presidente da Câmara Municipal] Diário de Campo, dezembro de 2017.

O vereador Beto aponta que a *cidade deixou de lado ou fechou os olhos durante muito tempo* uma série de questões de ordem moral e dos costumes locais e que essa força política que se conforma na última eleição toma os decretos, normativas, projetos de lei como sua grande bandeira política. Refere-se ao interesse da Casa Legislativa para uma maior vigilância, repressão e presença militarizada para determinadas populações, e sobremaneira, aos jovens, negros, filhos e netos da migração nordestina e alocados em específicos espaços da cidade. Não se trata de nenhuma novidade, pois desde longa data, a cidade teve olhos vigilantes e repressivos para as periferias, suas populações e seus raros espaços de lazer e produção de cultural. Sempre foi vista como explosiva a junção de migrantes (majoritariamente nordestinos), bares (um dos raros locais onde se produziam e ouviam suas próprias músicas) e álcool. Logo no início dos 2000, esse olhar vigilante e interessado colocou a cidade como uma das primeiras prefeituras a programar o fechamento de bares a partir das 22 horas, através de uma iniciativa que contou com o apoio da Igreja Católica [com apoio da composição Teologia da Libertação] e das diversas denominações neopentecostais locais. Desse modo, toda existência de produção cultural e espaço de lazer para diversas famílias foram extirpados da vida noturna sem a elaboração de outros locais ou mesmo de uma

discussão ampla e participativa. A resposta simples e direta foi o fechamento e repressão. E ainda hoje, está longe de estabelecer um diálogo entre as questões das relações de convivência, produções culturais, lazer e conflitos intrínsecos da existência urbana. Vereadores capturam as reclamações de moradores a respeito do *som alto na madrugada*, as *sujeiras* nas ruas e calçadas ou mesmo o medo comum da presença de venda de drogas ilícitas na *porta de casa* - uma reclamação recorrente. Uma série de questões intrínsecas à aglutinação de populações em ruas e vielas e da existência de formas urbanas são operadas na chave da *guerra*. As reclamações endossam a urgência da Casa Legislativa para *tomar uma providencia* e assim velhas e novas formas de moralizar e reprimir são delegadas para um efetivo cada vez mais numeroso de guardas municipais e suas apostas militarizadas.

Reclamações empíricas diante de questões do mundo urbano, da convivência coletiva e das existências conflitantes em um mesmo espaço são devidamente dramatizadas e ganham discursos alarmistas na Casa Legislativa. As possibilidades de reflexão (debate) a partir de uma série de demandas encontram no espaço legislativo respostas unilaterais, centradas na militarização e guerras, vistas como única forma de intervenção. Os vereadores impregnados dos seus valores *cristãos* acolhem essas demandas, ganham politicamente com esse ambiente belicoso e interpretam os clamores das ruas em regras carregadas de valores morais, conforme o trecho do diário de campo:

[...] Nesse momento o vereador Geraldo pede a palavra: *quero falar aqui para todos vocês (vereadores) que vem recebendo por e-mail as solicitações dos moradores para resolver esse problema. Eu peço para quem está assistindo e para quem está aqui que ligue o quanto antes. Fica difícil para as forças de segurança combater quando já está em cima. Eu mesmo gosto da batida, mas a letra pelo amor de Deus. Destrói a imagem da mulher. Qual é a família que vai a um lugar desse? Teve um em frente de casa, quando eu liguei para o comandante (da GCM) já tinha mais de 300 pessoas. Aí como fica para nossa guarda dar conta de tudo isso.* Nesse momento, o vereador Beto (Presidente da Câmara) fala rapidamente: *eles ainda marcam em um lugar e fazem em outro. Recebi uma comissão de moradores falando desse problema.* Atravessa o debate o vereador Denis: *E se tocasse o funk de antes?* Nesse momento, ouço a fala que vem da plateia: *Claudinho e Bochecha!* Acompanhava a sessão com o interlocutor e candidato derrotado na última eleição. Jonas rapidamente esbraveja: *bater é fácil. Agora trocar ideia ninguém quer!* Então o vereador Rodolfo [Guarda Municipal] *pede a palavra* e de forma ríspida diz: *a gente não tem nada contra o Funk. Temos contra a venda de drogas, contra os males aos jovens. Quando soubemos que ia ter esse funk dia 30, tinha uma previsão de 3000 pessoas. Tem que denunciar*

para a polícia ou para guarda. Não pode se drogar na porta de casa de pai de família e parabéns Geraldo [vereador] pela sua fala. A gente sabe que esses eventos são uma oportunidade para o tráfico. O vereador José pede a palavra e entra na discussão: na virada do ano, no (Bairro) B. infelizmente não teve a presença da força de segurança. Teve quase mil pessoas. Os moradores daquela região se sentem abandonados. Como combater mais de 1000 jovens? E tem uma coisa, estão transferindo a responsabilidade da segurança toda para a guarda e não é bem assim. Quem tá combatendo tudo isso é a guarda, é a guarda. Diário de Campo, 03 de outubro de 2017.

Localmente, a Guarda Civil Municipal eclode como protagonista e, sobretudo, um grupo de *especialistas* dentro da própria guarda para tais fins repressivos. O centro do debate político contemporâneo gradativamente se desloca para uma guerra pelas boas condutas, as disputas morais que, como descrito adiante, coaduna com as guerras às drogas. O mundo religioso e político da Casa Legislativa reivindica sua guerra moral e fortalece a militarização e esta, por sua vez, interpreta, reivindica e se hipertrofia para dentro da agenda de “Segurança Pública” local. Há uma série de medidas que por procuração legislativa autoriza e fortalece o trabalho das guardas no exercício de fiscalização, repressão e vigilância. Para avançar no *combate* aos bailes funk’s há a “lei do silêncio urbano” de 2018, cuja finalidade é estipular um parâmetro tolerável para produção de ruídos, sons e vibrações, ficando a cargo da Guarda Civil Municipal a fiscalização e a eventual punição. Também foi implementada pela Casa Legislativa a **Lei Seca**, uma modernização mais restritiva da lei de fechamento de bares. A nova lei estabelece o funcionamento de bares das 7 até 23 horas, aumenta a pena para o infrator e centraliza o órgão responsável pelo cumprimento da lei, mais uma vez o protagonismo está delegado à Guarda Civil Municipal para execução de tal medida.

Observa-se que as duas leis estabelecem uma série de procedimentos e exigências que dificultam a vida noturna de jovens e adultos majoritariamente periféricos e pauperizados da cidade, pois encontram nos bares, praças, áreas abertas ou mesmo as ruas próximas, uma oportunidade viável de produção de cultura e lazer. Sob a bandeira das melhores intenções, de redução da violência, cria-se uma cisão entre uma cidade noturna e acessível para quem tem dinheiro no uso de estabelecimentos comerciais com estruturas acústicas adequadas à lei do “silêncio” ou para quem tem condições de transitar por outros lugares onde não existe a restrição da lei seca. No outro extremo, há uma população noturna que tenta criar seus próprios espaços e é

objeto de repressão. A estes, afortunados na cidade, deve-se combater, ainda com um sobrepeso repressivo de associação à marginalidade, violência ou conforme o vereador Rodolfo, em espaços de *venda de drogas*. São enquadrados em uma espécie de crime a priori, de uma suspeita por antecipação. Para a população pobre, predominantemente negra e de migração nordestina que conforma esses grandes espaços nomeados de periferia, se estabelece a dinâmica de moralizar e reprimir aquilo que os vereadores constantemente debatem.

De acordo com o vereador Beto, a cidade trabalha em uma *guerra contra o mal*, contra série de condutas e disputas morais. Uma atenção política que opera de forma cada vez mais capilarizada e atenta a uma série de questões interpretadas como desordem, perturbação, crimes e delegação da repressão para a Guarda Civil Municipal local, como o grande debate legislativo a respeito do Narguile²¹⁹. A Casa Legislativa aprovou um projeto de lei em março de 2018, após uma discussão entre vereadores, pais favoráveis e alguns pastores presentes a respeito de um *mal que assola os jovens*. Essa sessão contou a palestra do Comandante da Guarda Municipal sobre o *uso e risco do Narguile para saúde* e trouxe um discurso que falava a *respeito da substância de porta de entrada para outras drogas e seus riscos para a saúde (uma hora de narguilé corresponde a 100 cigarros)*. O projeto foi aprovado e restringe o uso do cachimbo para menores de 18 anos e proíbe a comercialização em ambientes próximos a um raio de 150 metros de escolas e bibliotecas municipais. Mais uma lei instituída cuja fiscalização e repressão fica nas mãos da Guarda Civil Municipal.

Nota-se que ecoa uma série de debates em um tom de voz alinhado à moralização e à repressão. Tais ações contam com a participação cada vez mais ativa da Guarda Civil Municipal e, como será visto nas páginas seguintes, são amparadas por equipes militarizadas. Desde a última eleição opera-se um aquecido processo legislativo que fomenta a participação da Guarda Municipal nessa guerra. Ainda em 2017, houve a

²¹⁹ O Narguile é um modelo de cachimbo comum em países árabes, persas e hindus. Popularizou-se nas periferias paulistas e do Brasil ao longo dos anos 2000 e está presente em diversas letras de Funk. Cabe lembrar que a sua popularização no país e, sobretudo entre os jovens também resultou em um discurso médico repressivo. A Campanha do Ministério da Saúde de 2015 escolheu o tema “o narguile e a iniciação ao fumo” <<https://www.inca.gov.br/campanhas/dia-nacional-de-combate-ao-fumo/2015/parece-inofensivo-mas-fumar-narguile-e-como-fumar-100>>. A Campanha tinha como cartaz a informação: “Parece inofensivo, mas fumar narguile é como fumar 100 cigarros” <<https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//cartaz-dia-nacional-de-combate-ao-fumo-2015.pdf>>acesso dia 10 de Março de 2020.

reativação no número 153 de exclusividade da Guarda Civil Municipal e a somatória de debates e agradecimentos ocorridos ao longo das sessões de maio de 2018, a respeito da *luta* dos vereadores e respectivos parlamentares federais em viabilizar recursos da União para aquisição de duas Toyotas para Guarda Civil Municipal, o apoio do legislativo para compra de equipamentos de controle de distúrbios, ou o próprio debate a respeito da terceirização e modernização dos veículos da frota da Guarda Civil Municipal, conforme menção do vereador Rodolfo: *para melhor o trabalho de polícia*. Assim, ao longo do período de campo era visível como uma composição institucional local ganhava prestígio e peso político. Talvez os gestos e falas seguintes dimensionem parte desse movimento:

O secretário inicia os trabalhos do dia depois da leitura de um trecho bíblico. Inicia a leitura dos textos que vão para votação conforme orientação do Presidente da Câmara. Entretanto, rapidamente o Presidente interrompe: Só um minuto vereador. *Peço desculpas ao Comandante. O vi (estava na área destinada à plateia). Quero que três vereadores recepcionem a entrada do nosso Comandante e o Subcomandante da guarda municipal da cidade*. Eles adentram a área exclusiva aos vereadores, com uma pequena área destinada às autoridades convidadas da cidade. E lá vai mais uma vez, como em toda a semana, o Comandante e o Subcomandante se aproximam de onde estão os vereadores. Três vereadores abrem a cancela que separa o público dos vereadores, os três vereadores cumprimentam o Comandante e Subcomandante e sentam nas respectivas cadeiras destinadas às autoridades municipais. Dessa forma iniciam-se os trabalhos legislativos. Diário de campo, 17 de outubro de 2017.

Dessa maneira, tanto o universo dos encontros do CONSEG bem como o legislativo municipal expõe um cenário aquecido de debates e escolhas em direção a uma guerra moral local, com seus guerreiros e seus ganhos políticos que impactam diretamente na agenda de “Segurança Pública”, cada vez mais se hipertrofiando e se militarizando. Uma grande mobilização social e política que entre *buchichos* urbanos devidamente trabalhados, a priori, no ambiente do CONSEG e também na própria Casa Legislativa, acentuam as escolhas militares como a melhor forma de se fazer “Segurança Pública” Uma aposta ativa de participação política construída por medos e raivas para pressionar legisladores por mais medidas restritivas e punitivas, fomenta diversas *guerras* locais. Assim, tanto o CONSEG como a Câmara Legislativa coadunam

uma força política interessada na imposição ou mesmo na eliminação de outras existências urbanas. Assim a “Segurança Pública” se modela dentro de um universo de interpretações e dilatações intermináveis, e hoje, localmente, para diversas cidades da RMSP, se apresenta hipertrofiada e militarizada. Fortalecem e delegam uma expressão militarizada dentro da Guarda Civil da cidade que opera em um leque de atuação, desde as questões de “ordem pública”, nos vantajosos lucros políticos do combate à “desordem urbana” até o “combate ao crime”. Um modo de existência em permanente oxigenação política, não num valor absoluto e sedimentado por leis de cima para baixo, em conversa de gabinetes, mas sim de movimentos, debates, reclamações, de participação e lucro político de alguns que materializam normas, leis, decretos, percepções que consolidam a “Segurança Pública”. Um ambiente onde os políticos municipais sabem usar em seu próprio benefício e por um empobrecido de debate público. Apostam nas vantagens políticas da repressão e vigilância, das questões de *desordem* urbana plausíveis de intervenção municipal, por meio de um profícuo nó militar e bélico e dentro de amplo jogo de relações de poder que produzem pertencimento (incluídos/excluídos), fronteiras (nós/eles), classificações (bons/maus) e normalizações (normal/anormal). Mas então eclode uma série de questões: Como se operacionaliza essa *guerra* dentro de um contexto citadino? Quais instituições estão de fato imbuídas não somente de atribuições legais, mas, sobretudo de atribuições morais e reais? Como essa instituição fomenta e se prepara para essa *guerra*? Para tanto, transito em outro espaço institucional local, adentro na casa dos *guerreiros* da Guarda Municipal de Luzia. Em diálogos com seu Comandante e instrutores, observo e analiso as narrativas institucionais e suas respectivas *formações técnicas* para o que se identifica como ambiente de *guerra urbana*. Mas antes de apresentar esse percurso de pesquisa, deixo um trecho do diário de campo que descreve o peso político e a guinada militarizada da cidade, uma *homenagem* da Casa Legislativa que contou com falas emocionadas, discurso de autoridades e parabenizações “aos nossos heróis”:

Esses homens da ROMU [Ronda Ostensiva Municipal] promovem a segurança da cidade de forma preventiva e repressiva contra o tráfico de drogas e armas, bem como uso de entorpecentes. Uma luta incansável para impedir o avanço da violência na cidade! Presidente da Câmara Municipal de Luzia, maio de 2018.

6

A maquinaria híbrida

INTRODUÇÃO

Apresentei ao longo da tese um possível mapa da *força do bem*, algo composto de movimentações das “macropolíticas” e “micropolíticas” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 83) em permanente intersecção e oxigenação. Uma rede de longa data que rapidamente vem se expandindo na cena política e social brasileira. Mas essa existência somente ocorre por meio de sua capilaridade, por ser alimentada de “micropolíticas”. Desse modo, chego ao momento final da tese para analisar algumas movimentações locais, observar a *força do bem* a partir de uma maquinaria híbrida [ROMU e ROMO], uma maquinaria que se sustenta em uma fundamentação legal/normativa civil, mas que se azeita internamente por todo um universo militar dos discursos, saberes, técnicas e tecnologias. Primeiro apresento as caracterizações dessas maquinarias híbridas a partir da transformação da Secretaria de Segurança Pública da cidade de Luzia e da ampliação dos afazeres do guarda municipal local e seu alinhamento ao universo militar. E por fim, analiso o ambiente de *formação* (uma série de capacitações ao longo dos anos de 2017 e 2018) das maquinarias híbridas como espaços que circulam uma “narrativa” (Jimeno, 2007, 2010, 2011, ; Forero, 2017) e uma série de movimentos comuns de *irmãos de farda*, ou seja, discursos, saberes, técnicas, tecnologias que fomentam esse ambiente civil e militar. Portanto, o texto segue essa *força do bem* agora localmente, nas maquinarias híbridas, em suas mudanças do trabalho de zeladoria de bens públicos para adentrar na agenda de “Segurança Pública”, atreladas ao universo militar, no *desejado* pelo trabalho “repressivo” com toda a polissemia que isso representa.

6.1 Faz tudo!

Chego conforme o combinado, às 10 horas. O sol já castiga nesse verão de 2018. Entro na área verde onde ontem, no meio do intervalo da aula inaugural de Patrulhamento Tático Motorizado (PATAMO) da Guarda Civil Municipal da cidade de Luzia, meu interlocutor havia indicado para que hoje eu *acompanhasse uma atividade* e que mais detalhes *passaria por whatsapp*. Estou em um dos últimos pontos de mata nativa da cidade que tragicamente vem sendo engolida por empresas da região, pela proximidade de uma rodovia movimentada e por um dos poucos pontos de lazer da cidade que englobam uma ampla área com atividades esportivas, quiosques e espaço para as crianças brincarem. Por aqui ainda são visíveis lindos pássaros e alguns macacos saguis, cada vez mais raros. Até aqui é um ambiente minimamente aberto e com algumas pessoas trafegando. Passei em outras oportunidades nessa região, mas esse trecho indicado pelo interlocutor me leva para um caminho desconhecido e isolado. A orientação é subir uma trilha que mal passa um carro e acobertada por uma generosa mata. Penso duas vezes, olho para o trajeto percorrido e observo no outro extremo, bem longe, algumas mães brincam com seus filhos, agora distantes. Respiro fundo e sigo em uma pequena subida de mais ou menos 200 metros. Já no topo da ladeira ouço alguns gritos: *Vamos seus mocosongos, vamos seus mortos! Atenção! Presta atenção!* Estou no topo da pequena ladeira e agora avisto o espaço de treinamento da Guarda Municipal da cidade de Luzia. À minha direita havia uma pequena pista asfaltada para treino de motocicletas de cerca de uns 200 metros com alguns pneus delimitando o espaço. Mais à frente, a uns 100 metros de distância avisto um simulacro de residências. É uma estrutura em bloco com cinco portas e cômodos internos, algo para o treinamento de *progressão em áreas de fechadas* e à minha direita, ouço a gritaria dos instrutores. É a área de mata mais densa e íngreme, onde um barranco e trilhas interligam dois *barracos*, um simulacro de *favela*. Em alguns segundos da minha presença tentando entender todas aquelas informações, corre na minha direção o instrutor Denis, um homem negro, calvo como a maioria por aqui. Magro e de pouco mais de trinta anos, veste-se todo de preto, uma calça preta, coturno e camiseta manga longa preta escrita nas costas: ROMU (Ronda Ostensiva Municipal). Está suado, ofegante, armado e com um sorriso no rosto me recepciona: *Douglas fica à vontade! O Comandante vai atrasar*

um pouco, mas ele já chega! Respondo meio gaguejando: *Obrigado, obrigado.* Então Denis volta ao seu trabalho com o Inspetor Moisés e o Instrutor Marcos. Seguem os gritos: *sai da minha frente! Não quero ver nem a sua cara! Essa é a pior turma que já existiu! Eu tô perdendo meu tempo com vocês!* Observo daqui que a cada movimento dos Guardas que o Inspetor Moisés considera errado, uma pancada com uma pequena vara de madeira é desferida nos capacetes dos guardas municipais. E assim adentro de forma abrupta em uma etapa do curso de *Patrulhamento Tático Motorizado (PATAMO)* para guardas civis municipais tornarem-se operadores nas maquinarias híbridas das Ronda Ostensiva Municipal (ROMU) ou da Ronda Ostensiva Motorizada (ROMO) com motocicletas.

Iniciava a minha entrada de campo na parte *prática* e acessava o concorrido curso elaborado pela Secretaria de Segurança Pública da cidade de Luzia. Este contava com a participação inicial de quarenta guardas municipais, majoritariamente advindos de outros municípios do Estado de São Paulo e de alguns outros Estados (guardas municipais das regiões do Centro-oeste, Norte e Nordeste do país). Trata-se de um concorrido curso que o Comandante da Guarda Civil Municipal da cidade, o senhor Aragão dizia com orgulho: *tem gente já mandando e-mail interessado em se inscrever para o ano que vem!* Uma formação profissional de cerca de 200 horas e espalhadas em quinze dias. Toda essa *especialização se* complementava com uma série de outras formações como palestras e seminários ao longo do ano e, como dizia o Inspetor Moisés, era para *formar um especialista no trabalho de combate ao crime. Um profissional,* dizia em tom irônico, de um guarda municipal que não fazia parte dessas equipes híbridas. Ele, de forma irônica, dizia que a guarda está virando *um faz tudo.* As *formações* lapidavam essas equipes híbridas que atuavam desde a *repressão ao comércio varejista de drogas ilícitas*, no combate aos odiosos casos de furto e roubo na cidade, nas recentes demandas aos finais de semana de repressão aos bailes funk's, nos trabalhos pontuais de *operações de saturação* com a Polícia Civil e a Polícia Militar, na *ajuda* à Polícia Civil na execução de mandados de prisão ou até mesmo na transferência de presos da delegacia local para o Centro de Detenção Provisória da região. Então é esse *faz tudo*, essa hibridização civil-militar que quero descrever como algo que agrega

e se fomenta por uma rica proliferação de discursos, saberes, técnicas e tecnologias²²⁰. São grupos da Guarda Civil Municipal da cidade que dizem a respeito de uma grande mudança na instituição e na vida urbana, algo que fala do jogo político e moral que interseccionam as “macropolíticas” e que colocam as Guardas Municipais dentro das ações de “Segurança Pública”. Um profícuo diálogo com “micropolíticas” locais, as demandas municipais, interpretações locais a respeito de “Segurança Pública”, atribuem esse grande cenário atual hipermilitarismo da vida social e política brasileira.

6.2 Respeite quem pode chegar onde a gente chegou

A expansão dos afazeres da Guarda Civil Municipal não é nenhuma uma novidade ou exclusivo da cidade de Luzia. Dos oitos municípios que formam determinada Região Metropolitana de São Paulo, dos quais a cidade de Luzia faz parte, sete detêm táticas para enfrentar o “crime” a partir de coletivos como ROMU (Ronda Ostensiva Municipal) e ROMO (Ronda Ostensiva Motorizada) e, outras tantas cidades da Região Metropolitana de São Paulo (23 cidades) e do Brasil vem rapidamente aderindo a esse modelo. Existe uma vasta bibliografia que observa as mudanças da instituição civil municipal, uma verdadeira “transformação em curso”. (Misse e Bretas, 2010). Um fenômeno que apresenta uma espécie de plasticidade institucional do trabalho de guarda municipal ao longo dos anos, algo que Corralo; Kemmerich (2016) nomeia de “um campo mais amplo de atuação” e que Barros e Goldschmidt (2012) atribui a uma “atividade ainda recente e amplamente questionada” onde “as GMs ainda estão buscando seu espaço” ou como aponta Souza (2012, p. 220) as Guardas Municipais estão suscetíveis à “tentação de tornar o município mais um braço armado”. Mesmo que isso ocorra dentro de um “novo paradigma federativo” como argumenta Corrolo e Kemmerich (2016, p. 137), existem muitos movimentos ainda pouco descritos do que eu chamo de hibridismo, a interseção entre uma estrutura normativa/legal civil e a colonização do universo militar e bélico. Portanto, é um fenômeno social e político relativamente recente e que apresento a partir das *formações* dos prestigiados grupos

²²⁰ Essas equipes híbridas (civil militar) ao longo dos anos 2000 receberam diversas nomenclaturas (GITE, Gtan, ROMEP, etc) e nos últimos anos vem passando por um processo de padronização: ROMU [Ronda ostensiva Municipal] e ROMO [Ronda Ostensiva Motorizada]

híbridos (civil-militar) dentro da Guarda Civil Municipal da cidade de Luzia, e de imediato, exponho algumas histórias por interlocutores sedentos em bater de *frente contra o crime*.

A Guarda Civil Municipal da cidade de Luzia foi criada no início da década de 1990. Durante boa parte de sua existência atuava na estrita função de zelo ao *patrimônio público* e dessa forma que se assemelhava a outras tantas Guardas Municipais espalhadas pelo país²²¹. O seu trabalho inicial consistia em um cuidado com as escolas, hospitais, terminais rodoviários entre outros tantos espaços públicos municipais e, pela característica do trabalho, esses profissionais narraram um menosprezo por parte dos moradores da cidade. Nesse *tempo*, se ouvia palavras jocosas como *playmobil* [marca de um brinquedo] e/ou *guardinha*, como expressões usadas por alguns moradores da cidade no tom de ridicularizar e inferiorizar o trabalho da Guarda Civil Municipal. É nesse momento inicial da instituição que esses guardas civis municipais identificam e verbalizam as expressões como o *tempo* de *baixa autoestima*, *perrengues*, *esquecimento do poder público*, *vergonha*²²². Uma *época* do trabalho do guarda civil municipal como um *trampolim* (sentido de passagem) para outras carreiras policiais. Esse passado é narrado pelas diversas carências como *falta de armamento* e até *colete vencido*. Aragão na condição de *Comandante* da Guarda Civil Municipal da cidade de Luzia e alguém que me permitiu o trânsito pelas *formações* das equipes híbridas (civil- militar) ao longo de 2017 e, sobretudo em 2018, falava do *tempo dos perrengues* e corrobora com essas expressões que ouvia dos guardas municipais nos intervalos dos treinamentos, palestras e seminários. O *Comandante* é um membro da *primeira turma de guardas da cidade*, um homem negro, de família de migrantes nordestinos como a maioria dos integrantes da instituição e dos moradores da própria cidade. Tem mais ou menos 1 metro e 75 centímetros, e *quase na casa dos cinquenta anos*. Sempre sorridente e atencioso dizia a respeito da instituição: *eu ajudei a construir*

²²¹ Um trabalho a respeito das próprias impressões dos guardas municipais a respeito do seu trabalho, ler (Lima e Ceolim, 2017)

²²² Um estudo da opinião de munícipes a respeito de determinada guarda municipal, Ler (Bretas e Morais, 2010)

*junto com os irmãos!*²²³ E sobre esse início da instituição, descreve da seguinte maneira:

[...] Tinha saído já um tempinho do exército e trabalhava de segurança. Aí um amigo falou que estava rolando um concurso para Guarda Municipal. Eu nem sabia o que era. Fui lá e fiz a inscrição. É meio comum, sair do exército e tentar alguma coisa na área da segurança. Lembro que já eram 4 [16 horas] da tarde e a moça da prefeitura permitiu que eu corresse e pagasse a taxa rapidinho. Então fiz a prova e passei. Vou te falar, eu fiquei ainda na dúvida. Eu lembro que vim aqui e conversei com o primeiro comandante da Guarda. Expliquei para ele que eu tinha uma família, emprego e que estava preocupado em sair da empresa. Ele foi educado, me explicou a profissão e falou: Olha você na área de segurança pública, sempre vai ganhar pouco, mas sempre vai cair na conta. Porque na empresa você ganha no mínimo três vezes mais, mas não tem estabilidade nenhuma. Aí foi isso, sai da empresa em uma semana e na outra comecei o curso para guarda municipal. Era ali em cima do teatro, naquele calor. A gente pegava um galão de água e metia Ki-suco, não durava nada. O grupo bebia muito rápido. A mesma coisa o café, sumia rapidinho. Era isso, na época, tudo precário, a gente comprava até arma, não tinha colete para todo mundo e por aí vai. Comandante Aragão. Diário de Campo, 30 de novembro de 2017.

Aragão narra o *tempo dos perrengues* para pensar as *melhorias de hoje*. Um tempo de *antes* que fica no lugar da adversidade, do menosprezo e da falta de itens básicos, época em que a Guarda Civil Municipal *fugia do crime*, como dizia o Comandante. Esse passado aglutina desvalorização, trabalho restrito ao zelo ao patrimônio público, sofrimento e acentua um presente, um hoje de superação da adversidade e um lugar melhor da instituição e de seus profissionais. Quando conversava com Aragão a respeito do *antes* e do *hoje* da instituição, ele concluía essa narrativa com um sorriso no rosto e uma pergunta: *conhece essa música?* E batendo na ponta do dedo em cima de sua mesa de forma ritmada, cantava o trecho de um samba: “[...] nós somos do tempo do samba sem grana, sem glória. Não se discute talento, mas seu argumento me faça o favor. Respeite quem pode chegar onde a gente chegou. Respeite quem pode chegar onde a gente chegou”²²⁴.

²²³ Os irmãos podem ser da própria instituição, das maquinarias híbridas de outras secretarias ou mesmo os *irmãos de farda* de diferentes instituições militares.

²²⁴ ARAGÃO, Jorge Moleque Atrevido Álbum Tocando o Samba [1999] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sbZ9ajjQAFQ> Acesso dia 06 de Agosto de 2021.

Esse tempo *sem grana e glória* ficou no passado para muitos aqui e hoje a instituição cresceu e se tornou uma Secretaria desde o final de 2006, envolto nas “macropolíticas” dos anos 2000 que apostaram nas intersecções entre Guardas Civis Municipais e “Segurança Pública”²²⁵. O espaço todo de mais de 500 metros quadrados da Secretaria de Segurança Pública da cidade se encontra exatamente em uma esquina movimentada do centro da cidade. É um local repleto do dinamismo dos comércios locais, do trânsito de carros e pessoas. Todo o perímetro que cerca a Secretaria tem alguns informes, como “área de segurança”, sinalizações de proibição de veículos nas mediações e em *dias mais tensos a área é isolada* com barras de ferros. Soube depois que se tratava de *algumas medidas de segurança* tomadas a partir de uma *covardia* que marcou a instituição e a colocou em direção a um permanente estado de tensão, em um alinhamento ao militarismo e discurso de *guerra*. Para os visitantes, o acesso à Secretaria se dá por uma pequena porta de vidro escura que raramente está fechada e que permite adentrar na recepção, um local onde estão três cadeiras no canto esquerdo, uma mesa e uma cadeira para o guarda municipal responsável pelo atendimento e *segurança* da entrada. Nesse ambiente, tive a oportunidade de fazer alguns diálogos e ouvir algumas demandas emergências dos munícipes, mesmo que em situações pontuais e rápidas²²⁶. A *base* como normalmente os guardas nomeiam a sede da Secretaria tem um piso novo em tom bege, as paredes divididas entre azul marinho na parte inferior (em referência à padronização dos uniformes) e metade superior pintado de branco. A Secretaria é uma grande área térrea em forma retangular com um pátio central. Um ambiente bastante arejado no verão, mas que no inverso desferiu um frio intenso. Também compõe a estrutura um amplo estacionamento que é de uso exclusivo dos guardas municipais quando chegam ou saem dos turnos (12 horas de trabalho x 36 horas descanso em jornadas diurnas e noturnas). Dentro da *base* opera um tom hierárquico, de seriedade e silêncio, mesmo com algumas risadas e piadas dos guardas. Os guardas que aqui trafegam falam dos *bicos* (trabalhos fora da instituição), da família, do *culto*,

²²⁵ Um estudo pormenorizado a respeito da implementação de uma Secretaria de Segurança Pública municipal, leia o caso de São Leopoldo São Leopoldo, RS. (Azevedo, 2007) e para um estudo amplo das “macropolíticas”, leia Kahan e Zanetic (2006)

²²⁶ Cabe informar que a maioria das demandas da Guarda Civil Municipal advêm de ligações pelo número exclusivo 153, do trabalho de ronda diária ou mesmo das pressões políticas advindas da base aliada do governo. Era comum representantes de associações, vereadores de determinados bairros, comerciantes, membros do conselho comunitário de Segurança Pública *pedirem alguma providência*.

algumas *loucuras* do trabalho e piadas²²⁷. Mas em geral é um espaço destinado aos profissionais internos, que exercem funções administrativas ou mesmo de comando das equipes. O *dia a dia* como dizia o *Comandante Aragão é na rua!* Na estrutura do prédio à esquerda estão às salas dos Inspetores, de comunicação, do *Comandante* e o vestuário masculino e feminino. Também há dois banheiros, uma sala de cozinha/refeitório e duas salas de *bagunça*. Do lado direito, no outro extremo, está a sala do Secretário, um homem negro, alto, magro, acima de 60 anos, um policial militar aposentado²²⁸. Uma figura de voz rouca, de poucas palavras e muita desconfiança, alguém que nunca se preocupou com a minha presença nos treinamentos e formações das equipes de ROMU e ROMO, até porque o *dia a dia* ficava nas mãos do Comandante da Guarda Civil Municipal, o secretário era mais uma figura que aparecia somente nas cerimônias. Isso era uma observação de campo que demorei para entender. Quanto mais alto na hierarquia da instituição e mais militarizado, mais acessava outras redes, interesses, compromissos e vantagens para além da instituição. Completava essa estrutura da Secretaria de Segurança Pública local, a sala de estocagem dos armamentos e duas salas relevantes, a sala de instrução e a sala exclusiva das prestigiadas equipes de ROMU e ROMO.

A instituição que transitou na época *sem grana e glória*, hoje conta com uma estrutura robusta e composta de pouco mais de 150 guardas municipais, divididos entre Guarda Escolar, Guarda Ambiental (uma viatura), a Guarda “Maria da Penha” (somente uma viatura e três guardas)²²⁹, Guarda de Trânsito, equipe de comunicação e monitoramento da cidade e por fim, um pouco mais de 30 profissionais compostos pelo *Comandante* e toda a cadeia de comando atual da instituição, vieram das maquinarias híbridas (civil-militar) nomeadas de Ronda Ostensiva Municipal (ROMU) e de ROMO (Ronda Ostensiva Motorizada). Híbridas na medida em que estão inseridas dentro de um regime normativo/legal civil, mas que internamente operam por outra lógica, as maquinarias híbridas seguem todo um universo militarizado e bélico. Portanto, são maquinarias que se inserem, tensionam ou mesmo provocam todo o ambiente da

²²⁷ Em uma dessas piadas, o Inspetor Moisés me questionava: agora não se pode nem falar bambi, né Douglas?

²²⁸ A Secretaria de Segurança Pública Municipal entregue a policiais militares ainda é muito comum em diversas cidades da Região Metropolitana de São Paulo.

²²⁹ Soube depois de um tempo em campo que essa equipe era normalmente deslocada para outras atividades e que próprio Secretário não *ligava muito para esse trabalho*.

Secretaria que se *modernizou* nos últimos anos e da qual o *Comandante Aragão* se orgulha de algumas aquisições: a compra de quatro Espingardas calibre 12 (valor total acima de 20 mil reais); um Veículo Toyota (acima de 70 mil reais), munições anti motins (valor acima de 36 mil reais); “armas não letais” por uma compra por *inexigibilidade* (acima de 15 mil reais) entre outros tantos itens. É uma Secretaria que apresenta uma evolução orçamentária, de pouco mais 12 milhões em 2017, um pouco mais de 15 milhões em 2018 e uma previsão de gastos de cerca de 16 milhões para 2018 e que se orgulha de suas aquisições²³⁰.

A Secretaria de Segurança Pública Municipal angariou uma estrutura robusta e uma melhoria significativa de sua estrutura, com novos equipamentos e treinamentos, algo reconhecido por diversos guardas da região e lembrado nas cerimônias da instituição pelas *autoridades presentes*. Mas os guardas municipais ainda *lutavam* por outra *grande batalha, as melhorias salariais*. O efetivo de mais de cerca de 150 guardas tinha um salário inicial de cerca de R\$ 3.000 [*incluindo a Gratificação Especial pelo Trabalho de Polícia*] em uma jornada de trabalho de 40 horas semanais. Essa luta acarretou em um abaixo-assinado por *todos os guardas municipais* conforme explicava o Inspetor Moisés, ao passo que essa defasagem salarial e agruras me foram apresentadas de forma imprevisível e indicavam que alguns guardas criavam algumas estratégias para enfrentar essa adversidade. Em uma manhã, conversava com o guarda municipal Pedro na base. O guarda estava escalado para *fazer a recepção* (trabalho de segurança na entrada da instituição). Pedro é um homem branco, cearense que chegou em São Paulo ainda criança na década de 1980 e conta que nunca teve um *grande emprego* e depois de *servir o exército* conseguiu posteriormente uma oportunidade na *área de segurança* privada e somente anos depois, enfim, entrou na Guarda Civil Municipal no final da década de 1990. É um homem sempre educado, sorridente, generoso e que me ajudou muito nas explicações a respeito do seu trabalho e da sua escolha para participar no curso militarizado de Patrulhamento Tático Motorizado (PATAMO) da instituição. Atualmente estava realizando um *sonho seu e de sua mãe*, fazia faculdade de Psicologia em uma universidade particular da Região, *graças ao trabalho na guarda*. Nossa conversa acontecia exatamente a respeito de suas aulas de psicologia e da sua leitura atual, o livro “O Mundo de Sofia” que *vem abrindo a sua*

²³⁰ Dados retirados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

*cabeça*²³¹. Entretanto, nossa conversa foi interrompida pelo seu horário de almoço, mas antes de nos despedirmos, o Guarda Pedro solicitou um *marmitex* que rapidamente chegou. Nesse momento entendi um pouco da sua *luta* e de seus irmãos de farda por diversas estratégias de melhorias na vida:

[...] antes de me despedir chega o marmitex. O Guarda Pedro saca do cartão Banco do Brasil e informa para a entregadora passar no débito. A moça introduz o cartão, digita o valor e pede para que o Guarda Pedro digite a senha. Ele rapidamente digita e logo segue um barulho da máquina. A moça então informa: não autorizado! Pedro constrangido, pega a carteira, saca um cartão do Banco Bradesco e informa: passa no crédito! Rapidamente vira a cabeça na minha direção e fala: final do mês é terrível! Diário de campo, 03 de agosto de 2017.

Dias depois, o Guarda Pedro me explicou que optou por fazer o curso de PATAMO e *lutar* para entrar no coletivo militarizado das equipes de ROMU, como uma forma de melhorar as suas técnicas profissionais, de obter um prestígio dentro da corporação, e, sobretudo, era uma escolha que *abriria portas* para trabalhos além da guarda. Mas, antes de entrar nesse ambiente das máquinas híbridas (civil-militar) a partir da sua *formação*, quero me ater à “narrativa” da *covardia* que transformou a instituição, um feito que fez a Guarda Municipal *nunca mais ser a mesma* e rapidamente guinar para o militarismo e *guerra*.

6.3 Da covardia à guerra

Instaura-se um ambiente militarizado e em estado de *guerra* que se consolida a partir de um efeito das “macropolíticas” e das “micropolíticas” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 83). Como apresento ao longo da tese, a entrada das Guardas Civis Municipais na “Segurança Pública” municipal no decorrer dos anos 2000 se fez com pouco controle e acarretou em diversas interpretações próprias e adesões distintas. Gestores municipais e um determinado cenário político local criavam suas próprias formas de fazer

²³¹ [...] O guarda Pedro se empolga e começa a descrever a leitura que fez do livro: *Olha, esse livro vai contando as concepções filosóficas. Começa do Sócrates. Não, não, vai antes. Vai lá aos Pré-socráticos, Sócrates, Platão, Aristóteles e por aí vai. Muito interessante como as concepções filosóficas vão sendo confrontadas.* Diário de campo, 2 de Agosto de 2017

“Segurança Pública”. Trata-se de um ambiente atravessado ou mesmo fomentado pelos “fascismos” (Deleuze e Guattari, 1999, p. 84) locais e suas *guerras* morais e políticas que agora encontra respaldo dentro de uma instituição civil que se afundava em um mundo de referências do universo militar. Mas toda essa guinada da instituição somente foi possível ou pelo mesmo provocado, segundo a “narrativa” de interlocutores, depois de uma *grande covardia*, uma “narrativa” lembrada em diálogos com guardas municipais *mais antigos e* rememorado nos treinamentos, palestras e seminários. Era uma instituição que falava muito de seu momento de tristeza, dor, dos inimigos e covardes. Em uma conversa com o Guarda Pedro, debatíamos a respeito do seu interesse pelo curso de Patrulhamento Tático Motorizado promovido a priori, no início dos anos 2000, feito por *irmãos de fardas* e, atualmente pela própria instituição. Pedro argumentava a respeito de uma série de vantagens em se tornar membro das equipes de ROMU já citadas e um dos motivos era um melhor preparo para a realidade atual e, para explicar sua argumentação, o interlocutor narrava uma situação *pesada* que ouvi de diversos membros das maquinarias híbridas:

[...] Cara foi pesado! Uma covardia! O guarda Renato estava do lado de fora da viatura. Assim como a gente tá aqui. Imagina como foi. Chegou um cara passando assim na frente e sacou da arma e atirou na cabeça dele, sem tempo de reação [gesticula como se tivesse com a arma em punho e na minha direção]. Aí ele caiu. O cara ainda veio e meteu um tiro na nuca. O outro [guarda Otávio] que estava dentro da viatura, recebeu uma série de tiros, não saiu nem do lugar, não deu tempo pra nada. Tudo muito rápido. Então, era isso. *Os malas* [bandidos] estavam sempre a frente! Agora não! A gente está sempre treinando e se preparando. Guarda Pedro. Diário de Campo, 02 de Agosto de 2017.

A exposição desses guardas municipais dentro da agenda de “Segurança Pública”, com seus enfrentamentos e conflitos acarretaram nesse momento doloroso e raivoso. Circulavam diversas interpretações para o que aconteceu naqueles dias de *covardia* que iam desde desavenças locais até mesmo conflitos que extrapolavam as redes de ilegalidades locais, mas o consenso, minimamente estabilizado em diversas falas dos guardas e, sobretudo, nas formações militarizadas era que a partir da *covardia* a instituição *mudou*. Quando conversávamos a respeito da periculosidade do trabalho nos *dias atuais*, o próprio Comandante Aragão ressaltava a necessidade dos guardas

estarem *preparados para qualquer situação* e, desse modo, também se lembrava do momento *difícil*:

[...] Não tem como esquecer! [olhos fixos para os meus olhos]. Eu lembro exatamente daquele dia. Eu e ele [Guarda Renato], a gente sempre trocava DVD. A gente comprava e trocava direto. Naquele dia mesmo eu tinha encontrado ele e trocado uns DVDs. Enfim, meu turno acabou e eu fui para casa. Lá para às 9 [21] horas da noite tocou meu celular. A central informando que zoaram o Renato e o Otávio. Eu joguei meu celular no chão, minha esposa estava ao lado e ficou desesperada. Ela viu que foi algo grave. Peguei a moto e corri para o hospital. Cheguei lá e já tinha um monte de polícia, encontrei a turma toda da guarda. Aí começou aquela loucura que você sabe. Diário de Campo, 30 de Novembro de 2017.

A *covardia* ainda no início dos 2000 resultou na morte de dois guardas municipais e como dizia o Comandante Aragão e o próprio Inspetor Moisés em diversas *formações*, foi um momento de *dor* e *aprendizado*. Uma virada da instituição que começou *por baixo*, pelas insatisfações das condições de trabalho e adesões às novas formas de atuar diante de uma *nova realidade*. Daqui ecoam novas formas de interpretar o trabalho de “Segurança Pública” que rapidamente vão se alinhando ao universo militar e guerra. O Inspetor Moisés, idealizador e instrutor do curso de Patrulhamento Tático Motorizado (PATAMO) destaca a necessidade de estar preparado, e é mais um que relembra essa *covardia*, que se utiliza desse discurso da dor para pensar a guinada da instituição:

Foi a maior covardia e por isso eu insisto em falar para todos. Nós precisamos estar sempre preparados! Isso aqui é uma guerra! **Inspetor Moisés**. Diário de Campo, dia 02 de Agosto de 2017.

Nos diálogos dos intervalos e cafés realizados nos seminários e palestras, o guarda municipal Marcos é mais um que demarca a guinada da instituição a partir da “narrativa” da dor, do dia da *covardia* para adentrar nesse universo militar e belicoso. Marcos é um homem negro, *com 47 anos de idade* e está há *quase vinte anos* na Guarda Municipal de Luzia. Como muitos moradores do município, é filho de baianos que chegaram há um bom tempo e argumentava: *conheço isso aqui (cidade) como poucos!* Afirmava que seu mundo é da casa para o trabalho e igreja (Assembleia de Deus, Ministério do Belém). Marcos revela ao longo de diversas conversas que entrou para

instituição para fazer o trabalho mais *guarda mesmo* (uma referência ao trabalho rotineiro de vigilância do patrimônio público e atenção a pequenas ocorrências como brigas em escolas, familiares, etc), mas depois da *covardia e anos depois de fazer um curso que abriu sua cabeça, entendeu que ou saía da instituição ou se preparava*. Desse modo, tanto o interlocutor como alguns de seus *irmãos de farda* optaram por adentrar em capacitações militarizadas como resposta às aflições que dominavam a Guarda Municipal naquele momento: *a gente começou a ter mais atenção. Ter mais técnica! É uma guerra todo dia! Poderia ser eu!* Esse novo universo gerou não somente mudanças físicas em Marcos [um corpo que ao longo dos anos se tornou mais musculoso], mas transformações em sua forma de *enxergar o trabalho*. Hoje a sua *mentalidade* é que o treinamento militarizado e as equipes híbridas da ROMU e ROMO contribuem para um ambiente *mais seguro na cidade* e para a segurança das demais equipes de guardas municipais. Marcos saiu da posição de um guarda que cumpria seu *horário e ponto, para aceitar* o convite do Comandante *e fazer o curso de patrulhamento tático motorizado (PATAMO)* e depois de muita insistência *adentrar em uma das equipes de ROMU*.

A instituição circula uma narrativa dolorosa e enfurecida a respeito da *maior das covardias*²³², algo lembrado por diferentes membros na hierarquia da instituição até os dias atuais. Os atos considerados *covardes* transformaram as instituições e se inserem dentro de um universo repleto de heróis, *inimigos, alguns em guerreiros* e tantos outros *covardes*. A instituição adentra em um universo belicoso, um jogo repleto de posições moralizantes em que se sustenta a adesão ao militarismo, em uma aposta nas práticas das polícias militares e, sobretudo, das equipes de trabalho ostensivo e repressivo. Uma *dor* do passado que molda o presente, as escolhas atuais da instituição e da maioria dos integrantes da Guarda Municipal. Desse modo, a “invenção da tradição” (Hobsbawn; Ranger, 1992, p. 9) na *dor* alimenta a construção de todo um universo militar e de *guerra* repleto de mitos fundantes, dos heróis, dos momentos de dor e das glórias. *Desde então era uma lógica que agregava o trabalho comunitário, preventivo* ancorado na própria história da instituição, mas desde a covardia, passou a instaurar o trabalho

²³² Essa dimensão da *covardia* pode ser ouvida por outros setores da segurança pública de São Paulo. Como infere o então Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Saulo de Castro Abreu Filho: “foi um ataque covarde. Não só as forças de segurança, mas toda a sociedade paulista” (Condep, 2006, p.137).

repressivo, ostensivo, e até raivoso como sintetiza o Comandante Aragão, de bater de frente contra o crime!

E assim, parte da Guarda municipal adentra nessas maquinarias híbridas. Hoje ancorada em uma instituição civil com todo o regime normativo legal e que internamente partilha de uma cultura militarizada e de guerra ²³³. Assim os uniformes das maquinarias híbridas (ROMU e ROMO) foram se escurecendo, foram se armando e mimetizando diversos coletivos militares, bem como a glorificação da *caveira*, uma simbologia que se espalha na instituição e até nos corpos ²³⁴. Um objeto de distinção dos guardas que a detém e algo que finca o peso político das maquinarias dentro da instituição, expressa para todos ali sobre a proposta política prestigiada dentro da instituição. A própria Secretaria de Segurança da cidade apresenta um grafite com uma enorme caveira no muro do estacionamento. Pelas salas da Secretaria, na mesa do *Comandante Aragão* e dos instrutores de ROMU e ROMO lá estão distintas caveiras, umas maiores outras menores, umas mais brancas, outras metálicas e negras. Desde os folders dos eventos das maquinarias híbridas, nos anéis prateados dos operadores de ROMU e ROMO e até nos bíceps tatuados de alguns guardas²³⁵. Conforme o ensinamento do Comandante Aragão o objeto caveira remete à *diferenciação, a uma prova de superação das adversidades*²³⁶. Da mesma maneira se refere a um ser *caveira*, fazer parte da maquinaria híbrida é ser *caveira*, um sujeito atravessado por uma série de discursos, técnicas e tecnologias militarizadas e de guerra que quero aprofundar a partir da “narrativa” que circula nos treinamentos, palestras e seminários da Guarda Civil Municipal da cidade de Luzia.

²³³ Cultura entendida pelo referencial teórico de Geertz (1989, p.66) como “um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida”.

²³⁴ O Rio de Janeiro teve o primeiro Batalhão de Operações Especiais [BOPE] do Brasil no ano de 1978. Segundo Storani (2008, p. 40) o coletivo foi criado com o objetivo de “atender a ocorrência que fugisse da capacidade física, técnica e psicológica das unidades da PM” e incluiu em sua simbologia a figura da caveira no ano de 1980.

²³⁵ Segundo o Guarda Elias, é comum os coletivos de policiais ou militares tatuarem os símbolos das suas instituições e do coletivo os quais fazem parte. No trabalho de (Soares; Batista & Pimentel, 2011, p. 81) ancorado em “nossas experiências” registra o diálogo entre dois integrantes do BOPE no capítulo Caveira: - “muita gente no BOPE tá tatuando a caveira... nosso orgulho, nossa honra”.

²³⁶ Ao longo dos anos 2000, as recomendações e intervenções do campo executivo federal são regulamentadas, conforme o parágrafo XVII, art. 2º da Resolução nº 8 de 2012: “é vedado o uso, em fardamento e veículos oficiais das polícias, de símbolos e expressões com conteúdo intimidatório ou ameaçador”

6.4 Na teoria e na prática

“[...] Dai-nos a sabedoria, e a força durante o combate. Dai-nos a graça de triunfar sobre o mal. [...] Pois tu és o Rei dos Reis, Senhor dos exércitos. Pois tu és o reino, o poder e a glória para sempre, amém” [...] “Envia a nós, ó pai para guerrear. Pois hoje estamos na rua para guerrear contra os infratores da lei” . Versões distintas da “Oração do Patrulheiro de ROMU” que circula em diversos grupos de ROMU no Brasil e entre o grupo de ROMU da cidade de Luzia.

[...] invoquei os espíritos da guerra. Guerreiros samurais combatendo em toda guerra. [...] A guerra é na cidade. Início dos conflitos de baixa intensidade. Só vejo desespero e muita atrocidade. São gritos do inimigo implorando piedade. Na gruta ou na favela [...] Cavaleiro das trevas é o Batman. Usa a farda preta e uma capa tática. Nas trevas ele sabe camuflar. Tem curso caveira e sabe camuflar. Palhaço maldito é o coringa. Usa maquiagem e roupa colorida. Palhaço na mão do *Raio* é brinquedo. Põe muito terror, frio e medo. [...] Fui chamado pra guerrear. Mas na hora H quem diria, o meu fuzil resolveu falhar. Com a faca entre os dentes a ordem era matar. A pele do inimigo eu pus no mastro da bandeira. Por isso eu sou chamado de faca na caveira. Músicas de coletivo das polícias militares, forças armadas, adaptadas e cantadas nos cursos de Patrulhamento Tático Motorizado de diversas GCM.

Tive a oportunidade de analisar os discursos, técnicas e tecnologias presentes nas *formações* das equipes de ROMU e ROMO durante o ano de 2017 e início de 2018. Foi um processo permitido só depois de muita insistência, meses de tentativas e mediações de interlocutores de distintos locais da cidade. Mas depois de uma longa conversa (quase três horas) com o Comandante Aragão, fui autorizado a participar durante pouco mais de um ano dos eventos (homenagens às equipes de ROMU ou mesmo aquisição de novos veículos), uma série de palestras (majoritariamente de policiais militares aposentados e guardas municipais), seminários (Policiais militares, guardas municipais e representantes comerciais de empresas de treinamento ou de matérias de uso na segurança pública) e de partes das aulas *teórica* e *prática* do concorrido curso de PATAMO (Patrulhamento Tático Motorizado) da Guarda Civil Municipal de Luzia de 2018. É um grande movimento que opera de forma a propagar uma cultura militar para dentro da própria instituição e para fora, pois mantém diálogos com diversas instituições militares e atualmente reverbera essa cultura militar para outras tantas Guardas Municipais. Trata-se um movimento ainda no início dos anos

2000 por parte dos guardas municipais que buscaram *formações* nas polícias militares, revelando uma fase informal e emergencial diante da *covardia* já citada e do entendimento de parte dos guardas municipais que era necessário uma *nova formação* para uma *nova realidade*. Rapidamente parte dos guardas municipais (uma turma de doze guardas) fizeram um treinamento de uma semana com um policial militar aposentado da equipe da Força Tática/PMSP dentro das estruturas da cidade e meses depois se complementou essa formação militar com um curso que *mudou a cabeça*, conforme referiam tanto o Inspetor Moisés como o Comandante Aragão. Foi um curso realizado pelo policiamento de choque fora de São Paulo com duração de quinze dias e constantemente lembrado nas cerimônias e treinamentos. A respeito de um desses cursos iniciais, o Comandante Aragão se lembra de uma conversa no refeitório que diz respeito a uma transmissão de conhecimento pela informalidade:

[...] Lembro que estávamos almoçando, aí chegou um X e foi tirando as coisas dele. Um fuzil e uma pistola. Ele acabou sentando perto da gente (guardas municipais) e na conversa eu perguntei do fuzil e ele falou. Olha, isso aqui é o seguinte, a gente vai para uma missão e não sabe o que vai acontecer. Ele ainda falou, olha não pode ter dó de bandido, depois que ele é pego, algemado e sem arma é uma coisa. Agora deixa ele te pegar. Por isso não pode ter dó, se uma mãe tem que chorar que seja a dele. Cara, mudou a vida de todo mundo, a gente aprendeu a ser mais atento no trabalho, a ter técnica constante. Diário de campo, 30 de novembro de 2017.

Os treinamentos informais, quase pessoais de *irmãos de farda*, tornaram-se balizas metodológicas para a instituição que posteriormente seguiu em outros treinamentos e saberes²³⁷. É algo ocorrido de tal maneira que na última edição de PATAMO agregou majoritariamente guardas municipais de distintas cidades e Estados. Um curso de Patrulhamento Tático Motorizado (PATAMO) de mais de 200 horas para guardas municipais que desejavam participar de forma voluntária, e desenvolvido por um grupo restrito de Guardas Municipais.²³⁸ Era uma replicação, uma adaptação local de treinamentos militares com acentuada simbologia de *guerra*, bem como as demais capacitações que tive a oportunidade de acompanhar. A maquinaria híbrida (civil-militar) da qual o Comandante Aragão faz parte e coordena, desenvolve uma série de formações militarizadas cujo PATAMO é a grande *vitrine* que tem como rotina o

²³⁷ Em uma conversa a respeito do referencial dos cursos e demais formações, o comandante Aragão sugeriu o livro de (Visacro, 2009), nomeado de “Guerra Irregular”.

²³⁸ Para um estudo a respeito da formação inicial para guardas municipais, leia Almeida e Brasil (2011).

esgotamento físico e mental dos participantes, conforme o Comandante Aragão informa: *Se for para ficar 10 horas em pé, vai ficar. Se precisar ficar 14 horas em uma favela, vai ficar. É para isso que treinamos!* Uma formação de trabalho físico onde se tinha em campo, corpos desidratados que repetiam movimentos milimetricamente e por dezenas de vezes, e uma *formação* que também contava com uma *pressão psicológica*, do *entrar na mente*:

[...] Em um dos raros momentos de descanso da turma, o grupo de instrutores se reunia no centro da pista de treinamento. O Instrutor André se aproxima com um sorriso no rosto e comenta: olha o 07, tá entrando na minha. Ele tá puto comigo. Alguns dos instrutores sorriem. Depois de uma rápida hidratação, todos os guardas municipais são colocados em forma e lá vai o Instrutor Moisés: Vamos 07. Essa porra de lugar não é pra você. Vamos, desiste logo. Não fica perdendo tempo aqui. A gente tem mais o que fazer. Diário de campo, 19 de Janeiro de 2018.

Assim, o exercício físico e mental do curso de PATAMO junto a uma série de palestras e seminários formam esse novo guarda municipal ancorado nesse universo militar e discurso de guerra. Desse modo é um universo que se espelha nas formações militares e, por isso, transitam tantos policiais militares ou mesmo maquinarias híbridas (civil-militar) de outras cidades propondo aproximações, alinhamentos de ideias, apresentando técnicas e tecnologias, enfim, juntando *força contra o mal*. Os guardas que aderem ao trabalho *ostensivo*, ou seja, os membros das maquinarias híbridas de ROMU e ROMO, são atravessados e reverberam essa cultura militar e bélica da sua maneira. Uma das *formações* para as equipes militarizadas ainda no final de 2017 talvez sintetize em uma palavra essa adesão ao militarismo. A palestra era exercida pelo próprio Comandante Aragão, que falava da sua experiência e leitura a respeito do *combate às drogas e seus efeitos nocivos*. Sua referência teórica, cujo livro tinha até uma dedicatória, era o Coronel Edson Ferrarini ²³⁹ e dessa referência se orgulhava: *Espelhamos nos melhores!*

²³⁹ Um militar aposentado da Polícia Militar de São Paulo que vem se reelegendo como deputado estadual por São Paulo desde 1986

6.5 Espelhamos nos melhores!

Todo esse ambiente era fortalecido por diálogos informais, amizades, uma admiração das maquinarias híbridas pelas instituições militares que ao longo do tempo foram se fortalecendo e se institucionalizando. Uma *irmandade* entre fardas que partilhavam de *histórias*, mitos de origem, grandes feitos, das dores, bem como as *vitórias* e os *inimigos*. Os policiais militares ou mesmo as maquinarias híbridas produziam alguns eixos de discursos em comum e um deles era uma noção de crime em transformação. É verdade que essa noção paira diversas instituições do grande “edifício complexo” (Foucault, 2008, p.11) de “Segurança Pública”, leis mais punitivas, restritivas, velhas e novas equipes militarizadas, enfim, metade da década de 1990 e os anos 2000 agitaram e reconfiguraram todo um cenário e diversas maquinarias, na qual a “Segurança Pública” Municipal também está atravessada. Ao longo das *formações* circulava um discurso que denunciava uma evolução do crime e respectivamente uma resposta à altura. Em janeiro de 2018, a palestra de Josias apontava nessa direção. Ele era um integrante da ROTA que em sua palestra destacava a *mudança do crime* para uma plateia repleta de guardas municipais. Uma “narrativa” que *lembrava* a origem da instituição a partir do *enfrentamento* com *grupo de ladrões de banco*, de *guerrilha*, *para hoje combater* o PCC. Desse movimento analítico do palestrante ecoava didaticamente uma compreensão de *evolução do crime* que exigia novas técnicas e tecnologias, um permanente aprendizado para não ficar defasado. Para tanto, o palestrante destacava uma evolução do crime: *quando analisamos um assalto a banco, percebe-se que os criminosos tem toda uma tática de combate. Um perímetro de cobertura e com todos com funções delimitadas. Então isso exige um treinamento específico, uso de determinadas armas*. Observa-se que essa compreensão do crime em transformação se ouvia dias depois no treinamento teórico dentro do curso de formação para PATAMO. Agora o Inspetor Moisés da Guarda Civil Municipal da cidade de Luzia, alguém considerado entre seus pares como um *grande estudioso*, afirmava em uma aula teórica a respeito de uma *evolução*, uma história que associava grupos de *guerrilha* com os atuais *grupos de criminosos*, *as facções criminosas* e a necessidade de *estar preparado*. Essa evolução histórica que o Inspetor desenvolvia era um discurso útil para justificar mais militarização e um ambiente belicoso, repleto de técnicas e tecnologias, de

condições para estar preparado para esse grande monstro nomeado “*crime organizado*”. Assim, os guardas municipais das equipes de ROMU e ROMO se *espelhavam nos melhores* e reproduziam ou mesmo criavam seus inimigos, tensões e formas de combatê-los, mesmo que de sua maneira. Quanto mais horripilante e monstruoso o *inimigo*, mais técnicas e tecnologias militares e discursos de guerras circulavam por entre os *irmãos de farda*. E assim se ouvia ao longo dos cursos, seminários e palestras as expressões como *mudar, adaptar-se, melhorar, equipar-se para o pior, bater de frente*. Mas antes de observar o efeito desse discurso e de outros na *formação* dos coletivos híbridos dentro da Guarda Municipal da cidade de Luzia, apresento o discurso do mito de origem dos coletivos híbridos dentro da Guarda Civil Municipal que tentam criar uma tradição.

6.6 Nossa história

[...] então, um breve histórico aqui [nesse momento o Inspetor Moisés avança no slide. Agora no telão aparece a seguinte frase: Histórico do Patrulhamento Tático]. Eu tenho certeza que os operadores que usam boina e braçal já devem saber a respeito. Mas só para reforçar. [avança para o segundo slide: Surgimento da ROTA [Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar ²⁴⁰. Com a data de início em 1970]. Ao longo dos anos foi se aperfeiçoando. Surgiram, por exemplo, o Tático Sul e por aí vai, vários táticos. Olha isso, é só uma breve apresentação da história do patrulhamento tático. [segue o terceiro slide: força tática]. Mas recente em [19]98 foi criada a Força Tática ²⁴¹. Tudo isso dentro da Polícia Militar de São Paulo. E aí vamos falar um pouquinho como o patrulhamento tático chegou às nossas Guardas Municipais! Olha aqui, pode passar o próximo slide, por gentileza. [projeta-se uma imagem da guarda municipal de São Paulo, especificamente uma viatura com quatro homens de braços cruzados. Rostos sisudos. Inclui-se uma legenda no ponto superior: ROMU – Ronda Ostensiva Municipal (GCM DE SP)]. Nem preciso apresentar essa viatura. Alguém tem dúvida do que é? Quais são as nossas referências? Pelo amor de Deus quem tiver usando boina, braçal e tiver dúvida, vai estudar de novo. Vai pra água hein! Então, a equipe de ROMU da sua cidade foi espelhada nessa aqui [mais uma vez aponta para o slide com as imagens dos ROMU’s de São Paulo]. Apresentação do Inspetor e Instrutor para uma plateia de Guardas Municipais. Diário de campo, 14 de Janeiro 2018.

²⁴⁰ A Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar (ROTA) é um batalhão da Polícia Militar de São Paulo chamado de “elite”, mas envolto por diversas polêmicas em suas atuações como o caso dos 111 presos assassinados no que ficou conhecido como “Massacre do Carandiru”, entre outros tantos casos de letalidade e violência. Para um estudo apurado da instituição, leia Macedo (2015).

Nas formações, era comum o Inspetor Moisés apresentar uma “tradição inventada” (Hobsbawm; Ranger, 1999, p. 9) que ligava o universo militar ao trabalho das Guardas Municipais, por meio de um *trabalho tático*, como algo que interseccionava instituições aparentemente antagônicas e distintas. Para os interlocutores, o experimento referencial militar e bélico originário remontava ao coletivo ROMU da Guarda Municipal de São Paulo, no ano de 1993. Portanto, se faz necessário um movimento atento às suas escolhas, processos e limites aqui referidos, a partir de narrativas jornalísticas do período. O trajeto institucional de profícuo diálogo militar/civil deu um passo além, por meio de um experimento executado na gestão de Luiz Gonzaga de Oliveira, coordenador da Guarda Municipal de São Paulo na gestão do governo municipal de Paulo Maluf²⁴². Luiz Gonzaga de Oliveira foi responsável por um experimento propulsor que, anos depois, foi mimetizado num momento em que encontrava um terreno social e político fértil. Dessa forma é pertinente contextualizar que a parte teórica do curso de PATAMO e mesmo as diversas palestras destinadas aos coletivos de ROMU e ROMO remontam os interlocutores à gestão de Paulo Maluf²⁴³ à frente da prefeitura de São Paulo [de 1º de Janeiro de 1993 a 31 de dezembro de 1996] – e seu primeiro experimento militarizado dentro de uma Guarda Municipal pós constituição de 1988. O governo municipal paulista pôs em exercício a Ronda Municipal [ROMU] da guarda Municipal de São Paulo já no final do primeiro ano de

²⁴² Em campanha política no ano de 1992 o então candidato Paulo Maluf prometia aumentar o número de guardas municipais para 10 mil guardas.

²⁴³ Sua vasta história se inicia como presidente da Caixa Econômica Federal [1967 a 1969], prefeito de São Paulo [1969 a 1971], Governador do Estado de São Paulo [1979 a 1982], Deputado Federal [1983 a 1987] e no processo de eleição indireta para Presidência da República foi o candidato da ARENA derrotado no processo eleitoral [1985]. Apresentava uma bagagem de articulação e consolidava uma assinatura política vinculada às obras de grande porte e apoio a uma polícia repressiva. Sua campanha para Prefeitura de São Paulo elaborada pelo publicitário Duda Mendonça no ano de 1992 acionava essa estratégia - uma estratégia orbitada em torno do candidato que conhecia a cidade e que atacava a atual gestão por uma possível ineficiência, sobretudo em referência à questão da “insegurança da cidade”. Fez uso de uma estratégia publicitária e política cuja pauta da segurança escamoteava as atribuições das polícias nas diferentes escalas do âmbito federal e estadual, e trazia para si o sujeito capaz de oferecer uma resposta para questão. Um modo municipal de colher frutos políticos que apostava em uma “resposta” simples [homens armados e devidamente equipados] para um contexto social complexo e com instituições e atribuições distintas. Desse modo, venceu pelo partido (PDS) com uma margem de diferença nos dois turnos da ordem de 14 % do segundo colocado, Eduardo Suplicy (PT) (Pierruci; Lima, 1993). Seu governo municipal frente à maior cidade do Brasil e sua trajetória consolidada no campo político de décadas o gabaritava a ser um forte candidato ao governo do Estado de São Paulo e pleitear até mesmo a candidatura como Presidente da República, o que se concretizou anos depois. Portanto, sua gestão acionava certa vitrine política e mais uma vez utilizava a sua assinatura política vinculada a obras²⁴³ e uma polícia repressiva²⁴³ no objetivo de voos mais altos. Para tanto, criou dentro da própria Guarda Municipal um “padrão Rota”.

mandato de Paulo Maluf. Em 22 de dezembro de 1993, um cerimonial no pátio da Prefeitura do Município contava com uma formatura de 300 guardas e a presença de 50 carros novos caracterizados com a sigla do grupo. O evento também contou com a presença da imprensa e de curiosos que tinham a oportunidade de “conhecer as viaturas e seus guardas”. Então se buscava um “padrão Rota”, uma associação imagética e doutrina comum. Para tanto, os sapatos, quepes, revolver 38 e o carro Gol das equipes das guardas municipais eram substituídos pela equipe de ROMU com coturnos pretos, boinas, carabinas e carros veraneios. Os próprios veículos apresentavam adesivos nas laterais, escrito RONDA em letras garrafais. Um experimento paulistano que trabalhava em regime de quarenta horas semanais, com os integrantes da ROMU em condição de trabalho em horário irregular, com plantões noturnos, no exercício do que a gestão municipal denominou de “Regime Especial de Trabalho Policial”²⁴⁴, em um jogo de ser ou não polícia que se arrastou por pelo menos trinta anos em processos judiciais. O próprio desejo e definição do trabalho de ROMU observado pelo coordenador da Guarda Luiz Gonzaga de Oliveira era de “apoio a polícia militar” e para o Inspetor da Guarda Municipal Euclides Conradin, uma força composta por profissionais que “receberam treinamentos especiais” e estavam capacitados “em abordagem de qualquer tipo de criminoso” (Estado de São Paulo, 23 de Dezembro de 1993). Nesse escopo de definição do trabalho de ROMU, a reportagem da Folha de São Paulo do dia 14 de Setembro de 1993 de título: “Maluf coloca ‘Rota’ municipal na rua” descreveu os desejos do então Comandante da Guarda municipal Luiz Gonzaga de Oliveira: “um trabalho semelhante ao da PM”. Uma entrevista que discorreu a respeito das exigências desse novo guarda: “esses policiais²⁴⁵ precisarão ter instrução diferenciada e intensificada porque vão encontrar muitas ocorrências nas ruas”.

²⁴⁴ O decreto municipal 33.663/1993 “eleva” para até 100 % a gratificação de guardas municipais sujeitos ao “Regime Especial de Trabalho Policial”. Um movimento de gratificação para regime especial que vem desde a própria Lei que institui a carreira de Guarda Municipal na cidade de São Paulo (10.272/1987) e sua Lei posterior de 10.718/1988 que altera os “artigos 12 e 13 e da outras providencias” da lei 10.277/1987.

²⁴⁵ Nomear os guardas municipais como policiais é objeto de um forte embate que atravessa décadas e obviamente cerca a discussão sobre o exercício das funções da profissão. Vamos observar ao longo da tese suas composições favoráveis e embates contrários. Entretanto, por ora, nota-se o descuido da reportagem em relação à exibição de uma foto de uma guarda municipal em um estande de tiro com a seguinte legenda: “Elionete Medina da Costa, **policia**l da GCM [grifo meu], faz aula de tiro no centro de treinamento” e o descuido do próprio representante da OAB/SP que refuta esse tipo de atribuição para as

Cabe mencionar que mesmo antes de sair às ruas ou nos primeiros meses de atuação do destacamento de ROMU, surgiram críticas sobre as quais o próprio prefeito saiu em defesa do coletivo e da sua aposta política para agenda de segurança municipal: “O cidadão sabe que o bandido bom é o bandido preso. Ele não quer saber se a polícia é estadual, municipal ou federal”. (Folha de São Paulo, Cotidiano, p. 3, 23 de dezembro de 1993) – uma forma de resposta que vigora no imaginário dos coletivos bélicos municipais há quase trinta anos. Outras autoridades do campo da política militarizada e repressiva da agenda de segurança pública de São Paulo assinavam essa aposta como o Deputado Estadual Conte Lopes: “atitude inteligente de criar a Romu” (Folha de São Paulo, Cotidiano, p.3, 24 de dezembro de 1993) e até o próprio governador de São Paulo Luiz Antonio Fleury Filho em uma entrevista de pouco mais de um ano depois das mortes no Carandiru: “diz apoiar a Romu” (Estado de São Paulo, Cidades, C7, 23 de dezembro de 1993). No painel, o próprio vice-presidente do Conselho Nacional de Guardas Municipais do Brasil destacava em uma nota de título “Rota Municipal” que a guarda não “estava aviltando nenhuma lei municipal e federal”, pois:

As rondas motorizadas efetuadas por todas as guardas municipais em todo o Brasil, independente de nomenclatura, já são serviços totalmente legitimados pela sociedade. O que está ocorrendo é a modernização e ampliação da frota de viaturas da Guarda Civil Municipal” (Folha de São Paulo, 13 de outubro de 1993, Opinião, Página 1).

Observa-se que o executor de tal feito, o coordenador que desenvolveu esse experimento polêmico dentro da guarda municipal de São Paulo foi Luiz Gonzaga de Oliveira. Uma figura de trajetória institucional vinculada à Polícia Militar de São Paulo, especificamente na sua atuação como Comandante da Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar no período entre 1985 a 1986. O jornal Estado de São Paulo do dia 23 de Dezembro de 1993 apresentava Luiz Gonzaga de Oliveira como responsável pelo inquérito policial militar ²⁴⁶ que investigou os acontecimentos acerca do “Massacre do Carandiru” um ano antes de ser convidado para comandar a Guarda Municipal. Portanto, o padrão Rota carregava diversos elementos simbólicos e de atuação, bem

guardas: [...]Quando o coordenador da guarda civil afirma que sua polícia circulará pela periferia da cidade [...] (Folha de São Paulo, São Paulo, p. 3, 14 de setembro de 1993).

²⁴⁶ Estado de São Paulo. Cidades. P. c7. 23 de Dezembro de 1993.

como ostentava em seu comando alguém que transitava pela instituição da Polícia Militar e especificamente da instituição ROTA, responsável pela investigação militar de um dos casos de repercussão internacional pelo alto grau de letalidade e violência empregada. Trazia seu conhecimento técnico de um eixo central que fora se consolidando nas equipes de ROMU, e que consistia em trazer para o plano do cotidiano a guerra e suas sequelas. A própria escolha de Luiz Gonzaga de Oliveira se assemelhava a diversos percursos de oficiais da Polícia Militar que posteriormente, na condição de *reserva*, adentraram no universo da segurança pública municipal. Uma espécie de colonização militar por meio de gambiarras institucionais que se perpetuaram desde a constituição de 1988, para me referir à demarcação constitucional das atribuições das guardas municipais e que ao longo do tempo conquistaram diversas facetas. Nota-se que a Lei 130022/2014 interrompeu somente o ciclo de comando das guardas nas mãos de oficiais das polícias militares, mas isso fora resolvido com a inclusão dos militares no posto ainda superior. Em diversas prefeituras de São Paulo e do Brasil, os policiais militares são os gestores das Secretarias de Segurança Pública.

Portanto, é uma operacionalização em um exercício turvo e expansivo que demarca os coletivos militares dentro das Guardas Municipais até o presente momento. Consiste em ações em regiões estipuladas como as de alta “incidência de criminalidade” com alto grau de letalidade e conflito ou mesmo na vigilância de patrimônio público, como ao lado de um túnel e da escultura do Ayrton Senna (Jornal O Estado de São Paulo, dia 30 de novembro de 1995). Esse leque de possibilidades de atuação inclui, por exemplo, um “esquema especial de segurança” para um casamento com “a presença de autoridades”. (Folha de São Paulo, Cotidiano, p.1, 2 de dezembro de 1995). A multiplicidade de trabalhos que marcam esse modo de atuação das equipes inclui até mesmo a colaboração da Polícia Civil de São Paulo - CEPOL (Centro de Operações da Polícia Civil) por meio da transmissão de informações de carros roubados para as equipes de ROMU (Folha de São Paulo, Cotidiano, p.3, 24 de dezembro de 1993).

Entretanto, o experimento militar foi objeto de crítica desde sua origem e se intensificou com o surgimento de casos de violência ou letalidade. Cabe lembrar que já antes de sair às ruas, o presidente do Sindicato dos Guardas Cíveis Metropolitanos que acusava a direção da Guarda Municipal de promover a “militarização da guarda”

apontava uma preocupação: “essa unidade pode se transformar na Rota da GCM em razão da filosofia militar que pretende difundir”. A mesma reportagem destacava a argumentação do representante da OAB/SP em uma crítica prevalecte até o presente momento: “a criação da ROMU é inconstitucional”, O representante da OAB/SP apontava ainda:

Não importa que não apareça o nome ostensivo na sigla da ROMU. Quando o coordenador da guarda civil afirma que sua polícia circulará pela periferia da cidade e estará preparado para atender qualquer ocorrência, ele está declarando o caráter ostensivo da nova unidade (Folha de São Paulo. São Paulo. P. 3. 14 de Setembro de 1993).

Poucos meses depois de colocar a “Rota municipal”, a própria instituição de referência tecia suas críticas. O Comandante da ROTA Ivan Marques de Almeida, considerou desnecessária a criação da ROMU e descrevia as atribuições ideais: “A ROTA se encarrega das rondas. Se a Guarda Civil se preocupasse em guardar o patrimônio público já seria uma grande coisa” (Folha de São Paulo. Cotidiano. P.3. 24 de Dezembro de 1993). Nas ruas, A ROMU acionava um mal-estar com diversas instituições ao longo do período de sua existência, de modo que o próprio Comandante da GCM, Luiz Gonzaga de Oliveira teve que se reunir com o Coronel João Sidney de Almeida (Comandante geral da PMSP) e o Coronel Osmar Vilela Sobrinho (Subcomandante geral da PMSP) do período para “explicar” “que a GCM não quer usurpar a função da PM”. O próprio prefeito em avaliação de um ano à frente da prefeitura foi questionado acerca do trabalho ostensivo da Guarda Municipal desde sua origem: “A Ordem dos Advogados do Brasil afirma que só a PM tem autorização para fazer policiamento ostensivo” e o Prefeito responde com o tema da urgência e do medo eminente: “o bandido também não tem autorização para assassinar. Se o conselheiro da OAB tivesse a mulher e o filho assassinado mudaria sua posição”. (Folha de São Paulo, São Paulo, 1º de janeiro de 1994). Nota-se que o mal-estar pelo trabalho de ROMU se intensificou ao longo dos anos, porque foi visto como usurpador do trabalho específico das Polícias Militares, algo que criou ruídos institucionais entre a Polícia Militar e Guarda Civil Municipal e a divulgação de letalidades do coletivo municipal. A Polícia Militar do Estado de São Paulo reivindicava a exclusividade de exercer o trabalho *de* “polícia ostensiva” e a guarda de compor um coletivo que mimetizava tais atribuições.

Desse período destacam-se dois momentos que apontam o ruído entre instituições que reivindicavam realizar o trabalho ostensivo. Em uma situação, a equipe de ROMU matou dois Policiais Militares no bairro de Itaim Paulista, zona leste de São Paulo, “confundidos como ladrões” (Folha de São Paulo, 1º de junho de 1995). Meses depois, no dia 7 de outubro de 1995, houve a morte de dois guardas municipais pela ROTA na zona Sul de São Paulo e uma série de disputas de narrativas. Na versão dos policiais, houve uma reação diante de dois homens que espancavam três adolescentes. No entanto, a versão fora refutada pelo presidente do Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos, pois em sua colocação, os dois guardas municipais faziam o trabalho de segurança na sua folga, em uma agência bancária, quando abordaram três garotos suspeitos de roubar clientes da agência. Esse mal-estar entre ambos se intensificou, assim como no evento em que policiais militares e guardas municipais “trocaram ofensas, agressões e ameaças” na região central de São Paulo. Segundo a reportagem, na tentativa de impedir um assalto que, a priori, fora conduzida pela Guarda Municipal, com a chegada da Polícia Militar houve um desentendimento, agressões e “todos foram parar na 3ª DP de Campos Elíseos”. Mais uma vez, esse episódio colocava em choque as duas instituições, porém Luiz Gonzaga de Oliveira informava que o trabalho estava dentro da legalidade: “a guarda não pode deixar de agir quando é solicitada”. Já o Diretor de Comunicação Social da Polícia Militar de São Paulo, Coronel Roberto Lemes apontava: “se os guardas municipais estavam abordando suspeitos na rua, usurparam de uma função que é da PM”, mas afirmara que: “se trata de um fato isolado. Entre a PM e a Guarda há um bom relacionamento” (Folha de São Paulo, São Paulo, p.3, 15 de março de 1995). Meses depois, uma reportagem informou que a Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar de São Paulo entraria com um pedido de indenização contra a Prefeitura do Município de São Paulo em favor das famílias dos mortos pelos guardas municipais (Folha de São Paulo, São Paulo, p.3, 15 de junho de 1995).

Esse mal-estar entre as instituições era um dos imbróglis que o coletivo de “Romu” enfrentava durante a sua curta existência. Algo agravado com a notícia do dia 02 de março de 1995 da letalidade do coletivo, quando uma “dona de casa” foi morta a tiros “por policiais da Romu” na cidade de Taboão da Serra. O noticiário registrava uma suposta perseguição de moto à dona de casa e seu namorado na zona sul de São Paulo com desfecho fora do perímetro de atuação da guarda. Esse histórico do coletivo de

Romu fez o vereador Odilon Guedes prometer um requerimento solicitando a convocação do coordenador da Guarda Municipal de São Paulo para esclarecer a respeito de orientações dadas aos guardas. O vereador entendia que “parece que a agressividade da Rota foi transferida para a Guarda Civil”, após o envolvimento de três guardas municipais no assassinato de dois policiais militares. (Folha de São Paulo, Cotidiano, 1º de junho de 1995).

Em decorrência de forte crítica de setores da Polícia Militar de São Paulo e de organizações de direitos humanos sobre a legalidade da atuação da “Romu”, em apenas três anos, esse coletivo foi gradativamente se dissolvendo. A rara convergência de duas forças políticas e sociais - de um lado, os policiais militares do Estado de São Paulo que reivindicavam monopólio do exercício de polícia de patrulhamento, ostensivo ²⁴⁷ e do outro, as organizações de direitos humanos que enxergavam certo embaraço institucional, pois uma instituição configurada nos alicerces da “Constituição Cidadã” apresentava funções e práticas miméticas das polícias militares. Após o envolvimento de equipes de Romu e de circunstâncias com mortes, o Comandante Luiz Gonzaga de Oliveira informou algumas mudanças nos “procedimentos de trabalho” nos quais não se faria averiguação de veículos, abordagem de suspeitos na rua, e daria prioridade ao patrulhamento de propriedades públicas municipais. Entretanto, esse experimento híbrido deixou suas marcas e, depois de alguns anos, ressurgiu de forma muito mais numerosa e dispersa em diversas cidades do país e, sobretudo, na Região Metropolitana de São Paulo. Mas agora quero me ater aos saberes, seus discursos úteis e interesses atuais.

²⁴⁷ Contrariando o governador Luiz Antônio Fleury Filho (1991-1995), os oficiais entrevistados pelo jornal o Estado de São Paulo, informaram de forma anônima que eram contrários à participação da Ronda na segurança. Um dos entrevistados era enfático: “isto vai acabar na primeira bobagem que eles praticarem” (Jornal O Estado de São Paulo, dia 23 de dezembro de 1993). Em 1995, a respeito de uma possível presença da Ronda no combate a “ataques de menores aos motoristas no trânsito”, outros oficiais militares entrevistados eram categóricos: “lugar de guarda metropolitano é dando segurança nas praças públicas e prédios da prefeitura” (Jornal o Estado de São Paulo, dia 28 de julho de 1995).

respeito das equipes das policias militares e todo o universo militar. Essas referências são transmitidas por um profícuo ambiente de *irmão de farda* que acarreta em questões e olhares comuns. Observa-se que em quase todas as *formações* das maquinarias híbridas, destaca-se a necessidade de aprendizado diante de uma *nova realidade*, como dizia o próprio Inspetor Moisés em diversos encontros, era necessário *se preparar para o que der e vir!* Moisés é um homem de quase 50 anos. Branco, casado, pai de duas filhas, certa vez dizia em um desses intervalos dos treinamentos de PATAMO, um homem *temente a Deus*. Um exemplo para muitos guardas e, como o próprio Comandante Aragão, chegou aqui no tempo sem *grana, sem glória*. Se para alguns guardas falta até dinheiro para pagar o almoço no final do mês, para Moisés isso ficou no passado. Hoje aprecia um bom vinho e gosta, quando possível, de levar sua família para almoçar em um *restaurante caro*. O Inspetor Moisés foi se *especializando* por diversas instituições militares e cursos privados também repletos de militares, *saiu de Guardinha* para ser hoje um Inspetor, um dos coordenadores e instrutores do curso de PATAMO. Um guarda que transita entre palestras em diversas instituições, produz livros, coordena cursos, defende esse hibridismo civil-militar dentro da Guarda Municipal (ROMU e ROMO) como poucos, e que também concilia esses afazeres com um lucrativo trabalho de *instrutor de tiro* ²⁴⁸. O Inspetor Moisés divide seu tempo de trabalho na guarda com viagens para diversas cidades de São Paulo e ultimamente para outros Estados. Assim Moisés e outros guardas municipais se inserem dentro de um vendaval de saberes e oportunidades, sabem lucrar com esse militarismo e *guerra*. Toda essa mobilização militarizada que adentra na instituição civil local coexiste com um vantajoso mercado que alguns sabem muito bem aproveitar. O próprio Guarda Pedro que tive a oportunidade de dialogar em alguns intervalos de *formação* dizia a respeito da sua inserção e vantagens de fazer o curso de PATAMO e de sua entrada na maquinaria híbrida da Guarda Municipal da cidade de Luzia. Pedro rapidamente conseguiu se tornar um Instrutor em uma formação para uma Guarda Municipal de uma cidade também da Região Metropolitana de São Paulo e com isso já melhorou a sua renda. Pedro não deixou de ser simpático e atencioso a qualquer questão que eu apresentava ao longo do meu período de campo, entretanto, dentro do horário de trabalho, algumas

²⁴⁸ Em dos seus cursos de para “atirador esportivo” todo o treinamento, laudo psicológico, laudo de capacitação técnica saia por volta de R\$ 1500,00. Com turmas que lotavam rapidamente ao longo do ano de 2018.

coisas mudaram desde as nossas primeiras conversas: o rosto sisudo, o uniforme escurecido, o tão sonhado braçal da ROMU e uma reflexão que durante muito tempo ecoou na minha cabeça: *as coisas estão melhorando!*

De fato o militarismo e a *guerra* traziam derrotas para muitos, como encarceramento e, no extremo, mortes para uma fração da população, majoritariamente negra, pobre e periférica. Mas Moisés, Pedro e outros tantos guardas e policiais militares sinalizavam que o mercado da militarização e da *guerra* criava melhorias para alguns. Ao longo do período de campo, diversos palestrantes ou mesmo instrutores ecoavam saberes que conformavam essa maquinaria híbrida local, e também era uma oportunidade de divulgação de técnicas e tecnologias. Da mesma boca que verbalizava problemas, saía soluções muitas vezes para além das instituições públicas. Um grande seminário na cidade de Luiza ainda no final de 2017, contava com a participação de uma plateia repleta de guardas municipais de diferentes localidades do Estado de São Paulo. Os eventos de grande repercussão chegavam a contar com mais de 300 guardas municipais de diferentes idades de São Paulo. Nesse evento, o Guarda Municipal Luiz, de uma cidade vizinha, e também integrante de uma maquinaria híbrida, discursava a respeito do código penal. O tema de sua exposição era a respeito das garantias legais do trabalho de guarda municipal. Luiz discorria didaticamente a respeito da transformação normativa/legais da “Segurança Pública Municipal” e dos enfrentamentos ao longo dos anos. Essa palestra transcorria por quase trinta minutos até o momento em que o Palestrante tomou uma linha argumentativa a respeito dos riscos legais do trabalho, das interpretações dos juízes para os casos de prisões apresentadas por guardas municipais e de guardas municipais envolvidos em ações com morte. Nesse momento, Luiz destacava uma série de medidas a serem tomadas e a empresa da qual *fazia parte prestava uma assistência:*

Infelizmente são mais de trinta guardas condenados na região. Vocês sabem do que estou falando. Temos um comandante preso! Então, a nossa empresa presta essa assessoria, essa ajuda no momento difícil. Diário de campo, 19 de novembro de 2017

Assim, existe um vasto mercado que opera nessas formações e tem como protagonistas, os irmãos de farda. Falam de medos, dores, das histórias das instituições, mas também dizem das necessidades de treinamento, das possíveis respostas e interesses individuais e das respectivas empresas das quais são representantes. Algo majoritariamente informal como as redes que transitam pelas amizades e convites entre os irmãos de farda. Numa palestra também realizada no final de 2017 para o público das equipes de ROMU e ROMO da cidade e de outros tantos municípios, Renato, o homem que estava ali para falar a respeito do cenário de “Segurança Pública”, foi convidado pelo próprio Inspetor Moisés em razão da sua formação fora do país e também porque *já me arrumou alguns bicos e ele conhece muita gente!* Então o senhor Renato vestido em um paletó impecável preto, falava a respeito das estratégias de gestão de crise, trazia exemplos do serviço privado (empresas do setor bancário) e falava sobre a importância dos guardas estarem preparados para o momento de *crise*. Depois, apresentou uma situação hipotética de *ataque terrorista (infelizmente vocês sabem que é uma realidade)* em uma escola da cidade e lançou uma série de perguntas: *Quem vai ser o primeiro a chegar? Como vai o tipo de negociação? Quais as táticas? E se houver feridos, para onde levá-los?* No momento posterior a essa bateria de perguntas, apresentou um curso para resoluções de crise na área de Segurança.

Outro exemplo didático foi à palestra do Guarda municipal Isaias a respeito do trabalho de ROMU no início de 2018 para uma plateia lotada de guardas municipais, suas equipes de coordenação e uma série de autoridades municipais. O guarda Municipal que trabalhava em uma cidade próxima, de calça bege camuflada e camiseta preta, escrito ROMU, falou da importância das equipes das quais fazia parte: *uma realidade que não tem mais volta!* Dessa *realidade* apresentou a escola privada da qual era representante e que fornecia formações para o mercado de segurança privada para guardas municipais *interessados em aprender mais*. Já em outra formação para guardas municipais, também em 2018, o evento contou com a presença de Jonas, um policial militar aposentado e representante de uma empresa de armas não letais. O senhor Jonas apresentou a importância do treinamento, descreveu as atuações do batalhão onde trabalhou durante muitos anos e apresentou um *cenário de guerra (casos com mortes de policiais)*. Para tanto discorreu a respeito do uso de *armas não letais para proteção de vocês (guardas municipais)* e disse que o produto disponível para venda ganhava

múltiplas utilidades no cotidiano policial: *até para abrir caminho para subir o morro!* Assim, os guardas municipais que adentravam nesse universo militar, se ambientavam em um vantajoso contexto profissional que os colocavam em uma condição valorizada socialmente e politicamente por parte da cidade e também acionava um mercado profissional dos *irmãos de farda*, da segurança privada, da própria segurança de empresas e pessoas, no crescente mercado de “instrutor de tiro” para “atiradores esportivos” como angariava o Inspetor Moisés. Enfim, ampliava os horizontes para além do desprestigiado trabalho *comunitário*, das coisas de *guardinha*.

Esse interesse chegava até ao próprio Comandante Aragão que de *boca miúda* também tem uma empresa de segurança. Contou-me que essa preocupação dos guardas municipais no *bico* acarretava em constantes solicitações de troca de escalas e displicência de alguns no trabalho na Guarda Municipal. A respeito desse tema o comandante Aragão dizia que, com frequência, tinha que avisar os guardas: *Olha aqui, Tenho que lembrar que você só tem esse bico por causa da Guarda. Não esquece disso!* A preocupação com as manifestações políticas e culturais acionou uma série de discursos, saberes e tecnologias. Para tanto apresento dois discursos, o primeiro se refere ao do policial militar especializado e o outro dos guardas municipais das equipes híbridas, em ambos há preocupações, saberes, estratégias e solução. Na palestra disputadíssima em janeiro de 2018, o oficial Alex do CAEP/PMSP (Companhia de Ações Especiais) trouxe sua experiência a respeito do problema das multidões. Esse policial apresentou para a plateia de guardas municipais as técnicas *de dispersão*, um campo de saberes repleto de interpretações morais e políticas e o uso de determinadas técnicas e tecnologias que agora são postas para circular entre *irmãos de farda*:

[] Nesse momento apresenta um vídeo com cenas da manifestação que parecem cruzar imagens dos meios de comunicação com imagens de uma própria equipe de policiais que filmaram as manifestações. Imagens aéreas de distintos ângulos e símbolos de meios de comunicação Os vídeos mostram a dispersão de uma manifestação nas proximidades da rua Maria Antônia x Consolação em 2013. O comandante destaca que a partir daquele momento o que era uma exceção, manifestação uma vez por mês, até menos, se transformou chegando a ter uma manifestação por dia. Virou um inferno! Imagina colocar a tropa todo dia a um grau de stress. E eram manifestações longas. Teve uma vez que chegamos a sair da Republica até o Largo da Batata. Imagina isso com o peso da proteção. Agora não! A gente apresenta duas opções de itinerário, e duas opções de caminhos curtos pra não cansar a

tropa. Então desde lá foi criado o CAEP, que tem como estratégia treinamento. Nesse momento ele apresenta as primeiras manifestações com o Caldeirão de Hamburgo. (imagens aéreas). Veja que ainda não tínhamos uma farda apropriada. Imagens das manifestações em que colocam em prática a tática do Caldeirão de Hamburgo. Nesse momento o comandante informa que a tropa passa por modificações significativas, roupa, uso de proteção e treinamento. Fala da técnica de envelopamento. Nesse momento o palestrante apresenta o que entende como graus de riscos: Baixo: sem bebida alcoólica, público familiar, fechado ou com controle de entrada, documentação em dia, segurança patrimonial no interior; Médio: grande número de pessoas, bebidas alcoólicas; vendedores ambulantes; documentação ausente, sem rota de fuga, falta de postos médicos, falta de banheiros químicos. Alto: público bêbado e agressivo, bebidas alcoólicas em garrafas, material inflamável, explosivo, sem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) dos bombeiros. Público: homem sozinho: se preocupa com sua imagem, raciocina suas decisões, preocupa-se com as consequências de suas ações. Homem em grupo: incitação de sentimentos, age de acordo com a massa. FATORES psicológicos: número, sugestão, contágio, imitação, novidade, anonimato, expansão de emoções reprimidas. Um apanhado de tipologias que incluem ambiente, indivíduos e subjetividades. O comandante traz alguns exemplos. Uma manifestação de nível baixo é tipo a marcha para Jesus, familiar, não tem bebida alcoólica e no outro extremo, o show dos Racionais, no qual o próprio cantor incita o público contra a PM. Diário de campo, janeiro de 2018.

Essa preocupação com as multidões por meio de valores morais e olhares políticos é um fenômeno que ganha espaço entre *irmãos de farda* a partir das grandes manifestações de 2013 e que se intensificam à medida que esses guardas municipais atuam em intervenções de manifestações culturais nas periferias. Esses problemas do crime em transformação e do controle das manifestações criam um verdadeiro vendaval militar, bélico e vantajoso mercado, pois habilita a expansão dessa maquinaria híbrida local e também possibilita a expansão de um rico mercado. Dessa maneira os contatos entre *irmãos de farda* são importantíssimos e as formações ajudam a refletir e também a propor soluções. Por fim, quero apresentar uma experiência de campo que agrega saberes, técnicas, tecnologias e mercados. Em uma etapa do curso de PATAMO da Guarda Municipal da cidade de Luzia, recebi a permissão para acompanhar desde às 7 horas da manhã até o fim da tarde, o treinamento exaustivo de “distúrbio urbano”. O grupo já diminuído ao longo da formação contava com 16 guardas municipais e repetia uma série de técnicas de progressão em *formato de choque* e exercícios físicos. Os instrutores calculavam pelo menos mais uma desistência ao longo do dia, uma espécie de certificado de qualidade informal. Quanto mais desistências, mais se provava a dureza do curso e sua qualidade. Toda atividade do dia ocorria pela coordenação do

Inspetor Moisés. O Inspetor Moisés dizia a respeito da necessidade de se preparar para lidar com os bailes funk's e assim apontava e ensinava a cerca de 5 metros de distância, onde guardas municipais simulavam um *avanço progressivo*:

[...] Esse é o treinamento! De forma estratégica, monta o escudo, taca bala de borracha e avança progressivamente. Na rua mesmo vem uma chuva de garrafa, de lixo e aí tem que ter treinamento mesmo. Muito! Passo a passo, não é ir lá e sair batendo, é passo a passo, avanço progressivo, com treinamento, olha aí. Dessa forma, vai ganhando espaço com escudo, com bala de borracha e tonfa (uma espécie de bastão). Imagina se você avança de forma desorganizada, sai batendo e cai no chão ou sei lá. Os caras te matam, matam mesmo! Então é com treinamento, passo a passo, com calma. Vai dispersando e procurando quem ainda tenta enfrentar. Diário de campo, 20 de janeiro de 2018.

Observa-se que todo esse problema das manifestações exigem técnica e tecnologias. Saber avançar, os passos sincronizados, a distribuição das funções de cada guarda naquele momento, bem como o uso de uma série de equipamentos - os escudos, as tonfas, os cassetetes, enfim, uma série de tecnologias de dispersão. Tudo isso é ensinado e também vendido. Para tanto, apresento um longo trecho do diário de campo:

[...] Seu Tony é um Guarda Municipal que trabalha como *representante* de uma empresa de armas não letais. Ele disponibiliza em um balcão improvisado, uma série de tecnologias de armas não letais que seriam testadas nos próprios guardas municipais na fase de treinamento para uso de armas não letais do curso de PATAMO. A respeito do “espargidores” (uma espécie de spray), Seu Tony me explica que uns são mais adequados para áreas fechadas e outros para ambientes abertos, *depende da situação e demanda*. Seguro os modelos de “espargidores” e observo atentamente os nomes, as descrições (indústria brasileira, 5 anos de validade, etc) e então Seu Tony observa a minha curiosidade e generosamente disponibiliza um folder a respeito desse material não letal. Tudo organizado, guardas a postos e chega o chefe de gabinete, o vice-prefeito e o Prefeito. Todos devidamente acompanhados de seguranças das equipes de ROMU. O Seu Tony então se apresenta para essa comitiva da prefeitura e explica de forma detalhada a respeito dos equipamentos: *Olha esses “espargidores” são de uma tecnologia nova. São diferentes do gás de pimenta. São compostos de canfora, gengibre e (não consigo entender o que fala). Qual a diferença do gás de pimenta? O gás de pimenta agride quem está por perto e não tem precisão. O que acontecia, o cara disparava e agredia um monte de pessoa. Aí chovia processo por violência. Tinha até processo do Ministério Público Federal por questão de meio ambiente. Era tóxico e tudo mais. Agora essa composição é 100 % natural! Aqui também apresento essa arma que se chama Spark. Agora temos a arma não letal que é totalmente segura. Um disparo de no máximo 5 segundos e é o suficiente. Não tem como o guarda ficar usando por aí. Por exemplo, se chega uma denúncia que o guarda usou isso aqui e machucou alguém, ela (arma) tem um chip que registra o exato momento do disparo e o tempo de uso. Essa arma vale a pena. Mas vamos fazer a demonstração. Vamos iniciar por ela!* O vice-prefeito balança a cabeça positivamente. O Inspetor Elias pergunta se o Seu Tony tem carta de exclusividade. Informa que sim. O Comandante Aragão então argumenta: *isso ajuda por questões burocráticas aqui. Se você é exclusivo na venda desse produto facilita, porque aí não abre licitação.* O prefeito comenta: *Se de fato existe um produto que não exige tanta burocracia, isso torna o produto mais vendável.* Já o chefe de

gabinete: *Como é difícil comprar armas. Tem um monte de especificação. Ainda bem que está melhorando!* Seu Tony se direciona para o pelotão de Guardas municipais e pergunta quem vai ser o primeiro? A xerife do dia grita: Eu! Então dois guardas municipais seguram a guarda pelos braços e o Seu Tony informa: prepara! Um disparo, um gemido, o corpo se contorce, as pernas enfraquecem, o corpo é rapidamente segurado pelos demais guardas. Agora o Seu Tony solicita que venham de três em três para *economizar tempo e carga*. Ficam ajoelhados na frente de uma série de coletes a prova de bala que servem como um colchão de proteção e de costas para o Seu Tony. Parte da orientação é que travem braço com braço. O Seu Tony calmamente posiciona os guardas e prende um grampo na manga da camiseta do guarda da direita e outro grampo na gola do guarda da esquerda. Explica que com isso vai fazer uma corrente elétrica entre os três. Então se afasta, apoia a arma com a mão esquerda e com a mão direita segura o gatilho e grita: prepara! E dispara uma carga de choque de mais ou menos três segundos. O corpo desgovernado dos guardas cai em cima dos coletes. Espasmos são visíveis mesmo depois do término do disparo. Alguns dos instrutores sorriem. Algumas filmagens. E assim de três em três seguem os guardas no curso de PATAMO. O Seu Tony desafia: *na hora que eu falar já, quero ouvir um Brasil bem alto*. Os guardas municipais atravessados por uma carga de choque seguem com gemidos, corpos contorcidos. No momento do choque não conseguem gritar e somente depois de alguns segundos, esbravejam: PATAMO, ROMU, Brasil, Muito bom! [Diário de campo, dia 15 de janeiro de 2018]

Desse modo, o ambiente de *formação* é tomado por um universo de militarização que vai desde as histórias de origens, os grandes feitos, os perigos dos inimigos, das necessidades de antecipação diante de um crime cada dia mais horripilante ou mesmo as preocupações com as manifestações, enfim questões de *irmãos de farda* que compõem essa *força do bem* dentro de um cenário de hipermilitarização do mundo social e político. Poucos meses depois soube que a Prefeitura realizou a compra das armas não letais que o Seu Tony apresentou. Enfim, a maquinaria híbrida também se orgulha de novas aquisições de armamento de *grosso calibre*, de *novos uniformes e viaturas*. Como me ensinava Aragão, *nunca os municípios se preocuparam tanto com segurança como agora* e nunca a cidade gastou tanto em “Segurança Pública”, pouco mais de 16 milhões para uma pequena cidade com tantas demandas. Alguns resultados políticos são visíveis para determinada população negra, pauperizada e periférica da cidade, das 278 prisões que ocorreram em 2017, 59 já são em decorrência da atuação da maquinaria híbrida que em breve vai aumentar seu efetivo (previsão de novas adesões e tecnologias). Há uma expressão corriqueira que circula em distintos espaços sociais e que sinaliza a posição do Comandante Aragão, no fim de suas palestras: *Se uma mãe tem que chorar, que seja a do bandido!*

Conclusão

Prelúdio: Um machucado aberto



CENA 1

[...] É sábado! Dia de compras nesse início de tarde ensolarada, em um dos maiores centros comerciais do país. Acompanho a manifestação organizada no calçadão por parte das mães e familiares de vítimas de uma chacina de São Paulo. Tudo ocorre entre uma barraca de cachorro-quente e dois belos coqueiros, exatamente em frente à estação de trem e quase ao lado de uma base da Guarda Municipal que também se hibridizou (civil-militar) nos últimos anos. A atividade disputa espaço e sons com os alto-falantes dos comércios que gritam suas promoções do momento. Aqui transitam centenas de pessoas que vão alegremente para suas compras e outras tantas que aproveitam para se virarem de qualquer forma. Homens, mulheres, aposentados, adoecidos, pessoas com deficiências e até crianças entregam panfletos, seguram cartazes, arrumam um jeito de pegar qualquer trocado. Assim oferecem itens promocionais, sugerem lojas, arrastam potenciais clientes: *vamos entrar para dar uma olhada na loja !? Patrão, tá precisando do que? Pode falar que eu arrumo?* Um vendaval de gente na viração, como uma moça negra com uma receita médica em mãos e o filho no colo que desesperadamente pede uma ajuda para *comprar um remédio* ou outros tantos pedintes: *qualquer coisa pra comer*. Também se incluem nesse neoliberalismo de Guedes, os velhos e novos golpes no mercado. Enfim, acompanho o ato das mães e familiares, na *luta contra a violência policial*, denúncias a respeito da *guarda* e, sobretudo, que a *justiça fosse respeitada!*

Pois, dois dos condenados pela chacina que culminou em 17 mortes em 2015 foram contemplados com uma rara determinação do Tribunal de Justiça de São Paulo, decisão que conferiu uma anulação da sentença e um novo julgamento para um guarda municipal e um Policial Militar. Então, com duas faixas que apresentam as imagens dos jovens mortos, uma caixa de som e microfone em mãos, as mães e apoiadores ecoam falas contundentes: *meu filho foi morto com 40 tiros; hoje a ditadura mudou de lugar. Está na periferia; olha o que a Guarda tá virando! A gente tem que passar por essa tortura de novo; Nós queremos justiça!* Soube por um dos organizadores do ato que o intuito de fazer essa atividade ali no calçadão era de *abrir mais o debate, falar para mais pessoas!* Boa parte da atividade de hoje é acompanhada por dois homens brancos, músculos hipertrofiados e sisudos que assistem ao ato, do outro lado da calçada, com cara de que não estão gostando, e também conta com olhares curiosos de outros tantos que transitam por aqui. Muitos olham a distância, outros por alguns segundos e minutos prestam atenção, ouvem as falas, observam as faixas e seguem seus afazeres. A potencialidade política de atingir um público amplo lida com as imprevisibilidades da rua, com distintos trajetos e interpretações, como o homem branco, maltrapido e nitidamente alcoolizado que ouvia por alguns minutos as falas das mães e saía esbravejando: *não dá em porra nenhuma isso aqui. Eu mesmo tenho um processo trabalhista que não sai nada. Eles só enrolam!* Outros dois homens também maltrapidos e negros observam atentamente ao ato, as falas, leem quase soletrando os dizeres nas faixas e ali ficam até o término da atividade. Quase no fim da manifestação um adolescente, negro e magérrimo bate no meu ombro direito: *E ae tio, que fita é essa ai?* Respondo: *é uma atividade das mães que perderam seus filhos naquela matança que aconteceu ... Ali pros lado do Imperial. Lembra?* Nesse momento o rapaz com seu amigo do lado: *lembro, lembro. Oh, até me arrepio.* Estende o braço mostrando os pelos arrepiados, então falo: *É, esse ato é o primeiro. Segunda-feira vai ter outro lá em frente ao fórum.* O garoto responde: *entendeu, entendeu!* Os dois ficam ali observando atentamente ao ato até que, minutos depois, chegam mais três amigos dos garotos: *Vamo, vamo, porra. Hoje é sábado, vai ficar aí ouvindo resenha, mano?* [trechos do diário de campo, 20 de fevereiro de 2021]

CENA 2

[...] Confesso que a minha cabeça e corpo não ficaram bem depois da segunda-feira, talvez em decorrência de passar das 10 até às 19h40 na porta do Fórum sem comer nada. Passei o dia inteiro com dois cafés pequenos e 350 ml de água. Cheguei em casa depois de uma carona das *mães* até a estação da cidade, tomei um banho e desabei. Enfim, estou mais uma vez na porta do Fórum no dia da *sentença*. O ambiente de conversas e sorrisos das mães nos dias anteriores diminuiu como o próprio tom de voz das pessoas por aqui. Cumprimentos de punho fechado, poucas palavras e olhares preocupados em um grupo de não mais de trinta pessoas. Cada um parece carregar um universo à parte, algumas coçadas na cabeça, um passar a mão na barba, tiques nervosos, idas e voltas pela calçada. Ligações, arrumações nas mascaras e incontáveis borrifadas de álcool nas mãos. Em plena pandemia as *mães*, familiares e apoiadores estão em uma *luta por justiça e* mais uma vez arriscando as próprias vidas. Tudo se repete como em quase quatro anos atrás, só agrega uma horripilante sensação de mais riscos, de um risco no ar e invisível, a covid-19. É só mais um item no cardápio das possíveis mortes para determinada população. Outra coisa que também mudou por aqui é a presença das maquinarias híbridas da ROMU, que agora efetuam a “segurança do local”. Enfim, já são mais ou menos três horas da tarde e uma chuva toma conta do espaço, as mães, familiares e apoiadores se abrigam em um estacionamento localizado em frente ao fórum. Do outro lado da rua e colado no portão da *justiça*, os familiares e apoiadores dos réus erguem seus guardas-chuvas em um grupo de não mais de vinte pessoas. O tempo passa lentamente, puxo conversa com um e outro - pandemia, desemprego, a *região é mil grau, guardas pagando de polícia*, polícia, e *aí o que vai fazer depois do doutorado?* As conversas também não ajudam! O R que acompanha essa *luta* desde o primeiro julgamento, informa que já foram ouvidas todas as testemunhas: *daqui a pouco sai o resultado*. Sempre encontro o R em manifestações ao longo de mais de uma década e vejo que ele está abatido, nunca vi ele assim. Mais alguns minutos ou hora, circula no grupo a informação que os jurados já voltaram do almoço, *já vai sair o veredito* de qual mãe vai sorrir e qual vai chorar. As conversas debaixo do telhado de zinco prosseguem. aguardo os possíveis desfechos, prossigo nas conversas com o R e alguns jornalistas independentes que acompanham o evento ao longo da semana. Avisto no canto do estacionamento a “Dona Força”, uma senhora na

faixa etária dos 50 anos, branca, mãe de uma das vítimas, veio na minha direção. Um abraço forte rompe as recomendações sanitárias e ela logo explica: *a gente saiu naquele dia* (na segunda-feira ficamos o dia inteiro e início da noite sem informação do julgamento) *e aí logo depois veio* (até a calçada) *a “Doutora”* (assistente de acusação). *Acabou que desencontramos dela*. Então eu e “Dona Força” conversamos a respeito da semana, o que a “Doutora” falou e, enfim, desejei muita força e ela concluiu: *é, vamos ver o que dá*. Abraçamo-nos mais uma vez e ela voltou para o círculo próximo das mães e de apoiadores. Voltei para o meu canto e mais algumas conversas, idas à padaria e goles de cafés. Entretanto, em uma dessas andanças entre padaria e estacionamento, se aproxima vagarosamente a J. Uma jornalista, branca, um pouco mais de vinte anos e uma das apoiadoras das mães ao longo de toda essa luta. Aproxima-se com os olhos esbugalhados e pede uma *orientação*, quase sussurra para o R: *Dá uma olhada aqui no grupo (whatsapp) da imprensa* (direciona o celular para). *Eles estão falando que os caras (um guarda municipal e um policial militar) foram inocentados*. O R: *como assim?* A J: *Então, é o grupo de jornalistas que estão lá dentro do fórum*. O R: *mas não chegou a notícia as famílias dos réus e nem das vítimas*. Olhamos em direção aos familiares dos réus e nenhuma movimentação. Estávamos com celulares em mãos, pesquisando nos sites de notícias e nada. Alguns breves minutos, olhares aos familiares das vítimas e dos réus e então o R quebra o silêncio: *Olha a “Doutora”* (Defensora e assistente de acusação). E antes que ela saísse do portão do fórum, um grito de comemoração dos familiares dos réus toma conta da rua. Choro, sorrisos, abraços, mulheres se ajoelhando. A “Doutora” atravessa a rua e se aproxima do estacionamento com os olhos lacrimejando e “Dona Força” vai à sua direção com as mãos na cabeça. Nesse momento uma senhora e uma garota branca que acompanham o julgamento e que não tive a oportunidade de conhecer, se desesperam. A garota grita de forma aterrorizante, nunca ouvi nada igual. Ecoava por dentro do estacionamento e tomava a rua, um grito que nunca mais vou esquecer. Outras mães se abraçam. O R se afasta, vai para frente do estacionamento, olha para o grupo que comemora. Fico atordoado, dou um abraço na J, lembro-me de sua luta ao longo desses anos com as mães. Ando de um lado a outro, olhos lacrimejando, abraço um ou outro no grupo. A esposa e filha continuam a gritar: *É isso meu Deus. É isso mesmo. Muito bem, eles vão fazer de novo. Estão autorizados. Não fazer de novo!* “Dona União”, é uma mulher negra que, ao

longo desses anos todos, conduz essa luta de forma firme. Ela abraça mãe por mãe e quando um repórter de um grande meio de comunicação se aproxima, esbraveja: *eu não tô pedindo nada. Só quero justiça. É só isso que eu quero. É justiça. É Justiça. Só isso!* Do outro lado da rua, a comemoração prossegue e a maquinaria híbrida da ROMU se prontifica em fazer um pequeno cordão humano de proteção aos familiares dos réus, ou melhor, dos familiares dos inocentados por um júri popular. “Dona Força” começa a retirar a faixa com ajuda de outro rapaz que luta com aquelas mães de longa data. No meio daquele turbilhão, esbarro na “Dona Saudade”, mãe de uma das vítimas que, na segunda-feira, no início da noite eu a tinha acompanhado até seu carro, pois estava com medo de atravessar por entre guardas, apoiadores e familiares dos réus. Abraçamo-nos e sem nenhuma palavra nos despedimos. Vagarosamente o grupo de mães, familiares e apoiadores das vítimas se dirigem lentamente para a padaria próxima ao Fórum sob os olhos atento da equipe da ROMU da cidade. Peço um café, tomo rápido, seco, sem palavras. No balcão avisto um rapaz que fizera amizade na segunda-feira, um balançar com a cabeça e nos despedimos. Saio na rua, todos tristes e atordoados. Alguns minutos e a “Dona Força” vêm em minha direção. Mais um abraço e gaguejo algo como: não sei o que te falar. Não sei sua dor, mas talvez tenha a dimensão de algo parecido porque perdi dois primos em uma situação parecida e os culpados nunca foram encontrados. “Dona Força”: *não é? Então você entende um pouco, é um machucado aberto, não é? Mas o que tá doendo é o deboche. O que tivemos que aturar esses dias. Eu não sei como aguentei isso aqui. Acho que foi a mesma força quando tive que exumar o meu filho. Pequei aquele saquinho e apertei* (repetia o movimento a minha frente como se acolhesse um filho no colo). Despedimo-nos com um forte abraço e lágrimas. [Trechos do diário de campo, 26 de fevereiro de 2021]

O texto descrito se refere aos meus últimos dias de campo. Relutei em fazer esses trajetos por receio da pandemia, mas também por uma preocupação em sentir o resultado desse processo social e político para além daqueles dias de julgamento. Lembrava que esse militarismo e *guerra* são para além da própria instituição. Em certa medida, indiferente do resultado no Fórum, sabia quais mães estavam chorando de longa data, para usar uma expressão do Comandante Aragão. Existia um amplo espectro

social e político que autorizava e legitimava essa *força do bem* que a tese tentou descrever.

A tese tentou mapear essa *força* e, para tanto, transitou em dois grandes movimentos e interligados. A priori, das “macropolíticas” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 83) que disputaram a agenda de “Segurança Pública”, observei as disputas de saberes e poderes. As pautas que venceram, os grupos que saíram derrotados ou mesmo silenciados, a pavimentação de trilhas favoráveis, ou seja, apresentei um determinado caminho que consolidou algumas balizas que reverberaram para pensar “segurança municipal”. Nesse movimento analítico apresentei o interesse inaugural do governo federal em diálogo com os poderes e saberes vinculados a uma trajetória de luta por “Direitos Humanos” e que vislumbraram um novo modo de “Segurança Pública” na qual cabia a inclusão de novos aliados, como a participação municipal e suas Guardas Civis Municipais. Mas que durante o mesmo período áureo dos “Direitos Humanos” e mesmo sob velhas e novas críticas, também operaram um velho conhecido do jogo social, político e da “Segurança Pública” brasileira, mais precisamente o grande arborescer militar dentro do período da “Nova República”, sob a égide dos governos democraticamente eleitos. Nas movimentações operaram o germinar, enraizar e o atual movimento de ramificação de ações do universo militar.

Mas toda essa mobilização se faz por interseção das “micropolíticas” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 83) que coadunam com um modo de olhar para “Segurança Pública”. Nessa passagem da tese, tentei apresentar a capilaridade de uma disputa moral e política no mundo urbano. A partir do trânsito com moradores e moradoras da cidade, apresentei as “narrativas” (Jimeno, 2007) de interlocutores interessados nas urgências locais. Formas que exigiam medidas truculentas, respostas violentas e por diversas vezes criavam oportunidades, abriam caminhos para velhas e novas formas de militarismo e suas guerras. Desse modo, a tese observou como em determinados pontos “democráticos” e “participativos” da cidade de Luzia, produzia-se uma política de “Segurança Pública” local atenta aos medos, falas e audições cada vez mais moralizadas. Um tipo de engajamento político dentro dos espaços “democráticos” e “participativos” atravessados por forças moralizantes que estrategicamente empobreciam o debate público e proliferava um mesmo tom de voz militarizado e bélico, como algo que alimentava a existência dessa maquinaria híbrida local.

Maquinaria que se sustenta em uma fundamentação legal/normativa civil, mas que se azeita internamente por todo um universo militar dos discursos, saberes, técnicas e tecnologias.

Bibliografia

ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. Revista Tempo Social. Novembro 2003.

_____. Insegurança *versus* Direitos Humanos: entre a lei e a ordem. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. 11(2). 129-153. Outubro de 1999.

ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. Editora Paz e Terra São Paulo. 1995.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. Revista de literatura PPGL UFSC. Outra travessia 5. . 2º Semestre de 2005.

ALMEIDA, Ronaldo de. Os Deuses no Parlamento. Novos Estudos. CEBRAP São Paulo p 71-79 Junho 2017

_____. A universalização do Reino de Deus. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Unicamp. 1996.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; BRASIL, Glauciria Formação da Guarda Municipal: uma aventura. DILEMAS: Revista de Estudos de conflito e controle Social. Vol 4. pp. 601-628. Out/Nov/Dez 2011.

ALVAREZ, Marcos César; Salla, Fernando e Dias, Camila Nunes. Das Comissões de solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. Tempo Social Revista de Sociologia da USP. v 25. 2013.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Revista Educação Sociedade. Campinas. Vol. 25. Nº 85. P. 335-351. Maio/agosto. 2004.

ARAUJO, Alceu Maynard. Pentateuco nordestino: um estudo das migrações internas. São Paulo (SP): Brasbiblos, 1972.

Assembleia Nacional Constituinte. Atas de Comissões. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. República federativa do Brasil Nacional Constituinte 1987

BACKES, Ana Luiza; AZEVEDO, Débora Bithiah de; ARAÚJO, José Cordeiro. Audiências Públicas na Assembleia Constituinte: A sociedade na Tribuna. Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara. Brasília. 2009.

BARBOSA, Rafael. Um abraço para todos os irmãos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Editora da Universidade Federal Fluminense. Niterói. RJ. 1998.

BARROS, Enivaldo; GOLDSCHIMIDT, Rodrigo. A municipalização da Segurança Pública: particularidades da Guarda Municipal de Chapecó, SC. 2012. Anais III Simpósio Internacional de Direito: dimensões materiais e eficácias dos direitos fundamentais.

BATISTA, Liniker Giamarim. A grande cidade e a vida no crime: uma etnografia dos mercados do crime em uma periferia de São Paulo. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. UNICAMP. 2015.

BERTELLI, Giordano Barbin. Errâncias Racionais: a periferia, o rap e a polítipa. Vozes à Margem: periferias, estéticas e políticas. Coleção marginalia de Estudos Urbanos. Volume 2. Edufscar. São Carlos. 2017.

BIONDI, Karina. Junto e Misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome. 2010.

_____. Etnografia do movimento: território, hierarquia e lei no PCC. Tese de Doutorado. Programa de pós graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFscar). 2014

BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia da Silva Pereira. “O que aconteceu com o chamado maior país católico do mundo?”. In: BETHEL, Leslie (org.). Brasil, fardo do passado, promessa do futuro. Dez ensaios sobre política e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp.323-348.

BOFF, Leonardo. Teologia do Cativo e da Libertação. Editora Multinova. Petrópolis. RJ. 1976.

BONNET, Gabriel Guerras Insurrecionais e Revolucionárias. Biblioteca do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro. 1963.

BOWERS, Christopher O. (Major) Como identificar adversários híbridos emergentes. Edição Brasileira Revista Profissional do Exército dos EUA. Military Review. Janeiro/Fevereiro de 2014.

BRASIL. [CONSTITUIÇÃO (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 de Setembro de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.022, de 8 de Agosto de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113022.htm Acesso em: 30 de Setembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP): Livro Azul das Guardas Municipais do Brasil. [Coordenado por] Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Brasília, 2019.

BRASIL. Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre. Ministério da Defesa Exército Brasileiro Estado Maior do Exército. 1ª Edição 2014 EB20 – MF - 10.102. <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/93/5/REVOGADO-EB20-MF-10.102.pdf>. Acesso dia 28 de Junho de 2020.

BRASIL. Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre. Ministério da Defesa Exército Brasileiro Estado Maior do Exército. 2ª Edição 2019 EB20 – MF - 10.102. <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4760/1/EB20-MF-10.102.pdf>. Acesso dia de 28 de Junho de 2020.

BRETAS, Marcos Luiz ; MORAIS, David Pereira. Guarda Municipal do Rio de Janeiro: a visão do carioca. O público e o privado. Nº 15. Janeiro/Junho. 2010.

BUENO, Samira Nunes Trabalho ou missão de vida? Persistência, reprodução e legitimidade na ação da PMESP. Tese Doutora em administração Pública. Fundação Getúlio Vargas. 2018.

BUTLHER, Judith. Vida Precária: el poder del duelo y la violencia. PAÏDOS Buenos Aires. 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: Crime, segregação e Cidadania em São Paulo. Editora 34. EDUSP. 2000.

_____. Direitos Humanos ou “Privilégios de Bandidos”? Desventuras da democratização brasileira. Novos Estudos CEBRAP. nº30. Julho de 1991.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Tratado de Direito Internacional de Direitos Humanos. Porto Alegre. Editora Sergio Fabris. 2003.

CANO, Ignácio; CABRAL, Sandra Regina. Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em Maio de 2006. Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ) Pesquisa encomendada por: CONECTAS DIREITOS HUMANOS Relatório Final Junho 2008.

CASTRO, Celso. O Espírito Militar: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar. 2004.

_____. Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro. Editor FGV. 2009.

_____. (org.) General Villas Bôas: conversa com o comandante . Rio de Janeiro. FGV Editora. 2021.

CASTRO, Celso e MARQUES, Adriana. (orgs) Missão Haiti: A visão dos force commanders. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2019.

CÉSAIRE, Aimé Discurso Sobre o Colonialismo. Letras Contemporâneas. 2010.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. São Paulo. Editora Martins Fontes. 1996

Clínica de Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Harvard e Justiça Global. São Paulo sob a chapeleira: Corrupção, Crime Organizado e Violência institucional em maio de 2006”. Maio de 2011.

COLLINS, Patrícia Hill Aprendendo om a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro Revista Sociedade e Estado Volume 31 Número 1 Janeiro/ Abril 2016

CONDEP. Crimes de maio. 2006.

CORRALO, Giovani da Silva; KEMMERICH, Jonathã Kemmerich A estrutura do poder municipal e as políticas de segurança: um novo paradigma federativo. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo. V.10. n.1, 126-140. Fev/Marc. 2016.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão O Lobby Militar e as relações civis-militares durante a Assembleia Nacional Legislativa. Dissertação Mestre em Ciências Políticas. Universidade de Brasília. 1988.

CUNHA, Manuela Ivone. Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos. Editora Fim de Século Edições. Lisboa. 2002.

DARC COSTA. Os novos tipos de guerra. Cadernos de Estudos Estratégicos. Escola Superior de Guerra. Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos. Março. 2019.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. Que és un dispositivo? In: BALIBAR, Etienne; DREYFUS, Hubert ;DELEUZE, Gilles et al. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-163.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Volume 3. São Paulo. Editora 34. 1996.

DUSSEL, Enrique D. Filosofia da Libertação. Edições Loyola e Editora UNIMEP. São Paulo. 1977.

_____. Teología de la Liberación. Un panorama de su desarrollo. Potrerillos Editores S.A. de C.V. Ciudad de México. 1995.

ESTRELA, Ely Souza. Os Sampauleiros: cotidiano e representação. Humanitas/ Usp. 2003

FAGUNDES, Andréa Lucas. A municipalização da Segurança Pública: estudo de caso em São Leopoldo – RS. Dissertação de Mestrado em Sociologia Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007

FELTRAN, Gabriel de Santis. Fronteiras da tensão: política e violência nas periferias de São Paulo. Editora Unesp. 2011.

_____. Margem da Política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. Lua Nova . São Paulo. 79. 2010.

_____. Sobre anjos e irmãos: cinquenta anos de expressão política do “crime” numa tradição musical das periferias. Revista de Estudos Brasileiros. N. 56. P.43-72. Jun. 2013.

FLORESTAN, Fernandes Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para a reforma política São Paulo Editora Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular. 2014.

_____. Que tipo de República? (obras reunidas) editora Globo . São Paulo. 2007.

FONTES, Paulo. Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Paulo (1945 -66). Rio de Janeiro. Editora FGV. 2008.

FONTOURA, Natália de Oliveira; RIVERO, Patricia Silveira; RODRIGUES, Rute Imanishi. Segurança Pública na Constituição Federal de 1988: Continuidades e perspectivas. Repositório do conhecimento do IPEA. 2009.

FORERO ANGEL, Ana Maria. El Ejército Nacional Del Colombia y sus heridas: uma aproximación a las narrativas militares de dolor y desilusión. Antípoda Revista de Antropologia y Arqueologia 2: 41- 61, 2017.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). Editora Martins Fontes. São Paulo. 2008.

_____. Microfísica do Poder Rio de Janeiro.2010.

_____. Em Defesa da Sociedade: curso no college de France (1975-1976). Editora Martins Fontes 2005.

_____. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro. Editora Graal. 1998.

_____. A Sociedade Punitiva: curso no Collège de France (1972-1973). Editora Martins Fontes. São Paulo. 2018.

FREI BETO. O que é Comunidade Eclesial de Base. Editora Brasiliense. 1981.

GALDEANO, Ana Paula Cruz Para falar em nome da segurança: o que pensam, querem e fazem os representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em ciências Sociais Unicamp. 2009

GEERTZ, Clifford A interpretação das culturas Rio de Janeiro LTC. 2008.

GENOINO, José. A transição Fardada. Revista Teoria e Debate. São Paulo. Nº1, Dezembro. 1987.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. Editora 34. Rio de Janeiro. 2001.

GODOI, Rafael. Fluxo em Cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo. Tese de doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. USP. 2015.

_____. Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo. Mestrado em Sociologia. Programa de Pós Graduação de Sociologia. USP. 2010.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf . A política de promoção aos direitos humanos no Governo Lula. Revista Debates. Porto Alegre. v4 n2. p 107-135. jul/dez. 2010.

GRAHAM, Stephen. Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar. São Paulo. Editora Boitempo. 2016.

HARAWAY, Donna Saberes Localizados: a questão da do feminismo e o privilegio da perspectiva. 1995.

HARDT, Michel e NEGRI, Antônio Multidão: Guerra e democracia na era do Império .Editora Record. Rio de Janeiro 2014.

HEIDMANN, Heinz Dieter; SILVA, Sidney Antônio (org.). Migração e exclusão na cidade de São Paulo – um estudo sobre a AVIM (in) Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais. 2007

HIRATA, Daniel Veloso. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. Tese de doutorado em Sociologia. USP. 2010.

HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (org.). A Invenção das tradições. Editora Paz e Terra. São Paulo. 1992

hooks, bell. Intelectuais negras. Revista Estudos Feministas UFSC ano 3 466 2º Semestre 1995

JIMENO, Myriam. Después de la masacre: la memoria como conocimiento histórico. Cuadernos de Antropologia Social nº 33. 2011.

_____. Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. MANA 16(1). 2010.

_____. Lenguaje, subjetividad y experiencias de violencia. ANTÍPODA. Nº 5. Julio-Diciembre. 2007.

JIMENO, Myriam; VARELA, Daniel; CASTILHO, Ángela. Experiências de Violência: etnografia y recomposición social em Colombia Sociedade e cultura. Goiânia. N. 2. P. 275 – 285 Julho – Dezembro 2011.

JORGE DE SOUZA, Marcelo Pimentel. A palavra convence e o exemplo arrasta. (in) Os militares e a crise brasileira. (orgs.) João Roberto Martins Filho. São Paulo. Editora Alameda. 2020.

KAHAN, Tulio e ZANETIC, André O papel dos municípios na segurança pública Relatório Final Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública Abril de 2006 Ministério da Justiça Governo Federal

KOPITTKE, Alberto. Guardas municipais: entre a tentação da tradição e o desafio da inovação. Revista brasileira de Segurança Pública. São Paulo. 2016.

KOWARICK, Lúcio (org) As Lutas Sociais e a Cidade São Paulo, passado e presente. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1994.

KRENAK, Ailton/ organização Sérgio Cohn. Ailton Krenak. Encontros. Rio de Janeiro. Azougue. 2015.

Laboratório de Análises da Violência da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Conectas Direitos Humanos. Análise dos Impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006”. Maio de 2009.

LEAL, Paulo Cesar. A guerra híbrida: reflexões para o sistema de defesa do Brasil. Revista Doutrina Militar Terrestre. Janeiro/Junho. 2016.

LEIRNER, Piero C. O Brasil no espectro de uma guerra híbrida. Militares, operações psicológicas e política de uma perspectiva etnográfica. São Paulo. Editora Alameda. 2020.

_____ Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre hierarquia militar. Rio de Janeiro. Editora FGV. 1997.

LIMA, Cristiane Ana da Silva e CEOLIM, Alessandra Carla Qualidade na segurança Pública Municipal: um estudo de Caso na Guarda Municipal de Caruaru/PE IV

Encontro de Administração Pública Paper Grupo Temático 4 Gerenciamento de Organizações Públicas A Construção da Administração Pública do século XXI João Pessoa/PB 24 e 25 de maio de 2017.

MACEDO, Henrique de Linica dos Santos. “Confrontos” de ROTA: a intervenção policial com “resultado morte” no estado de São Paulo. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos – Ufscar. 2015.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Violência Urbana, Segurança Pública e Favelas – O caso do Rio de Janeiro atual. Cadernos CRH. Salvador. V. 23. N. 59. P. 283-300. Maio/Agosto. 2010.

MANSO, Bruno Paes. Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2020: Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime. Tese de Doutorado Departamento de ciências Políticas da Universidade de São Paulo. 2012.

MARCUS, George E Ethnography in/of the word system: The emergence of Multi-Sited Ethnography Revista de Anthropologic 1995.

MARIANO, Ricardo Os neopentecostais e a teologia da libertação. Novos estudos CEBRAP. nº 44 São Paulo. Março de 1996.

_____. Expansão Neopentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal Estudos Avançados 18 (52). 2004.

MARQUES, Adalton. Humanizar e Expandir: uma genealogia da segurança pública São Paulo. IBCCRIM. 2018.

MARQUES, Vagner Aparecido. O irmão que virou irmão: rupturas e permanências na conversão de membros do PCC ao pentecostalismo na Vila Leste – SP. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC 2013.

MARTINS FILHO, Elias Rodrigues. General de Divisas. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: preparando-se para o futuro. Rio de Janeiro. PADECEME. V.8. n.17. 02/2016 .

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios . Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. Nº 32. Dezembro 2016.

MEDEIROS FILHO, Oscar. (Tem. Cel.). Segurança, defesa e uso da Força: desafios conceituais e políticos. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Vol. 7 (1), Dez.17/Fev/18.

MELO, Natália Máximo. Debatendo o papel do armamento para guardas municipais: o caso de São Carlo/SP. Segurança Pública e Segurança Nacional. Brasília, D.F.2014.

MESQUITA NETO, Paulo de. Segundo Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil 2000-2002. Ministério da Justiça – Secretária de Estado dos Direitos Humanos. 2002.

MIRANDA, Ana Paula Mendes; FREIRE, Letícia de Luna; PAES, Vívian Ferreira A gestão da segurança pública municipal no estado do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 2. Edição 3. Jul/Ago. 2008.

MISSE, Michel Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Conferencia na Academia Brasileira de Letras (3 de Julho de 2008) Revista ivitas Porto Alegre. V.8. n. 3. p. 371-385. Set-Dez. 2008.

MISSE, Michel e Bretas, Marcos (orgs.). As Guardas Municipais no Brasil: diagnostico das transformações em curso. Necvuc/FINEP. 2010.

MOTTA, Aricildes de Moraes (coordenador geral). 1964 – 31 de Março. O movimento Revolucionário e sua História. TOMO 1. Rio de Janeiro. Editora Biblioteca do Exército. 2003.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1978.

NEOCLEOUS, Mark La logica de la pacificación: guerra-politica- acumulación Atlenea – 16 (1): 9-22 (marzo) 2016

NUNES, Samira Bueno. Trabalho sujo ou missão de vida? Persistência, reprodução e legitimidade na ação da PMESP. São Paulo. Tese de doutorado. Escola de Administração de empresas de São Paulo.

OLIVEIRA, Clybson S. de. (Tenente-Coronel). A Ética das Operações Psicológicas. Edição Brasileira Revista Profissional do Exército dos EUA. Military Review. Janeiro/Fevereiro de 2014.

OLIVEIRA, Francisco. crítica à razão dualista: O ornitorrinco Editora Boitempo. São Paulo 2003

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e Tutela: militar na gestão de populações e território. MANA 20 (1) 125-161. 2014.

PACHECO, Fábio Cordeiro. A expertise militar colombiana e a ação integral. PADECEME. Rio de Janeiro. V.11. n.20. p.01-90. 1º Semestre 2018.

PADOVANI, Natália Corazza. Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. Tese de doutorado em Antropologia Social. 2015.

_____. Na caminhada: “localizações sociais” e o campo das prisões. Dossiê Prisões em etnografias: perspectivas de gênero. Cadernos PAGU (55). 2019.

PAIVA, Luiz Eduardo ROCHA Lei nº 13 260/2016 (Lei Antiterrorismo) – Uma apreciação centro de Estudos Estratégicos do Exército Ano 1 Nº 1 Jun/Ago. 2016 Brasília.

PAIVA, Odair da Cruz. Histórias da (D)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI. Arquivo do Público do Estado de São Paulo. 2013

PIERUCCI, Antônio Flávio; LIMA, Marcelo Coutinho. São Paulo 92, a vitória da direita. Revista Novos Estudos CEBRAP. Nº 35. Março de 1993.

PINHEIRO, Alvaro de Souza O conflito da 4ª geração e a evolução da guerra irregular. Revista PADECEME. Rio de Janeiro. 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; MESQUITA NETO, Paulo de. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 30, p. 117-134, 1997.

_____. Direitos humanos no Brasil: Perspectivas no final do século. *Textos do Brasil*, v. 2, n. 6, 1998.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, n. 45, p. 45-56, mar./maio 1991.

PINHO, Alessandro Paiva de. A guerra híbrida e os reflexos para o exército brasileiro. *Revista PADECEM*. V.8, n.17. Rio de Janeiro. 2016

PLEYERS, Geoffrey. A “Guerra dos Deuses” no Brasil: da teologia da libertação à eleição de Bolsonaro. *Revista Educação Sociedade*. Campinas, v.41. 2020.

PRIMO LEVI. *É Isto um Homem*. São Paulo. Editora Rocco. 1988.

RISSO, Melina Ingrid. Prevenção da violência: construção de um novo sentido para participação dos municípios na segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública* São Paulo. v10. n 2. 12-13. Ago/Set. 2016.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Guerra híbrida: por uma discussão conceitual. *Entro de Estudos Estratégicos do Exército. CEEEX. Análise Estratégica*. Vol. 18 (4). Set/nov. 2020.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em antropologia Social. Universidade de São Paulo. 2001.

SILVA, J. D. S. Políticas de quebra e políticas estatais referentes aos homicídios em Luzia, São Paulo. Dissertação de mestrado. São Carlos. UFSCar. 2017

SOARES, Luiz Eduardo. PEC-51: uma revolução na arquitetura institucional da segurança pública. *Boletim IBCCRIM* (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais). Ano 21. Nº 252. Novembro/2013.

_____. A política Nacional de Segurança Pública. Estudos Avançados 21 (61) . 2007.

SOARES, Luiz Eduardo; BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo. Elite da Tropa. Editora Objetiva. 2011.

SOUZA, Luís Antônio. Sociedade punitiva e novas dinâmicas da segurança nos municípios brasileiros. (in) Desafios á segurança pública: controle social, democracia e gênero. Editora cultura acadêmica. Marília-SP. 2012.

SOUZA, José Ricardo Carvalho de. Nota Técnica. Obrigatoriedade de criação de Guardas Municipais. Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados. Outubro de 2000.

SOUZA, Marcelo Pimentel Jorge de. “A palavra convence e o exemplo arrasta” In João Roberto Martins Filho (org.) Os militares e a crise brasileira. Alameda Casa Editorial. 2020.

SPANIOL, Marlene Inês; JÚNIOR, Marins Cabeleira Moraes; RODRIGUES, Carlos Roberto Guimarães. Como tem sido planejada a Segurança Pública no Brasil? Análise dos Programas Nacionais de Segurança implantados no período pós-redemocratização. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo. V.14. n.2. 100-127. Ago/set.2020.

SORAYA, Moura. Memória do imigrante: a imigração no Estado de São Paulo. Imprensa oficial. 2008.

STORANI, Paulo. Vitória sobre a morte: a glória prometida: o rito de passagem na construção da identidade dos Operadores Especiais do BOPE. Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação Antropologia. Universidade Federal Fluminense. 2008.

SUN TZU. A Arte da Guerra. Nova Fronteira. Editora Saraiva. Rio de Janeiro. 2011.

TELLES, V. S. Mutações do Trabalho e experiência urbana Tempo Social, revista de Sociologia da USP. V. 18. Nº. 1. Junho de 2006.

TELLES, V. S. e HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados* 21. (61). 2007.

_____. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*. V.22. n.º 2.

VALENTE, R A. Guerra de Classe e “Segurança Pública”: sobre as conexões estruturais entre a organização política da violência e a ordenação das relações produtivas no Brasil contemporâneo. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2018.

VELHO, Otávio O cativo da Besta-Fera in *Besta-Fera: criação do mundo: ensaio crítico de antropologia*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará. 1995.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Adernos PAGU* (37), Julho- Dezembro de 2011.

VISACRO, Alessandro Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimento de resistência ao longo da história. Editora Contexto. São Paulo. 2009.

VITAL DA CUNHA, Cristina “Traficantes evangélicos”: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo*, v.15, 2008, pp.23-46.

WHYTE, William Foote *Sociedade de Esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Jorge Zahar. 2005.

ZAVERUCHA, Jorge. FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de Janeiro. Editora Record. 2005.

_____. De FHC a Lula: A militarização da agência brasileira de inteligência. *Revista de Sociologia e Política*. v.16. nº31. P.177-195. 2008

_____. Relações civil-militares no Brasil: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. (in) *O que Resta da Ditadura* (org) Teles, Edson e Safatle, Vladimir. São Paulo. Editora Boitempo. 2010.

_____. (Des)controle civil sobre os militares no governo Fernando Henrique Cardoso. Revista Lusotopie Nº 10. 2003. PP. 399-418. Vencendo o Desafio da Segurança no Brasil: um olhar constitucional e integrador. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 35, n.74, p.73-91, maio/set.2020.

_____. Sarney, Collor, Itamar, FHC e as Prerrogativas Militares (1985-1998) Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer Hilton House Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998

ANEXOS
ANEXO 1 – 7 ETAPAS DA CONSTITUINTE

ETAPAS	FASES
1. PRELIMINARES	Definição: do Regimento Interno da ANC Sugestões: Cidadãos, Constituintes e Entidades
2. SUBCOMISSÕES TEMÁTICAS	A: Anteprojeto do Relator B: Emenda ao Projeto do Relator C: Anteprojeto da Subcomissão
3. COMISSÕES TEMÁTICAS	E: Emenda do Anteprojeto da Subcomissão na Comissão F: Substitutivo do Relator G: Emenda ao Substitutivo H: Anteprojeto da Comissão
4. COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO	I: Anteprojeto de Constituição J: Emenda de Mérito (CS) ao Anteprojeto K: Emenda de Adequação (CS) ao Anteprojeto L: Projeto de Constituição M: Emenda (1P) de Plenário Popular N: Subtutivo 1 do Relator O: Emenda (ES) ao Substitutivo 1 P: Subtutivo 2 do Relator
5. PLENÁRIA	Q: Projeto A (início 1º turno) R: Ato das Disposições Transitórias S: Emenda (2P) de Plenário T: Projeto B (Fim 1º, início do 2º Turno) U: Emenda (2T) ao projeto B V: Projeto C (fim 2º Turno)
6. COMISSÃO DE REDAÇÃO	W: Proposta Exclusivamente de redação X: Projeto D - Redação final
7. EPÍLOGO	Y: Promulgação

Nota: observa-se que não existiu a fase D. Fonte: < https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/arquivos/panorama-do-funcionamento-geral>. Acesso dia 20 de Março de 2019.

ANEXO 2 – Comissões e Subcomissões

<p>Grupo: I – Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher</p> <p>SubGrupo: Ia) Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais; SubGrupo: Ib) Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias; SubGrupo: Ic) Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais.</p>	<p>Grupo:II – Comissão da Organização do Estado:</p> <p>SubGrupo: IIa) Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios; SubGrupo: IIb) Subcomissão dos Estados; SubGrupo: IIc) Subcomissão dos Municípios e Regiões.</p>	<p>Grupo: III – Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo:</p> <p>SubGrupo: IIIa) Subcomissão do Poder Legislativo; SubGrupo: IIIb) Subcomissão do Poder Executivo; SubGrupo: IIIc) Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público.</p>	<p>Grupo: IV – Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia da Instituições:</p> <p>SubGrupo: IVa – Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos; SubGrupo: IVb – Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança; SubGrupo: IVc – Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas.</p>
<p>Grupo: V – Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finança:</p> <p>SubGrupo: Va – Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas; SubGrupo: Vb – Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira; SubGrupo: Vc – Subcomissão do Sistema Financeiro.</p>	<p>Grupo: VI – Comissão da Ordem Econômica:</p> <p>SubGrupo: Via – Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica; SubGrupo: Vib – Subcomissão da Questão Urbana e Transportes; SubGrupo: Vlc – Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária.</p>	<p>Grupo: VII – Comissão da Ordem Social:</p> <p>SubGrupo: VIIa – Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos; SubGrupo: VIIb – Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente; SubGrupo: VIIc – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias.</p>	<p>Grupo: VIII – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação:</p> <p>SubGrupo: VIIIA – Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes; SubGrupo: VIIIB – Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; SubGrupo: VIIIC – Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso.</p>

Fonte: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/arquivos. acesso dia 20 de Março de 2019

ANEXO 3

PORTARIA Nº 597, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2000. Aprova a Diretriz para Implantação de Assessorias Parlamentares nos Comandos Militares de Área.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso da competência que lhe confere o art. 30, inciso II do Decreto nº 3.466, de 17 de maio de 2000, e de acordo com o que propõe o Estado Maior do Exército, resolve: Art. 1º Aprovar a Diretriz para Implantação de Assessorias Parlamentares nos Comandos Militares de Área, que com esta baixa. Art. 2º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

DIRETRIZ PARA IMPLANTAÇÃO DE ASSESSORIAS PARLAMENTARES NOS COMANDOS MILITARES DE ÁREA 1. FINALIDADE - Estabelecer as medidas necessárias à implantação de Assessorias Parlamentares nos diversos Comandos Militares de Área.

2. OBJETIVO - Implantar núcleos de Assessorias Parlamentares na estrutura organizacional dos Comandos Militares de Área, e - Estabelecer as medidas necessárias à implantação do Sistema de Assessoramento Parlamentar do Exército Brasileiro.

3. CONCEPÇÃO GERAL a. Missão 1) Acompanhar as atividades do Poder Legislativo nas esferas estadual e municipal, objetivando apoiar a aprovação de proposições de interesse do Exército Brasileiro e a rejeição das desfavoráveis. 2) Acompanhar a situação política, em sua área de responsabilidade, identificando os possíveis reflexos para a Força. 3) Transmitir aos parlamentares informações sobre as atividades e peculiaridades da Instituição, defendendo seus interesses e contribuindo para a preservação de sua imagem. 4) Identificar eventuais posicionamentos antagônicos em relação ao Exército, a fim de neutralizá-los. 5) Estabelecer contato com os parlamentares federais quando estes se encontrarem em seus estados, contribuindo para facilitar o encaminhamento dos pleitos do Exército Brasileiro na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. b. Implantação 1) As Assessorias Parlamentares serão organizadas pelos Comandos Militares de Área, ficando subordinadas aos seus respectivos comandantes, que as controlarão operacional e administrativamente. 2) Os Comandos Militares de Área poderão designar assessores parlamentares para apoiar Comandos de Divisão de Exército, Região Militar ou Grande Unidade escalão Brigada, particularmente os situados nas capitais dos estados. 3) Visando à permanência na função, e como forma de se evitar aumento de efetivo e acréscimo de cargos, as Assessorias Parlamentares dos Comandos Militares de Área deverão ser integradas por militares prestadores de tarefa por tempo certo (PTTC). c. Estrutura organizacional - Dependerá das necessidades de cada comando contemplado, considerando o número de estados da Federação e a quantidade de parlamentares em atuação em sua área de responsabilidade. 4. ATRIBUIÇÕES a. Gabinete do Comandante do Exército 1) Cooperar com a preparação das diversas Assessorias Parlamentares para o desempenho de suas atividades; e 2) Coordenar as medidas previstas nesta Diretriz, de maneira a viabilizar a implantação e o funcionamento do Sistema de Assessoramento Parlamentar do Exército. b. Comandos Militares de Área 1) Organizar o assessoramento parlamentar em sua área de responsabilidade. 2) Propor ao Departamento-Geral do Pessoal o efetivo de militares PTTC necessários ao funcionamento do núcleo de assessoramento parlamentar sob sua responsabilidade. 3) Coordenar com o Gabinete do Comandante do Exército o estabelecimento de um canal técnico entre suas Assessorias Parlamentares e a Assessoria Parlamentar do Exército; e 4) Encaminhar ao

Departamento Logístico e à Secretaria de Tecnologia da Informação propostas de distribuição de materiais necessários ao funcionamento das diversas Assessorias Parlamentares. c. Departamento-Geral do Pessoal - Autorizar a nomeação de militares PTTC para atender às necessidades de cada Comando Militar de Área. d. Departamento Logístico e Secretaria de Tecnologia da Informação Atualizar, de acordo com as propostas a serem encaminhadas pelos Comandos Militares de Área, os planejamentos de distribuição de materiais necessários ao funcionamento das diversas Assessorias Parlamentares.

Fonte: < <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/2444/1/be46-00.pdf>>. Acesso: 05 de Maio de 2020.

ANEXO 4 – PORTARIA Nº 077, DE 23 DE ABRIL DE 2018. 38 - Boletim do Exército nº 18, de 4 de maio de 2018.

PORTARIA Nº 077, DE 23 DE ABRIL DE 2018. **Aprova a Diretriz para o Estabelecimento do Plano de Participação do Exército Brasileiro no Fortalecimento das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.** O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, no uso da atribuição que lhe confere os incisos I e VIII do art. 5º do Regulamento do Estado-Maior do Exército (R-173), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 514, de 29 de junho de 2010, e de acordo com o que estabelece o inciso III, do art. 12 e o art. 44 das Instruções Gerais para as Publicações Padronizadas do Exército (EB10-IG-01.002), aprovadas pela Portaria nº 770, de 7 de dezembro de 2011, resolve: Art. 1º Aprovar Diretriz para o Estabelecimento do Plano de Participação do Exército Brasileiro no Fortalecimento das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Art. 2º Determinar que o Estado-Maior do Exército (EME), o Órgão de Direção Operacional (ODOp), os órgãos de direção setorial (ODS) e os comandos militares de aérea que adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes. Art. 3º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

DIRETRIZ PARA O ESTABELECIMENTO DO PLANO DE PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO FORTALECIMENTO DAS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES

1. FINALIDADE Regular as ações necessárias ao estabelecimento do Plano de Fortalecimento da Atuação das Polícias Militares (PM) e Corpos de Bombeiros Militares (CBM) na Segurança Pública e disponibilizar o apoio do Exército Brasileiro (EB).

2. REFERÊNCIAS a. Constituição Federal (CF/88) de 1988. b. Lei nº 6.880/1980 - Estatuto dos Militares. c. Lei nº 4.375/1964 - Lei do Serviço Militar. d. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pelas Leis Complementares nº 117/2004 e nº 134/2010 - Organização, Preparo e Emprego das Forças Armadas (FA). e. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM, define crimes e dá outras providências. f. Decreto nº 57.654/1966 - Regulamento da Lei do Serviço Militar. g. Decreto-Lei nº 667/1969 - Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. h. Decreto nº 88.777/1983 - Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200). i. Decreto-Lei nº 2.010/1983 - Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências. j. Decreto nº 88.540, de 20 de julho de 1983 - Regulamenta a Convocação de Polícia Militar prevista no artigo 3º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983. k. Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000 - Dá nova redação ao Regulamento para Fiscalização dos Produtos Controlados (R-105). l. Decreto nº 3.897/2001 - Fixa as Diretrizes para o Emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem, e dá outras providências. m. Decreto nº 4.332, de 12 de agosto de 2002 - Estabelece normas para o planejamento, a coordenação e a execução das medidas de

segurança a serem implementadas durante as viagens presidenciais em território nacional e dá outras providências. n. Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004 - Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes. o. Decreto nº 7.957, de 12 de março de 2013 - Regulamenta a Atuação das Forças Armadas na Proteção Ambiental. Boletim do Exército nº 18, de 4 de maio de 2018. - 39 p. Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. q. Decreto nº 8.938 de 21 de dezembro de 2016 - Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a doação de armas apreendidas, que não mais interessarem à persecução penal, aos órgãos de segurança pública e às Forças Armadas. r. Portaria nº 069-EME/Res, de 30 de setembro de 1975 - Normas para o controle de Material Bélico. s. Portaria nº 027-EME, de 16 de junho de 1977 - Normas para organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (NOR/PMCB). t. Portaria nº 620-MD, de 4 de maio de 2006 - Dispõe sobre a importação de produtos controlados e dá outras providências. u. Portaria nº 229-EME, de 18 de dezembro de 2006 - Baixa a Diretriz Geral para o Plano de Cursos e Estágios destinados a Outras Organizações Militares no Exército Brasileiro (PCEOBR). v. Portaria nº 003-EME, de 19 de janeiro de 2012 - Baixa as Diretrizes Gerais para o Plano de Cursos e Estágios em Órgãos do Ministério da Defesa e nas Demais Forças (PCEF). w. Portaria Normativa nº 29-MD, de 28 de janeiro de 2013 - Operações Interagências. x. Portaria nº 001-Res-COTER, de 26 de novembro de 2013 - Divulga a tabela de dotação de armamento, munição, coletes, capacete e escudo balístico das PM e dos CBM, publicada no BRE Nº 11/13. y. Portaria nº 356, de 27 de abril de 2017, do Ministério da Justiça - Regulamenta o Inciso III do § 3º do art. 65 do Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, para dispor sobre os critérios de priorização para a doação de armas apreendidas aos órgãos de segurança pública e às Forças Armadas. z. Portaria nº 1.700, de 8 de dezembro de 2017, do Comandante do Exército - Delega competência para a prática de atos administrativos e dá outras providências. aa. Parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) nº GM-025 - As Forças Armadas, sua atuação, emergencial, temporária, na preservação da ordem pública. Aspectos relevantes e norteadores de tal atuação. ab. Diretriz de Seleção, Preparação e Desmobilização de PM Voluntários para Missão de Paz - 2017, de 20 de outubro de 2016. ac. Diretriz do Comandante do Exército. ad. Instrução Técnico-Administrativa nº 11, de 9 de agosto de 2017, da DFPC - Dispõe sobre procedimentos relativos ao recebimento de armas e munições apreendidas para destruição ou doação a órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas.

3. OBJETIVOS a. Geral Oferecer capacidades às PM e CBM a fim de auxiliá-las a cumprir sua missão constitucional prevista no art. 144 da Constituição Federal de 1988 (CF/88). b. Específicos 1) Estreitar vínculos entre o Exército Brasileiro (EB) e as PM e os Corpos de Bombeiros Militares (CBM). 40 - Boletim do Exército nº 18, de 4 de maio de 2018. 2) Proporcionar ao Comando de Operações Terrestres (COTER) e aos Comandos Militares de Área (C Mil A) o acompanhamento da situação das PM e dos CBM, tendo em vista o emprego do EB na segurança pública. 3) Futuramente, propor, por meio das Assessorias Parlamentares do Ministério da Defesa (MD) e do Comando do Exército, a implementação de ações estratégicas que envolvam os Poderes

Executivos e Legislativos para possibilitar o fortalecimento das PM/CBM. 4) Cooperar com o Ministério Extraordinário da Segurança Pública para o fortalecimento das PM/CBM. 5) Criar condições a fim de facilitar a aquisição de material controlado (bélico ou não) por parte das Corporações.

4. **PREMISSAS** a. Observar o marco legal. b. Atenção às peculiaridades regionais e estaduais. c. Ações realizadas em coordenação com o Ministério Extraordinário da Segurança Pública, Secretarias de Segurança Pública, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. d. Valorização profissional do Policial Militar e do Bombeiro Militar.

5. **CONCEPÇÃO GERAL** a. Alinhamento Estratégico 1) Quanto aos Objetivos Estratégicos do Exército (OEE) a. OEE 003 - Contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social. 3.2 - Aperfeiçoamento da estrutura de apoio às Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), Operações Interagências e Ações Subsidiárias. 3.2.1 - Ampliar a capacidade operacional do Exército para atuar na proteção da sociedade. 2) As Estratégias encontram-se no Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2016-2019. b. O Exército Brasileiro poderá cooperar para o fortalecimento das PM e CBM nas seguintes áreas de atuação: 1) na área de Relacionamento Institucional; 2) na área de Capacitação; 3) na área de Pessoal, Ligações de Comando e Ação Social; 4) na área da Logística; 5) na área da Inteligência; 6) na área de Operações; e 7) na área de Comunicação Social.

6. **ATRIBUIÇÕES** a. EME - Coordenar, no nível de Direção Geral, as ações desenvolvidas na presente Diretriz. b. COTER 1) Receber, desde já, a delegação de competência necessária para as ações de coordenação, ligação e acompanhamento, junto aos ODS, C Mil A e OADI e estabelecer os acordos necessários com outros Ministérios. 2) Planejar e executar reuniões sistemáticas com o ODG, ODS, C Mil A e OADI para regular as ações necessárias ao Plano de Fortalecimento da Atuação das PM/CBM na Segurança Pública. 3) Controlar e acompanhar a operacionalização das ações previstas no Plano acima citado. 4) Designar um Oficial de Ligação junto ao ODG para a presente Diretriz. c. ODS/C Mil A/OADI - Designar um Oficial de Ligação junto ao ODOp para a presente Diretriz. 7. **PRESCRIÇÕES DIVERSAS** - Estão autorizadas todas as ligações necessárias ao desencadeamento das ações referentes à condução do Plano de Fortalecimento da Atuação das PM/CBM na Segurança Pública, entre o ODOp e todos os órgãos envolvidos.

Fonte: < http://www.coter.eb.mil.br/images/sistema/menu_igpm/plano_apoio_eb/1.BOLETIM-DO-EXERCITO-18-2018-DE-4-de-maio-de-2018PORTARIA-N-077--EME-DE-23-DE-ABRIL-DE-2018.pdf>. Acesso dia 20 de Março de 2019

ANEXO 5 - PORTARIA Nº 255, DE 1º DE MARÇO DE 2018. Aprova o Plano de Assessoramento Parlamentar no Âmbito do Exército Brasileiro (EB10-P-09-004).

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e o inciso XIV do art. 20 da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e de acordo com o que propõe o Gabinete do Comandante do Exército, resolve: Art. 1º Aprovar o Plano de Assessoramento Parlamentar no Âmbito do Exército Brasileiro (EB10-P-09-004), que com esta baixa. Art. 2º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação. PLANO DE ASSESSORAMENTO PARLAMENTAR NO ÂMBITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (EB10-P-09.004)

1. FINALIDADE Orientar a execução da atividade de assessoramento parlamentar no âmbito do Exército Brasileiro (EB), no que diz respeito à produção de conhecimentos e à integração aos demais sistemas.

2. REFERÊNCIAS a. Constituição Federal de 1988. b. Portaria do Comandante do Exército nº 262, de 22 de março de 2016 (Aprova o Regimento Interno do Gabinete do Comandante do Exército - EB10-RI-09.007). c. Portaria do Comandante do Exército nº 996, de 15 de agosto de 2016 (Aprova as Instruções Gerais sobre o Sistema de Assessoramento Parlamentar no âmbito do Exército - EB10-IG-09.008).

3. EXECUÇÃO O presente Plano apresenta os objetivos e os respectivos conhecimentos necessários fundamentais para assessorar os comandantes, em todos os níveis, quanto ao acompanhamento da conjuntura política do País com seus reflexos para o EB. Boletim do Exército nº 10, de 9 de março de 2018. - 9 a. Assessorias Parlamentares que tratam de assuntos legislativos no âmbito da Força Produzir conhecimentos voltados para o acompanhamento e para a previsão da evolução da conjuntura nacional e cumprir o que prescrevem as Instruções Gerais sobre o Sistema de Assessoramento Parlamentar no âmbito do Exército (EB 10-IG-09.008), aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 996, de 15 de agosto de 2016, publicadas no Boletim do Exército nº 33, de 19 de agosto de 2016. b. Outras considerações 1) A utilização do canal técnico, atendendo ao princípio da oportunidade, deverá ocorrer concomitantemente com as ligações estabelecidas pelo canal de comando. 2) Todos os assuntos com implicações ou repercussões para a instituição na expressão política deverão ser comunicados no mais curto prazo ao Gabinete do Comandante do Exército (Gab Cmt Ex). 3) Os objetivos e os respectivos conhecimentos necessários serão revistos sistematicamente e modificados pelos integrantes do sistema de acordo com a evolução da conjuntura, mediante encaminhamento de sugestões e propostas para o Gab Cmt Ex.

4. OBJETIVOS DA EXPRESSÃO POLÍTICA a. Projetos e decisões dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de interesse para o EB. b. Posicionamento de autoridades federais, estaduais e municipais sobre assuntos de interesse para o EB.

ANEXO 6 – Cantos nos Treinamentos de Patrulhamento Tático (GCM) – Militares

[...] Cavaleiro das trevas é o Batman. Usa a farda preta e uma capa tática. Nas trevas ele sabe camuflar. Tem curso caveira para dissimular. Palhaço maldito é o coringa. Usa maquiagem e roupa colorida. Palhaço na mão do *Raio* é brinquedo. Poe muito terror, frio e medo.

[...] Fui chamado pra guerrear. Mas na hora H quem diria. O meu fuzil resolveu falhar. Com a faca entre os dentes a ordem era matar. A pele do inimigo eu pus no mastro da bandeira. Por isso eu sou chamado de faca na caveira.

[...] invoquei os espíritos da guerra. guerreiros samurais combatendo em toda guerra. A seguir referencias a uma serie de povos e lutas [...]terceiro milênio. A guerra é na cidade. Inicio dos conflitos de baixa intensidade. Só vejo desespero e muita atrocidade. São gritos do inimigo implorando piedade. Na grota ou na favela

[...] foi em xambioá [referência a região da guerra do Araguaia], foi em xambioá ...

Fonte: Curso de Patrulhamento Tático da cidade de Luzia e materiais de equipes de diferentes cidades da RMSP.